

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Diretoria (Gestão 2011-2012)

Presidente: Marcos Costa Lima (UFPE); *Secretário Executivo:* Maria Filomena Gregori (Unicamp); *Secretário Adjunto:* Julio Simões (USP); *Diretores:* Andréa Zhouri (UFMG); Flávia Biroli (UnB); Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Conselho Fiscal: Angela Maria de Randolpho Paiva (PUC-RJ); Carlos Arturi (UFRGS); Carlos Guilherme O. Valle (UFRN)

Coordenação: Maria Filomena Gregori (Unicamp)

Editor: Rossana Reis (USP)

Comissão Editorial: André Botelho (UFRJ); Andrei Koerner (Unicamp); Arlei Sander Damo (UFRGS)

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Editora assistente: Mírian da Silveira

Copidesque/preparação/revisão de textos: Ponto Final Edição e Editoração

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e André Villalobos (inglês)

Editoração eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Produção gráfica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice; Sumários.org

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

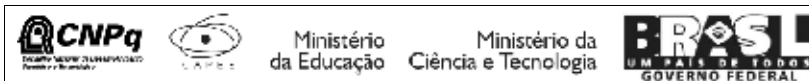
ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Tecnologias de Governo, Família e Humanitarismo em um Mundo Globalizado <i>Claudia Fonseca</i>	7
Política Comercial, Instituições e Grupos de Interesse <i>Amâncio Jorge de Oliveira, Janina Onuki e Wagner Pralon Mancuso</i>	41
Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil <i>Elaine Meire Vilela e Livia Beatriz Ferreira Lopes</i>	55
Três Grandes Súmulas de Teoria Social para o Século XXI <i>Nuno Oliveira</i>	89
As Sociologias da Ciência Econômica <i>Elisa Klüger</i>	101
O Sertão & a Cidade: Maria Sylvia de Carvalho Franco e a Sociologia da Violência Contemporânea <i>Maurício Hoelz</i>	117

Colaboraram neste número:

Amâncio Jorge de Oliveira é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e livre-docente em Relações Internacionais, com pós-doc na New York University. Professor do Departamento de Ciência Política da USP, é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e coordenador científico do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni) da mesma universidade. Linhas de pesquisa: negociações internacionais, regimes internacionais, política externa, integração regional. Publicou, com Janina Onuki, *Coalizões Sul-Sul e as negociações multilaterais: os países intermediários e a coalizão IBSA* (Mídia Alternativa, 2007). E-mail: <amanciocaeni@gmail.com>.

Claudia Fonseca é professora convidada colaboradora do PPG em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pesquisas sobre Antropologia do direito, Antropologia da Ciência, relações de gênero e parentesco. Últimos livros: em co-organização com Patrice Schuch, *Políticas de proteção* (Ed. UFRGS); e em co-organização com Fabiola Rohden e Paula S. Machado, *Ciências na vida: Antropologia da ciência em perspectiva* (Ed. Terceiro Nome). E-mail: <claudialwfonseca@gmail.com>.

Elaine Meire Vilela é doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia dessa instituição. E-mail: <elainevilela@fafich.ufmg.br>.

Elisa Klüger é graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em Sociologia dessa universidade. Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia das Elites, Sociologia Econômica e Sociologia do Desenvolvimento. E-mail: <elisa.kluger@gmail.com>.

Janina Onuki é doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e livre-docente em Relações Internacionais, com pós-doc na North Carolina State University. É professora associada do Instituto de Relações Internacionais da USP, vice-coordenadora do Neci (Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais) e editora da *Brazilian Political Science Review*. Linhas de pesquisa: organizações internacionais, análise de política externa, integração regional. E-mail: <janonuki@gmail.com>.

Lívia Beatriz Ferreira Lopes é bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC-MG) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: <liviabflopes@gmail.com>.

Maurício Hoelz é doutorando em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ). Atua na área de

pensamento social no Brasil, desenvolvendo atualmente pesquisa de doutorado sobre a crítica, o pensamento musical e a questão da tradução cultural na interpretação do Brasil de Mário de Andrade. E-mail: <mhveigajr@yahoo.com.br>.

Nuno Oliveira é doutor em Sociologia pelo ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) e mestre em Sociologia Histórica pela Universidade Nova de Lisboa, investigador do CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) do ISCTE-IUL, Universidade de Lisboa. Seus interesses de pesquisa atuais são: a teoria social, realismo crítico, multiculturalismo e modelos de gestão da diversidade. Publicou em 2011, “Entre Cila e Caríbdis: o realismo social de Margaret Archer”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 65. E-mail: <flicastrol@gmail.com>.

Wagner Pralon Mancuso é bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e doutor em Ciência Política pela USP. É professor da EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) da USP e bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ). Linhas de pesquisa: grupos de interesse, lobby, ação política empresarial, financiamento político e análise do processo decisório. Publicou *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo* (Humanitas, 2007) e, junto com Maria Antonieta Leopoldi e Wagner Iglecias, organizou *Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas trajetórias* (Ed. Cultura, 2010). E-mail: <pralon@usp.br>.

Introdução

Neste ensaio, pretendemos examinar o vasto material existente na Antropologia sobre a adoção transnacional de crianças. Nosso objetivo não é duplicar as informações apresentadas em resenhas disponíveis em publicações especializadas (p. ex., Howell, 2009a; Ouellette e Belleau, 2001; Terrell e Modell, 1994), e, sim, demonstrar como esse material enriquece debates não só sobre família, filiação e parentesco, mas também sobre desigualdade e violência, sobre tecnologias de governo em um mundo globalizado e sobre subjetividades variantes diante de dinâmicas multiculturais.

Desde os primeiros estudos antropológicos, o tema da adoção foi associado a sociedades “tradicionais”. Por conta de suas observações sobre práticas de criação de crianças entre grupos tão diversos como os Kanak da Nova Caledônia (Leblic, 2007), os Kotokoli da África ocidental (Goody, 1982), os Inuit do Canadá setentrional (Saladin-D’Anglure, 1988), os Sulcata das terras altas dos Andes (Van Vleet, 2008) ou povos nativos do Havai (Modell, 1998), antropólogos cunharam a expressão “circulação de crianças” para descrever o trânsito de crianças entre famílias diversas (Fonseca, 1985; Lallemand, 1993). Visaram assim formular uma categoria ampla que englobaria tanto as

práticas de sociedades não ocidentais, como aquilo que ocidentais chamam de “adoção”.

Apesar de diferenças importantes, as práticas informais de circulação de crianças nas variadas partes do globo trazem à tona alguns pontos em comum: a transferência de crianças acontece principalmente dentro da parentela, embora a colocação entre “estranhos” não seja incomum; a transferência encerra uma conotação de aprendizagem, educação ou então ampliação de oportunidades futuras da criança; o parentesco é construído através do compartilhamento de substâncias (comida, leite) e atividades (trabalhar, nutrir, cuidar) tanto quanto através do casamento e das relações de consanguinidade. Finalmente, a circulação de crianças não implica normalmente uma ruptura dos laços entre os pais de nascimento e seus filhos. Como Demian (2004, p. 103) destaca no contexto da Nova Guiné: “adoção [para os adotantes] é ‘para a vida’, mas os pais de nascimento [biológicos] não esperam de jeito nenhum ‘perder’ seu filho”¹. “*Othermothering*”, “parentalidade compartilhada” e “pluripaternidade” são algumas expressões empregadas por pesquisadores na descrição dessas dinâmicas de circulação de crianças (Collins, 1992; Cadoret, 1995).

Após os primeiros estudos de campo na Oceania (Carroll, 1970) e África (Goody,

1 Tradução do texto original em inglês feita pela autora (Claudia Fonseca), assim como todas as demais citações traduzidas para o presente artigo.

1982), pesquisadores começaram a reconhecer que algo semelhante à circulação de crianças poderia ser encontrado em muitos lugares, inclusive nas sociedades complexas “modernas”. A prática, inicialmente enquadrada como típica do passado ou de grupos isolados, começou a ser percebida como parte integrante das dinâmicas familiares de muitas populações urbanas contemporâneas (ver Stack [1974] e Modell [1998] no cenário dos Estados Unidos; Collard [1996] no Canadá; Cadoret [1995] na França; Notermans [2004] em Camarões; Leblic [2007], Treide [2004] e Demian [2004] na Oceania; Lobo [2011] em Cabo Verde). Até pouco tempo atrás, estudos sobre a circulação de crianças na América Latina (com a exceção de populações indígenas (Halbmayer, 2004) eram relativamente raros, talvez por causa de a área ser tão estreitamente associada com a chamada “civilização ocidental”². Certamente antigas monografias da região do Caribe descreviam práticas de circulação de crianças, mas é apenas recentemente, junto com o reconhecimento da relevância das migrações transnacionais e adoção internacional, que essa linha de investigação passou a ser mais comum (ver, p. ex., Leinaweaver, 2008; Wardle, 2004; Mummert, 2010; Grau Rebollo, 2010; Estrada Iguíniz, 2009; Lobo, 2011).

A perspectiva comparativa promovida por esses estudos trouxe certas perguntas para o estudo das leis que regem atualmente a adoção transnacional. Também serviu para realçar a especificidade contextual de diferentes entendimentos envolvidos no processo. Descobrir que boa parte da população

mundial não achava nada estranho, ou excepcional, crianças serem criadas por adultos que não seus pais biológicos levantava dúvidas quanto às definições aparentemente consensuais de família e parentesco, presentes na legislação nacional e internacional. Emergia a perspectiva de que essas definições, longe de serem universais, eram calçadas num determinado sistema de valores familiares particulares às camadas médias da população europeia e norte-americana, que se consolidou ao fim do século XIX e início do século XX. No bojo da “família nuclear moderna”, a criança passou a ser resignificada – não mais como “bem econômico” e, sim, como “bem afetivo” (Zelizer, 1985) –, conferindo um sentido específico à prática da adoção. Agora, as pessoas que buscavam agregar uma criança alheia à família não estavam procurando um empregado dócil e barato. Cada vez mais eram casais sem filhos que queriam “completar a família”. Aspirando a uma forma de adoção que “imitasse a natureza”, lhes dando direitos exclusivos e irrevogáveis sobre sua prole, os pais adotivos tentavam esconder o próprio fato da adoção (Modell, 1994).

Juristas e educadores – em parceria com pesquisadores da Antropologia e outros saberes científicos do início do século XX – foram fiéis aliados nesse empreendimento, recorrendo a suas próprias crenças (de “cultura” e de classe) para estabelecer a procriação biológica como baliza para as relações familiares “naturais” (Schneider, 1984). Mas a partir dos anos 1990, houve uma guinada nas análises que, agora, pleiteavam uma “desnaturalização” dos conceitos tradicionais. Desde então,

2 Notáveis exceções incluem Leifsen (2006, 2009) sobre grupos populares no Equador; Leinaweaver (2008) sobre Peru; e Van Vleet (2008) e Seligmann (2009) sobre populações andinas. No Brasil, onde também há poucos estudos sobre a circulação de crianças (ver Fonseca, 1995; Motta-Mauès, 2004), os antropólogos concentraram suas energias na adoção nacional (ver Costa, 1988; Vianna, 2002; Rinaldi, 2011; Nascimento, 2011; Zambrano *et al.*, 2009; Uziel, 2007; Ayres 2008) e, mais raramente, nas adoções transnacionais (ver Abreu, 2002; Cardarello, 2007; Fonseca, 2007).

incorporando uma perspectiva biopolítica, analistas contemporâneos tendem a enquadrar as leis e práticas que regem a adoção transnacional como “tecnologias de governo”, envolvendo não só determinados valores, mas também determinadas instituições, saberes e especialistas. Enredadas em políticas de governança, elas são vistas como parte das estratégias dos estados modernos para reger comportamentos e promover estilos nacionais de cidadania. Especialmente nesta era de migrações massivas e de formas de pertencimento múltiplo, é um desafio para autoridades estatais encontrar maneiras de “encaixar” indivíduos aos seus moldes de família e de território – não apenas para “controlar” populações, mas também para definir melhor quem está habilitado a receber qual benefício social, pagar qual imposto, e assim por diante (Yngvesson, 2009; Leifsen, 2006).

Dessa linha de investigação, seguem as perguntas: quem tem a autoridade para decidir qual criança vai para qual família? Quando é possível tomar essa decisão? Sob quais circunstâncias e baseada em quais princípios? Essas questões se tornam especialmente relevantes na medida em que analistas focalizam conflitos entre autoridades governamentais, famílias de origem e adotantes em potencial – “atores” que, muitas vezes, moram em partes diversas do planeta. Considerando que toda tecnologia de governo é informada por um determinado conjunto historicamente específico de valores, pergunta-se até que ponto a atual legislação que lida com a adoção transnacional é inteligível às diversas pessoas – oriundas de diferentes classes, gerações e regiões geográficas – envolvidas no processo (Cardarello, 2009; Johnson, 2004; Stephens, 1995; Yngvesson, 2004).

Destoando das perspectivas entusiastas da literatura de autoajuda, as análises contemporâneas se inspiram nos estudos pós-colonialistas e feministas ao incorporarem um olhar crítico que ressalta a violência e a desigualdade inerentes no processo de adoção transnacional (ver, em particular, Briggs, 2012). Enfocando o simbolismo histórico da criança “portadora, mas nunca produtora, de significação social” (Dubinsky, 2010, p. 3), examinam a maneira em que diferentes imagens da adoção transnacional reforçam as hierarquias das nações – provocando, no caso dos países “doadores”, nacionalismos feridos e, no caso dos “acolhedores”, celebrações do “multiculturalismo”. Foi, depois de tudo, em nome do ferimento à “honra nacional” que, já no final dos anos 1980, países “fornecedores” de crianças passaram a reagir contra a adoção transnacional (Abreu, 2009; Khabibullina, 2009; Yngvesson, 2010)³. Foi também nesse processo que a criança recebeu o carimbo de identidade nacional – “coreana”, “indiana” ou “colombiana” – com destaque ao seu valor enquanto “recurso” perdido ao país de origem.

Em países europeus e norte-americanos, a entrada de uma enxurrada de crianças etnicamente diferenciadas para serem integradas às famílias de cidadãos locais tem colocado questões muito diferentes das colocadas em países que experimentam uma “sangria” de crianças. O número de bebês adotados do além-mar que, em países como Espanha e Noruega, equivale a mais de 1% das crianças nascidas no país, suscita debates não só sobre a natureza do pertencimento familiar, mas também sobre o que venha a ser a “nação multicultural”. Como se posicionam esses

3 Ao término deste artigo (virada de 2012-2013), o congresso soviético havia votado a proibição da adoção de crianças russas por norte-americanos, motivado, sem dúvida, por sentimentos mais complexos do que a ostensiva preocupação com o bem-estar dos adotados.

pequenos “imigrantes” em relação aos seus concidadãos (não adotados) de mesma origem? Como lidam cotidianamente com seu *status* de filho e cidadão num contexto no qual a normalidade é associada à cor branca?

Cabe acrescentar que muitos dos analistas desse campo temático são pesquisadores/nativos que, além de antropólogos, são mães (e, mais recentemente, filhos) adotiva(o)s – a maioria esmagadora vivendo em países que recebem crianças adotadas do exterior. Algumas dessas pesquisadoras conscientemente optaram por uma adoção **nacional**, enfrentando os particulares desafios dessa situação (Gailey, Briggs, Yngvesson, Modell). Outras adotaram filhos no exterior (Johnson, Volkman, Howell), passando por uma experiência que inspirou posterior pesquisa etnográfica, com a aproximação de atores frequentemente “silenciados” no campo de adoção e distanciamento em relação às narrativas hegemônicas do campo da adoção.

Esse nicho “silenciado” inclui, em quase todo lugar, mães de nascimento – geralmente oriundas de minorias étnicas ou de setores sociais pobres, frequentemente diagnosticadas com algum tipo de patologia individual – que não possuem instrumentos para influenciar gestores públicos (Briggs, 2012; Kendall, 2005; Fonseca, 2010; Högbäck, 2010). Mas em muitos países, as “categorias esquecidas” incluem também as famílias adotivas **nacionais**. Nesses países “fornecedores”, profissionais, fazendo prova de uma cegueira seletiva, lamentam a falta de uma “cultura de adoção” ao mesmo tempo que louvam a “boa vontade” dos adotantes estrangeiros (ver Briggs [2012] sobre Guatemala; Johnson [2004] sobre a China; Fonseca [2007] sobre o Brasil). Modell (2002) sugere que, na América do Norte, são as famílias acolhedoras e os cuidadores informais que foram durante longos anos deixados fora dos debates sobre adoção. Observa a heterogeneidade

dessas famílias (incluindo afrodescendentes, mulheres solteiras, famílias extensas, pessoas de renda modesta etc.) que, através de articulações informais, tanto quanto institucionais, acolhem todo tipo de criança. Chama a atenção a maneira com que a linguagem das políticas públicas continua aderindo a estereótipos tradicionais, projetando como ideal o modelo convencional de família (um casal branco, heterossexual, com autoridade exclusiva sobre o seu recém-nascido – de admirável saúde).

Finalmente, em muitos contextos, eram as próprias crianças adotadas que se tornavam “invisíveis”, já que seus sentimentos de ambivalência raramente vinham à tona fora dos confins da terapia individual. Hoje, diversos desses filhos adotados são incluídos entre os pesquisadores respeitados de suas respectivas disciplinas. Muitos são ativistas e seus estudos avançam no bojo da proliferação de associações tais como VAN (Vietnamese Adoptee Network), KAD (Korean Adoptees), TRAK (Truth and Reconciliation for the Adoption Community of Korea). A densidade de suas análises, que revelam a sutileza da economia emocional associada à adoção transnacional, exerce forte influência entre seus colegas que, há tempo, se esforçam para “dar voz” à experiência dos adotados.

Atualmente, quer estejam ou não pessoalmente envolvidos na adoção, pesquisadores reconhecem a necessidade de assumir a natureza política de seu trabalho. Tomam como interlocutores os gestores e autores de políticas públicas, especialmente na esfera legal, em que – na tentativa de estabelecer regras gerais aplicáveis em quaisquer contextos – debates usuais parecem subestimar a complexidade das situações locais específicas. Procuram destacar vozes discrepantes, para aprofundar o debate, fitando questões não apenas referentes à diversidade, mas também à desigualdade.

É contra esse pano de fundo – de uma área temática cujas preocupações expandiram das sociedades tradicionais às metrópoles contemporâneas, das práticas familiares informais às normas legais nacionais e internacionais, de análises que colocam em destaque “a cultura” àquelas que destacam a biopolítica e o contexto pós-colonial e de um foco estreitamente disciplinar a um foco calcado em alianças amplas inspiradas no engajamento político – que pretendemos, nos parágrafos a seguir, considerar como o estudo antropológico da adoção transnacional contribui para discussões sobre desigualdades estruturais, tecnologias de governo, família e humanitarismo em um mundo inegavelmente global.

Um pano de fundo de violência e desigualdade

Da guerra ao tráfico

A arena de discussão acadêmica em torno de adoções transnacionais é eminentemente multidisciplinar. Enquanto antropólogos procuraram demonstrar a normalidade de práticas costumeiras de circulação de crianças, historiadores e sociólogos fizeram o trabalho fundamental de analisar situações que eram caracterizadas pela violência e desigualdade. Durante todo o período moderno, encontraram exemplos de deslocamento de populações “delinquentes” exiladas em lugares isolados ou afastados da metrópole (Panter-Brick e Smith, 2000;

Parker, 2010). A evacuação sistemática de crianças de zonas de guerra desponta como um fenômeno mais recente. Durante as primeiras décadas do século XX, milhares de crianças espanholas, fugindo da guerra civil, foram levadas para famílias e instituições em zonas mais seguras (Devillard *et al.*, 2001); a juventude judaica foi exportada de zonas sob ameaça do imperialismo de Hitler (Harris e Oppenheimer, 2000; Wang, 2008); e crianças inglesas foram embarcadas para a América do Norte ou para qualquer outro lugar em que pudessem escapar dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial⁴. Contudo, como alguns pesquisadores têm ressaltado, essas ações solidárias não tinham as mesmas implicações que a adoção traz hoje. Famílias acolhedoras expressavam sua solidariedade recebendo os jovens pelo tempo que fosse necessário. Ninguém esperava que a criança assumisse a identidade da sua nova família, nem que adotasse a religião, a nacionalidade e a cultura de seu novo país. A expectativa (o que todos os envolvidos deviam aceitar) era que, depois de um período morando com suas famílias de acolhimento, as crianças fossem “repatriadas” – devolvidas aos seus lares originais (Dubinsky, 2010).

A circulação transnacional de crianças é vista, portanto, como uma realidade bem antes dos anos 1950. Porém, nas narrativas usuais do campo da adoção, os primórdios da adoção transnacional tal como a conhecemos hoje remontam só até a Guerra da Coreia⁵. A rejeição coreana dos filhos mestiços nascidos de mulheres de soldados norte-

4 Historiadores críticos lembram que, sob a influência de uma acirrada política anti-imigração, o governo dos Estados Unidos impôs sérias limitações à acolhida de refugiados da Segunda Guerra Mundial (ver Briggs, 2012; Dubinsky, 2010).

5 Também foi por essa época que o termo “órfãos de guerra” passou a incluir não apenas aquelas crianças cujos pais haviam sido mortos, mas também aquelas cujos pais eram vivos, mas, por um motivo ou outro, não queriam ou não podiam cuidar delas. Durante as próximas décadas, os termos continuaram a proliferar (para “órfão social”, criança “abandonada” etc.), espelhando a expansão do universo de crianças adotáveis.

-americanos desencadeou um processo que teria repercussões duradouras. Em torno dessa época, a convergência de numerosos fatores (a aceleração da Guerra Fria, o avanço das forças de Mao Tsé-Tung na China, a revolução cubana etc.) levou, especialmente nos Estados Unidos, a campanhas – com frequência de inspiração evangélica e anti-comunista – visando “resgatar” as crianças vistas como rejeitadas ou correndo sérios perigos morais e físicos no seu país original.

Num primeiro momento mais tímido, a ajuda não significava necessariamente um deslocamento geográfico. Briggs (2012) descreve a “iconografia visual do resgate” que começou a circular nos anos 1950 em revistas semanais – fotos de crianças raquíticas de pele escura, por vezes em trajes exóticos – publicadas por organizações de caridade, visando angariar contribuições financeiras para orfanatos no “Terceiro Mundo”. Mas a guerra ideológica parecia exigir um esforço mais radical. Foi em nome da superioridade dos países “livres” que, durante os primeiros anos do regime de Fidel Castro, órgãos evangélicos norte-americanos, junto com a estação de rádio Voice of America, conseguiram persuadir pais cubanos a enviar seus filhos para famílias substitutas nos Estados Unidos (entre 1961 e 1962, mais de 14 mil jovens de até 16 anos de idade saíram desacompanhados de Havana para serem “salvos” do comunismo). O mesmo espírito inspirou os esforços de Pearl Buck para organizar orfanatos e adoções que levavam crianças chinesas aos Estados Unidos. Nessas intervenções, o tom não era mais de solidariedade com as famílias originais e, sim, com as crianças isoladas de suas famílias. Em vez de abrigar temporariamente um pequeno refugiado, as pessoas propunham

“salvar” a criança pela adoção – garantindo a transferência permanente e irreversível da criança para a nova família (Briggs, 2012; Dubinsky, 2010; Briggs e Marre, 2009).

O endurecimento de confrontos geopolíticos era acompanhado de uma carência na América do Norte e na Europa ocidental de bebês adotáveis. Durante os anos 1960, graças em parte ao feminismo, diminuiu-se a censura da sexualidade feminina. Cada vez mais mulheres entravam no mercado de trabalho, adquirindo a autonomia econômica que lhes permitiria arcarem sozinhas com a criação de filhos nascidos “fora do casamento”⁶. A disseminação de meios eficientes de controle de natalidade reduziu dramaticamente o número de gestações indesejadas. Em outras palavras, as fontes tradicionais de bebês adotáveis estavam secando, exatamente quando casais estavam, mais do que nunca, buscando crianças para “completarem as suas famílias”.

Na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos, uma primeira solução à escassez de bebês envolveu a vigilância moral de famílias aborígenes. Dezenas de milhares de crianças nativas, retiradas de suas famílias “inadequadas”, eram enviadas para viver ou em pensionatos ou em famílias brancas de classe média, onde receberiam o devido sustento e educação. Historiadores apelidaram este período de “*baby scoop*” (captura de bebês) no Canadá, e de “geração perdida” de crianças aborígenes nos Estados Unidos e na Austrália (Dubinsky, 2010; Briggs e Marre, 2009; Modell, 1998; Ferreira, 2000). Pouco tempo depois, uma série de políticas neoliberais de Thatcher e Reagan contribuiu para o “preteamento” do serviço de atendimento a crianças, e para políticas que incitavam as pessoas

6 Nos Estados Unidos, a porcentagem de mães solteiras que entregavam seus filhos em adoção caiu de 9%, em 1973, a 3%, em 1988, sendo a queda mais acentuada entre mulheres brancas (Briggs, 2012).

a realizar adoções transraciais (Briggs, 2012). Contudo, à medida que movimentos sociais e defensores dos direitos das minorias reagiram contra esse tipo de “rapto” de crianças “de cor”, pessoas buscando um filho adotado eram instigadas a irem além-mar.

Sempre houve críticas dirigidas contra o “sequestro” ou “apropriação” de crianças perpetrado por agentes estatais. Da evacuação forçada de crianças durante as guerras civis na Espanha e na Grécia à arregimentação de crianças na União Soviética stalinista, os historiadores documentaram o uso arbitrário do poder estatal na remoção de crianças de seus lares (ver, p. ex., Voutira e Brouskou, 2000). O caso das crianças sequestradas pela ditadura argentina dos anos 1970 e 1980, trazido ao conhecimento do mundo pelas Madres/Abuelas de la Plaza de Mayo, também destaca os abusos que podem ocorrer quando regimes totalitários mediam os procedimentos de adoção (Regueiro, 2010; Villalta, 2011, 2012). Comissões de Verdade, ao investigarem as guerras civis que devastaram El Salvador e Guatemala, também constataram como o rapto de crianças podia ser uma tática sistemática de guerra perpetrada contra a população civil pelos governos militares (Briggs, 2012).

Contudo, desde o início do *boom* de adoção transnacional (anos 1980), a maior parte de escândalos midiáticos e de indignação internacional foi concentrada no “tráfico” de crianças por empreendedores do setor privado (advogados e outros intermediários) (Fonseca, 2006a). Registram-se histórias – algumas mais documentadas do que outras – de “máfias”, envolvendo agentes em países como Índia, Peru e Guatemala, que cobram mais de 30 mil dólares por adoção. Essa “indústria de adoção” inspira empreendedores a cometer inúmeras violações de direitos e atos ilegais – além do rapto de crianças, a falsificação de documentos e o suborno de funcio-

nários etc. Grupos organizados por ativistas nos países “fornecedores” – Pro-Búsqueda (El Salvador), Sobreviventes (Guatemala), FIND (México) – revelam o lugar central ocupado nesses esquemas por advogados e agências de adoção dos países “receptores” – especialmente da América do Norte (Briggs, 2012). Em tempos mais recentes, vários episódios – o incidente “Arca de Zoé” no Sudão, a adoção por Madonna (cantora *pop*) de uma criança malawi e a adoção pela atriz Angelina Jolie de crianças oriundas do Camboja, do Vietnã e da Etiópia – foram muito comentados na mídia, atestando os perigos da circulação transnacional de crianças em um mundo de desigualdades radicais. Não obstante os longos debates sobre a legalidade/ilegalidade desses episódios, eles colocam em destaque a linha tênue entre “tráfico” e “resgate” – tema que inquieta boa parte das análises antropológicas atuais.

Do tráfico à reprodução estratificada

Durante os anos 1960, a “adoção plena”, estipulando a ruptura total da criança com sua família de origem, foi inscrita como possibilidade em legislações nacionais em praticamente todos os países do mundo ocidental. Porém, em um primeiro momento, continuou a conviver com outras modalidades de adoção – a “adoção simples”, que permitia à criança assumir sua identidade adotiva sem anular sua identidade original, e a “adoção direta”, que, sendo um arranjo acordado entre pais originais e pais adotivos, prescindia dos serviços do tribunal. Com os escândalos dos anos 1980, essas modalidades alternativas foram marginalizadas ou mesmo proibidas no caso de adoção transnacional. A Convenção sobre a Proteção de Crianças e a Cooperação para a Adoção Internacional, promulgada no Haia em 1993, reza em seu artigo 29 que não haverá contato entre

os pais de nascimento e os pais adotivos antes de os serviços profissionais competentes terem realizado todos os procedimentos preliminares (incluindo seleção dos candidatos). Documentos complementares levam essa recomendação um passo adiante. Em uma “Avaliação da Operação Prática” da Convenção de Haia, o International Social Service (ISS, 2005, p. 14), por exemplo, insiste que mesmo depois da intervenção dos serviços profissionais, qualquer contato seria “incompatível com o espírito da Convenção de Haia”. Radicaliza a proibição de contato, tornando-a permanente e abrangente, barrando explicitamente não só contatos diretos sem supervisão, mas também contatos indiretos mediados por supervisores competentes (que se trate de visitas, cartas postais, telefonemas, correio eletrônico etc.).

Barbara Yngvesson (2002, 2004), especialista em Antropologia do Direito, foi uma das primeiras pesquisadoras a examinar criticamente esses documentos. Relata como, durante a Conferência de Haia, debates giravam em torno de dois blocos. Representantes de países “fornecedores” encaravam a criança como “recurso nacional”, considerando que ela devia ficar, acima de tudo, no seu país de origem; na falta de oportunidades de adoção, devia ser cuidada num abrigo ou família de acolhimento. Representantes dos países “receptores” consideravam que o melhor interesse da criança exigia que fosse cuidada numa família permanente e exclusiva – isto é, uma família **adotiva** autônoma, quer fosse no país de origem ou em outro lugar. Estes acabaram prevalecendo, mas Yngvesson (2004, 2010) sugere que o debate deixava de fora o problema central: como a insistência na permanência e exclusividade das famílias adotivas – característica da lógica capitalista de propriedade – impedia que os jovens pudessem juntar os fragmentos de sua trajetória para imaginar certa continuidade, e certo “pertencimento”

calcado em conexões (em vez de rupturas), dependências (em vez da autonomia) e responsabilidades. Recorrendo a discussões contemporâneas sobre identidade (de Butler a Bhaba), Yngvesson destaca como certos elementos da Convenção de Haia agem na contramão de visões mais dinâmicas do sujeito, que incluiriam a possibilidade de alternâncias e encadeamentos numa sucessão de pertencimentos.

A proibição de qualquer contato entre pais de nascimento e pais adotivos inscrita nos documentos internacionais foi supostamente inspirada na necessidade de prevenir o “tráfico” – transações em que o interesse por lucros financeiros (em favor dos pais originais ou de intermediários) toma o lugar do interesse pelo bem-estar da criança. Por esse motivo, as agências de adoção, bem como os pais adotivos favorecem uma linguagem que evita qualquer retórica de mercado. Enfatizam, por um lado, o “nobre sacrifício” da “doação” da mãe de nascimento e, por outro, a “doação opcional de dinheiro” dos pais adotantes a orfanatos. Consideram que as taxas pagas às agências de adoção representam um pagamento por serviços (e não a compra de crianças). Yngvesson insiste, contudo, que, ironicamente, a ideologia da adoção plena, favorecida por profissionais do campo de adoção – de fato contribui para a comodificação dos corpos das crianças e do *marketing* delas, enquanto recursos nacionais, no exterior: “contribui para a produção de desigualdades conforme as quais crianças são classificadas por tipos (cor, saúde, gênero, idade), famílias são classificadas por graus de (in)adequação e nações são situadas numa hierarquia de ‘doadores’ e ‘receptores’” (Yngvesson 2004, p. 214). Trata-se de uma perspectiva que, embora em sério conflito com o senso comum, viraria consenso entre analistas críticos da Antropologia que hoje opinam: a lógica de mercado – de oferta e demanda – permeia inevitavelmente o campo de adoção.

Sem dúvida, a “demanda” tem crescido muito nos últimos anos. A necessidade de atravessar o oceano (ou, simplesmente, fronteiras nacionais) para encontrar uma criança adotável varia muito, dependendo em grande medida da existência de crianças locais adotáveis. Nos Estados Unidos, por exemplo, cerca da metade de todas as adoções são domésticas, muitas das quais envolvendo crianças saindo do sistema público de abrigos. Nos países nórdicos europeus, graças a uma política social que combina apoio sistemático a famílias carentes e (como alternativa) acolhimento familiar de longa duração, são raras as crianças locais disponíveis para adoção (ver Howell, 2006 sobre a Noruega, p. ex.). Na Europa, aliás, cabe notar diferenças entre padrões de fertilidade no norte do continente e no sul. Em países do norte, onde existe uma tremenda valorização na formação de uma família para a realização pessoal, as taxas de natalidade são elevadas (Howell, 2006) e a adoção logo aparece como opção para a infertilidade involuntária. Em países do sul europeu, onde a taxa de natalidade tem caído dramaticamente nas últimas décadas, a adoção transnacional frequentemente interessa a mulheres (e casais) que, por escolha, postergaram a gestação até uma idade mais avançada, quando é difícil de engravidar⁷.

Neste último contexto, a adoção transnacional estaria funcionando como uma espécie de “terceirização do trabalho reprodutivo” (Marre, 2010a): não somente as mulheres podem postergar a maternidade até uma idade mais conveniente, elas também podem inaugurar sua maternidade com uma criança que não é uma recém-nascida, isto é, que não requer cuidados caros e intensivos em tempo integral. Embora algumas pos-

sam preferir uma maternidade medicamente assistida para ter “seu próprio filho”, outras expressam a preferência pela adoção por conta do preço ou do trabalho (corporal e de cuidados) menores (idem, *ibidem*). Assim, através do que pesquisadores denominam a “reprodução estratificada” (Colen, 1995), determinadas pessoas podem “escolher” um estilo original de vida reprodutiva à custa de outras que têm margem consideravelmente menor de escolha.

Trata-se de um efeito da desigualdade radical menos comentado do que o perigo do tráfico ou a necessidade de resgate. Entretanto, à medida que encontram entre pais adotivos – muito mais do que entre as famílias de nascimento – pessoas abastadas e com certa influência política, analistas sugerem que se devem explorar os possíveis vieses introduzidos por esse tipo de desigualdade nas próprias orientações oficiais e legais sobre adoção transnacional. Chamam a atenção para o fato de que, nos fóruns internacionais de discussão, embora os “países fornecedores” geralmente contem com certa representação, raramente se encontra um representante das famílias de origem, ou mesmo das famílias acolhedoras. A voz majoritária parece solidamente sediada nas famílias adotivas e nas agências de adoção transnacional, em particular do hemisfério norte, e é essa voz que informa o aparente consenso da legislação internacional.

Quais abusos?

A partir dessas ponderações, emerge a pergunta: por que certos abusos parecem receber mais atenção do que outros? Analistas, tais como Yngvesson (2002, 2005, 2010), su-

7 Desde 2004, a Espanha é líder mundial, depois dos Estados Unidos, em crianças adotadas de outros países (Selman, 2009).

gerem que a concentração de atenções em casos sensacionalistas pode estar lançando uma névoa sobre os abusos perpetrados diariamente por regimes democráticos contemporâneos contra as famílias pobres, oriundas de populações minoritárias ou economicamente discriminadas, que fornecem crianças adotáveis. No que diz respeito ao “melhor interesse” da criança, comentam como a constante denúncia e repressão do “tráfico” de crianças deixa na sombra as transações inerentes na adoção legal, onde dia após dia se negocia o valor da criança conforme uma hierarquia mais ou menos desejável de atributos (conforme idade, cor, estado de saúde etc.).

Carla Villalta (2012), especialista na abdução de crianças durante a ditadura militar argentina, se vale desse material para desenvolver sua linha de raciocínio. Sugere que, em certos casos, os militares conseguiram esconder o sequestro de crianças sob a suposta legalidade de leis vigentes de adoção exatamente porque governos (democráticos) anteriores tinham aberto a porta ao término unilateral de direitos parentais de certos casais e mulheres pobres. O protesto público surgiu apenas quando esse tipo de medida estatal veio junto à terrível violência do regime militar. Com sua cuidadosa reconstituição de eventos, Villalta alerta o leitor não só das atrocidades do regime ditatorial, mas também das injustiças banais do dia a dia perpetradas contra famílias em grande dificuldade mediante procedimentos totalmente legais. Ironicamente, hoje, enquanto a Argentina proíbe a adoção transnacional para evitar abusos remanescentes da ditadura, a adoção doméstica continua nos moldes tradicionais sem grande questionamento (Tarducci, 2011).

Cardarello (2009) mostra como, num tipo de “tráfico legal”, um tribunal brasileiro no interior de São Paulo pôde retirar crianças de suas famílias de baixa renda, ge-

ralmente negras e ciganas, tornando-as disponíveis para a adoção em lares europeus. As justificações giravam em torno das precárias condições de vida nas famílias de origem e culminavam no enunciado altamente especulativo de que: se estes meninos não tivessem sido retirados de suas famílias e enviados à Europa, certamente teriam se voltado ao crime ou à prostituição. O inusitado nesse caso é que os pais e cuidadores originais se organizaram para protestar contra o que viam como um abuso terrível da autoridade estatal. Entretanto, apesar de denúncias na cobertura midiática e de investigações pelo Ministério Público, nem o juiz, nem os profissionais envolvidos na adoção foram indiciados por qualquer ato ilegal, e só uma das mais de duzentas crianças enviadas em adoção à Itália foi devolvida à sua família original.

No Brasil e na Argentina, tal como em outras regiões do globo, a gravidez extramarital assim como a “ilegitimidade” do filho deixaram há tempo de serem vividas como um estigma social, obrigando uma mãe solteira a entregar seu bebê em adoção. As formas históricas de discriminação contra filhos bastardos – incluindo exclusão ou diminuição dos direitos de herança (ver Milanich, 2009) – têm sido abolidas. A maioria das crianças em abrigos institucionais disponíveis para a adoção vem de situações em que seus pais foram unilateralmente destituídos do poder familiar devido a acusações de abuso, abandono ou negligência. Apesar desse mesmo procedimento ser comum na América do Norte (Roberts, 2002), é significativo que, em muitos países europeus, não haja crianças adotáveis justamente porque não existe destituição unilateral da família (ver Ribeiro, 2011; Cadoret, 1995). As crianças podem ser removidas de suas famílias, abrigadas em instituições ou famílias acolhedoras, mas só são dadas em adoção com o con-

sentimento dos pais. Como veremos abaixo, já existem dúvidas quanto ao caráter livre e esclarecido desse consentimento. Cabe ainda mais dúvida sobre o processo legal na adoção transnacional em que, via de regra, a destituição do *patrio familiar* dos pais originais não foi “consentida” e, sim, imposta – com conotações de castigo – a quem perdeu o direito de ser mãe ou pai.

Tecnologias de governo

Os mediadores: profissionais e o sistema de atendimento à criança

É difícil encontrar na literatura contemporânea uma descrição da circulação de crianças que não destaque a intervenção de autoridades governamentais – fato que sublinha a importância de analisar a própria burocracia estatal. Criticando o caráter restritivo da noção de tríade adotiva⁸, exatamente por esta minimizar o papel fundamental exercido pelos especialistas legais e profissionais, analistas dirigem seus esforços cada vez mais ao estudo desses mediadores dos trâmites adotivos. A análise de Vivieni Zelizer (1985) serve como referência de base. Essa socióloga e historiadora se debruça sobre o campo de adoção na Europa e na América do Norte no início do século XX, apontando para a crescente influência das corporações incipientes de assistentes sociais e psicólogos. Uma vez integrados na burocracia, estes saberes profissionais – vistos como necessários para a normalização dos serviços de adoção e a redução dos abusos do tão temido “mercado de bebês” – possibilitaram aumento da distância entre os “doadores” da criança e os pais adotivos. O anonimato virou moeda corrente nas práticas institucionais, naturali-

zando a total falta de conhecimento que pais biológicos e adotivos têm uns dos outros. Ao mesmo tempo, surgiram no domínio legal os arquivos “lacrados”, com acesso exclusivo reservado para os agentes judiciários. Dessa maneira, elimina-se qualquer possibilidade de parentalidade compartilhada (Carp, 1998, 2004; Samuels, 2001; Solinger, 2001).

Fora o eixo euro-americano, a adoção seguiu uma cronologia algo diferente. Pesquisadores documentaram como, antes do *boom* de adoção transnacional nos anos 1980, a adoção ficava em grande medida nas mãos de damas da sociedade, do clero religioso e de trabalhadores da saúde, que agiam por motivos ostensivamente altruístas (Abreu, 2009; Khabibullina, 2009; Leifsen, 2004; Fonseca, 2009b). Quando se tornou evidente que adotantes estrangeiros se dispunham a pagar bem pelo privilégio de receber uma criança, advogados e outros mediadores entraram em cena, levantando entre observadores dúvidas quanto à nobreza das motivações desses novos mediadores. Foi apenas então que as autoridades estatais passaram a acirrar a supervisão dos procedimentos de adoção, não apenas por uma legislação nacional e internacional mais rigorosa, mas também pela mobilização de uma crescente classe de profissionais – particularmente de assistentes sociais e de psicólogos (Leifsen, 2004; Howell, 2006; Leinaweaver, 2008; Yngvesson, 2010).

Pesquisadores têm chamado a atenção à maneira em que esse aparato profissional serve como uma “tecnologia de governo” capaz de realizar a difícil tarefa de apagar o vínculo original de parentesco da criança e, assim, produzir “crianças abandonadas” legalmente disponíveis à adoção (Leifsen, 2006, 2009; Fonseca, 2010). Ouellette (1995, 1996) su-

8 Termo tradicional usado na literatura popular para designar pais biológicos e pais adotivos e a criança adotada.

gere que esses serviços ajudam a “sanitarizar” o processo de adoção, tornando possível imaginar a criança como uma “dádiva” oferecida não por uma família para outra, e sim oferecida pelo próprio serviço de adoção em benefício de cada uma das partes. Os “psico-tecnocratas” (como Howell [2006] os chama) não são particularmente populares nem sequer entre pais adotivos. Estes se queixam dos funcionários fiscalizadores (*gate-keepers*) que, aos olhos dos fiscalizados, parecem operar conforme critérios arbitrários, justificados com teorias psicológicas superadas ou, na melhor das hipóteses, descontextualizadas (Howell, 2006).

Nos Estados Unidos, o monopólio dos serviços públicos foi quebrado pelo avanço de políticas neoliberais dos anos 1970. Até 1983, cerca de 70% das adoções nacionais e virtualmente todas as adoções transnacionais eram realizadas por agências ou advogados particulares (Briggs, 2012). Em outros países, essa liberalização se restringiu às adoções transnacionais. Sem dúvida, devido em parte às pressões exercidas por pais adotivos, mediadores, assim como a própria legislação em países “receptores” – geralmente se mostram mais flexíveis quando lidando com candidatos aspirando a adotar uma criança do outro lado do mundo. Em alguns países, a bateria de avaliações exigida pelos serviços profissionais para uma adoção nacional é reduzida, senão eliminada, quando se trata de uma criança adotada de além-mar. Ouellette (2009) descreve como, em Quebec, a rígida supervisão por profissionais do serviço público de adoções domésticas contrasta com um sistema bem mais flexível nos processos de crianças adotadas de além-mar, coordenado por agências privadas. Neste caso, “o interesse da criança se estabelece numa perspectiva que abrange os interesses dos futuros pais adotivos, incluindo procedimentos agilizados e comunicação facilitada com o país de

origem da criança” (Ouellette, 2009, p. 73). Marre (2010a) relata como, na Espanha, a “filtragem” psicossocial dos candidatos querendo adotar crianças de além-mar não exclui praticamente ninguém. E é fartamente documentado como, nos Estados Unidos, gays e lésbicas, enfrentando resistências nos serviços locais de adoção, recorreram à adoção transnacional em lugares como Guatemala onde, graças a uma falta generalizada de supervisão estatal, podiam conseguir a criança “de sua escolha” (Briggs, 2006; Fonseca, 2009c). Como em outras esferas de conduta, a importação de bens do exterior seria uma forma de contornar os controles incômodos sobre transações domésticas.

Por outro lado, há um controle acirrado do tipo de criança que está sendo adotado. Nos países receptores, as crianças são escrutinadas por médicos, autoridades de imigração e agências de adoção que procuram nelas a ameaça de futuros problemas de saúde. Essas agências também são responsáveis pelo armazenamento das pistas (geralmente fragmentadas) da biografia pré-adotiva e dos atestados necessários para garantir a “adotabilidade” das crianças (Yngvesson, 2006; Ouellette, 2008). No seu país de origem, a criança adotável se torna uma espécie de “pré-emigrante” cujo corpo e psique são submetidos a “um tipo específico de mapeamento para prepará-la para a sua caminhada até novas famílias e novas terras” (Leinaweaver, 2009a, p. 193; Marre, 2010b). Yngvesson (2009) conta como o governo colombiano, em resposta às demandas de adotantes estrangeiros, criou uma hierarquia racial das suas crianças adotáveis conforme cor e estado de saúde, bem como uma classificação dos adotantes estrangeiros conforme sua nacionalidade de forma mais ou menos racista.

O discurso biomédico, especialmente relevante nas peças processuais que justifi-

cam a remoção de uma criança de seus cuidadores originais, também pode encerrar perspectivas discriminatórias em relação às famílias de origem (Cardarello, 2009; Leinaweaver, 2009a). Briggs (2012), na sua análise da situação norte-americana, desenvolve um argumento convincente de como as categorias do “*crack baby*”, no caso de mulheres negras, e do “*fetal alcohol syndrome*”, no caso de mulheres indígenas, foram construídas (inclusive na literatura científica) para desqualificar determinadas minorias cujos filhos se tornariam convenientemente disponíveis à adoção. Mesmo categorias mais banais como “subnutrição” (no caso de uma criança) ou de “doença mental” (no caso dos seus pais) podem ser construídas como evidências aparentemente objetivas para justificar a rotulação de determinada família (ou cuidador) como “inadequada”. Leinaweaver (2009a, p. 197), a partir de suas observações no contexto peruano, sugere que, em alguns casos, esse tipo de avaliação profissional pode estar vestindo “em pele de cordeiro os lobos predadores do racismo e da desigualdade”. Em outras palavras, os critérios aparentemente neutros da burocracia estatal podem estar reforçando a perseguição contra famílias pobres e etnicamente discriminadas em vez de procurar maneiras de apoiá-las.

Contudo, pesquisas etnográficas centradas nos próprios funcionários e profissionais acabam por mostrar considerável nuance no aparato estatal⁹. Briggs (2012) mostra como, nos Estados Unidos do fim dos anos 1960, a National Association of Black Social Workers (NABSW – Associação Nacional de Trabalhadores Sociais Negros) agiu para valorizar as mulheres negras e suas formas particulares de organização familiar, proble-

matizando a institucionalização e posterior adoção de seus filhos. Yngvesson (2010), ao descrever a experiência de profissionais na Índia dos anos 1980, destaca como, resistindo ao apelo midiático da “criança patética” que tanto inspirou adotantes estrangeiros, consolidaram políticas nacionais para cuidar adequadamente de crianças em dificuldade sem que estas saiam do país. Leinaweaver (2009b), explorando a trajetória biográfica dos profissionais do campo de adoção peruano durante os anos 1990, demonstra a relevância da análise de trajetórias individuais e experiências com a circulação de crianças para entender melhor os modos específicos pelos quais essas pessoas colocam em ação o princípio dos direitos da criança.

Diversas pesquisas demonstram como, ao longo das últimas décadas do século XX, a experiência prática desse tipo de profissional desempenhou um papel importante na reformulação de políticas estatais de bem-estar infantil. Anos de protestos e discussões organizados por ativistas da criança, ONGs e membros do Judiciário, assim como profissionais dos serviços governamentais, desembocaram no fortalecimento de alternativas à adoção internacional envolvendo apoio financeiro, suporte e aconselhamento para famílias em dificuldade, famílias de acolhimento, políticas de “reintegração familiar” para crianças institucionalizadas e a promoção da adoção doméstica (ver Yngvesson [2010] sobre Índia; Fonseca [2009a] sobre Brasil; Leifsen [2006, 2009] sobre Equador). Alguns países, como o Haiti e o Vietnã (Collard, 2005; Fine, 2009), desenvolveram outro tipo de estratégia visando promover alguma forma de contato e/ou troca de informação entre famílias adotivas e de origem,

9 Ver, no contexto brasileiro, as pesquisas de Zambrano *et al.* (2009) e Uziel (2007) sobre práticas do Judiciário diante de casos controversos como o da adoção por homossexuais.

numa espécie de “adoção aberta”. Neste caso, parece haver na política nacional uma preocupação com – para além dos “direitos” das famílias originais das crianças – a formulação de políticas inteligíveis e aceitáveis por essas famílias.

Acordos e desacordos: entendimentos circunstanciados

Pesquisas demonstram que não é tarefa simples garantir a plena compreensão das famílias de nascimento quanto aos termos do processo adotivo. Com grande presciência, um antropólogo clássico escreveu em 1930: “a adoção costumeira [em sociedades tradicionais] se apoia numa atitude mental que, para aqueles criados conforme as tradições ocidentais, é difícil compreender” (Lowie apud Howell, 2009a, p. 162). Howell sublinha a relevância atual dessa frase na sua crítica ao preconceito das autoridades em seu país (Noruega) contra a adoção: “Muitos, incluindo legisladores, consideram que a ausência de laços consanguíneos acarreta grandes tensões, distúrbios de identidade, e até mesmo relações afetivas e amorosas de segunda categoria” (idem, *ibidem*). Outros acadêmicos estendem esta linha de questionamento para sublinhar a dificuldade de pessoas em países e contextos “não ocidentais” em compreender os termos da adoção legal plena (Leinaweaver, 2008; Fonseca, 2006b; Leblic, 2009; Högbäck, 2010). Em particular, sugerem que pessoas na África, América Latina e Ásia (sem mencionar as populações subalternas no seio das democracias ocidentais) podem ter dificuldade em apreender a finalidade da “renúncia” quando “consentem” a adoção legal de seus filhos (Högbäck, 2010; Kendall, 2005).

Essas dúvidas não implicam, entretanto, uma clivagem radical entre os “ocidentais” ou “modernos” e os “outros”. A pesquisa contemporânea demonstra que, tanto no

“Norte” como no “Sul”, o campo de adoção **doméstica** encerra a coexistência de uma pluralidade de perspectivas sobre família e infância. Existe uma relação dinâmica entre lei e práticas familiares: a lei sendo uma “alternativa, e não uma substituição, para a prática tradicional” (Schachter [Modell], 2009, p. 63). Não é incomum, por exemplo, que, seguindo-se a um arranjo informal de acolhimento, conforme a prática costumeira, os pais adotivos recorram à autoridade dos tribunais para garantir seus direitos parentais (Schachter [Modell], 2009; Van Vleet, 2009). De modo complementar, práticas como a “adoção pronta” (também conhecida como “adoção direta” ou “adoção direcionada”), apesar de deploradas por muitos juristas, são prova das estratégias acionadas por pessoas para adaptar as leis formais às práticas tradicionais de colocação. Trata-se de mulheres, geralmente motivadas pela pobreza, que tomaram a iniciativa de procurar, entre empregadores e vizinhos, uma “boa família” [adotiva] para o filho. Muitas vezes, só depois de terem pessoalmente negociado um acordo (ou enfrentado uma disputa) é que essas pessoas chegam ao tribunal para receber o aval das cortes (Vianna, 2002; Villalta, 2012).

Analistas nos lembram, entretanto, que além de nem sempre entender bem os termos do acordo legal, essas mulheres possuem poder de barganha mínimo. A própria noção de “consentimento” é atrelada a uma lógica contratual neoliberal, que pressupõe que todo mundo está numa posição para fazer uma “escolha livre” entre diferentes opções (Solinger, 2001). Fonseca (2010, 2011) ilustra quão limitadas podem ser as opções ao observar a confusão de uma mãe de nascimento diante das exigências do tribunal. Conta a história de uma audiência legal convocada para a oficialização de uma adoção doméstica planejada e arrumada pela própria

mãe. Seguindo o protocolo usual, o juiz explicou didaticamente à mãe de nascimento que, depois de dar seu consentimento por escrito, ela não teria mais nenhum contato nem informação relativa à criança: “Você nunca mais vai ver a criança. Vai ser como se o seu bebê tivesse morrido. Você aceita estas condições?”. Para a surpresa de todos os presentes, a mulher, visivelmente perturbada pelas palavras do magistrado, disse: “Não!”. Evidentemente o processo descrito pelo juiz não era o que ela havia imaginado quando estabeleceu um acordo com os pais adotivos da criança. A audiência foi imediatamente suspensa e as autoridades do tribunal já tinham se retirado do recinto quando a mãe de nascimento, tentando entregar sua filha aos pais adotivos que ela escolhera, se deu conta de que ela havia involuntariamente impossibilitado a transferência da criança. A essas alturas, descobrindo não ter alternativa, ela pediu para chamar todos de volta e retomar a sessão. O material de Fonseca vai ao encontro do de outros pesquisadores que descrevem como, na realidade latino-americana, a desconfiança dos tribunais leva muitas mães de nascimento a realizar um procedimento extralegal (adoções apelidadas de “clandestinas”, “à brasileira” etc.), em que os pais adotivos escolhidos pela mãe simplesmente registram o filho como se tivesse nascido deles (Costa, 1988; Abreu, 2002; Fonseca, 2006b).

Existe também na literatura sobre o hemisfério norte inúmeros exemplos em que mães de nascimento relatam não terem entendido a finalidade de sua decisão quando “consentiram” doar seus filhos (ver Modell [1994, 2002] e Schachter [Modell] [2009], para exemplos no contexto norte-americano; e Lefaucher [2004] para o contexto francês). Na base desse tipo de observação, antropólogos, recorrendo à literatura sobre família e parentesco, perguntam se a atual orientação

da adoção legal não impõe uma ideologia do indivíduo autônomo típico do direito liberal lá onde as dinâmicas seriam mais bem enquadradas em termos de *relatedness* (Carsten, 2000) ou “conectividade” (Saul Joseph apud Leinaweaver e Seligmann, 2009). É neste espírito que Schachter [Modell], dando eco às ideias de Yngvesson (vista acima), recomenda abandonar a ideia de “permanência” e abraçar, ao invés, uma noção particular de “pertencimento”. Esse pertencimento não se remeteria “a uma fonte exclusiva – uma vinculação unidimensional baseada no modelo de família nuclear – mas à solidariedade fornecida por diversos nexos da filiação” (Schachter [Modell], 2009, p. 66).

Nesse espírito, antropólogos ampliaram o enfoque de suas análises para incluir diferentes modalidades de colocação infantil coerentes com noções mais flexíveis de parentesco: adoção simples, adoção aberta e diferentes formas de acolhimento (Cadoret, 1995; Collard, 1999; Leifsen, 2006; Yngvesson, 1997; Hoelgaard, 1998; Kosack, 2004; Fine, 2009). Ironicamente, essas são justamente as modalidades de adoção que são proibidas na adoção transnacional.

Nação, classe e o multicultural

Entre os “recebedores”: por – e para – os membros da família adotiva

Devemos lembrar que boa parte das análises sobre adoção transnacional – tanto no mundo acadêmico como na literatura para leigos – é produzida por pais adotivos nas nações “recebedoras”, que trazem o viés de sua experiência pessoal. Não é, portanto, nada surpreendente que exista um tom otimista, praticamente de autoajuda, nessa literatura. A narrativa sobre adoção transnacional que, sem dúvida, vende mais livros nos Estados Unidos, é a que sublinha o he-

roísmo dos pais adotivos, prontos a enfrentar tudo – até sacrificando seus próprios escrúpulos para subornar burocratas corruptos do “Terceiro Mundo” – em nome do “melhor interesse” do seu filho. Elizabeth Bartholet (1999) com o prestígio de nada menos do que professora de Direito na Universidade de Harvard, é quem melhor reforça essa narrativa com uma prosa comunicativa e a legitimidade de ter passado pelos perigos físicos e emocionais de ter adotado duas vezes filhos no Peru. Fazendo pouco caso das famílias de origem (um dos seus livros se intitula *Nobody's children...*), Bartholet é advogada e vocífera a favor da liberalização de leis nacionais e internacionais de adoção, propondo varrer restrições a adoções transraciais e facilitar em geral os trâmites adotivos tanto no nível nacional como transnacional.

Contra o pano de fundo dessa narrativa hegemônica, apoiada por um forte *lobby* de adotantes afluentes e politicamente influentes, é compreensível que muitos antropólogos tenham elegido originalmente um alvo consensual de preocupação: problemas identitários e de adaptação dos filhos adotivos. Dirigiram suas análises ao desafio, enfrentado por pais adotivos, de lidar com as “origens” particulares de um filho adotivo – origens que representam uma diferença nacional, étnica e “de sangue” em relação ao resto da família. Yngvesson (2010) cita um trabalhador social sueco falando da ansiedade de um candidato a pai adotivo que lhe perguntou: “E se nossa família receber uma criança que não é como nós e que não se torne alguém como nós – uma criança que não apenas tem uma aparência diferente, mas de fato é diferente e que sempre será?”.

Por outro lado, é através do orgulho em assumir uma criança etnicamente marcada (preta ou asiática) que famílias na Europa e nos Estados Unidos afirmam sua própria fé em filosofias humanistas. Acolhendo o que

veem como uma situação “multicultural” no seio da sua intimidade, pais adotivos encontram, individual e coletivamente, estratégias para reimaginar a “normalidade” de suas famílias. Howell (2006), por exemplo, descreve como as famílias norueguesas transformam o adotado em um “filho nosso”. Num tipo de transubstanciação da criança, os diferentes momentos do processo adotivo são associados a experiências de pré-gravidez, gravidez e nascimento. No caso norueguês, a criação do parentesco se estende além da família nuclear para a inscrição da criança numa linhagem familiar e nacional através de uma série de rituais seculares envolvendo vestuário, festividades e caminhadas na natureza. Citando um pai adotivo em Barcelona, Marre (2009, p. 237) encontra exemplos semelhantes para ilustrar como “a cultura toma o lugar da raça”: “[a raça de nossos filhos adotivos] não importa porque eles acabam sendo catalães”. Ao mesmo tempo, pais adotivos possuem numerosas táticas para valorizar a história pré-adotiva de seus filhos, incluindo práticas tais como doações coletivas a algum orfanato do país de origem, o planejamento de “viagens em busca de raízes” (*roots trips*) e a organização de “dias culturais” que permitem às crianças de origens semelhantes celebrarem juntas costumes do seu país natal.

Na América do Norte, onde existe uma abundância de crianças locais disponíveis para a adoção, parece haver consideravelmente mais crítica sobre as atitudes dos adotantes em relação às origens dos seus filhos adotados transnacionalmente. Alguns observadores sugerem que adotantes preferem ir ao estrangeiro não apenas com a esperança de encontrar um “bebê faixa-azul” (recém-nascidos saudáveis brancos – justamente o que falta nos abrigos públicos locais [Gailey, 1999]), mas também porque a distância do lugar ajuda a diminuir preocupações quanto à eventual “volta” da mãe de nascimento

competindo pelas lealdades de seu filho. Por outro lado, contrariando acusações de que são indiferentes, quando não hostis, à informação sobre a biografia pré-adotiva de seus filhos, Volkman (2005a) descreve elaborados esforços de alguns pais norte-americanos nesse sentido. Como no caso europeu, eles se reúnem em associações tais como “Families with Children from China”, criam e participam de eventos como Culture Day e encorajam a aprendizagem da língua, da música e dos costumes do país em questão.

Em uma veia mais crítica, pesquisadores sugerem que essas “merendas culturais” (*cultural bites*), promovidas pelas famílias adotivas, são uma estratégia para desviar a atenção das pessoas reais e das conexões concretas da vida pré-adotiva de seu filho, substituindo-as por noções abstratas (Anagnost, 2000). Mesmo as fotos e lembranças da história pré-adotiva das crianças podem ser interpretadas como um tipo de “arquivo desativado e objetivado”, tendo a função de manter o passado a uma distância segura (Ouellette e Belleau, 2001, p. 27). Novamente, Volkman (2005b, p. 11) responde frisando que, em muitas instâncias (especialmente no caso de crianças da China), é quase impossível descobrir detalhes sobre a família de origem. O movimento dos pais adotivos em direção “ao palpável e ao particular” – isto é, às “viagens em busca de raízes”, que se dirigem a lugares (orfanatos), coisas (berços) e pessoas específicas (pais acolhedores anteriores) – são uma maneira de ativar essas conexões pré-adotivas, de canalizar o desejo da criança por uma narrativa normalmente inacessível sobre sua mãe e os detalhes de seu nascimento.

Até o final dos anos de 1990, muito havia sido escrito sobre crianças adotadas além-

-mar, mas, como já mencionamos, o grosso dessa literatura era produzida por – ou para os – pais adotivos morando na Europa e na América do Norte. Aos poucos, tornou-se evidente a exasperação dos adotados em relação à enxurrada de livros e artigos escritos sobre eles. Eles começaram a perguntar por que seus pais (adotivos) não paravam de falar e escrever sobre aquilo que imaginavam serem os problemas de seus filhos, ao invés de “simplesmente [...] escutar” (Volkman, 2005b, p. 8). Pais adotivos que tinham sido tão entusiasmados pelos cursos de língua, os dias de cultura, a busca das origens do filho ou da filha, ou mesmo do contato com a família de nascimento destes, começaram a suspeitar que eles estivessem se precipitando, impondo uma “cultura predeterminada” às suas crianças (Howell, 2004; Kendall, 2005; Volkman, 2005a).

Nos últimos anos, crescente número de pesquisadores centrou suas atenções na “voz” dos adotados e, com isso, começaram a ser delineadas com mais clareza questões amplas sobre a desigualdade estrutural entre nações e o racismo enfrentado por imigrantes em seus novos países. Yngvesson (2010) e Hubinette (2006) trazem relatos de adotados nascidos na Ásia, África e América Latina, comentando os muitos desafios que enfrentam no país adotivo tradicionalmente visto como etnicamente branco. Não é incomum ouvir jovens aludirem a tratamentos discriminatórios que receberam nas diversas etapas de sua trajetória¹⁰.

Yngvesson (2010), em sua pesquisa na Suécia, traz depoimentos particularmente eloquentes de jovens adultos adotados na infância de países como China, Etiópia ou Colômbia, que tentam entender as “contingên-

10 Por outro lado, autores como Leinaweaver (2008) e Fonseca (2009a, 2009b) descrevem como a adoção informal em circunstâncias “tradicionalistas” também mobiliza estruturas de racismo e discriminação de classe.

cias do nascimento e as escolhas arbitrárias” de suas biografias. Entre outras experiências, contam como são obrigados a lidar repetidas vezes com a surpresa que as pessoas demonstram ao se deparar com uma sueca ou um sueco que destoa do estereótipo nacional do loiro de olhos azuis. Seus sentimentos mistos, exacerbados pela distância entre seus esforços de identidade pessoal e a maneira com que outras pessoas tendem a identificá-los, revelam uma “história complexa de movimentos entre locais (temporários) do desejo que são moldados por hegemonias raciais, sanguíneas, e nacionais” (Yngvesson, 2010, p. 163). A Suécia, tal como outros países do “Norte”, encoraja a vinda de adotados de origem estrangeira enquanto seguem erigindo obstáculos à chegada de imigrantes das mesmas regiões que produzem os adotados. A ironia dessa situação é percebida por muitos adotados que, à medida que crescem e se tornam jovens adultos, são cada vez mais divididos entre, por um lado, sua identificação com seus colegas imigrantes e, por outro, sua necessidade de estar à altura da expectativa de serem “cem por cento normais”, isto é, iguais aos que nasceram na família e na nação adotivas. Em países como a Suécia, a ansiedade do adotado pode ser até pior na medida em que busca merecer a generosidade não apenas da família adotiva como também da nação acolhedora supostamente imune ao racismo.

Questões ainda mais desafiadoras surgem quando adotados, em “viagens às raízes”, retornam aos países em que nasceram. O que Yngvesson (2010, p. 150) chama de “o jogo duro” da diferença inicia quando o adotado encontra seus parentes e é obrigado a intermediar “duas humanidades que parecem incomensuráveis, a humanidade da carência e aquela do ‘consumo’, a humanidade do subdesenvolvimento e aquela do hiperdesenvolvimento”. As histórias comoventes de

retorno ao país de origem, de encontro com a família de nascimento, e os dilemas que seguem a esses episódios destoam das “fantasias de reparação” sonhadas, sublinhando os dilemas angustiantes enfrentados por todas as partes envolvidas.

Mais de trinta anos depois das grandes levas de adoção internacional, é evidente que muitos adotados já se tornaram analistas competentes dos processos que envolvem trajetórias como as suas. Pesquisadores nascidos na Coreia do Sul, tais como Kim (2005), Hubinette (2006) e Borshay (2000), deram voz a uma forma particular de “atuação cultural fronteiriça” (Kim, 2005, p. 60). Não é particularmente surpreendente que, junto com a contribuição dessa nova geração de pesquisadores-nativos, o tom crítico se acirra. Depoimentos pessoais, integrados em discussões acadêmicas (especialmente pós-colonialistas), produzem perspectivas críticas que questionam a insistência dos pais adotivos em atribuir aos seus filhos **uma** identidade **fixa**. Ilustrando seus argumentos com o que um pesquisador denominou uma “autobiografia multigeracional e transindividual” (Xing apud Kim, 2005, p. 60), reforçam noções dinâmicas de subjetividade. Esses pesquisadores são igualmente críticos, entretanto, diante dos esforços de determinada nação em “acolhê-los” de volta. Vide como o governo sul-coreano, em anos recentes, tentou consolidar a diáspora internacional apelando à lealdade de “coreanos” enviados para crescer como filhos adotados em outros países. Kim (2005, p. 64), etnografando um encontro de adotados (principalmente norte-americanos) promovido pelo governo sul-coreano, descreve uma irônica “desidentificação entre a retórica do estado sul-coreano e a experiência vivida dos adotados que se sentiam desconectados, estrangeiros culturais e ontologicamente deslocados na Coreia do Sul”.

A geração atual de pesquisa, sob a influência dos estudos pós-colonialistas e feministas, aprofunda a análise crítica de como o deslocamento de crianças contribuiu para noções de hierarquia e diferença entre as nações. Hubinette (2006), enfocando o país em que ele mesmo nasceu – a Coreia do Sul, maior fornecedor mundial de crianças adotadas –, procura saber como os sul-coreanos têm sido afetados por décadas de um “fluxo unilateral, espasmódico e desigual”, para fora do país, de crianças adotadas¹¹. Ao responder a essa pergunta, faz clara demonstração de como as políticas sul-coreanas de adoção transnacional são entrelaçadas às mudanças de governo, às batalhas ideológicas da Guerra Fria, às turbulências econômicas da modernização e às ansiedades da identidade nacional provocadas pelos processos da globalização. É possível que o fluxo tenha começado (tal como os historiadores da adoção não cansam de repetir), com a ânsia do casal Holt em “resgatar” as crianças miscigenadas, rejeitadas pela sociedade sul-coreana após a guerra dos anos 1950. Contudo, até o início dos anos 1970, quase todas as crianças adotadas saindo do país eram cem por cento sul-coreanas – filhos de jovens operárias mal-remuneradas, muitas delas sozinhas e sem nenhuma esperança de um apoio financeiro do governo. Novamente, durante os anos 1980, houve mudança no perfil das mães “abandonantes”, que incluía agora, cada vez mais, moças solteiras de classe média, forçadas pela moralidade conservadora a esconder a vergonha de uma gravidez fora do casa-

mento ou do nascimento de um filho deficiente. Na descrição de Hubinette (2006, p. 62), a adoção transnacional emerge como uma “tecnologia biopolítica de poder”, uma estratégia eugênica de engenharia social projetada para “varrer o país de párias ‘impuros’ e ‘descartáveis’”, estigmatizados como bastardos, aleijados ou mestiços.

Hubinette evoca textos da cultura popular sul-coreana (novelas, cinema e outras representações ficcionais) para considerar como aquele povo vivenciou o êxodo das crianças adotadas. Esse tipo de produção cultural, fazendo contraste às histórias midiáticas otimistas sobre adotados bem-sucedidos que prosperaram nos seus países adotivos, fornece cenas reiteradas de tragédia, vergonha, ambivalência e ansiedade. Para analisar esse material, Hubinette lembra que o século XX foi, para os sul-coreanos, cem anos de exploração colonialista, genocídio, emigração de mão de obra barata e deslocamentos arbitrários (envolvendo a definição política de uma fronteira arbitrária entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul). Nesse contexto, a “família separada” tornou-se uma experiência corriqueira. Assim, a linha narrativa desses textos populares pode ser vista como uma condensação dos sentimentos de todo sul-coreano que facilmente se imagina como “órfão” ou “exilado”, tendo perdido tudo (nome, país e linguagem), buscando suas raízes e tendo que responder à pergunta: “Você é sul-coreano?” (Hubinette, 2006, p. 164). Uma aspiração melancólica por reunificação é evidente não apenas nos enredos ficcionais, mas também nos bancos de dados de DNA de sul-coreanos, montados para o rastrea-

11 Apesar das primeiras reações à adoção transnacional, a Coreia seguiu durante décadas enviando crianças à Europa e à América do Norte, totalizando, até o final do século XX, mais de 150 mil. Hubinette (2006, p. 16) insiste na centralidade dos Estados Unidos no desencadear desse processo: “os países fornecedores de crianças [...] caem quase todos na esfera de influência americana e têm sido expostos à intervenção militar norte-americana, presença ou ocupação [...]”.

mento de conexões familiares. Como em outras situações pós-coloniais, a reconciliação não é de fácil alcance. E, bem como outros incidentes da história sul-coreana moderna, que, por muitos anos, foram varridos das narrativas hegemônicas do país – o das “mulheres de conforto” enviadas para acompanhar as tropas japonesas durante a Segunda Guerra Mundial e o das moças enviadas ao estrangeiro como noivas encomendadas por correio (igual em número às crianças adotadas) – a adoção transnacional permanece um “trauma nacional”, que ameaça cindir a autoimagem de uma próspera nação.

Johnson (2004), escrevendo sobre o segundo grande país “fornecedor”, a China, sublinha outra ordem do efeito da adoção transnacional – a maneira como esta influencia outras políticas de colocação infantil, estreitando as opções abertas a adotantes **nacionais**. Opondo-se a estereótipos populares na Europa e na América do Norte, seu estudo, com cerca de 800 famílias adotivas na China, mostra claramente como os chineses acolhem sem problema crianças “expostas” (ou abandonadas) de ambos os sexos, sejam elas órfãs “reais” ou “sociais”. Pode haver até mesmo leve preferência por meninas adotadas, na medida em que elas não carregam a responsabilidade da continuidade da linhagem. A adoção **doméstica**, contudo, tem sido impedida pela administração governamental. Com a política do filho único, implantada em 1979, os comitês de planejamento familiar passaram a perseguir todos os *chaobao*, ou seja, crianças “além-da-cota”. Na maioria das regiões, a chegada na família de um segundo filho torna os pais passíveis de multas proibitivas, de redução de salário e até mesmo de esterilização compulsória. Os pais de um *chaobao* adotivo, incapazes ou relutantes de pagar a multa oficial, podem ser ameaçados com a apreensão de seu filho pelas autoridades governamentais. Não é nada

surpreendente, nessas condições, que muitos pais adotivos simplesmente deixem de registrar seus filhos, preferindo, em vez disso, uma espécie de adoção doméstica clandestina. E mesmo aqueles que aceitam enfrentar as consequências de um segundo filho oficial são frequentemente confrontados à recusa das autoridades locais. Crianças adotadas sem documentação oficial levam uma existência estigmatizada semelhante à de “crianças negras” da população migrante – aquelas que não possuem os documentos necessários para inscrever-se em escolas locais e acessar outros benefícios públicos.

Nas últimas décadas do século XX, a adoção legal tendia a ser limitada a pessoas sem filhos, casais mais velhos, presumivelmente inférteis. Em torno de 2000, uma série de leis chinesas, embora celebrada na Europa e América do Norte como a “abertura” da adoção transnacional na China, reforçou as restrições à adoção doméstica. Ampliou o leque de adotantes (abrindo a adoção a pessoas mais jovens e a casais já com filhos), mas estreitou o perfil das crianças adotáveis (limitado agora àquelas “vivendo em instituições públicas”). Na época, muitos pais de acolhimento, empregados do serviço social, encaminharam pedidos para a adoção de seus tutelados – explicando em parte o tremendo salto de adoções domésticas após a implantação da lei de 1999 (de menos de 10 mil por ano em meados dos anos de 1990 para mais de 50 mil em 2000). Contudo, a grande maioria de pais acolhedores cujas crianças **não** haviam passado pelo sistema público de atendimento continuou a ser marginalizada. Existem histórias de pais acolhedores que internaram seu tutelado numa instituição para poder adotá-lo, só para ver o seu plano tragicamente frustrado quando a criança foi encaminhada para adoção em outra família – estrangeira. Através de suas ricas descrições etnográficas, Johnson (2004,

p. 164) destaca o que ela vê como o impacto negativo da adoção transnacional, não apenas para famílias adotantes chinesas, mas também para as políticas nacionais em geral: “Ao invés de contestar a política de controle de natalidade e sua influência sobre as políticas de adoção, ao invés de encorajar adoções domésticas supervisionadas [...], o governo recorreu à adoção transnacional para solucionar o crescente problema do abandono de crianças” (ver também Selman, 2004).

Yngvesson (2010), em sua análise do caso indiano, destaca a maneira com que esse país tentou desenvolver uma política nacional para o atendimento a crianças, resistindo não só contra a demanda dos adotantes estrangeiros, mas também contra as ideologias ditadas por países recebedores. Estes, visando garantir uma prática “limpa” de adoção, tendem a recomendar às agências de adoção transnacional que abstenham de todo programa de apoio a famílias pobres nos países “doadores”. Teme-se que o apoio possa ser vivido como pressão para dar algo em troca – ou seja, a entregar um filho em adoção. Por outro lado, numa sentença de 1985, a Corte Suprema da Índia, afirmando o que Yngvesson chama de uma “perspectiva internalista”, determinou que as agências estrangeiras tivessem a obrigação de se engajarem em programas para prevenir o abandono – isto é, em programas de apoio a famílias pobres. Atenta à opinião de ativistas e trabalhadores sociais desse país fornecedor, a autora chega à conclusão de que a relação implicada numa adoção transnacional não é nunca simples. A proibição de “dons” ou mesmo de dinheiro não garante a justiça da transação. E, em certas situações, trocas (materiais e outras) po-

dem fazer parte de um processo vivido por muitos como mais igualitário, menos predador do que aquele em que toda contribuição financeira é proibida¹².

Finalmente, a historiadora feminista Laura Briggs (2012), no livro “Os filhos de alguém” (*Somebody's children*), trata em capítulos sucessivos as situações que geraram crianças adotáveis entre vítimas das “guerras sujas” na América Latina (Argentina, Guatemala, El Salvador), entre afro-americanos nos Estados Unidos e entre os povos indígenas neste mesmo país. Dessa maneira, mostra que – no campo da adoção transnacional – muitas das dinâmicas decorrentes da desigualdade entre nações já foram ensaiadas no jogo entre grupos dominantes e subalternos dentro dos países recebedores. Seu recado, ao longo do texto, é sumamente claro: a oferta e demanda de crianças adotáveis, longe de seguir a lógica de um mercado reprodutivo biológico (quem tem mais, quem tem menos fertilidade), é produto de determinada economia política. Nos Estados Unidos, a população negra tinha sido amplamente ignorada pelos serviços públicos até os anos 1960, quando, em oposição aos avanços do movimento por direitos civis, conservadores elegeram a sexualidade da mulher negra – em particular, a suposta promiscuidade da mãe solteira – como emblema do primitivismo e irresponsabilidade. Durante os anos 1960 e 1970, não só os cofres federais passaram a esterilizar até meio milhão de mulheres pobres por ano, como o sistema de acolhimento familiar (*foster homes*), que, durante cinquenta anos abrigara crianças principalmente brancas, “preteou”. Contudo, como mencionamos acima, um *lobby* particularmente

12 Ver Leifsen (2006), sobre Equador, e Fonseca (2007), sobre Brasil, para outros exemplos de como a adoção transnacional e as ideologias que a acompanham pode influenciar os sistemas nacionais de atendimento a crianças em países “fornecedores”.

bem organizado, liderado pela Associação Nacional de Trabalhadores Sociais Negros (NABSW), conseguiu promover uma série de orientações cunhadas para afirmar as práticas particulares da família negra – promovendo o apoio financeiro a mães solteiras, o repúdio de medidas coercitivas de controle de natalidade, o direito preferencial dos avós no caso de crianças colocadas em famílias substitutas e (o item mais controverso) a condenação de adoções transraciais, vistas como uma “forma de genocídio”.

De maneira semelhante, a política assimilacionista dos povos indígenas, promovida por sucessivos governos dos Estados Unidos durante a primeira parte do século XX, tinha engrossado o contingente de *native Americans* nos centros de pobreza urbana. Estima-se que, nos anos 1970, mais de um terço das crianças indígenas tenham sido retiradas de suas famílias originais para serem criadas em instituições, em famílias de acolhimento ou em famílias adotivas (Briggs, 2012, p. 90). Neste caso, a resistência política veio articulada em nome não da diferença racial e, sim, da soberania das nações indígenas. Em 1978, o Congresso Nacional passou o Indian Child Welfare Act (Ato do Bem-Estar das Crianças Indígenas) que, tal como a orientação do NABSW, conseguiu temporariamente desacelerar – senão estancar – a transferência de crianças “de cor” para famílias da classe média branca.

Entretanto (continua Briggs), com a era Reagan (anos 1980), inicia uma nova filosofia neoliberal de governo que, em pouco tempo, provocaria um ritmo de destituição parental das famílias negras e indígenas mais alto do que nunca. A derrota de visões feministas para a transformação do trabalho doméstico resultou numa “privatização cada vez mais acentuada dos sistemas de cuidado” (Briggs, 2012, p. 262-263). A mãe pobre não tinha outra opção senão ficar em casa,

dependendo da assistência pública para criar seus filhos. Ao mesmo tempo, o enxugamento do orçamento público exigia um corte no número de famílias assistidas que “abusavam” do sistema. Se, por um lado, o previsível aumento de pobreza de mães sozinhas provocava a saturação do sistema de abrigos públicos, por outro, existia agora “a solução neoliberal ideal para o sustento de crianças oriundas da miséria econômica”: a adoção (idem, *ibidem*, p. 124). Em 1997, seguindo nos calcanhares de cortes dramáticos dos auxílios federais previstos para mães sozinhas, Clinton patrocinou o Adopton and Safe Family Act (ASFA – Ato de Adoção e Família Segura), com uma retórica aparentemente solidária e progressista. Todos, inclusive solteiros, homossexuais, famílias negras e de baixa renda, são conclamados a oferecer um lar adotivo para uma criança dos abrigos públicos. Dessa maneira, ao mesmo tempo que, ostensivamente, corrigia-se o moralismo excessivo das intervenções do Estado de Bem-Estar Social, ampliando o leque de famílias aceitáveis, o neoliberalismo lograva privatizar o cuidado, situado agora nas (mais variadas) famílias (id., *ibid.*, p. 262).

Briggs sublinha, com sua experiência pessoal, a maneira como a categoria minoritária com a qual se identifica, lésbicas brancas com certo poder aquisitivo, passou a servir como “válvula de escape”, permitindo que o serviço público se desonere das crianças mais problemáticas (id., *ibid.*, p. 264). Junto com sua parceira de então, Briggs já acolhia uma adolescente méxico-americana quando o Congresso Americano aprovou a Lei de Adoção (ASFA) de Clinton. Pressionadas pelos serviços de atendimento e passando por cima das dúvidas do trabalhador social responsável, assim como das reticências da própria jovem, as duas mães acabaram adotando a menina só para descobrir que a adoção tinha retirado todo direito da

jovem ao sistema estatal de saúde. Na pressa de achar uma solução para um problema que parecia “dado” (crianças “pacendo” no sistema público de atendimento), ficavam num segundo plano não só os problemas das famílias originais (que fossem afro-americanas, indígenas, imigrantes ou simplesmente pobres), mas também as garantias do bem-estar da própria criança.

Colocando o acento justamente nesses diversos fornecedores de crianças adotáveis – não só países do “Terceiro Mundo”, mas também minorias étnicas e (mais recentemente) imigrantes –, Briggs consegue condensar o consenso entre analistas atuais: que uma perspectiva crítica da adoção exige que esta seja vista “não como um evento midiático ou mesmo uma decisão privada, familiar e, sim, como [uma prática] profundamente entranhada nas políticas de raça e pobreza, gênero e sexualidade, e relações [interétnicas] e economias internacionais” (id., *ibid.*, p. 5).

Rumos do futuro: os limites do humanitarismo

Ao reconhecer a imbricação das práticas adotivas dentro de situações históricas concretas, também passamos a apreciar como as próprias narrativas de justificação adquirem nuances particulares, conforme as novas circunstâncias. Cartwright (2005), fitando o impacto da mídia, trabalha com a busca de “órfãos sociais” na Romênia após a queda de Ceaucescu. Até aquela época, conforme essa autora, o campo da adoção internacional tinha sido dominado pela “política da pena”. Telespectadores, mobilizados por um “sofrimento a distância”, doavam dinheiro e apoio moral a causas humanitárias envolvendo recipientes anônimos do outro lado do mundo. Mas, à medida que as possibilidades de adoção transnacional avançavam, esse “humanitarismo a distância”, provocado por imagens

na mídia, passou a anunciar possibilidades reais de trazer essas crianças necessitadas para casa. O colapso da tutela do Estado-nação sobre a vida social na Romênia criou uma espécie de debilitação de fronteiras, permitindo que telespectadores fossem atrás de crianças específicas, que tinham visto em cenas videofilmadas. Essa “morte a distância” trouxe novos riscos devidamente registrados através de transmissões televisionadas sobre pessoas que lograram seu projeto de adoção. Após terem “resgatado” uma criança “órfã”, e enfrentando dificuldades de relacionamento imprevistas, expressavam medo e indignação. Alegavam antes de tudo que tinham sido enganadas pelos mediadores (jornalistas, agências de adoção etc.). Estes teriam induzido os adotantes bem-intencionados a acolher uma criança seriamente perturbada que, em alguns casos, teve de ser devolvida ao orfanato de onde veio. Agora, os espectadores, perplexos, estavam deslocando sua compaixão das crianças necessitadas para os próprios pais adotivos.

Como aponta Cartwright, a publicidade dada a esses episódios “anti-humanistas” – envolvendo a possível negação da narrativa do resgate – teria sido “impensável, irrepresentável” poucos anos antes. As implicações para políticas de adoção transnacional eram mistas. Por um lado, alguns pais adotivos em potencial desistiram de seu projeto adotivo ou redirecionaram sua busca para territórios com crianças mais “garantidas”. Por outro, entre outros pais adotantes, agências e profissionais médicos, surgiu uma espécie de “política da consternação” em oposição à corrente “anti-humanista”. Estes, aceitando o desafio do acolhimento de crianças portadoras de necessidades especiais, forjaram alianças transnacionais voltadas à compreensão e intervenção terapêutica para crianças consideradas vítimas de “trauma pós-institucional”. Nesse sentido, o dilema colocado

pelos “órfãos” romenos seria paradigmático de um novo rumo da adoção transnacional.

A adoção transnacional se popularizara numa época em que, devido a situações caóticas ou repressoras, havia pouco controle governamental sobre o êxodo de crianças. Nessas situações é que apareciam com mais frequência crianças na primeira infância relativamente em boa saúde. Vide as sequelas da guerra civil guatemalteca (Briggs, 2012; Briggs e Marre, 2009) ou das medidas repressoras de controle populacional na China. Ambos contextos produziram uma quantidade de crianças adotáveis com perfil altamente valorizado no mercado de adoção.

Atualmente, quando não há guerra e a máquina governamental parece normalizada, a maior parte das crianças disponibilizadas à adoção tem outro perfil. Elas vêm de contextos extremamente problemáticos (em que os serviços de assistência social são geralmente insuficientes) e frequentemente passaram tempo em abrigos institucionais. Uma vez que a maioria das legislações nacionais e internacionais dá prioridade à adoção **doméstica**¹³, as crianças disponíveis à adoção transnacional são as preteridas pelos adotantes locais. Não é de se surpreender, portanto, que, como Stryker (2010, p. 2) aponta:

Muitas crianças adotadas do estrangeiro passaram por período de grave abuso, negligência, ou institucionalização. Algumas acabam sendo adotadas em idades mais avançadas. Está bem documentado que tais crianças podem ter dificuldades na transição à família nuclear do pós-guerra).

Stryker (2010) formula seus comentários à base de pesquisas em uma clínica terapêutica de Colorado (EUA) onde se concentram casos bastante problemáticos – isto

é, famílias adotivas que estão fazendo terapia radical num último esforço de estabelecer vínculos afetivos entre pais e filho adotado. A autora descreve como os pais adotivos visualizam o passado da criança em termos de lacunas materiais e emocionais, que devem ser compensadas com muito amor – amor materializado em forma de brinquedos, atividades recreativas, viagem à Disneylândia e outros produtos de consumo. Se a integração da criança na nova família e sociedade for um sucesso, o amor parental é construído como um agente sanador – uma medida de segurança que, em última análise, funciona como graça divina. De certa forma, o adotado deve ser “reconcebido” pela atuação de sua família adotiva – o que explica por que seus novos pais têm dificuldades em lidar com o apego da criança a objetos de sua vida pré-adotiva. Essa atitude também explica por que os pais encorajam a criança a descartar cobertores, retratos, brinquedos quebrados e certos rituais que trazem lembranças do seu passado.

Adotados entrevistados por Stryker (2010) têm suas próprias versões desse processo. Alguns deles, mesmo depois de anos nos Estados Unidos, expressam ambivalências em torno do seu *status* na família adotiva. Principalmente nos seus primeiros dias na família adotiva, ensaiam rituais para conciliar as experiências familiares ou institucionais prévias com suas circunstâncias presentes. Insistem em dormir ou comer no chão, sentem indiferença diante de presentes novos e expressam saudades dos amigos e cuidadores da instituição onde moravam. Muitos verbalizam o sentimento de que (parafrazeando): “Eu me esforço, mas é duro estar em uma família... quer dizer, numa família que não é a que eu tinha”.

13 Lembrando: A Convenção dos Direitos da Criança, por exemplo, recomenda em primeiro lugar a manutenção da criança na sua família de origem. A adoção nacional seria uma segunda opção, e a adoção internacional seria reservada apenas para aquelas crianças que não encontraram uma família dentro das fronteiras nacionais.

Há tempos, antropólogos vêm criticando o modelo “como se” da família adotiva – o esforço de reproduzir o que se percebe como normalidade biológica, exatamente “como se” a criança adotada tivesse nascido na família (Modell, 2002). Esse questionamento se aprofunda ainda mais no caso de crianças portadoras de necessidades especiais. A pesquisa de Stryker leva a crer que estas crianças precisam menos de se sentir “100% normais”, e mais de ter as suas diferenças reconhecidas – diferenças que não estão situadas simplesmente em fatores biológicos, nem da psicologia individual, mas na esfera das trajetórias sociais, culturais e políticas, nas quais o país “acolhedor” é profundamente implicado.

Tais considerações aparecem pouco nas políticas cunhadas por famílias adotivas e nos serviços de adoção para acolher os adotados. Hubinette (2006, p. 6) sugere que, nos seus esforços para rejeitar preconceitos de classe e de raça, esses serviços tendem a negar a dimensão diferencial da biografia da criança. Ao fazer isso, isolam a pessoa adotada, obrigando-a a elaborar seus problemas em bases individuais:

[...] desvios problemáticos de comportamento... [quando] identificados, são [...] diagnosticados, medicados e explicados por uma combinação de fatores pré-adotivos e genéticos, como se fosse inimaginável que algo ruim pudesse lhes acontecer, uma vez que estão se beneficiando do bem-estar da civilização ocidental.

O que esses serviços não parecem acatar facilmente (e o que os antropólogos voltam a

sublinhar com uma insistência irritante) é a ideia de que o processo adotivo envolve mais do que uma decisão familiar ou uma solução para o bem-estar de uma criança isolada. Ou seja, que a adoção (nacional e transnacional) serve como uma janela para esclarecer problemas de alteridade radical inerentes à dinâmica (e às desigualdades intrínsecas) da própria “civilização ocidental”.

O tom de engajamento que permeia os textos acadêmicos da última geração é inegável. Trata-se de um tipo de “conselho” que vai de encontro à literatura de autoajuda escrita por e para pais adotivos. Com a exceção de Hubinette (2006), nenhum pesquisador se posiciona frontalmente contra a adoção, mas todos insistem na importância do reconhecimento da “diferença” dos adotados: reconhecimento das condições sociais e políticas que deram ensejo à adoção, reconhecimento da existência de “outros significantes” anteriores à adoção, reconhecimento dos preconceitos – de classe e de raça – que assombram o adotado até mesmo em suas novas e ricas circunstâncias de vida – em suma, reconhecimento de que a relação adotiva não é simples e merece uma reflexão demorada, capaz de provocar transformações de toda parte. Ao se confrontarem com essas “diferenças” destacadas pela presença do filho adotivo e através das quais o jovem continuará navegando em sua vida adulta, é que as famílias e instituições propondo “salvar órfãos” poderão começar a lidar adequadamente com os desafios da desigualdade, racismo e situações pós-coloniais da sociedade globalizada de hoje.

Bibliografia

- ABREU, Domingo (2002). *No bico da cegonha: por uma sociologia da adoção no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- _____. (2009). “Baby-bearing storks: Brazilian intermediaries in the adoption process”. In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press. p. 138-153.

- ANAGNOST, A. (2000). "Scenes of misrecognition: maternal citizenship in the age of transnational adoption". *Positions: East Asia cultures critique*, v. 8, n. 2, p. 389-421.
- AYRES, Lygia S. M. (2008). *Adoção: de menor a criança, de criança a filho*. Curitiba: Juruá.
- BARTHOLET, Elizabeth (1999). *Nobody's children: abuse and neglect, foster drift, and the adoption alternative*. Boston: Beacon Press.
- BORSHAY, Liem (2000). *First person plural. Ho He Kus*. New Jersey: Mu Films.
- BRIGGS, Laura (2006). "Adopción transnacional: robo de criaturas, familias homoparentales y neoliberalismo". *Debate feminista*, Ciudad de Mexico, v. 17, n. 33, p. 46-68.
- _____. (2012). *Somebody's children: the politics of transracial and transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.
- BRIGGS, Laura; MARRE, Diana (2009). "Introduction: The circulation of children". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.
- CADORET, A. (1995). *Parenté plurielle: anthropologie du placement familial*. Paris: Harmattan.
- CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas (2007). *Trafic légal d'enfants: la formation d'un mouvement de familles pauvres contre les politiques de l'adoption au Brésil*. Thèse de doctorat, Département d'Anthropologie, Université de Montréal, Québec, Canada.
- _____. (2009). "The movement of the mothers of the courthouse square: 'legal child trafficking', adoption and poverty in Brazil". *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 14, n. 1, p. 140-161.
- CARP, E. W. (1998). *Family matters: secrecy and disclosure in the history of adoption*. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. (2004). *Adoption politics: Bastard Nation & Ballot Initiative 58*. Kansas: University Press of Kansas.
- CARROLL, V. (ed.) (1970). *Adoption in Eastern Oceania*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- CARSTEN, J. (2000). "Introduction". In: CARSTEN, J. (ed.). *Cultures of relatedness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CARTWRIGHT, Lisa (2005). "Images of 'waiting children': spectatorship and pity in the representation of the global social orphan in the 1900s". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.
- COLEN, Shellee (1995). "'Like a mother to them': stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York". In: GINSBURG, F. D.; RAPP, R. (eds.). *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press. p. 78-102.
- COLLARD, Ch. (1996). "'Nouer, dénouer le cordon ombilical': illégitimité et adoption au Québec". *Gradhiva*, Paris, n. 19, p. 53-62.
- _____. (1999). *Une famille, un village, une nation: la parenté dans Charlevoix, 1900-1960*. Québec: Boréal.
- _____. (2005). "Triste terrain de jeu: à propos de l'adoption internationale". *Gradhiva*, Paris, n. 1, p. 209-224.
- _____. (2009). "The transnational adoption of a related child in Québec, Canada". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

- COLLINS, Patricia Hill (1992). "Black women and motherhood". In: THORNE, B.; YALOM, M. (orgs.). *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press.
- COSTA, Maria Cecília Solheid (1988). *Os filhos de coração: adoção em camadas médias brasileiras*. Tese de doutorado, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro. (mimeo)
- DEMIAN, Melissa (2004). "Transactions in rights, transactions in children: a view of adoption from Papua New Guinea". In: BOWIE, F. (org.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- DEVILLARD, María José *et al.* (2001). *Los niños españoles en la URSS (1937-1977)*. Barcelona: Ariel.
- DI SILVIO, Rossana (2008). *Parentele di confine: la pratica adottiva tra desiderio locale e mondo globale*. Verona: Ombre Corte
- DUBINSKY, Karen (2010). *Babies without borders: adoption and migration across the Americas*. Toronto: University of Toronto Press.
- ESTRADA IGUÍNIZ, M. (2009). "Ejercicio de los roles parentales en un contexto de emigración entre México y Estados Unidos". *Revista de Antropología Social*, Madrid, n. 18, p. 221-234.
- FERREIRA, Mariana K. (2000). "De puro-sangue, meia-raça e lixo-branco: os internatos para índios e o sistema penal nos Estados Unidos". In: DEBERT, G. B.; GOLSTEIN, D. M. (orgs.). *Políticas do corpo e o curso da vida*. São Paulo: Ed. Sumaré.
- FINE, Agnès (2009). "Des retrouvailles peu ordinaires". In: MARTRE-MICALEFF, D. *Mon enfant en terre lointains: une adoption ouverte*. Toulouse: Ed. Privat.
- FONSECA, Claudia (1985). "Valeur marchande, amour maternel, et survie: aspects de la circulation d'enfants dans un bidonville brésilien". *Les Annales ESC*, Paris, v. 40, n. 5, p. 991-1022.
- _____. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2006a). "Uma virada imprevista: o 'fim' da adoção internacional no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 41-66.
- _____. (2006b). "Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 11-44.
- _____. (2007). "Desigualdades cerca y lejos: adopción internacional desde la perspectiva de las favelas brasileñas". In: RODRÍGUEZ, Pablo; MANNARELLI, Maria Emma. *Historia de la infancia en América Latina*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia. p. 503-534.
- _____. (2009a). "Transnational negotiations of the mechanisms of governance: regularizing child adoption". *Vibrant*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 8-36.
- _____. (2009b). "Family belonging and class hierarchy: secrecy, rupture and inequality as seen through the narratives of Brazilian". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 92-114.
- _____. (2009c). "Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco". *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743-768.
- _____. (2010). "Profit, care and kinship? The de-kinning of birthmothers". In: FONS, V.; PIELLA, A.; VALDES, M. (orgs.). *Procreación, crianza y género: aproximaciones antropológicas a la parentalidad*. Barcelona: PPU – Promociones y publicaciones universitarias.
- _____. (2011). "The de-kinning of birthmothers – reflections on maternity and being human". *Vibrant* (revista on-line da Associação Brasileira de Antropologia), v. 8, n. 2, p. 307-339.

- FONSECA, C. *et al.* (2012). “El ‘superior interés del menor’ revisitado”. *Scripta Nova: Revista de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XVI, n. 395 (número extraordinario).
- GAILEY, Christine (1999). “Seeking ‘baby right’: race, class, and gender in US international adoption”. In: RYGVOLD, A.-L.; DALEN, M.; SÆTERSDAL, B. (eds.). *Mine, yours, ours and their*. Oslo: University of Oslo Press.
- GOODY, Esther (1982). *Parenthood and social reproduction: fostering and occupational roles in West Africa*. London: Cambridge University Press.
- GRAU REBOLLO, Jorge (2010). “La circulación de menores desde una perspectiva transcultural”. In: FONS, V.; PIELLA, A.; VALDES, M. (eds.). *Procreación, crianza y género: aproximaciones antropológicas a la parentalidad*. Barcelona: PPU – Promociones y Publicaciones Universitarias,
- HALBMAYER, Ernst (2004). “‘The one who feeds has the rights’: adoption and fostering of kin, affines and enemies among the Yukpa and other Carib-speaking Indians of lowland South America”. In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- HARRIS, M. Jonathan; OPPENHEIMER, Deborah (2000). *Into the arms of strangers: stories of the kindertransport*. New York: Bloomsbury.
- HOELGAARD, S. (1998). “Cultural determinants of adoption policy: a Colombian case study”. *International Journal of Law, Policy, and the Family*, Oxford, v. 12, n. 1, p. 202-401.
- HÖGBACKA, R. (2010). “Transnational adoption and the exclusivity and inclusivity of families”. In: JALLINOJA, R.; WIDMER, E. (eds.). *Families and kinship in contemporary Europe: rules and practices of relatedness*. New York: Palgrave Macmillan.
- HOWELL, S. (2004). The backpackers that come to stay: new challenges to Norwegian transnational adoptive families. In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- _____. (2006). *The kinning of foreigners: traditional adoption in a global perspective*. New York/Oxford: Berghahn Books.
- _____. (2009a). “Adoption of the unrelated child: some challenges to the anthropological study of kinship”. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, n. 38, p. 149-166.
- _____. (2009b). “Return journeys and the search for roots: contradictory values concerning identity”. In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.
- HUBINETTE, T. (2006). *Comforting an orphaned nation: representations of international adoption and adopted Koreans in Korean popular culture*. Seoul: Jimoondang.
- ISS – International Social Service (2005). Evaluation of the practical operation of the Hague Convention of 9 May 1993 on Protection of children and co-operation in respect of inter-country adoption (for the attention of the Special Commission invited in September 2005 by the Permanent Bureau of the Hague Convention). Disponível em: <<http://www.iss-ssi.org/2009/assets/files/practices/evaluation%20hague%20convention.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- JOHNSON, K. A. (2004). *Wanting a daughter, needing a son: abandonment, adoption, and orphanage care in China*. Saint Paul: Yeong & Yeong Book Company.
- KENDALL, L. (2005). “Birth mothers and imaginary lives”. In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.

- KHABIBULLINA, L. (2009). "International adoption in Russia: 'market', 'children for organs', and 'precious' or 'bad' genes". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press. p. 174-189.
- KIM, E. (2005). "Wedding citizenship and culture: Korean adoptees and the global family of Korea". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.
- KOSACK, G. (2004). "Adopting a native child: an anthropologist's personal involvement in the field". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- LALLEMAND, S. (1993). *La circulation des enfants en société traditionnelle: prêt, don, échange*. Paris: Harmattan.
- LEBLIC, I. (2007). "Kanak identity, new citizenship building and reconciliation". *Journal de la Société des Océanistes*, New Caledonia, n. 125, p. 271-282.
- _____. (2009). "L'Arche de Zoé: la chronologie d'un naufrage humanitaire". *Anthropologie et Sociétés*, Québec, v. 33, n. 1, p. 83-99.
- LEFAUCHER, Nadine (2004). "The French "tradition" of anonymous birth: the lines of argument". *International Journal of Law, Policy and the Family*, Oxford, v. 18, n. 3, p. 319-342.
- LEIFSEN, E. (2004). "Person, relation and value: the economy of circulating Ecuadorian children in international adoption". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- _____. (2006). *Moralities and politics of belonging: governing female reproduction in 20th century Quito*. Oslo: Series of dissertations submitted to the Faculty of Social Sciences, University of Oslo.
- _____. (2009). "Adoption and the governing of child welfare in 20th century Quito". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 68-91.
- LEINAWEAVER, J. (2008). *The circulation of children: kinship, adoption, and morality in Andean Peru*. Durham/London: Duke University Press.
- _____. (2009a). "Kinship into the Peruvian adoption office: reproducing families, producing the State". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 44-67.
- _____. (2009b). "The medicalization of adoption in and from Peru". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press. p. 190-207.
- LEINAWEAVER, J.; SELIGMANN, Linda J. (2009). "Introduction: cultural and political economies of adoption in Latin America". *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 1-19.
- LOBO, Andréa (2011). "'Making families': child mobility and familiar organization in Cape Verde". *Vibrant* (revista on-line da Associação Brasileira de Antropologia), v. 8, n. 2, p. 197-219.
- MARRE, D. (2009). "We do not have immigrant children at this school, we just have children adopted from abroad: flexible understandings of children's 'origins'". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.
- _____. (2010a). "Entre el 'superior interés del menor' y el 'derecho al hijo' de las familias: los dilemas de la adopción en España". In: VILLALTA, Carla (coord.). *Infancia, justicia y derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad de Quilmes. p. 135-162.
- _____. (2010b). "Los límites del proceso de 'emparentamiento'. ¿Cuándo un niño o niña [no] deviene en hijo o hija en la adopción transnacional en España?". In: FONS, V.; PIELLA, A.; VALDES, M. (orgs.). *Procreación*,

crianza y género: aproximaciones antropológicas a la parentalidad. Barcelona: PPU – Promociones y publicaciones universitarias. p. 235-260.

MARRE, Diana; BRIGGS, Laura (eds.). (2009). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

MILANICH, Nara (2009). *Children of fate: childhood, class, and the State in Chile, 1850-1930*. Durham: Duke University Press.

MODELL, J. S. (1994). *Kinship with strangers: adoption and interpretations of kinship in American culture*. Berkeley: University of California Press.

_____. (1998). "Rights to the children: foster care and social reproduction in Hawaii". In: FRANKLIN, S.; RAGONÉ, H. (orgs.). *Reproducing reproduction: kinship, power, and technological innovation*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. p. 156-172.

_____. (2002). *A sealed and secret kinship: the culture of policies and practices in American adoption*. New York: Berghahn Books.

MOTTA-MAUÈS, Maria Angelica (2004). "Na 'casa da mãe'/Na 'casa do pai': anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da 'circulação' de crianças". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 427-452.

MUMMERT, Gail (2010). "La crianza a distancia: representaciones de la maternidad y paternidad transnacionales en México, China, Filipinas y Ecuador". In: FONS, V.; PIELLA, A.; VALDES, M. (orgs.). *Procreación, crianza y género: aproximaciones antropológicas a la parentalidad*. Barcelona: PPU – Promociones y publicaciones universitarias.

NASCIMENTO, Pedro F. G. (2011). "Blood and other substances: new reproductive technologies and adoption in popular groups in Southern Brazil". *Vibrant* (revista on-line da Associação Brasileira de Antropologia), v. 8, n. 2, p. 256-278.

NOTERMANS, C. (2004). "Fosterage and the politics of marriage and kinship in East Cameroon". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.

OUELLETTE, Françoise-Romaine (1995). "La part du don dans l'adoption". *Anthropologie et Sociétés*, Québec, v. 19, n. 1-2, p. 157-174.

_____. (1996). "Status et identité de l'enfant dans le discours de l'adoption". *Gradhiva*, Paris, n. 19, p. 63-76.

_____. (2008). "Les noms et papiers d'identité des enfants adoptés a l'étranger". In: FINE, Agnès (ed.). *Etats civils en questions: papiers, identités, sentiment de soi*. Paris: CTHS.

_____. (2009). "The social temporalities of adoption and the limits of plenary adoption". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press. p. 375-517.

OUELLETTE, Françoise-Romaine; BELLEAU, Hélène (2001). *Family and social integration of children adopted internationally: a review of the literature*. Montreal: INRS-Université du Québec.

PANTER-BRICK, Catherine; SMITH, Malcolm T. (orgs.) (2000). *Abandoned children*. Cambridge: Cambridge University Press.

PARKER, Roy (2010). *Uprooted: the shipment of poor children to Canada, 1867-1917*. Portland: The Policy Press.

REGUEIRO, Sabina Amantze (2010). "Análisis genético para la identificación de niños apropiados: construcción política y científica de la 'naturalidad' y el parentesco". *Revista de Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.11-32.

- RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (2011). "Lealdades, silêncios e conflitos: ser um dos 'grandes' num abrigo para famílias". *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 40-55.
- RINALDI, Alessandra de Andrade (2011). "Adoção: ato egoísta ou prática solidária?". In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, PR GT29 Direitos humanos e ajuda humanitária: saberes, sentidos e práticas, Curitiba, PR.
- ROBERTS, D. (2002). *Shattered bonds: the color of child welfare*. New York: Basic Civitas Books.
- SALADIN-D'ANGLURE, B. (1988). "Enfants nomades au pays des Inuit Iglulik". *Anthropologie et Sociétés*, Québec, v. 12, n. 2, p. 125-166.
- SAMUELS, E. (2001). "The idea of adoption: an inquiry into the history of adult adoptee access to birth records". *Rutgers Law Review*, Newark, v. 53, p. 367-437.
- SCHACHTER [Modell], J. (2009). "International adoption: lessons from Hawaii". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.
- SCHNEIDER, David (1984). *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- SELIGMANN, L. (2009). "The cultural and the political economies of adoption practices in Andean Peru and the United States". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 115-139.
- SELMAN, P. (2004). "Adoption: a cure for (too) many ills?". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- _____. (2009). "The movement of children for international adoption: developments and trends in receiving States and States of origin, 1998-2004". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.
- SOLINGER, R. (2001). *Beggars and choosers: how the politics of choice shapes adoption, abortion, and welfare in the United States*. New York: Hill and Wang.
- STACK, C. (1974). *All our kin*. New York: Basic Books.
- STEPHENS, S. (ed.) (1995). *Children and the politics of culture*. Princeton: Princeton University Press.
- STRYKER, R. (2010). *The road to Evergreen: adoption, attachment therapy, and the promise of family*. New York: Cornell University Press.
- TARDUCCI, Monica (2011). *La adopción: una aproximación desde la Antropología del parentesco*. Buenos Aires: Librería de Mujeres Ed.
- TERRELL, J.; MODELL, J. (1994). "Anthropology and adoption". *American Anthropologist, New Series*, Arlington, v. 96, n. 1, p. 155-161.
- TREIDE, D. (2004). "Adoptions in Micronesia: past and present". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- UZIEL, Ana Paula (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- VAN VLEET, K. E. (2008). *Performing kinship: narrative, gender, and the intimacies of power in the Andes*. Austin: University of Texas Press.
- _____. (2009). "'We had already come to love her': adoption at the margins of the Bolivian State". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 20-43.

- VIANNA, Adriana (2002). *Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de doutorado em Antropologia, Museu Nacional, PPGAS-UFRJ, Rio de Janeiro.
- VILLALTA, C. (2011). "Entregas, adopciones y dilemas en el campo de organismos destinados a la infancia". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 103-123.
- _____. (2012). *Entregas e y secuestrados: el rol des estado en la apropiación de niños*. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales.
- VOLKMAN, T. A. (2005a). "Embodying Chinese culture: transnational adoption in North America". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.
- _____. (2005b). "Introduction: New geographies of kinship". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.
- _____. (2009). "Seeking sisters: twinship and kinship in an age of internet miracles and DNA technologies". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.
- VOUTIRA, Efthia; BROUSKOU, Aigli (2000). "'Borrowed children' in the Greek civil war". In: PANTER-BRICK, C.; SMITH, M. T. (orgs.). *Abandoned children*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WANG, Diana (2008). *Los niños escondidos del holocausto a Buenos Aires*. Buenos Aires: Marea.
- WARDLE, H. (2004). "Choosing parents: adoption into a global network". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- YNGVESSON, B. (1997). "Negotiating motherhood: identity and difference in 'open' adoptions". *Law and Society Review*, v. 31, n. 1, p. 31-80.
- _____. (2002). "Placing the 'Gift Child' in transnational adoption". *Law & Society Review*, Germantown, v. 36, n. 2, p. 227-256.
- _____. (2004). "National bodies and the body of the child: 'completing' families through international adoption". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.
- _____. (2005). "Going 'home': adoption, loss of bearings, and the mythology of roots". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.
- _____. (2006). "Backed by papers: undoing persons, histories, and return". *American Ethnologist*, Malden, v. 33, n. 2, p. 177-190.
- _____. (2009). "Refiguring kinship in the space of adoption". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.
- _____. (2010). *Belonging in an adopted world: race, identity, and transnational adoption*. Chicago: University of Chicago Press.
- ZAMBRANO, Elizabeth et al. (2009). *O direito à homoparentalidade: cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça/Nupacs/Prosare (Fundação MacArthur).
- ZELIZER, V. (1985). *Pricing the priceless child: the changing social values of children*. New York: Basic Books.

Artigo recebido em 04/03/2013

Aprovado em 06/06/2013

Resumo

Tecnologias de Governo, Família e Humanitarismo em um Mundo Globalizado

Neste ensaio, examinamos recentes análises antropológicas sobre a adoção transnacional de crianças, procurando demonstrar como enriquecem debates não só sobre família, filiação e parentesco, mas também sobre desigualdade e violência, tecnologias de governo em um mundo globalizado e subjetividades variantes diante de dinâmicas multiculturais. Descrevemos como as preocupações dessa área temática expandiram, nos últimos vinte anos, das sociedades tradicionais às metrópoles contemporâneas, das práticas familiares informais às normas legais nacionais e internacionais, de análises que colocam em destaque “a cultura” àquelas que destacam a biopolítica e o contexto pós-colonial. Finalmente sugerimos como, tomando como interlocutores gestores e autores de políticas públicas, muitos pesquisadores se deslocaram de um foco estreitamente disciplinar para um foco calcado em alianças amplas inspiradas no engajamento político e que fita questões de desigualdade, tanto quanto de diversidade.

Palavras-chave: Tecnologias de governo; Multinacionalismo; Humanitarismo; Adoção; Novos padrões familiares.

Abstract

Technologies of Government, Family and Humanitarianism in a Globalized World

In this essay, we examine recent anthropological analyses on transnational adoption of children, intending to show how these analyses enrich the debates not only on family, filiation, and kinship, but also on inequality and violence, technologies of government in a globalized world, and variant subjectivities in face of multicultural dynamics. We describe how, during the past twenty years, the focus of this thematic area has expanded from traditional societies to contemporary metropolis, from informal family practices to national and international legal norms, from analyses centered on “culture” to those centered on biopolitical processes in post-colonialist settings. Finally, we suggest how, by including among their potential readers administrators and decision-makers, many researchers have moved from a strictly disciplinary focus to arguments of a broader nature inspired in political engagements that highlight inequality as much as diversity.”

Keywords: Technologies of government; Multinationalism; Humanitarianism; Adoption; Family dynamics.

Résumé

Technologies de Gouvernement, Famille et Humanitarisme dans un Monde Globalisé

Cet article examine les récentes analyses anthropologiques sur l'adoption transnationale d'enfants. Il tente de démontrer qu'elles enrichissent les débats non seulement sur la famille, la filiation et la parenté, mais aussi sur l'inégalité et la violence, les technologies de gouvernement dans un monde globalisé et sur les subjectivités variables face à des dynamiques multiculturelles. Nous décrivons de quelle façon les inquiétudes dans ce domaine se sont développées au cours des vingt dernières années, en passant des sociétés traditionnelles aux métropoles contemporaines, des pratiques familiales informelles aux normes légales nationales et internationales, des analyses qui mettent en avant “la culture” à celles qui mettent en valeur la biopolitique et le contexte postcolonial. Finalement, en prenant comme interlocuteurs des managers et des auteurs de politiques publiques, nous tentons de démontrer comment un grand nombre de chercheurs se sont déplacés d'un objectif strictement disciplinaire vers un autre fondé sur de grandes alliances inspirées dans l'engagement politique et qui considère les questions d'inégalité autant que les questions de diversité.

Mots-clés: Technologies de gouvernement; Multi nationalisme; Humanitarisme; Adoption; Nouveaux modèles familiaux.

Introdução

O que leva um país a optar por um modelo econômico protegido ou pela integração competitiva à economia internacional? Que fatores determinam a variação existente entre os países no que tange ao grau de abertura econômica e à adesão aos acordos internacionais?

A literatura internacional, conhecida como economia política do protecionismo, mobiliza distintos condicionantes que podem ser agregados em fatores econômicos e político-institucionais. Nas últimas décadas, diversos países passaram por mudanças que levaram a períodos de maior abertura econômica ou maior protecionismo. Compreender os fatores determinantes da política comercial contribui para analisar o caso do Brasil.

Para tanto, este artigo faz uma revisão da literatura sobre política comercial, a partir de dois determinantes: as variações institucionais, que dão conta de duas agendas de pesquisa – a literatura sobre a relação Executivo-Legislativo e sistemas eleitorais –, e uma segunda abordagem que discute a atuação de grupos de interesse. Essa revisão inicial serve de subsídio para a análise do caso brasileiro.

Variações institucionais

Um primeiro conjunto de estudos analisa as variações institucionais como fator determinante a política comercial. Em escopo mais amplo, essa literatura procura discutir o impacto de regimes políticos – democracias *versus* regimes autocráticos – sobre as escolhas governamentais. Com pequenas variações de ênfase, a tese prevalecente nesta linha de estudos é que quanto mais democrático for o país, tanto maior será a demanda por *accountability* no processo de formulação de políticas comerciais (Bueno de Mesquita, 2000; Milner e Yoffie, 1989; Rogowski, 1987; Milner e Kubota, 2005; Mansfield, Milner e Rosendorff, 2000, Milner e Rosendorff, 1997).

Quanto mais atuantes forem os atores domésticos, tanto menor será a concentração do processo decisório e tanto maior a probabilidade de que equilíbrios institucionais, esquemas de pesos e contrapesos estabelecidos entre Legislativo e Executivo, passem a reger a política comercial. No regime oposto, autocrático, a tendência é que os governantes tenham de prestar contas a uma parcela mais restrita de setores econômicos, ou seja, há uma propensão a esquemas de *accountability*

* Agradecemos aqui a ajuda de Izabel Cristina Vilela Santos, pela dedicação na coleta dos dados no banco de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), e de pesquisadores (Leonardo Silveira, Natália Leão, Cláudia Ayer, Luciana Drummond e Fabíola Paulino) do grupo Lapest (Laboratório de Pesquisa em Estratégia Social e Trabalho), pelas valiosas contribuições para a finalização deste estudo.

mais estreitos em política comercial. Neste cenário, não há contexto para a existência de relações institucionais equilibradas entre Legislativo e Executivo e, como consequência, a relação dos grupos de interesse é direta com o Executivo, sem que funcionem esquemas de freios e contrapesos.

No plano mais específico, a literatura enfoca a questão dos poderes próprios do Legislativo e do Executivo e da preponderância de um deles na formulação e condução da política comercial. Neste tipo de estudos sobre a relação entre Executivo e Legislativo na política comercial, uma dimensão recorrente na literatura internacional é a influência dos “governos divididos”, ou seja, a situação em que o Executivo defronta-se com um parlamento cuja maioria é do partido ou coalizão de oposição. Lohmann e O’Halloran (1994) argumentam que os governos divididos tendem a ser mais protecionistas que os governos unificados. Sherman (2002), no sentido oposto, afirma que os governos divididos não necessariamente são mais protecionistas. Depende, na realidade, do tipo de combinação vigente. O fato de ser um sistema do tipo “presidencialismo de coalizão” e de serem raros os momentos em que o governo federal opera sem maioria no Legislativo minimiza a importância dessa dimensão para o estudo em tela.

Mesmo nos Estados Unidos, a literatura diverge quanto à dominância institucional, ou seja, em que momentos haveria dominância do Executivo ou do Legislativo em política comercial (Lindsay, 1994). Esta questão relaciona-se à discussão sobre poderes formais no processo decisório, bem como sobre o controle de agenda na política comercial. Evidentemente que, quanto mais consolidada for a percepção dos grupos de interesse de que o Executivo controla a agenda ou, ainda mais, de que há esquemas claros de delegação do Legis-

lativo para o Executivo, tanto menor será a centralidade do Legislativo como arena de atuação e influência.

Há também uma dimensão importante no que diz respeito à relação Executivo-Legislativo e seu efeito sobre a política comercial: trata-se do pressuposto, praticamente hegemônico no marco da literatura examinada, de que o Poder Legislativo tende a ser mais protecionista do que o Executivo. O Executivo tenderia a ser mais liberal do que o Legislativo devido ao fato de ser menos responsável a interesses localistas, paroquiais e protecionistas. Ao contrário, por ter no centro de suas preocupações o “eleitor mediano” (*median voter*), o Executivo prioriza políticas que gerem redução de custos ao consumidor, controle inflacionário, estabilidade econômica. Já o Legislativo estaria mais suscetível a demandas protecionistas paroquiais.

Na mesma linha de análise que destaca a importância de arranjos institucionais, mas em um plano ainda mais específico, a literatura internacional destaca o papel dos sistemas eleitorais como fator explicativo das variações de políticas comerciais. Sobre este aspecto há interpretações em disputa. De um lado, agrupam-se os autores que argumentam haver correlações causais entre sistemas eleitorais e padrões de políticas comerciais (Rogowski, 1987; Grossman e Helpman, 2002; Mansfield e Busch, 1995). De outro, filiam-se os estudiosos da política comercial que afirmam serem falsas as conexões entre o sistema eleitoral do país e suas opções em termos de política comercial.

Prevalece, no primeiro grupo, a interpretação de que os sistemas eleitorais majoritários seriam indutores positivos de protecionismo, na mesma medida em que os sistemas eleitorais de representação proporcional explicariam o viés liberal na política comercial do país. O fundamento desta relação varia de autor a autor. Rogowski

(1987), por exemplo, assevera que os *policy makers* em países com sistemas de representação proporcional com distritos de grande magnitude estão mais insulados de pressões protecionistas societais. Os sistemas majoritários, ao contrário, tornam o decisor mais exposto a pressões defensivas advindas de bases eleitorais circunscritas.

Em outro trabalho, Rogowski (2002) cita autores que reiteram a correlação entre sistemas majoritários e políticas distributivas. É o caso de Iversen e Soskice (2004) que argumentam que sistemas de representação proporcional e disciplina partidária concorrem no sentido de tornar promessas de longo prazo mais críveis; assim como Persson e Tabellini (2003) que procuram demonstrar que os regimes de representação proporcional geram compensações (políticas) mais gerais, enquanto sistemas majoritários estimulam gastos de tipo “*pork barrel*”.

Grossman e Helpman (2002) chegam à mesma conclusão de Rogowski, qual seja, de que sistemas eleitorais majoritários tendem a gerar protecionismo, mas por caminho distinto. Segundo esses autores, num esforço original em associar os fatores específicos de firma e sistema eleitoral, o viés protecionista está associado à baixa capacidade dos agentes econômicos em diversificar ativos de forma a reduzir sua exposição aos riscos eleitorais. Quanto mais diversificados forem os ativos dos agentes econômicos, e para tanto a presença de um mercado de capitais maduro é essencial, menor será o viés protecionista. Segundo esse raciocínio, os sistemas majoritários, com distritos de pequena magnitude, tenderiam a gerar representantes de subsistemas econômicos especializados e economicamente concentrados e, portanto, tendencialmente demandantes de protecionismo. Os sistemas de representação proporcional estimulariam, ao contrário, representantes de interesses mais difusos e diversificados do

ponto de vista econômico, o que seria sinônimo de viés liberal.

Além do fator concentração econômica, Grossman e Helpman chamam a atenção para o fato de que a disciplina partidária, à semelhança do que faz Fiona McGillivray (1997), atua como uma variável interveniente importante no processo de formação de preferência na área comercial. Quanto menor for a disciplina partidária, maior será a tendência de que os políticos eleitos rompam com os programas partidários e passem a defender políticas distributivas de proteção tarifária ou subsídios às exportações. Nesse sentido, concluem os autores, os sistemas com mecanismos de punição à indisciplina partidária são menos propensos a alimentar o protecionismo em política comercial. Essa tese está relacionada à consagrada interpretação de que políticas personalistas, individuais e definidas *ad hoc* são protecionistas e distributivas, enquanto políticas partidárias e com horizontes mais amplos são antiprotecionistas.

Mansfield e Busch (1995) também veem correlação entre sistemas eleitorais e política comercial, só que estabelecem uma relação exatamente oposta. Esses autores defendem a tese de que insulamento decisório não produz liberalismo, mas sim protecionismo. Quanto mais insulado for o *policy maker*, tanto maior serão as chances de promover políticas reativas a pressões de momento, como situações de crise econômica. E protecionismo tenderia a ser a resposta prevalente nos cenários de crise econômica. Uma vez que os *policy makers* estão mais insulados em sistemas de representação proporcional e distritos de grande magnitude, maior será a tendência de que países com essas características sejam protecionistas.

De toda forma, as teses que defendem a existência de relação entre sistemas eleitorais, disciplina partidária e regimes comerciais,

para além de suas divergências, assentam-se no pressuposto de que o Legislativo é uma arena decisória importante. Nos sistemas políticos, nos quais, por uma ou outra razão, o Executivo predomina, as hipóteses sobre a influência do sistema eleitoral perdem força.

Dentre os autores que refutam a ideia de que exista correlação entre sistema eleitoral e política comercial, vale citar David Karol (2003). Em seu estudo sobre o papel do tamanho dos distritos na formação de preferências de políticas comerciais, o autor argumenta que “interesses distributivos” e “demandas por proteção” não são equivalentes. Não resta dúvida, acompanhando o raciocínio de Karol, que a política comercial, se tomada como jogo de soma zero entre interesses especiais (locais) *versus* interesses difusos (nacionais), induz o político a lutar por benefícios concentrados para seu distrito ou base eleitoral. A simples existência de polarização, contudo, não indica em que direção ela se estabelece. Interesses localizados internacionalistas podem chocar-se com interesses difusos protecionistas. A título de exemplo, um distrito industrial exportador e internacionalmente competitivo pode, a custo de prejuízos difusos compartilhados pelos demais distritos sensíveis à competição de importados, demandar maior integração econômica.

Karol considera dúbias duas outras premissas correntes na literatura. A primeira é a de que as preferências em política comercial sejam induzidas por interesses das bases eleitorais (*constituency induced preference*), em detrimento da influência de partidos políticos. Alguns trabalhos, como os estudos de caso sobre a política comercial chilena, realizados por Feliu Ribeiro (2007), mostram que os partidos políticos têm prevalência sobre os demais fatores, tais como distribuição geográfica, na definição da posição dos legisladores no processo de ratificação de

acordos comerciais. A segunda premissa que careceria de fundamento é a de que todos os setores politicamente relevantes são necessariamente protecionistas. Um contraexemplo notório é o peso do setor de serviços, por meio de sua Coalizão da Indústria de Serviços (CSI), na definição da política comercial norte-americana.

A conclusão a que chega o estudo de Karol é que a magnitude dos distritos nos Estados Unidos não é fator relevante para definir a posição do legislador. Assim, devem-se buscar outros fatores, que não paroquialismo, para explicar as diferenças de comportamento em matéria de política comercial entre Senado e Câmara de Deputados (intercameral) e entre o Legislativo e Executivo (*inter-branch*), quando essas diferenças existirem. A proposta feita pelo autor é que seja retomada a centralidade do papel dos partidos políticos e a relação destes com grupos de interesse e classes sociais como fator explicativo potencial dessas diferenças interinstitucionais.

A sugestão de uma agenda de pesquisa nesta linha aplicada ao Brasil é autoevidente. Valeria a pena investigar até que ponto existem diferenças de posicionamento em matéria de política comercial entre Executivo, Câmara de Deputados e Senado. Ainda que a metodologia aplicada por David Karol não possa ser reproduzida no Brasil, devido à pouca quantidade de votações nominais em matéria de comércio exterior que permitam estudos quantitativos, há a possibilidade de realizar estudos qualitativos analisando sessões do Congresso ou utilizando técnicas de *survey* que possam capturar potenciais diferenças interinstitucionais.

Partidos políticos

Alguns estudos internacionais encontraram correlações positivas entre ideologia

e posição em política comercial¹ (Milner e Judkins, 2004; Marks, Wilson e Ray, 2002). Esses estudos nadam contra correntes diversas da economia política internacional (EPI), que atribuem peso nulo, ou inteiramente marginal, ao papel da ideologia partidária no processo de formação de políticas comerciais.

Milner e Judkins (2004) argumentam que a posição partidária no espaço político unidimensional esquerda-direita tem força preditiva na posição de política comercial do país. Na base do argumento, sob a inspiração de Lipset e Rokkan (1967), reside a ideia de que os partidos de esquerda representam trabalhadores, ao passo que os partidos de direita representam o interesse do capital. Ou seja, as velhas clivagens clássicas persistem no sistema partidário contemporâneo. Os autores tomam, como indicador do posicionamento dos partidos, as propostas eleitorais e partem do pressuposto de que essas são as políticas implantadas, uma vez que o partido chega ao poder. Utilizam o estimador do espectro político-partidário proposto por Huber e Gabel (2000), baseado em *surveys* com especialistas de cada um dos países investigados. Com base em modelos econométricos, concluem haver correlação positiva entre partidos de esquerda e protecionismo.

O peso do eleitor mediano

Existem estudos que trabalham com o modelo do eleitor mediano para explicar as escolhas em política comercial. Entretanto, uma revisão feita por Swati Dhingra (2006) mostra quão controvertidos são os achados

da literatura que conectam a preferência do eleitor mediano à preferência de *policy makers* e legisladores. A autora cita, como exemplo, o estudo conduzido por Dutt e Mittra (2002), destinado a testar empiricamente o modelo de Mayer do eleitor mediano em política comercial. O resultado desse estudo é que a tarifa ótima é negativa (liberal) para os países intensivos em mão de obra e positiva (protecionista) para países intensivos em capital. Em seu próprio trabalho, contudo, feito com base em estudo comparado compreendendo 69 países, a conclusão é precisamente oposta. Nos países intensivos em mão de obra (*labor-abundant countries*), o eleitor mediano tenderia a exercer pressões por tarifas mais baixas, enquanto nos países intensivos em capital (*capital-abundant countries*), o eleitor mediano tenderia a demandar elevação de tarifas (protecionismo).

Interesses especiais e a natureza da política comercial

Um conjunto de estudos sobre política comercial estabelece vínculos entre padrões de atuação de grupos de interesse e natureza específica. O trabalho seminal nessa direção é o de Theodore Lowi (1964), que divide as políticas em três categorias – distributivas, regulatórias e redistributivas –, às quais corresponderiam arenas decisórias com diferentes estruturas. O critério de sua tipologia é o grau em que os resultados da política podem ser desagregados e, em decorrência, o tipo de atores e seus padrões de atuação e estratégias junto às instituições de decisão da política².

1 São raros os estudos cuja ênfase recai na relação entre partidos políticos e política externa ou comercial brasileira. Dentre eles, vale mencionar Storrs (1973).

2 Políticas públicas de cunho distributivo podem ser desagregadas até o nível individual; as políticas regulatórias, no máximo até um nível setorial da economia; e as redistributivas, no máximo num nível de classes sociais ou grandes polarizações (capital *versus* trabalho; pobres *versus* ricos).

O impacto dos níveis de desagregação das políticas nas estratégias de atuação dos grupos de interesse relaciona-se à partição de custos e benefícios e, como consequência, da possibilidade de coordenação de posições, na linha de um conjunto de trabalhos sobre interesses organizados. Como mostrou Lowi ao analisar a evolução da política comercial dos Estados Unidos, pelo fato de a política tarifária ser, até 1946, essencialmente distributiva, ela pode ser processada por meio de concessões particularistas, no âmbito das comissões do Legislativo, e por meio de estratégias de “não interferência mútua”. Quando essa mesma política passou a ter *status* de política regulatória, inviabilizaram-se os arranjos particularistas *ad hoc*, ao trazer a relação de custos e benefícios para o jogo intersetorial. Com isso, as comissões do Congresso perderam poder de gerir os conflitos de interesses em matéria de política comercial.

Do ponto de vista dos mecanismos de influência dos grupos de interesse na política comercial, uma imensa quantidade de estudos que tomam, sobretudo, os Estados Unidos como estudo de caso, foca a contribuição de campanha como instrumento de *lobby* (Drope e Hansen, 2004; Grossman e Helpman, 1994, 2002; Gawande e Hoekman, 2006; Beaulieu e Magee, 2004; Eicher e Osang, 2002; Golberg e Maggi, 1999; Hansen, 1990; McCalman, 2004). O objetivo desses estudos é o de analisar o peso da contribuição de campanha na defesa pelo protecionismo, tanto por parte do Legislativo como por parte do Executivo.

Mais recentemente, Grossman e Helpman (2002) lançaram mão de modelos espaciais para analisar a ação dos grupos de interesse. Os autores apresentam dois mecanismos pelos quais os grupos de interesse influenciam a política comercial. O primeiro é a “função de suporte político”, no qual os grupos de interesse fazem pressão para que a

política comercial seja desviada para o ponto mais próximo do seu ponto ideal. A concessão por parte do governo a determinado grupo de interesse dá-se em detrimento ao bem-estar agregado da população como um todo. Portanto, neste modelo, a tensão básica se dá entre interesses especiais e bem-estar agregado. O segundo modelo é o da “função de formação de tarifa”, no qual se estabelece uma competição entre dois grupos de interesse pela definição da política comercial. Trata-se de interesses conflitivos, por exemplo, interesses protecionistas *versus* interesses liberalizantes. A escolha de política passa a depender, segundo os autores, dos recursos investidos por cada grupo.

Já existem trabalhos empíricos que utilizam o modelo Grossman-Helpman (MGH). Gawande e Hoekman (2006), por exemplo, aplicaram o MGH para analisar a influência dos *lobbies* na definição da política agrícola dos Estados Unidos. Concluem haver correlação positiva entre contribuição de campanha e esquemas de proteção comercial, via tarifa ou subsídios para o setor.

Deve-se fazer menção a uma vertente da literatura bastante cética quanto ao peso tanto de forças societais como de grupos de interesse na determinação de política comercial (Bauer, Pool e Dexter, 1972; Baldwin, 1989; e Goldstein, 1986). Para essa corrente, o que de fato define a política comercial são as preferências pessoais dos *policy makers*.

Finalmente, a literatura sobre neocorporativismo (Schmitter e Lehbruch, 1979; Schmitter e Streeck, 1999) chama a atenção para o impacto que a forma assumida pelas entidades de intermediação de interesses tem sobre as estratégias dos grupos privados e sua influência no processo decisório. Essa literatura opõe dois modelos: o pluralista, caracterizado pela descentralização da estrutura de representação, multiplicidade e sobreposição das organizações de interesse, e o neocor-

portivo, caracterizado pela centralização do sistema em uma entidade de cúpula, a unicidade de representação, e uma estrutura mais hierarquizada. Enquanto o sistema pluralista tenderia a produzir uma ação coletiva recorrida por interesses específicos, as estruturas neocorporativas facilitariam políticas pactuadas entre governos e centrais sindicais do empresariado ou dos trabalhadores. A virtude dessa literatura é associar estratégias e recursos de poder a estruturas organizativas específicas.

O caso do Brasil

É consenso entre os analistas³ o fato de que, no Brasil, as reformas orientadas para o mercado foram relativamente tardias e bastante moderadas, especialmente se comparadas às de outros países da América Latina de nível de desenvolvimento intermediário, tais como Argentina e México. E a razão fundamental desse gradualismo das reformas econômicas, segundo esses mesmos intérpretes, reside no fato de que o modelo nacional-desenvolvimentista foi mais bem sucedido no Brasil, especialmente no que se refere ao desenvolvimento e consolidação da indústria nacional, a despeito da crise sofrida na década de 1980 e que resultaria em sua suplantação parcial na década de 1990. A intensidade da implementação de um novo modelo seria, nesta linha de argumentação, inversamente proporcional ao sucesso do modelo anterior.

Como decorrência, as reformas econômicas no país tiveram de ser operadas num ambiente em que coexistiam forças pró e contra mudanças, estas compostas especialmente por setores oriundos e/ou consolidados sob a égide do nacional-desenvolvimentismo e que retiveram força política

expressiva no jogo político. Esse conflito de interesses, entre novos e velhos atores, foi potencializado em decorrência das mudanças institucionais forjadas pela Constituição de 1988, que garantiu instrumentos de participação e vocalização a uma gama mais extensa de atores da sociedade. Almeida (1999), nessa linha de argumentação, sustenta que as reformas econômicas brasileiras deram-se num contexto de multiplicação de pontos de veto (jogadores e instituições) ao longo de processo decisório governamental. Como consequência, as mudanças tiveram de ser intermediadas por negociações complexas em vez de impostas por força de um Executivo autônomo.

Na contramão do que postulava uma parcela da literatura, segundo essa mesma autora, o interesse do Poder Executivo, mais especificamente dos círculos técnico-burocráticos em torno da Presidência da República, em promover as reformas econômicas, figurava com uma condição necessária, porém não suficiente, para que as reformas ocorressem. Além disso, era necessário que houvesse congruência de interesses com os principais atores ou instituições relevantes alçados à categoria, como mencionado, de pontos de veto após a reforma constitucional de 1988. Consensos mínimos precisavam, efetivamente, serem forjados por meio da barganha, uma vez que o Executivo viu-se subtraído dos instrumentos institucionais de imposição de sua vontade vigentes no período militar (Lima e Santos, 2001).

Nesse quadro, o andamento das reformas variou tanto em grau de profundidade como de velocidade, a depender de um conjunto de aspectos além do interesse do Executivo, dentre os quais se deve destacar a reconversão de posicionamento de atores-

3 Sobre o tema, ver Almeida (1999, 2005), Sola (1993).

-chave da política brasileira no sentido do abandono das premissas nacional-desenvolvimentista em prol de reformas liberalizantes. Por outro lado, as razões que teriam levado essa reconversão normativa dos atores políticos atingiram determinadas arenas de políticas públicas e não ainda mereceram um exame mais sistemático.

Alguns âmbitos, como o caso do processo de privatização, já foram objeto de estudo (Almeida, 1999). Esse teria sido um exemplo de reforma econômica simultaneamente profunda e veloz, distintamente do que ocorreu em tantas outras arenas. Segundo a autora, das mudanças constitutivas da reforma do Estado, a privatização de empresas públicas foi a que mais avançou no país: em menos de oito anos, uma parte significativa das empresas produtivas do Estado já havia passado para o controle privado. O apoio ao programa de privatização derivou da percepção, difundida entre os atores-chave, de que as empresas estatais desempenhavam papel de destaque na crise econômica devido a déficits fiscais, corrupção, prestação de serviço ineficiente, impactos negativos em termos de competitividade etc. Nesse contexto, o Executivo foi capaz de obter apoio político necessário para o amplo esquema de privatização iniciado no governo Collor e consolidado no governo Fernando Henrique Cardoso.

A história das reformas no campo da política comercial, comparativamente ao campo do programa de privatização, foi bastante diferente. Sabe-se que o governo Collor de Mello promoveu uma abertura unilateral da economia brasileira, timidamente iniciada durante a gestão de seu antecessor (José Sarney), como um dos pilares fundamentais das reformas econômicas e modernização do país. Porém, em claro contraste ao que ocorreria no âmbito das privatizações, a liberalização comercial não contou com um arco

amplo de apoio político, o que gerou, como decorrência, graves atritos políticos que vieram a contribuir (ainda que limitadamente) para a queda do governo.

Além da ausência de respaldo político, a liberalização comercial foi matizada (temperada) por dois aspectos fundamentais (Markwald, 2001; Veiga, 2007): um de cunho macroeconômico e outro de natureza propriamente governamental. No plano macroeconômico, os efeitos da liberalização econômica pós-Collor foram atenuados pela instabilidade econômica e a baixa capacidade de importação entre 1990 e 1994. A efetividade da abertura, bem como seus efeitos distributivos, teria sido mais expressiva caso a situação macroeconômica não tivesse funcionado como freio. No plano governamental, a abertura econômica foi matizada pela utilização de instrumentos protetivos alternativos às barreiras tarifárias ou compensatórios, tais como barreiras não tarifárias, mecanismos de *antidumping*, incentivos oriundos de políticas industriais, mecanismos de salvaguardas etc. Muito embora a liberalização unilateral promovida por Collor tenha sido substantiva, na média, o resultado líquido da abertura foi minorado por instrumentos colaterais de política ou pela realidade macroeconômica vigente.

Nenhum dos governos subsequentes (Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva) veio a promover um novo choque de abertura, abrangente e sistemático. No caso de Itamar Franco, imediatamente ao de Collor, assistiu-se justamente o inverso: uma retomada de discursos e práticas nacional-desenvolvimentistas. Nas duas gestões no plano federal do governo do PSDB e da primeira do governo petista, prevaleceu uma tônica gradualista de abertura, seguindo mais precisamente a lógica de ajustes pontuais do que variações estruturais significativas na estrutura protetiva da área

comercial, com a diferença de que, nesses casos, as condições macroeconômicas geraram incentivos à expansão da importação de bens e produtos. Uma vez mais, os instrumentos compensatórios aos setores mais sensíveis seguiram presentes e ativos (Mancuso e Oliveira, 2006).

Em outras facetas da política comercial, tais negociações de acordos comerciais e regulamentação de regras de comércio, o quadro de estabilidade foi igual ou ainda mais acentuado do que o programa de liberalização propriamente dito.

Sub-regionalmente, os acordos comerciais progrediram pautados pela dinâmica gradualista, sem que se possa identificar inflexão drástica que permita tipificar como mudança em termos de orientação da matriz de política externa ou comercial. Desde sua criação, o Mercosul vem funcionando como núcleo duro da política de integração sub-regional. Pode-se dizer que as inovações ocorridas no Mercosul significaram, mais do que tudo, ajustes pontuais de uma dinâmica de aprofundamento e expansão do acordo, de resto prevista no seu projeto original. São exemplos dessa dinâmica, a incorporação de novos membros associados (Bolívia e Chile, 1996); o estabelecimento de acordos de complementação econômica (ACE 53/54, com México e Pacto Andino); as inovações institucionais no campo da estrutura de supranacionalização das normas (como a criação do Parlamento do Mercosul), os programas de cooperação na área de integração física, os esforços de convergência (tendo o Mercosul como polo) de acordos de integração regionais em uma área sul-americana de livre comércio (com variações de denominações ao longo dos governos: Alcsa, Casa), entre outros. Embora o ingresso da Venezuela no Mercosul possa ser tipificado como uma inovação para além do mero ajuste, nenhum elemento faz crer que essa opção signifique alteração mais profun-

da da matriz de política comercial seguida ao longo da década de 1990.

A dinâmica implementada de acordos extrarregionais tampouco revelou sinais de inflexão na política comercial brasileira. O acordo IBSA (acordo trilateral de cooperação com Índia e África do Sul), propalado como expressão máxima de uma reorientação da política comercial brasileira do governo Lula no sentido Sul-Sul, tem alcance bastante limitado. Calcado principalmente no entendimento na área de cooperação internacional mútua, o IBSA de forma alguma enviesou a matriz da política comercial brasileira. Uma vez mais, a tipificação “ajuste pontual” parece conferir crédito mais adequado à dimensão da mudança.

A relação comercial com as grandes potências, sobretudo Estados Unidos e países da União Europeia, corrobora de forma ainda mais nítida com a tese de gradualismo aqui defendido. Isso porque, o padrão de relacionamento com as grandes potências figura como um dos mais importantes parâmetros constitutivos do que, no interior da literatura especializada, se tipifica como “matriz, projeto, quadros conceituais ou quadros cognitivos” da política externa brasileira. Uma vez mais, a propensão de Collor de Mello ao restabelecimento de um alinhamento automático com os Estados Unidos, experimentado apenas no primeiro momento do regime militar com a política externa de Castelo Branco, significou um ponto fora da curva da política externa brasileira.

Concebido como um freio de arrumação com vistas a direcionar o Brasil no rumo da “integração competitiva à economia internacional”, o alinhamento automático de Collor, sem base econômica nem apoio político, teve vida curta e escopo limitado. Os pressupostos norteadores da política externa dos governos subsequentes, ainda que em graus de intensidade e marcas públicas va-

riados, voltariam a ser balizados pelo “pragmatismo econômico responsável” de Geisel, cuja ênfase recaía, sobretudo, na aversão normativa a qualquer tipo de alinhamento automático e na prudência como pré-requisito na avaliação sobre as reais possibilidades de projeção internacional.

A filiação a essa mesma matriz de política externa e comercial explica a semelhança entre os Governos FHC e Lula no que tange, por exemplo, à semelhança entre a forma e os resultados obtidos nas negociações da Alca, União Europeia e Organização Mundial de Comércio (OMC). A estratégia do Brasil nessas três grandes negociações comerciais foi dirigida pelo tripé normativo da política externa brasileira, composta pelo não alinhamento, multilateralismo e autonomia (inclusive de formulação de políticas públicas). Seja no âmbito desses acordos, ou no bojo de entendimentos multilaterais ou bilaterais, o rechaço à assunção de regras comerciais restritivas à política industrial (de investimentos, serviços, propriedade intelectual etc.) adensaram a visão de convergência presente ao longo desses governos.

Outros tantos exemplos de política comercial poderiam ser mobilizados para reforçar a percepção de que, ao longo da década de 1990, a política comercial brasileira seguiu um curso razoavelmente linear, sem inflexões drásticas. Isso se deu num contexto de mudanças político-partidárias importantes em todas as arenas de poder. Se a posição político-partidária da coalizão governativa fosse de fato preditiva das orientações internacionais do país, como sustenta parte da literatura internacional revisada na seção anterior, era de esperar mudanças mais acentuadas.

Obviamente por se tratar de uma dimensão complexa, a política comercial e suas variações ao longo do tempo não podem ser explicadas a partir de fatores únicos. Porém, existe um *gap* entre a política comercial es-

perada e a observada a partir da interação de fatores (coalizões) que se autorreforçam (anulam) e geram incentivos para a manutenção do *status quo*. Mais especificamente, estamos falando de coalizões, formadas entre a burocracia governamental, dispersa nas diferentes instituições do plano federal, e grupos de interesse que formam duas grandes coalizões (nacional-desenvolvimentista e ou liberal-financeira) que se neutralizam e freiam o processo de mudança.

Conclusão

Este artigo procurou passar em revista a literatura sobre os fatores determinantes da política comercial. Dois fatores foram particularmente destacados, quais sejam, o papel dos desenhos institucionais e dos grupos de interesse na determinação do grau de abertura comercial dos países. Relativamente ao primeiro elemento, apreende-se, da literatura, não haver consenso sobre a direção da causalidade entre tipos de sistemas eleitorais (sistemas majoritários ou de representação proporcional) ou magnitude distrital na definição de padrões de política comercial. Essa indefinição pede estudos empíricos mais sistemáticos.

O caso brasileiro, descrito no artigo, ilustra o papel do segundo fator mencionado (grupos de interesse). O Brasil é, como se viu, um exemplo emblemático de poder de agenda na definição da política comercial. Porém, também como se procurou demonstrar, a dinâmica de abertura comercial foi responsiva a grupos de interesse, responsável pela formação de uma coalizão de veto a um processo de liberalização comercial mais profundo. Isso explica as razões pelas quais o Brasil, diferentemente de muitos outros países, teria tido um processo de abertura mais gradual e seletivo. A ilustração ilumina o debate, mas pede mais estudos comparados.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1999). "Negociando a reforma: a privatização das empresas públicas no Brasil". *Dados*, v. 42, n. 3, p. 421-451.
- _____. (2005). "Recentralizando a federação?" *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, p. 29-40.
- BALDWIN, Robert (1989). "The political economy of trade policy". *Journal of Economic Perspectives*, v. 3, n. 4, p. 119-135.
- BAUER, R.; POOL, I.; DEXTER, L. (1972). *American business and public policy: the politics of foreign trade*. Chicago: Aldine-Atherton.
- BEAULIEU, E.; MAGEE, C. (2004). "Four simple tests of campaign contributions and trade policy preferences". *Economics and Politics*, v. 16, n. 2, p. 163-187.
- BUENO DE MESQUITA, Bruce (2000). *Principles of international politics. People's power, preferences and perceptions*. Washington, D.C.: CQ Press.
- DHINGRA, Swati (2006). "Re-examination of the mayer median voter model of trade policy". *MPRA Paper*, n. 892, University of Wisconsin-Madison. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/892/>>. Acesso em: 10 maio 2007.
- DROPE, Jeffrey; HANSEN, Wendy (2004). "Purchasing protection? The effect of political spending on U.S. Trade Policy". *Political Research Quarterly*, v. 57, n. 1, p. 27-37.
- DUTT, Pushan; MITRA, Devashish (2002). "Endogenous trade policy through majority voting: an empirical investigation". *Journal of International Economics*, v. 58, n. 1, p. 107-134.
- EICHER, Theo; OSANG, Thomas (2002). "Protection for sale: an empirical investigation: comment". *The American Economic Review*, v. 92, n. 5, p. 1702-1710.
- FELIU RIBEIRO, Pedro (2007). *The Chilean Foreign Policy and the ideological political partisanship spectrum: a study of the Chamber of Deputies (2002-2006)*. In: XXVIII CONGRESSO LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (Lasa). Montreal, Canadá.
- GAWANDE, Kishore; HOEKMAN, Bernard (2006). "Lobbying and agricultural trade policy in the United States". *International Organization*, n. 60, p. 527-561.
- GOLBERG, Pinelopi Koujianou; MAGGI, Giovanni (1999). "Protection for sale: an empirical investigation". *The American Economic Review*, v. 89, n. 5, p. 1135-1155.
- GOLDSTEIN, Judith (1986). "The political economy of trade: institutions of protection". *American Political Science Review*, v. 80, n. 1, p. 161-184.
- GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan (1994). "Protection for sale". *American Economic Review*, n. 84.
- _____. (2002). *Interest groups and trade policy*. Princeton: Princeton University Press.
- HANSEN, Wendy L. (1990). "The international trade commission and the politics of protectionism". *American Political Science Review*, v. 84, n. 1, p. 21-46.
- HUBER, J.; GABEL, M. J. (2000). "Putting parties in their place: inferring party left-right ideological positions from party manifesto data". *American Journal of Political Science*, n. 44, p. 94-103.
- HUBER, John; SHIPAN, Charles (2006). "Politics, delegation, and bureaucracy". In: WEINGAST, Barry; WITTMAN, Donald. *The Oxford handbook of political economy*. Oxford: Oxford University Press.

- IVERSEN, T.; SOSKICE, D. (2004). *Electoral institution, parties and the politics of class: way some democracies redistribute more than others*. In: ANNUAL MEETING OF AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION.
- KAROL, David (2003). *Does constituency size affect elected officials' trade policy preferences?* In: ANNUAL MEETINGS OF THE MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION AT PRINCETON.
- LIMA, Maria Regina Soares de; SANTOS, Fabiano (2001). "O Congresso e a política de comércio exterior". *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 52.
- LINDSAY, James (1994). *Congress and the politics of US Foreign Policy*. Washington, D.C.: The Johns Hopkins University Press.
- LIPSET, S.; ROKKAN, S. (1967). *Party systems and voter alignments*. New York: Free Press.
- LOHMANN, Susanne; O'HALLORAN, Sharyn (1994), "Divided governments and U.S. Trade Policy: theory and evidence." *International Organization*, n. 48, p. 595-632.
- LOWI, Theodor (1964). "American business, public policy case-studies, and political theory". *World Politics*, n. 16.
- MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de (2006). "Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional". *Lua Nova*, n. 69, p. 147-172.
- MARKWALD, R. (2001). "Abertura comercial e indústria: balanço de uma década". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 68, jul.-ago.-set.
- MANSFIELD, Edward; BUSCH, Marc (1995). "The political economy of nontariff barriers: a cross-national analysis", *International Organization*, n. 49, p. 723-749.
- MANSFIELD, E.; MILNER, H.; ROSENDORFF, P. (2000). "Free to trade: democracies, autocracies, and international trade". *American Political Science Review*, v. 94, n. 2.
- MARKS, Gary; WILSON, Carol; RAY, Leonard (2002). "National political parties and european integration". *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 3, p. 585-594.
- McCALMAN, Phillip (2004). "Protection for sale and trade liberalization: an empirical investigation". *Review for International Economics*, v. 12, n. 1, p. 81-94.
- McGILLIVRAY, Fiona (1997). "Party discipline as a determinant of the endogenous formation of tariffs". *American Journal of Political Science*, v. 41, n. 2, p. 584-607.
- MILNER, Helen; JUDKINS, Benjamin (2004). "Partisanship, trade policy, and globalization: is there a left-right divide on trade policy?". *International Studies Quarterly*, n. 48, p. 95-119.
- MILNER, Helen; KUBOTA, Keiko (2005). "Why the move to free trade? Democracy and trade policy in the developing countries". *International Organization*, n. 59, p. 107-143.
- MILNER, H.; YOFFIE, D. (1989). "Between free trade and protectionism: strategic trade policy and a theory of corporate trade demands". *International Organization*, v. 43, n. 2.
- MILNER, Helen; ROSENDORFF, Peter (1997). "Democratic politics and international trade negotiations: elections and divided government as constraints on trade liberalization". *Journal of Conflict Resolution*, n. 41.
- PERSSON, T.; TABELLINI, G. (2003). *The economic effects of constitutions*. Cambridge: MIT Press.
- ROGOWSKI, Ronald (1987). "Trade and variety of democratic institutions". *International Organization*, n. 41, p. 203-24.

- _____. (2002). "Trade and representation: how diminishing geographic concentration augments protectionist pressures in the U.S. House of Representatives". In: KATZNELSON, Ira; SHEFTER, Martin (eds.). *Shaped by war & trade: international influences on U.S. Political Development*, Princeton: Princeton University Press.
- SCHMITTER, Philippe; LEHMBRUCH, Gerhard (1979). *Trends toward corporatist intermediation*. London: Sage.
- SCHMITTER, Philippe; STREECK, Wolfgang (1999). *The organization of business interests: studying the association action of business in advanced industrial societies*. Working paper.
- SHERMAN, Richard (2002). "Delegation, ratification, and U.S. Trade Policy: why government causes lower tariffs". *Comparative Political Studies*, v. 35, n. 10, p. 1171-1197.
- SOLA, Lourdes (1993). "Estado, mercado, democracia". *Revista da USP*, v. 17, n. 17, p. 156-175.
- STORRS, Keith Larry (1973). *Brazil's independent foreign policy, 1961-1964: background, tenets, linkage to domestic politics, and aftermath*. Ithaca, NY: Cornell University, Latin American Studies Program.
- VEIGA, Pedro Motta (2007). "Política comercial no Brasil: características, condicionantes domésticos e *policy-making*". In: JANK, Marcos; SILBER, Simão (orgs.). *Políticas comerciais comparadas. Desempenho e modelos organizacionais*. São Paulo: Ed. Singular. p. 71-162.

Artigo recebido em 09/05/2013

Aprovado em 12/07/2013

Resumo

Política Comercial, Instituições e Grupos de Interesse

Este artigo faz uma revisão da literatura sobre política comercial, a partir de dois determinantes principais: as variações institucionais, que dão conta de duas agendas de pesquisa – a literatura sobre a relação Executivo-Legislativo e sistemas eleitorais –, e uma segunda abordagem que discute a atuação de grupos de interesse. Essa revisão inicial serve de subsídio para a análise do caso brasileiro no que tange à tomada de decisão na área de política comercial.

Palavras-chave: Economia política; Política comercial; Instituições; Grupos de interesse.

Abstract

Trade Policy, Institutions and Interest Groups

This article reviews the literature on trade policy from two main perspectives: the institutional variations, which account for two distinct research agendas – literature on the relationship between the executive-legislative branches and electoral systems –, and a second approach that discusses the role of interest groups in trade policy. This initial review provides a basis for the analysis of the Brazilian case as it relates to decision-making in trade policy.

Keywords: Economic policy; Trade policy; Institutions; Interest groups.

Résumé

Politique Commerciale, Institutions et Groupes d'intérêt

Cet article propose une révision de la littérature sur la politique commerciale, à partir de deux déterminants principaux: les variations institutionnelles, qui répondent à deux agendas de recherche – la littérature sur le rapport entre les pouvoirs exécutif et législatif et les systèmes électoraux –, et un deuxième abordage qui analyse la performance de groupes d'intérêt. Cette révision initiale sert de subvention à l'analyse du cas brésilien en ce qui concerne à la prise de décision dans le secteur de politique commerciale.

Mots-clés: Économie politique; Politique commerciale; Institutions; Groupes d'intérêt.

Introduo

Este artigo objetiva apresentar um balanço da produo de teses e dissertaes, nas instituies de ensino superior (IES) brasileiras, sobre os migrantes internacionais do e para o Brasil, alm de identificar quais sã as principais questes levantadas por ela a respeito do tema.

Compreendendo o perodo de 1995 a 2009, o balanço limita-se assim aos últimos quinze anos de produo – datados em relao ao início da pesquisa –, espao de tempo bastante significativo para os estudos migratários. Tal recorte temporal foi escolhido porque, segundo Sasaki e Assis (2001), grande parte da bibliografia sobre os fluxos migratários do Brasil nos últimos tempos foi publicada após meados da década de 1990, quando os resultados de pesquisas foram

identificados e interpretados, embora muitas investigaes tenham se iniciado no final da década de 1980 fora do ambiente dos programas de pós-graduao¹. Vale destacar que os trabalhos acadêmicos aqui selecionados sã basicamente da área de Ciências Sociais, divididos nas subáreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Demografia² e Ciências Sociais de modo geral.

O estudo busca complementar pesquisas anteriores com objetivos similares, como a de Sasaki e Assis (2001), proporcionando aos interessados no assunto um mapeamento das questes centrais de análises dos pesquisadores, facilitando trabalhos futuros. Outro ponto a acrescentar é que esta pesquisa permite a divulgao de teses e dissertaes elaboradas em diversas universidades brasileiras e que, por não serem publicadas, em muitos casos acabam sendo desconsideradas por estudos posteriores.

* Agradecemos aqui a ajuda de Izabel Cristina Vilela Santos, pela dedicao na coleta dos dados no banco de teses e dissertaes da Capes (Coordenao de Aperfeioamento de Pessoal do Nível Superior), e de pesquisadores (Leonardo Silveira, Natália Leão, Cláudia Ayer, Luciana Drummond e Fabíola Paulino) do grupo Lapest (Laboratório de Pesquisa em Estratificao Social e Trabalho), pelas valiosas contribuies para a finalizao deste estudo.

- 1 É importante apontar iniciativas de reflexo sobre o tema como a que ocorre já em 1989, com a constituio, no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), de um centro de pesquisa acadêmica não ligado formalmente às universidades. Nesse centro, havia um grupo de pesquisa liderado por intelectuais de suma importncia para as Ciências Sociais brasileiras, como Sergio Miceli e Boris Fausto, que dedicavam esforos em torno da história social da imigrao em São Paulo. Ademais, vale ressaltar a existncia de pelo menos um trabalho seminal na área, no ano de 1993, ano esse fora do recorte temporal proposto, que é a tese de doutorado de Oswaldo Truzzi, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp) e que se tornará referncia para os estudos migratários brasileiros em geral. Destacamos que foi um parecerista que nos chamou a ateno para tais informaes e, por isso, o agradecemos pela lembrana.
- 2 Incluímos apenas os programas de mestrado e doutorado em Demografia, excluindo assim aqueles denominados de Planejamento Urbano e Regional.

Dividido em cinco seções, além desta introdução e da conclusão, este artigo traz, na primeira seção, a pesquisa bibliográfica, detalhando a metodologia de busca da produção acadêmica em *sites* e acervos consultados; na segunda seção, introduz um balanço quantitativo da literatura sobre o tema da migração internacional no Brasil – esse balanço é feito por subárea, por região geográfica do país e por instituição universitária, além de assunto e metodologia focados nos estudos; na terceira, quarta e quinta seções são apresentadas as questões centrais que norteiam os estudos sobre emigração, retorno e imigração internacional no Brasil, respectivamente, partindo das origens e dos destinos dos migrantes internacionais.

A pesquisa bibliográfica: coleta do material de estudo

Para a coleta das informações das dissertações de mestrado e das teses de doutorado defendidas no período estudado, nossa fonte de dados foi o banco de teses da Capes. Esse banco faz parte do portal de periódicos da Capes e contém os trabalhos de final de curso defendidos por alunos das instituições públicas e privadas de ensino superior do país desde 1987. As informações para constituição desse banco foram fornecidas pelos programas de pós-graduação dessas instituições.

A pesquisa nesse banco pode ser feita por nome do autor, título da obra e palavras-chave. No nosso caso, optamos pelas palavras-chave: **migração** e seus derivados: **migrante**, **imigrante**, **emigrante**, **imigração**, **emigração**, **migratório** e **migratória**³. O total dos estudos destinados ao tema da mobilidade populacional nos cursos de pós-graduação brasileiros foi de 254⁴, dividido entre as áreas de Sociologia, Antropologia, Demografia e Ciência Política, além das Ciências Sociais de modo geral. Dentre eles, estão as pesquisas sobre migrações internas e internacionais. Dessas, 123 referem-se à migração internacional no contexto brasileiro, sendo esse, portanto, o total da amostra analisada neste artigo.

Problemas apareceram na organização, descrição e análise desses trabalhos finais de curso. O primeiro refere-se à existência, em alguns deles, de informações de duas ou até mais áreas de conhecimento concomitantes, tais como Sociologia e Antropologia ou História e Sociologia no documento examinado. Nesse caso, incluímos tais trabalhos na área mais geral denominada Ciências Sociais. O segundo complicador relaciona-se ao fato de não ser disponibilizado o acesso ao trabalho completo no banco de teses da Capes. Para obtermos os estudos na íntegra, foi necessário procurá-los em outras fontes, como a internet ou bibliotecas físicas ou mesmo contatando diretamente o autor, por meio de seu endereço eletrônico⁵.

3 A seleção poderia ser facilitada se tivéssemos a opção de selecionar, por área de conhecimento, as teses e dissertações. O fato de isso não ser possível tornou o trabalho de coleta da nossa amostra mais árduo.

4 As teses e as dissertações incluídas no período de 1995 a 2009 e selecionadas automaticamente pelo *site* da Capes (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>), a partir dessas palavras-chave, chega próximo de 6 mil. Dessa forma, os estudos que não foram selecionados referem-se a outras áreas, como Medicina, Biologia, Ciências Humanas (Geografia, História etc.) e Psicologia e, por isso, não constam em nossa amostra.

5 O processo de captura desses documentos é bastante complexo, pois envolve a busca em diversos bancos de dados em *sites* das IES. Para obtê-los na íntegra, esse processo pode envolver altos custos, uma vez que os documentos encontram-se espalhados em instituições de todo o território nacional (com o uso do programa de comutação bibliográfica do instituto de informação em ciência e tecnologia). O ideal seria que esse tipo de pesquisa tivesse financiamento, o que não foi o nosso caso, tornando as dificuldades maiores.

Outros empecilhos advieram ainda porque há trabalhos que não são encontrados, autores que não os depositam nas respectivas instituições e que, uma vez contactados, não se disponibilizam a enviar cópias de seus estudos, além de bibliotecas que não estão estruturadas para oferecer serviços de cópias e comutação bibliográfica.

A seguir, apresentamos o balanço da produção acadêmica. A organização da análise descritiva e quantitativa está estabelecida da seguinte forma: (a) identificamos o total de trabalhos por área e por ano; (b) verificamos as instituições de origem, por região; (c) investigamos se o foco da pesquisa é sobre os emigrantes brasileiros ou sobre os imigrantes estrangeiros no Brasil; (e) identificamos o grau, isto é, se é uma pesquisa de mestrado ou de doutorado; (d) por fim, analisamos as metodologias usadas, se quantitativa, se qualitativa, ou ambas. Quanto à análise mais detalhada dos trabalhos, a organização encontra-se nos temas de emigração, retorno e imigração, respectivamente.

Um balanço quantitativo da produção acadêmica

A partir das análises de teses e dissertações, verificamos que há maior concentração da produção acadêmica sobre o tema migração internacional na área de Sociolo-

gia, com 43,9%, seguida pela Antropologia, com 31,7%, como pode ser visualizado no Gráfico 1. Essas duas áreas juntas detêm 75% de toda a produção de teses e dissertação nacionais sobre os migrantes internacionais do e para o Brasil, de 1995 a 2009. Os trabalhos classificados na categoria geral das Ciências Sociais representam um percentual de 12,2% e os qualificados em Demografia chegam apenas a 8,1%. Tal resultado para a área de Demografia não é surpresa, uma vez que o tema da migração é tido como o “patinho feio” da disciplina, comparado às questões de fecundidade e mortalidade⁶. A Ciência Política é a área que apresenta o menor percentual (4,1%) das teses e dissertações sobre o tema. Tal resultado não pode ser justificado pela quantidade de cursos de mestrado e doutorado para cada subárea, uma vez que há um total de 69 cursos de Sociologia, 24 de Antropologia, 26 de Demografia e 38 de Ciências Políticas espalhados pelo país⁷.

Quanto à distribuição dos trabalhos por níveis dos cursos, identificamos que 63,4% deles são frutos dos programas de mestrado e 36,6% de pesquisas de doutorado (cf. Gráfico 2). Esse resultado pode ser explicado pela existência de maior número de programas de mestrado do que de doutorado nas IES no país, cujos percentuais são exatamente de 64% e 36%⁸.

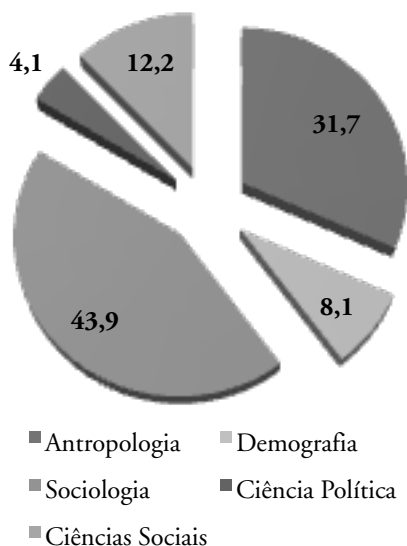
6 A expressão “patinho feito”, para referir-se ao estudo da migração na Demografia, foi exposta no VI Encontro Nacional sobre Migração, em Belo Horizonte, Cedeplar, em 2009, na fala do presidente da Abep (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), José Marcos Pinto da Cunha, para criticar o baixo interesse dos pesquisadores da área sobre o assunto, quando comparado com as questões das duas grandes áreas da Demografia, isto é, a fecundidade e a mortalidade. A justificativa exposta para o baixo interesse é devido à lacuna na produção de dados sobre migração no país (Jannuzzi, 2000) e à dificuldade (muitas vezes, devido ao custo) da coleta de dados. Contudo, acreditamos que esse fato não é uma justificativa plausível, uma vez que tal problema afeta também sociólogos e antropólogos, e não apenas demógrafos.

7 Dados retirados do resultado final da avaliação trienal 2007-2009 dos cursos de pós-graduação das IES do país pela Capes (vide <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/Resultados-Finais-Trienal-2010-.pdf>>).

8 Idem nota 7.

Gráfico 1

Produção de Teses e Dissertações sobre Migração Internacional, por ano e área de conhecimento (em %)

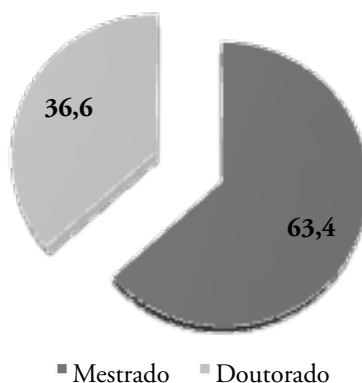


Fonte: Capes (2010). Elaboração própria.

O mapeamento dos trabalhos por região e por instituição de produção das pesquisas é bastante interessante. Como pode ser observado na Tabela 1, a região de maior concentração dessas pesquisas é a Sudeste, representando 73,9% de toda a produção, seguida pela região Centro-Oeste, com 10,5%. A região Sul tem 8% da produção, a Nordeste fica com 5% e, por fim, a Norte, com apenas 1,6%. Alguém poderia pensar que essa diferença é consequência da distribuição dos programas de pós-graduação daquelas áreas nas IES no país. Entretanto, isso não é verdade. Ao verificarmos os dados do resultado final da última avaliação trienal de tais programas pela Capes, identificamos que a região Sudeste detém não mais do que 49% desses programas. Portanto, essa concentra-

Gráfico 2

Produção de Teses e Dissertações sobre Migração Internacional, por grau acadêmico (em %)



Fonte: Capes (2010). Elaboração própria.

ção deve-se a outros fatores. Um deles pode ser o fato de ser essa a região de maior concentração dos imigrantes, tornando o tema mais relevante para os pesquisadores locais.

Vale destacar que esperávamos que a região Sul apresentasse percentual mais elevado, uma vez que ela representa a segunda região com estados entre aqueles de maior fluxo de imigrantes internacionais no país (Vilela, 2006). Isso até porque há dados que mostram que grupos que antes se concentravam na região Sudeste podem estar mudando sua rota para a região Sul como é o caso dos argentinos e dos chilenos (Vilela, 2008).

Os dados das regiões Nordeste e Norte também nos chamaram a atenção. Embora supuséssemos menor número de trabalhos acadêmicos para essas regiões, quando comparadas às outras, em razão de terem menor número de programas de mestrado e, principalmente, de doutorado, os valores mostraram-se bem aquém das nossas expectativas.

Tabela 1

Produção de teses e dissertações sobre migração internacional, por região do país e instituição de ensino de origem

Sudeste		Sul		Centro Oeste	
<i>Intituição</i>	<i>Número</i>	<i>Intituição</i>	<i>Número</i>	<i>Intituição</i>	<i>Número</i>
UNICAMP	24	UFSC	5	UNB	10
UFMG	9	UFRGS	3	UFG	2
PUCSP	19	URBLU	1	CUEA	1
USP	10	UDLOND	1	Total	13
UEPJM	10	Total	10	Percentual	10,57
UFRJ	7	Percentual	8,13		
UFSCAR	5				
ENCE	2	Nordeste		Norte	
UERJ	2	<i>Intituição</i>	<i>Número</i>	<i>Intituição</i>	<i>Número</i>
PUCMG	3	UFPB	1	UFPA	2
Total	91	UFCE	3	Total	2
Percentual	73,98	UFPE	2	Percentual	1,63
		UFBA	1		
		Total	7		
		Percentual	5,69		

Fonte: Capes (2010). Elaboração própria.

Os números reduzidos não representam necessariamente menor grau de importância do tema para essas regiões, já que a imigração para tais áreas sempre foi significativa, ainda que em menor contingente se comparada às demais. Acerca da região Centro-Oeste, os números de defesas nesses quinze anos por nós analisados não são também tão animadores quando comparados aos da região Sudeste.

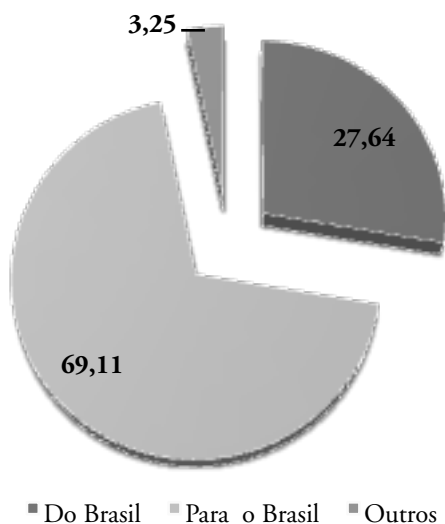
As instituições de maior concentração de defesas de teses e dissertações são: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual Paulista Julio

Mesquita Filho (UEPJM); Universidade de Brasília (UnB); e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essas instituições, em geral, têm um centro especializado de estudos populacionais, a exemplo do Núcleo de Estudos Populacionais (Nepo) na Unicamp, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar) na UFMG e o Núcleo de Estudo e Pesquisas Urbanas (NEPUr) da PUC-SP.

Quanto aos temas centrais abordados por dissertações e teses, os estudos concentram-se mais nos fluxos de imigrantes internacionais para o Brasil do que de emigrantes brasileiros. O percentual para cada um dos dois grupos é 69,1% e 27,6%, respectiva-

Gráfico 3

Produção de Teses e Dissertações sobre Migração Internacional, por grau acadêmico (em %)



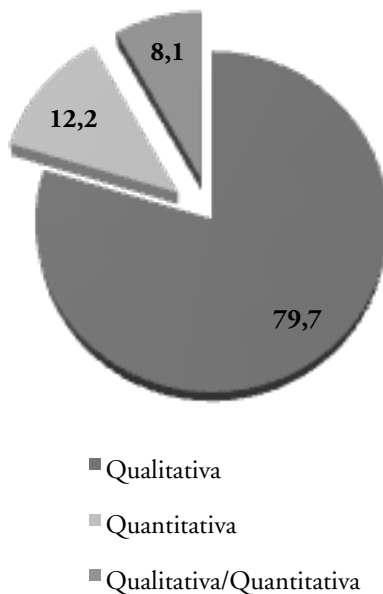
Fonte: Capes (2010). Elaboração própria.

mente (cf. Gráfico 3). Alguns estudos (3,2%) não têm um foco central e seus pontos de análises são mais generalizantes, sendo este o caso de discussões teóricas acerca do processo migratório sem entrar em especificidade de grupos em movimento, ou até mesmo pesquisas que focam simultaneamente a emigração e a imigração.

No que se refere ao método, grande parte dos estudos utiliza a metodologia qualitativa em suas análises, como pode ser visto nos Gráficos 4 e 5. Ela é responsável por quase 80% do total da produção acadêmica, contra 12,2% de pesquisas quantitativas e 8% de estudos que buscam integrar os dois métodos. Quando analisamos essa produção ao longo do tempo (Gráfico 5), observamos que o número de estudos qualitativos esteve sempre em um patamar superior.

Gráfico 4

Produção de Teses e Dissertações sobre Migração Internacional, por método de análise (em %)



Fonte: Capes (2010). Elaboração própria.

Vale ressaltar que, a partir de 2003, observa-se um discreto crescimento dos estudos que misturam os dois métodos, mas reduzindo logo em seguida. Uma possível explicação para o fato é a falta de bancos de dados atualizados que possibilitem aos pesquisadores identificarem a origem dos imigrantes internacionais. Outra plausível explicação é que, embora tenhamos alguns bancos de dados com tais informações, esses não permitem analisar várias questões que são apresentadas como temas de pesquisa, tais como identidade étnica, etnicidade e enclave étnico. Outra justificativa para o número reduzido de análises quantitativas é o custo de produção de pesquisas que sejam representativas da

população analisada, dificultando assim a escolha do pesquisador por tal método. Por fim, mais uma explicação pode referir-se à hostilidade de muitos pesquisadores em relação aos métodos quantitativos e à estatística (Soares, 2005). Esse não é um atributo particular dos estudos de migração internacional no Brasil. Segundo Soares (2005, p. 28), essa é uma deficiência recorrente nos estudos da Ciência Política e da Sociologia.

Maria Helena Santos e Marcelo Coutinho (2000) analisaram 955 teses defendidas entre 1985 e 2000, buscando estudos comparados. Concluíram que “nos dez centros de pós-graduação da área da Capes de ciência política, entendendo-se por comparados os estudos que analisam mais de dois países”, somente 3% usavam essa perspectiva e, entre eles, *nenhum* usava dados quantitativos.

A seguir, apresentamos um exame

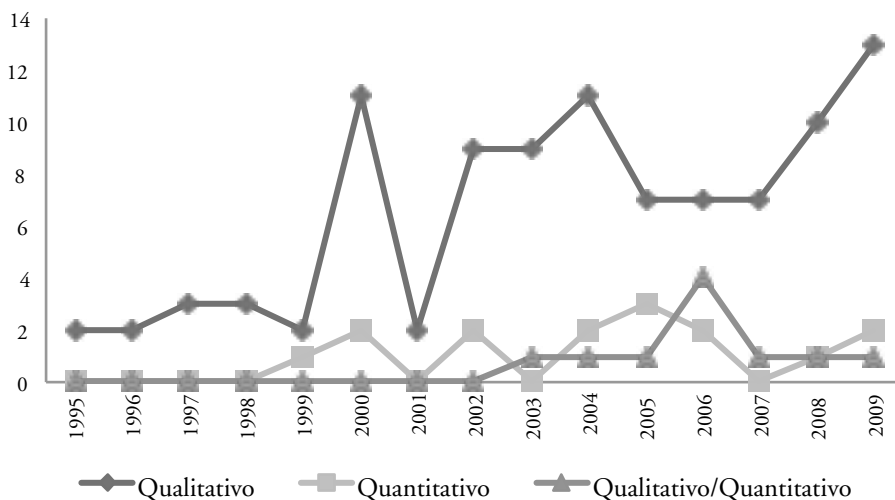
mais detalhado das teses e das dissertações, buscando identificar quais são as maiores inquietações dos pesquisadores, suas principais questões de pesquisa e seus objetos de estudo. Para tanto, organizamos o texto, primeiramente, pelos emigrantes brasileiros e retornados e, em segundo lugar, pelos imigrantes internacionais. Uma segunda organização é feita dentro de cada um desses temas, baseada nos destinos dos migrantes.

Os emigrantes internacionais do Brasil

No Brasil, podemos pensar em dois grandes momentos das migrações internacionais, quais sejam: o anterior a 1970 (o antigo) e o após 1970 até os dias atuais (o recente). No primeiro, a imigração internacional para o país predominava. No segundo, a partir de 1980, a emigração de brasileiros

Gráfico 5

Produção de Teses e Dissertações sobre Migração Internacional, por método de análise, ao longo do tempo



Fonte: Capes (2010). Elaboração própria.

supera a imigração para o Brasil, mas vem reduzindo o volume da emigração e crescendo o de imigração no país, ainda que de forma discreta⁹. Os anos 1980 foram de grande fluxo de brasileiros para o exterior, principalmente para os Estados Unidos, o Paraguai e o Japão. Recentemente, além dos fluxos migratórios de saída que vem reduzindo, há um acréscimo no número de brasileiros retornando e de estrangeiros entrando no país (Patarra e Fernandes, 2011). Dessa forma, esses são importantes focos de pesquisa desde então.

Rumo à América do Norte

Os Estados Unidos lideram o *ranking* de imigração de brasileiros. Isso explica o número considerável (50% dos estudos sobre a emigração) de teses e dissertações sobre esse fluxo migratório. As questões centrais de análise de tais estudos são as redes sociais, as identidades, o transnacionalismo, a inserção no mercado de trabalho e o efeito da emigração para o local de origem.

Assis (1995) busca compreender como os emigrantes brasileiros vivenciam o processo migratório e por que a cidade de Governador Valadares (MG) transformou-se no ponto de partida para vários fluxos de migração para os Estados Unidos. Segundo a autora, o conceito de transnacionalismo é fundamental para analisar os brasileiros nos Estados Unidos, uma vez que eles vivem em um mundo globalizado, mantendo múltiplas relações entre a sociedade de origem e a de destino. Em estudo posterior, Assis (2004) aborda a emigração não apenas como

resultado de uma escolha racional, mas como consequência de estratégias familiares e relações de gênero nas quais homens e mulheres encontram-se inseridos e são constantemente rearranjados. A autora verifica que as mulheres não apenas esperam por seus maridos e filhos, mas também participam efetivamente do processo migratório, sendo fundamentais para a articulação das chamadas redes sociais.

Fusco (2000) também estuda o fluxo de emigrantes brasileiros da cidade mineira de Governador Valadares para os Estados Unidos. Seu trabalho aborda o tema das redes sociais, considerando-as como mecanismos de produção e reprodução dos fluxos migratórios, além de mecanismos de concentração de migrantes e de formação de nichos ocupacionais. Posteriormente, Fusco (2005) procura analisar os processos de conexão existentes entre origem e destino amparados na circulação de recursos não econômicos. Os sujeitos de análise do trabalho são igualmente os brasileiros originários de Governador Valadares, assim como aqueles cujas cidades de origem são Criciúma (SC) e Maringá (PR)¹⁰. É possível notar, a partir desses estudos, a relevância das cidades de Governador Valadares e Criciúma no que tange aos fluxos emigratórios do Brasil para os Estados Unidos.

Em relação aos temas de identidades e etnicidades, Renzi (2000) e Oliveira (2004) são quem chamam a atenção para os mesmos, analisando a comunidade brasileira nas cidades de São Francisco e Miami, nos Estados Unidos, respectivamente. Um dos principais objetivos desses autores é o de in-

9 Vale destacar que esse quadro vem se alterando a partir, principalmente, de 2008, quando cai o volume de saída de brasileiros para o exterior e aumenta a entrada de estrangeiros no país (Patarra e Fernandes, 2011).

10 Os emigrantes de origem em Maringá servem como grupo comparativo, uma vez que os mesmos têm como destino o Japão.

terpretar o processo de construção e manipulação de identidades pelos grupos envolvidos no processo de etnicidade. De forma complementar, Menezes (2002) examina os processos de socialização e as formas de construção de identidades de filhos de imigrantes brasileiros na cidade de Danbury, no nordeste dos Estados Unidos. O autor apresenta as diferentes influências que a segunda geração recebe, dentro e fora do grupo doméstico, mostrando os dilemas identitários vivenciados por tais indivíduos ao perceberem a si e aos seus familiares em contraposição à população local.

Ainda em relação à emigração de brasileiros para os Estados Unidos, porém no que se refere ao mercado de trabalho, Fleischer (2000) pesquisa o trabalho de diaristas e empregadas domésticas brasileiras na cidade de Boston. A autora identifica que as mulheres escolhem tal ocupação devido a fatores como remuneração, autonomia, flexibilidade e pouca exigência no que se refere ao domínio do idioma. Ademais, nota-se que os maridos e os parentes do sexo masculino são gradativamente incorporados nesse tipo de atividade, tornando-a uma espécie de nicho econômico ocupacional em que a competência empresarial das emigrantes tem se mostrado evidente. Esse estudo é extremamente relevante por redimensionar o papel da mulher no processo migratório, dando assim uma grande contribuição tanto para os estudos de migração quanto para os de gênero.

Quanto ao efeito da emigração para o local de origem, Santos (2005) analisa como o processo migratório para os Estados Unidos afeta a vida social do município de Tiros, Minas Gerais, no que diz respeito a mudanças religiosas, políticas, econômicas, familia-

res, educacionais e na área de saúde. A autora conclui que tal processo migratório, ao contrário do que se poderia pensar, não provoca alterações na estrutura social da cidade.

Sobre os brasileiros que tiveram como destino o Canadá, identificamos dois estudos, ambos focando na cidade de Toronto. O de Vidal (2000), que aborda o surgimento de diversas identidades que se manifestam de diferentes formas e em momentos distintos, bem como os conflitos resultantes desse processo. E o de Ramos (2002b), que apresenta as condições de vida desses imigrantes, considerando o contexto de chegada, as condições de habitação, o nível educacional, a posição no mercado de trabalho, o lazer, a participação política, o desejo de retorno, as perspectivas futuras e, principalmente, o imaginário sobre qualidade de vida.

Rumo ao Japão

Outro importante destino dos emigrantes brasileiros é o Japão. Vale destacar que os fluxos migratórios Brasil-EUA e Brasil-Japão constituem-se em tipos amplamente diferentes, embora ambos tenham eclodido na mesma época. No caso da migração Brasil-Japão, trata-se de uma migração que muitas vezes pode ser classificada como de “retorno” (no caso dos fenômenos decasseguis, nisseis e sanseis¹¹) e com apoio institucional do Japão (Martes, 2009). Trata-se de migrantes documentados e, em geral, com inserção garantida no mercado de trabalho no destino, perfil diferente dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. De modo geral, os principais pontos de estudo apresentados pelas pesquisas são os temas da identidade e da inserção no mercado de trabalho.

11 Terminologias que se referem aos trabalhadores migrantes (decasseguis), aos filhos de japoneses (nisseis) e aos netos de japoneses (sanseis).

Destacamos que o tema da emigração para o Japão, surpreendentemente, é abordado apenas por seis dos trabalhos de tese e dissertação pesquisados no período estudado. Entre esses, encontra-se o estudo de Pinheiro (2009), que se esforça em entender a construção da identidade de brasileiros de origem japonesa no Japão. A autora faz um apanhado histórico desde a era Meiji (1868), buscando compreender as noções de nacional e estrangeiro tratadas pelos formuladores de políticas do país e suas influências na produção de identidades pelos imigrantes brasileiros ali estabelecidos. Também Litvin (2007) analisa as motivações para migrar, o tempo de migração, bem como a adaptação social e econômica dos emigrantes brasileiros no Japão. Kitahara (1999) chama a atenção para a identidade e a estratégia de ascensão socioeconômica dos decasseguis, levando em conta a visão deles e dos ex-decassegui. Seu principal achado é que as identidades desses indivíduos vivem em conflito, principalmente pelo fato dos japoneses no Japão os classificarem como “os outros”, seja como *gaijins* (estrangeiros), seja como trabalhadores brasileiros.

Os estudos de Oliveira (1997) e Ocada (2006) também focam no “fenômeno de kassegui”. O primeiro trabalho apresenta as condições de identidade desse grupo, considerando o fato de que, no Brasil, seus membros são caracterizados como “japoneses” e, no Japão, eles sentem-se estrangeiros. O segundo, por sua vez, mostra que a identidade e a memória articulam-se dialeticamente na formulação de um (re)enraizamento e, por consequência, na produção e reprodução de identidades. Em outra análise integrando identidade e mercado de trabalho, Ocada (2002) busca compreender as percepções

e as representações forjadas no interior do processo produtivo vivenciado pelos decasseguis em atividades reservadas a esse grupo, as quais são classificadas como *kitanai* (sujas), *kiken* (perigosas) e *kitsui* (pesadas). Na mesma linha, Sasaki (1998) verifica as negociações de identidade dos decasseguis como trabalhadores temporários e como mão de obra barata e não qualificada no Japão.

Rumo à América Latina

Embora o Paraguai esteja como segundo país no *ranking* migratório de brasileiros para o exterior (Martes, 2009), poucas são as pesquisas desenvolvidas nas universidades brasileiras sobre o tema. Os trabalhos que analisam a saída de brasileiros para os outros países da América Latina são mais escassos ainda, demonstrando o pouco interesse dos pesquisadores pelo tema. Em geral, os estudos são focados nas questões de identidades e conflitos étnicos, das fronteiras nacionais, da nacionalidade, das políticas migratórias e da inserção no mercado de trabalho.

A análise de Albuquerque (2005) refere-se à compreensão do conceito de fronteiras em movimento, partindo da articulação das definições de Estado-nação, fronteiras nacionais e imigrações internacionais. Analisam-se as frentes de expansão demográfica, econômica, política e cultural de emigrantes brasileiros na fronteira leste do Paraguai, levando-se em consideração os conflitos já vivenciados entre os dois países, relacionando-os aos confrontos atuais, à representação de brasileiros como trabalhadores e de paraguaios como preguiçosos e à dinâmica de classificação e negociação das identidades de paraguaio, brasileiro e “brasiguai”¹². Zambrano (2009) foca sua pesquisa na compre-

12 Brasileiros imigrantes residentes no Paraguai (Albuquerque, 2005).

ensão do *modus vivendi* desses migrantes e seus descendentes, analisando como se dá a formação familiar, a adaptação aos costumes e à cultura paraguaia. Ainda em relação à emigração brasileira para o Paraguai, Marques (2009) investiga os motivos que levam os “brasiguaios” a circularem intensamente por entre as fronteiras nacionais dos países. Mostra-se que a motivação principal para tal movimentação é a demanda por serviços públicos nas áreas de saúde e educação.

A emigração de brasileiros para outros países da América Latina não chama muito a atenção dos pesquisadores. Identificamos apenas dois trabalhos. O primeiro analisa a Argentina como destino, buscando compreender a dimensão que os brasileiros assumem em regiões de fronteira se comparados aos localizados em outras regiões do país (Leite, 2002). Busca-se compreender também a adequação das legislações migratórias, considerando-se principalmente os acordos e os tratados entre ambos os países frente às exigências do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O segundo estudo é de Hoffs (2006), que aborda os brasileiros estabelecidos em Paramaribo, capital do Suriname. Os pontos centrais dessa pesquisa são a constituição das identidades desses imigrantes e os conflitos estabelecidos no contato entre brasileiros e a sociedade surinamesa.

Rumo à Europa

A exemplo do que acontece com a emigração de brasileiros para a América Latina, a produção acadêmica que aborda sua emigração para a Europa é escassa, considerando-se principalmente os representativos números de imigrantes brasileiros no continente. Não obstante, novos temas surgem e se mostram em alta na literatura internacional, quais sejam: o envio de remessas para o país de origem e a inserção de um grupo

profissional específico no mercado de trabalho estrangeiro.

Soares (1997) chama a atenção para os brasileiros cirurgiões-dentistas em Portugal e busca entender a inserção desses no mercado de trabalho local e suas consequências. O estudo propõe apresentar as implicações dessa inserção sobre a regulamentação profissional da área em questão e em relação ao debate sobre acordos e tratados de reciprocidade mantidos entre Brasil e Portugal. Savoldi (1998), por sua vez, analisa as estratégias dos imigrantes brasileiros descendentes de italianos na Itália, com o intuito de obter a cidadania italiana e, conseqüentemente, europeia. Além de procurar entender a experiência do cidadão ítalo-brasileiro no exterior, foca o estudo no sul do estado de Santa Catarina e trabalha com a redescoberta da italianidade pelos descendentes que, por sua vez, tem sido difundida como *marketing* para o turismo na região.

A trajetória de imigração de travestis e transexuais brasileiros para a França é foco do estudo de Vale (2005). O autor busca compreender alguns fenômenos sociais relacionados a esse grupo como a violência, o processo de feminização, a prostituição, a liberdade e a miséria, todos interligados ao processo migratório. Por fim, Vidal (2009) pesquisa as tendências e características dos movimentos migratórios originários do Brasil em direção à Espanha. Ele traça o perfil dos emigrantes, apresenta a evolução e as modificações, ou continuidades, dos fluxos migratórios, analisa as transformações das políticas migratórias que afetam a dinâmica desses fluxos e verifica o volume de remessas desses emigrantes para o Brasil.

Comentários

Em síntese, identificamos que a produção acadêmica sobre a emigração brasileira é

relevante, mas ainda muito precisa ser feito. Isso porque há lacunas no que se refere aos destinos considerados e aos temas abordados. São escassos os estudos dos brasileiros nos países da América Latina, bem como nos países Europeus e também em outros continentes. Alguns inexistem, como, por exemplo, nos casos dos brasileiros no Uruguai, na Bolívia, na Venezuela ou no Líbano. Outros, embora existam, não retratam seu grau de importância, como é o caso dos “brasiguaios”, dos brasileiros em Portugal e na Espanha. No que se refere aos temas, alguns são bastante analisados, a saber: identidades, etnicidades e conflitos étnicos. Outros estão aquém do que se espera, dada a relevância dos mesmos, tais como: os emigrantes no mercado de trabalho, as políticas migratórias, as remessas e a naturalização. Chamamos a atenção para a necessidade de trabalhos comparativos entre os emigrantes brasileiros e outros grupos étnicos em um mesmo destino e daqueles em diferentes destinos.

Os emigrantes retornados

Ao analisar-se a migração internacional, é importante frisar que, além dos fluxos de emigração e imigração, há também a chamada migração de retorno, ou seja, a volta dos migrantes aos seus lugares de origem. Nota-se que ela ainda não recebe atenção equivalente à que é dispensada aos processos clássicos de saída e de entrada de migrantes no Brasil. Para todo o período analisado, de 1995 a 2009, identificamos apenas oito estudos produzidos sobre o assunto. Avaliamos isso como uma grande falha, devido à importância teórica e conjuntural do tema.

A respeito dos brasileiros retornados dos Estados Unidos, há as pesquisas de Siqueira (2006) e Domingues (2008), com foco nos valadarenses. A primeira analisa os movimentos de retorno do processo migratório,

além de avaliar seus impactos sobre o surgimento de empreendimentos na microrregião de Governador Valadares. Seu objetivo é compreender porque alguns emigrantes de tal microrregião conseguem fazer o caminho de volta e outros não (Siqueira, 2006). A autora identifica que o projeto de migrar é tanto social quanto familiar e coletivo e inclui o retorno que, a partir das diferentes trajetórias dos migrantes, vai sendo reelaborado segundo o *status*, o capital social, o gênero e a geração, além das condições de inserção no mercado de trabalho, bem como a situação do migrante em relação à documentação. A segunda procura entender como o imigrante idealiza a volta à origem, em quais condições e de que forma ele viabiliza tal projeto (Domingues, 2008). Quanto ao retorno de brasileiros para Criciúma, o estudo de Peres (2006) verifica que homens e mulheres migram e retornam ao Brasil motivados por diferentes momentos e circunstâncias. Tal estudo é importante ao mostrar a heterogeneidade no processo de reemigração, seja por gênero, seja por momentos históricos.

No que se refere aos brasileiros egressos do Japão, Catanio (2000) analisa os elementos de construção da identidade desses indivíduos e da comunidade nipo-brasileira, focando seu estudo na vida emocional desses emigrantes retornados, buscando compreender e aclarar o sofrimento subjetivo vivenciado pelos mesmos. Seu estudo contribui bastante para o campo de pesquisa de migrações devido, principalmente, à interdisciplinaridade estabelecida pelo autor em sua análise. Hirano (2005), por sua vez, estuda os emigrantes brasileiros retornados à cidade de Maringá. A partir da caracterização sociodemográfica desses imigrantes, o autor observa a manutenção de laços familiares e das responsabilidades dos imigrantes para com seus familiares durante o processo de migração, algo que contribui para a decisão do retorno.

Quanto ao retorno de brasileiros emigrados para outros destinos em geral, Nunan (2006) pondera sobre os aspectos cruciais para a reinserção dos retornados no mercado de trabalho nacional. O estudo verifica a importância da experiência internacional na empregabilidade desses indivíduos. A pesquisa se mostra importante pelo fato de verificar a migração como capital humano, algo que muitas vezes é esquecido pelos sociólogos. Por sua vez, Esteves (2000) analisa o mito do retorno no imaginário dos migrantes, mas a partir da memória de mulheres portuguesas residentes em São Paulo.

Comentários

Ressaltamos que é dada pouca atenção a um tema de extrema relevância para o campo de estudo das migrações internacionais no Brasil. Como pode ser visto, são poucos os trabalhos que têm os retornados como objeto de estudo. Chamamos a atenção para o caso do grande número de brasileiros retornados do Paraguai que, nas últimas décadas, supera o número de retornados dos Estados Unidos e do Japão (Fusco e Souchaud, 2010). Nota-se, entretanto, a ausência de trabalhos que analisem tais fluxos de retorno. Essa lacuna nos estudos leva a uma maior valorização dos trabalhos identificados nesse estudo, os quais são de grande qualidade e apresentam diversificação nos temas, quais sejam: as identidades, a inserção no mercado de trabalho, o processo coletivo da reemigração, as heterogeneidades em tais processos e o imaginário dos retornados.

Os imigrantes internacionais no Brasil

A imigração de outros povos e nacionalidades no Brasil constitui parte importante da trajetória e da história do país. No período da grande migração europeia, prin-

cipalmente entre 1850 e 1960, o Brasil foi o terceiro maior receptor de imigrantes no mundo (Martes, 2009). A partir de 1970, o fluxo internacional reduziu em volume, mas manteve-se constante. Nos anos 1980 e 1990, apesar das crises econômicas, o país continuou recebendo imigrantes. O Brasil configurou-se atualmente como um dos países mais promissores no cenário internacional e vem tendo maior crescimento nos índices de desenvolvimento se comparado ao restante da América Latina. Dessa forma, é natural que ele seja também um destino importante no que se refere às migrações internacionais de maneira mais ampla e, principalmente, aos fluxos provenientes dos demais países latino-americanos. Esse, então, torna-se um assunto de relevância para os estudantes de pós-graduação.

Imigração em geral

São doze os trabalhos referentes à imigração internacional no Brasil sem foco específico em origem étnica/nacional em particular. Um deles busca compreender certos modelos estruturais de migração e, para tanto, aborda oito casos de migrações internacionais, sendo quatro deles para o Brasil. Tal estudo foca na análise de redes sociais e de mecanismos para a organização e expansão dos fluxos migratórios (Rezende, 2005). Esse é um trabalho rico, uma vez que busca melhor compreender a teoria sistêmica da migração. Outra pesquisa tem como objeto as trajetórias de enriquecimento da elite imigrante que desembarcou no Brasil entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, verificando a importância do capital social tanto nos períodos iniciais quanto na entrada dos imigrantes no ramo industrial (Varela, 2004). Ramos (2002a), por sua vez, aponta as ações e as representações desenvolvidas

pelos agentes do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, inserido no Ministério de Agricultura Indústria e Comércio. O autor chama a atenção para o período de estabelecimento dessa instituição, de 1907 até 1930, e da implementação de políticas de imigração e colonização no Brasil por tal órgão. Ribeiro (2007) também analisa os temas dos processos migratórios e da política brasileira, relacionando-os às questões dos direitos humanos e das controvérsias das noções de Estado-nação e soberania nacional.

Rezende (2000) busca compreender a construção do *Romanesthán*¹³ a partir das representações simbólicas e práticas de diversos grupos rotulados como ciganos. O foco do estudo é a análise das questões de etnicidade, formação de grupos étnicos e de suas fronteiras e identidades. Esse estudo é riquíssimo não apenas por sua pesquisa teórica e metodológica, mas principalmente por colocar em evidência um grupo que é amplamente ignorado tanto pelos estudiosos quanto pelo governo e pela sociedade civil, no Brasil e no mundo. Cortez (2005) analisa as memórias dos imigrantes internacionais no Brasil e no Chile. Para tanto, realiza pesquisa em livros publicados entre 1990 e 2005, visando interpretar narrativas contemporâneas a esses imigrantes, que chegaram desde o começo do século XX até 1940. Outro trabalho analisa os refugiados no Brasil e no Canadá e pretende compreender a relação dos mitos da sociedade brasileira como cordial e da canadense como multicultural. Esse estudo, assim como outros supracitados, busca compreender a importância do capital social para esses migrantes, porém considerando a bagagem cultural trazida pelos mesmos e as políticas públicas do local de acolhimento (Pacífico, 2008).

No que se refere à compreensão da inserção dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro mais especificamente, encontramos dois estudos. O primeiro compara a posição dos imigrantes internacionais com a dos brasileiros na estrutura ocupacional e verifica se variáveis ligadas aos capitais humano, cultural e social são determinantes para o posicionamento profissional desses imigrantes e seus rendimentos. O estudo foca os imigrantes argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos (Vilela, 2008) e traz uma novidade ao considerar o *status* de migrante para os nativos, isto é, a autora compara os imigrantes internacionais com os brasileiros migrantes e não migrantes. Os resultados da pesquisa demonstram que os achados variam dependendo dos grupos postos em comparação, evidenciando assim a importância de considerar se o nativo é migrante interno ou não. Já o segundo estudo examina a dinâmica das relações de trabalho e dos fluxos migratórios nos contextos internacional, brasileiro e, mais especificamente, capixaba, e sua relação com a siderurgia mundial, com a brasileira em geral e com a Companhia Siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo. Objetiva-se compreender as formas de exploração do trabalho e as modalidades de migração vinculadas ao processo de globalização (Bresciani, 2008).

A produção acadêmica pesquisada também trata da relação entre migração, violência e criminalidade. Fausti (2002) estuda os diversos conflitos entre os vários grupos étnicos residentes na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, entre 1866 e 1914. A autora identifica os padrões em que a criminalidade e a violência na cidade são tratadas pela justiça. Villas Boas (2004) analisa os chamados

13 Termo utilizado para fazer referência a uma nação cigana.

“crimes de defloramento” e de rapto seguido de defloramento, também em São Carlos, no período de 1882 a 1914. A pesquisa propõe avaliar de que maneira o desprovimento de bens faz com que a honra feminina se torne a única propriedade dos homens. O estudo analisa também como os envolvidos e a justiça lidam com a questão da honra feminina, quais situações levam ao defloramento, se a justiça comete alguma discriminação étnica, como os casos são por ela tratados, dentre outras questões. Ainda em relação a São Carlos, Conceição (2004) busca compreender os motivos das uniões entre nacionais e os diversos imigrantes estabelecidos no município, entre 1890 e 1939. Partindo-se da análise das certidões de casamento, o estudo observa uma variação no comportamento matrimonial entre as gerações e os diversos níveis de integração dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira.

Imigração de povos das Américas

Em relação a estudos que focam os imigrantes das Américas no Brasil, foram encontradas doze teses e dissertações, várias delas concentradas nos imigrantes provenientes do chamado “Cone Sul” (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) e também, mais especificamente, de países integrantes do Mercosul. Em um desses trabalhos, Sala (2005) avalia questões relacionadas às características demográficas, educacionais, trabalhistas e de remuneração de imigrantes argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios, focando a análise na discriminação salarial, bem como em outras diferenças de tratamento em relação aos trabalhadores brasileiros. Esse trabalho é relevante por apresentar mensuração da discriminação sofrida ou não por esses imigrantes.

Bonassi (1999) aborda a imigração de indivíduos provenientes do Cone Sul como

refugiados políticos, residentes em Porto Alegre (RS) durante os anos 1980 e em São Paulo nos anos 1990. O estudo visava contribuir para a mudança na lei de migração no país na época e, para isso, resgatou a memória dos imigrantes com o intuito de ajudar a demolir as fronteiras por eles vivenciadas. Burgueño (2007) também analisa os imigrantes provenientes de países sul-americanos para a região metropolitana de Porto Alegre e procura compreender como os imigrantes em questão interagem com os brasileiros e com as instituições nacionais no processo de negociação de suas identidades. Freitas (2006) verifica como a globalização afeta o fluxo migratório internacional, especificamente nos países do Mercosul, estudando a imigração de indivíduos de países da América do Sul para o Brasil com o intuito de compreender a evolução econômica, política e social dos países signatários do bloco no crescente movimento populacional que atinge as metrópoles brasileiras e as regiões fronteiriças do Brasil com os demais países-membros.

A imigração de bolivianos para o Brasil é tema relevante para o contexto da imigração de estrangeiros no país nas últimas décadas e, por isso, importante questão de análise da produção acadêmica nacional. Os trabalhos de Silva (1995, 2002) são um marco nos estudos de migração por chamar a atenção para os bolivianos. Em seus estudos, ele foca primeiramente na problemática dos imigrantes clandestinos no Brasil, em especial na cidade de São Paulo, analisando as questões de representação, identidade e organização desses imigrantes no local de destino e, em seguida, investiga o processo de recriação cultural dos bolivianos a partir das festividades realizadas na Pastoral do Migrante e em outras entidades e localidades. Busca-se entender os significados dessas festas e comemorações para os imigrantes que, a partir delas, recriam suas

identidades em um contexto de diferenciação e até mesmo estigmatização.

Peres (2009) analisa a migração feminina na fronteira Brasil-Bolívia. A autora demonstra que o processo migratório das bolivianas é fundamentado em etapas, com migrações intermediárias. Essas têm relações com o ciclo de vida. As bolivianas têm um comportamento diferenciado de outros fluxos migratórios femininos, uma vez que planejam tanto o ciclo de vida quanto o uso de recursos do lugar de destino em função do lugar de origem. Outra distinção refere-se ao viés libertador, aos ganhos de autonomia e independência encontrados em fluxos migratórios femininos de longa distância. Segundo Peres (2009), para as bolivianas isso ainda está distante.

No que se refere ao estudo das relações trabalhistas de migrantes bolivianos no Brasil, Silva (2008), Campos (2009) e Freitas (2009) abordam tais relações no contexto do espaço urbano em que as confecções têxteis na cidade de São Paulo vêm se instalando. A primeira pesquisa analisa como a presença de tais confecções provoca os fluxos migratórios de bolivianos clandestinos para o país. A segunda avalia de que forma se dá a produção de subjetividade, porém não assumindo o conceito de identidade como referencial de sua análise, mas sim o de subjetivação, que julga ser em essência imutável. A terceira foca as origens históricas da subcontratação transnacional desses imigrantes para abastecimento de mão de obra barata em oficinas de costura informais e na experiência social desses imigrantes no interior de tal processo. Nesse caso, há uma análise também dos imigrantes coreanos, considerando-os como peças-chave na compreensão da inserção dos bolivianos no mercado de trabalho brasileiro. Em geral, a contribuição desses estudos, principalmente sobre os bolivianos, é enorme, já que muitas das pesquisas incluem imigrantes legalizados

e clandestinos, algo de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas para melhoria da situação desses imigrantes no país, como, por exemplo, as anistias editadas e reeditadas no país.

Ainda no que tange aos imigrantes latino-americanos no Brasil, Corrales (2007) pesquisa os colombianos em São Paulo partindo de uma perspectiva política e psicanalítica. Seu estudo enfoca a ideia de desterritorialização e os eventos subsequentes ao processo, tais como o desemprego, a falta de moradia, a saúde, a indigência, o choque de culturas, entre outros. Com outro foco, Musolino (2006) analisa os índios Palikur, que habitam a região fronteira do norte do Amapá com a Guiana Francesa, objetivando compreender seu deslocamento entre as localidades para o trabalho sazonal, casamento, atividades ritualísticas e religiosas, além da tentativa de obtenção de cidadania brasileira ou francesa.

Quanto a outros grupos de origem, pode-se apontar o estudo de Gussi (1996), que trata dos descendentes de imigrantes norte-americanos na região de Santa Bárbara D'Oeste e Americana, no Estado de São Paulo. O trabalho analisa como as identidades se constroem, são formuladas e reformuladas através da utilização da memória, de lembranças e também de esquecimentos. Além disso, o estudo verifica como o contexto transnacional pode reforçar o processo de formulação e reformulação de identidades. Blanchette (2001) analisa os imigrantes anglófonos no Rio de Janeiro e investiga os significados da palavra "gringo" e as razões pelas quais tais imigrantes passaram a ser desconsiderados como elementos culturais e étnicos na cidade, embora a presença deles seja significativa. Por fim, Lima (2006) analisa o fluxo de imigrantes negros do Caribe inglês, mais especificamente de Barbados,

para Belém (PA), nas primeiras décadas do século XX. Seu objetivo é compreender as identidades por eles constituídas e manejadas, abarcando também o processo de demarcação da alteridade e do racismo.

Imigração de europeus

No que diz respeito à imigração europeia no Brasil, o quadro é o seguinte: dezesseis estudos sobre os italianos; nove sobre os portugueses; três sobre os alemães; dois tratam dos espanhóis; um analisa os ucranianos; um, os açorianos; e há, por fim, um sobre os povos do mediterrâneo em geral.

Araújo (1996) avalia a construção da etnicidade italiana na cidade de São Paulo a partir do clube de futebol Palestra Itália, hoje Palmeiras. Segundo o autor, por estar ligado ao futebol, detém forma diferenciada de associativismo, funcionando assim como estratégia de reconhecimento social e de mudança da imagem dos imigrantes na cidade. Posteriormente (Araújo, 2003) investiga o processo de formação da etnicidade italiana também na cidade de São Paulo, baseando-se no contexto de ascensão e consolidação do regime fascista na península itálica de 1922 a 1935.

Também centrado em São Paulo, Ferreira Júnior (2002) foca sua pesquisa na análise das festas religiosas realizadas no bairro do Brás, comparado-as às festas de Nossa Senhora de Casaluce e de São Vito Mártir, na Itália. Seu objetivo é identificar como o imigrante italiano valoriza sua cultura e como essa se molda ao longo do tempo no Brasil. Ainda Ferreira Júnior (2009) verifica como as festas de origem italiana de Nossa Senhora de Casaluce, Nossa Senhora Achirópita, São Vito, São Francisco de Paola e São Gennaro, na cidade de São Paulo, representam a importância da influência cultural dos imigrantes na cidade. Collaço (2009) analisa o papel da cozinha

italiana na construção identitária desses imigrantes na cidade de São Paulo. Seu objetivo é entender as articulações entre etnicidade, identidade e nacionalidade. Para tanto, a pesquisa foi realizada em tradicionais restaurantes italianos e considerou três importantes períodos, dada sua relação com o processo de imigração de italianos para o Brasil, a saber: o início do século XX, o período pós-guerra de 1950 a 1960 e os anos de globalização.

Em relação à imigração italiana para outras localidades do Estado de São Paulo, pode-se apontar a relevância da cidade de São Carlos. Junqueira (1998) e Rissardi (2005) objetivam compreender as facetas das representações dos imigrantes italianos na cidade durante o final do século XIX. Ainda Junqueira (2004) busca apresentar um panorama da vida cotidiana da população São Carlos sob a ótica das epidemias, focando especialmente os imigrantes italianos. Alcades (2003), por sua vez, estuda os imigrantes italianos na cidade de Pedrinhas Paulista e verifica se esses aboliram ou não por completo sua cultura e adotaram ou não a cultura brasileira com sucesso. A pesquisa observa que a cultura original dos italianos, embora com algumas alterações, não foi totalmente descartada. A identidade étnica dos imigrantes não foi anulada e seu pertencimento a um grupo étnico específico foi valorizado, mesmo com a adoção da cultura brasileira. Enfim, Teixeira (2006) aborda os conflitos caracterizados pela violência física, moral, econômica e racial dos imigrantes italianos e demais etnias nas fazendas de café em Araraquara. O estudo mostra que as diferenças regionais entre os italianos limitam a solidariedade do grupo e que os valores que orientam ações violentas se relacionam com a demanda por melhores salários e alcance de liberdade de mobilidade.

Outros estudos sobre os italianos no Brasil focam a inserção desses imigrantes nas

demais regiões brasileiras, e três deles abordam a inserção no Estado do Rio Grande do Sul: na cidade de Caxias do Sul, por Oliveira Santos (2004) e Mocellin (2008), e, em Farroupilha, por Kanaan (2008). O foco desses estudos são as identidades e as representações da “italianidade” tanto de migrantes como de seus descendentes. O primeiro trabalho verifica que a Festa da Uva funciona como um lugar de atualização étnica. O segundo identifica os empresários e os intelectuais de origem italiana como agentes culturais essenciais para a produção de representações da “italianidade” local. O terceiro compreende as dinâmicas de representação do outro e de si próprio e mostra que um conjunto de valores relacionados à categoria de italiano é partilhado e reinterpretado pelos imigrantes recém-chegados.

Quanto aos demais estudos referentes à imigração italiana em outros estados brasileiros, notamos a recorrência do tema da identidade e da inserção no mercado de trabalho. Braga (2009) investiga a construção da identidade ítalo-brasileira dos imigrantes em Belo Horizonte (MG) no período de 1990 a 2008. O trabalho pretende compreender as diversas motivações que orientariam as solicitações de reconhecimento da cidadania italiana na cidade. Ruon (2005) objetiva demonstrar a importância do desenvolvimento empreendido pelos imigrantes de origem italiana no Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, mais especificamente nos municípios de Luís Alves, Rio dos Cedros e Rio do Oeste. O estudo tem o intuito de desmistificar a ideia de que a região deve o seu desenvolvimento exclusivamente ao empreendedorismo alemão. Finalmente, Dadalto (2007) estuda a formação e o desenvolvimento da cidade de Colatina, no Espírito Santo. O trabalho baseia-se na experiência empreendedorística dos italianos e de seus descendentes, focando especificamente os polos de confecção têxtil e de móveis.

A respeito dos portugueses, identificamos cinco trabalhos. Quanto à imigração para São Paulo, Mattos (2003) analisa os imigrantes portugueses residentes na cidade de Marília, no oeste paulista, e avalia: o momento da emigração, os motivos para tal, a adaptação à sociedade de destino, as relações familiares, os espaços de manutenção e de reprodução de identidades, além da luta na perpetuação desses espaços. Já Silva (2003) busca compreender os processos de reconfiguração de identidades e de reconstrução da chamada “portugalidade” entre os imigrantes e seus descendentes na cidade de São Paulo. Fernandes (2000), por sua vez, investiga as relações étnico-raciais entre portugueses e afro-brasileiros nos anos 1970, também na cidade de São Paulo. O estudo foca o processo de urbanização e a formação dos bairros da zona leste da cidade.

Certos estudos detêm teor mais politizado e relacionam a imigração portuguesa no Brasil com o regime autoritário salazarista em Portugal. Silva (2000) busca descrever a formação, a atuação e a perseverança cultural e política de exilados portugueses, opositores ao regime salazarista, na cidade de São Paulo entre os anos de 1956 e 1975. Tal pesquisa aborda o processo de configuração político-identitário do grupo. Freitas (2004), que também analisa tais imigrantes em São Paulo, foca aqueles ali radicados entre 1950 e 1960 e questões ligadas à identidade e às idéias de nação portuguesa, circulação de bens, informações e pessoas, assim como ideias relacionadas à “cosmologia salazarista”. Ainda Silva (2007) analisa o processo de transferência cultural de intelectuais portugueses e seus projetos para o Brasil durante 1926 e 1974, período em que Portugal era governado por um regime autoritário. São estudados, além dos núcleos de portugueses exilados em São Paulo, aqueles instalados no Estado de Pernambuco e, em particular, na capital, Recife. Aborda-se

o conceito de transferência, compreendido como processo de migração de grupos, ideias, saberes ou técnicas e suas interações na sociedade de destino, além das especificidades do exílio diante de outras formas de migração.

Quanto à imigração de portugueses para o Rio de Janeiro, observamos os estudos de Oliveira (2003) e Maia (2008). O primeiro busca identificar o ideário da colônia portuguesa na cidade durante a Primeira República, abordando o conceito de identidade portuguesa a partir das publicações da revista Lusitânia de 1929 a 1934. O segundo analisa os imigrantes portugueses de famílias camponesas que aportaram no Rio de Janeiro entre o pós-guerra e 1974, objetivando analisar sua trajetória nesse período. A pesquisa frisa o papel da família, do trabalho e da religião na afirmação da identidade desses imigrantes e em seus processos de integração à cidade. Assim como outros, Pereira (2001) busca entender a reconstrução identitária dos imigrantes portugueses. Ele analisa aqueles que chegam à cidade de Belo Horizonte entre 1975 e 1990, bem como o comportamento da população local como sociedade de acolhimento.

Os imigrantes alemães no Brasil são analisados por Rabello (2009). Ele aborda o Estado da Bahia como destino, em especial a cidade de Salvador, desde as primeiras décadas do século XIX. Tal pesquisa objetiva compreender as peculiaridades da inserção desse grupo étnico/nacional e suas manifestações de etnicidade. Bahia (2000) foca a questão da identidade e da religião entre os camponeses de origem pomerana¹⁴ no Estado do Espírito

Santo em um município onde a grande maioria da população é de descendentes de alemães que ali chegaram a partir de 1847. O estudo analisa o uso de dialetos, a religiosidade luterana, o cotidiano camponês, a magia e o fantástico, elementos esses presentes nas histórias camponesas, bem como os ritos de passagem. Outra pesquisa que também foca a questão da religiosidade é a de Meurer (2000), que avalia a imigração dos alemães na Região Sul e procura identificar suas especificidades em relação a protestantes e a católicos. O trabalho mostra como os colonos vivem a religiosidade e como entendem a escola como propagadora de uma ética religiosa.

Em relação aos espanhóis, Tavares (2003b) traça o perfil dos imigrantes que chegaram à cidade de Salvador a partir de 1995, época em que se vivencia contexto inédito de globalização e privatização no Brasil. Complementarmente, no estudo de Dominguez (2004), a preocupação é compreender o papel dos imigrantes espanhóis como mão de obra utilizada no contexto do avanço industrial brasileiro. Nele, traça-se o perfil demográfico, o grau de qualificação, as ocupações de inserção dos imigrantes, as empresas que os empregam e suas contribuições para o desenvolvimento industrial brasileiro e paulista mais especificamente.

Embora não tão significativos em números como italianos, portugueses, espanhóis e alemães, outros grupos são tomados como objetos de análise, como os ucranianos. Guerios (2007) pesquisa sobre a memória e a identidade desses imigrantes. O foco são os rutenos¹⁵

14 Pomerânia era uma província do Império Alemão. Uma região hoje localizada entre a Alemanha e a Polônia. Os imigrantes pomeranos no Brasil são em maioria nascidos na parte oriental dessa província, parte esta que hoje pertence exclusivamente à Polônia. Ver sobre o assunto em Bahia (2000) e no endereço <<http://www.pomerano-es.com.br/?noticias&idNoticia=9>>.

15 Os ucranianos, no Brasil, referiam-se a si próprios como “rutenos”. Esse é um nome dado pela hierarquia católica aos povos eslavos de religião uniata (de rito bizantino, mas submetidos à autoridade do papa romano). Ver Guerios (2007).

e seus descendentes, residentes em colônias no município de Prudentópolis, no Paraná. O estudo verifica que tais imigrantes mantêm a religião como ponto de referência em suas condutas. Lacerda (2003), por sua vez, enfoca a categoria de apelo identitário utilizada pelos imigrantes provenientes dos Açores e seus descendentes residentes no sul do Brasil. Finalmente, quanto aos imigrantes mediterrâneos na periferia de Florianópolis (SC), Oliveira (2008) analisa a problematização de aspectos que caracterizam singularidades culturais brasileiras na visão desses imigrantes.

Imigração de asiáticos

Assim como a emigração de brasileiros para o Japão, a imigração de japoneses no Brasil é tema importante na história de ambos os países e no que se refere aos fluxos migratórios internacionais para o Brasil. No período analisado, encontramos dez estudos sobre os imigrantes japoneses no país, um deles abordando conjuntamente facetas da imigração chinesa. Sakurai (2000) busca compreender a imigração tutelada dos japoneses. A autora observa o interesse do governo japonês em formar colônias a partir de empreendimentos agrícolas no Brasil, aliado à vontade do governo brasileiro em desenvolver a agricultura no país e diversificar a produção. Nesse contexto, a imigração japonesa teria servido de estratégia para alcançar o interesse de ambos os governos. Inoue (2002) propõe expor histórias da imigração japonesa no Rio de Janeiro, com o intuito de apresentar a posição daqueles geralmente desconsiderados. Ponderam-se as condições sociais dos indivíduos e das coletividades, dos povos e das nacionalidades, das culturas e das civilizações, objetivando compreendê-

-las. Hirata (2005), por sua vez, analisa a reconstituição histórica dos caminhos percorridos por japoneses imigrantes no Brasil, em específico daqueles situados em Mogi das Cruzes (SP).

Importante questão é a heterogeneidade de representações relacionadas à identidade japonesa, discutida em dois trabalhos. Kimura (2003) pesquisa uma família de Okinawa¹⁶ residente em Araraquara (SP), com a preocupação de desvendar a dicotomia existente entre os japoneses, compreendendo o processo de construção da identidade étnica okinawana. Trabalha-se o fenômeno da etnicidade, focando as divergências dentro do grupo de japoneses, ou seja, as diferenças entre os okinawanos, os *naichi*, originários da ilha principal, e os *gaijin*, ou estrangeiros. Souza (2009), que também abarca a questão que cerca os okinawanos, por sua vez, pesquisa sobre a identidade *nikkei*, ou descendentes de japoneses no Brasil, e tem como foco o contraste das identidades operadas entre *uchinanchu* e *naichi*, ou seja, okinawanos e demais japoneses. O objetivo central da pesquisa é perceber as diferenciações entre os grupos a partir de temas como a alimentação, a comensalidade, as festas, a sociabilidade, o parentesco, as articulações sociais e a identidade.

Dois estudos evidenciam a importância das festas tradicionais na manutenção de identidades e na afirmação de etnicidades de migrantes japoneses. Kubota (2008) analisa a festa de Bon Odori e o prato culinário sobá na construção da identidade nipônica na cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. O estudo foca as mulheres como mantenedoras de tradições e costumes e como peças-chave de resistência. Goto (2009) aborda o processo de produção de significados da cultura nipo-brasileira na

16 Ilha japonesa situada no extremo sul do Japão.

cidade de Maringá (PR), e analisa as principais festividades e cerimônias sociais dos 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Silva Neto (2007) aborda a socialização dos descendentes de imigrantes japoneses nascidos em Tomé-Açu, no Pará. Seu intuito é compreender o significado e a representação da imigração na inserção desses descendentes na sociedade brasileira e paraense em particular.

O trabalho realizado por Miwa (2006) investiga o movimento *Shindo Renmei*, associação originada, em 1944, dentro da colônia japonesa no Brasil, que pretende preservar a cultura japonesa e a imagem do imperador Hiroito. O foco do trabalho é o radicalismo ou não das ideias defendidas por tal movimento. Por fim, Gallo (2004) procura examinar o movimento migratório de trabalhadores japoneses, e também chineses, no contexto de modernização urbana, iniciada na segunda metade do século XIX e que se estende até as primeiras décadas do século XX no Brasil e no Peru. O trabalho destaca a formação de uma ideologia genética racista, elaborada por teóricos das altas camadas de ambas as sociedades locais, atacando e perseguindo esses imigrantes asiáticos.

Comparados aos japoneses, são poucos os estudos sobre coreanos e chineses. O de Santos (2006) busca compreender a experiência de indivíduos emigrados da região de Macau, na China, para São Paulo, entre 1953 e 1977, e as dinâmicas identitárias desse grupo. Veras (2008) analisa a imigração chinesa no Brasil e as transformações que ela promove na sociedade brasileira objetivando compreender os fatores de expulsão desses migrantes da China e os de atração para o Brasil. Ling (2008) também estuda os imigrantes chineses em São Paulo. O ponto central de sua análise refere-se à questão da velhice e ao processo de adaptação dos chamados *hakka*, chineses provenientes da região central da China e que falam dialeto específico, na sociedade de recebimento. Já Rogante (2003) busca compre-

ender a trajetória dos imigrantes coreanos e seus descendentes no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, a partir da década de 1970. A questão central de sua análise é a investigação do projeto familiar de ascensão social. A pesquisa demonstra que instituições ligadas ao grupo étnico, tais como associações, consulados e igrejas, são de extrema importância para sua inserção no comércio de roupas e para o cumprimento dos projetos de ascensão social.

Imigração de africanos

É comum fazer referência à imigração africana no Brasil como fator crucial para a constituição da nação. Entretanto, dentre as teses e dissertações realizadas de 1995 a 2009, apenas quatro abordam o tema. A primeira refere-se às identidades de estudantes africanos na Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, considerando-se o contexto de globalização (Pedro, 2000). O estudo identifica múltiplas identidades fundamentadas em diversos níveis de pertencimento desses estudantes e verifica modos de expressão e construção de suas identidades a partir de festas, alimentação, dança e aulas sobre a África. A pesquisa demonstra também a coexistência de grupos heterogêneos e a discriminação e o racismo que afetam os processos identitários de tais estudantes.

A segunda e a terceira pesquisa abordam a situação de imigrantes refugiados angolanos na cidade do Rio de Janeiro. Justino (2002) busca avaliar o perfil socioeconômico desses imigrantes e o impacto da guerra civil e do processo de luta e libertação, que levou à constituição do Estado de Angola, como fatores determinantes da migração. Analisa-se ainda a migração no contexto de transmigração e de imigração trampolim. Daniel (2009) propõe-se a identificar e compreender as dificuldades e as perspectivas de integração dos refugiados angolanos na sociedade carioca. Na quarta

pesquisa, por fim, Cardoso (2009) foca os ex-colonos portugueses e seus descendentes em Angola, os chamados luso-angolanos, que emigram para o Brasil. O ponto central do estudo é a compreensão da trajetória migratória desses imigrantes, desde sua saída de Angola até seu enraizamento no Brasil. São abordados os conflitos por eles vivenciados e seu desligamento da sociedade de origem em meio ao contexto de transformações decorrentes do rompimento do regime colonial.

Imigração de povos do Oriente Médio

Nos estudos sobre imigrantes do Oriente Médio, os sírios e os libaneses destacam-se. Vilela (2002) analisa o processo migratório, a mobilidade social e as representações identitárias desses imigrantes em Minas Gerais. O estudo identifica um contexto de fricção étnica de produção e reprodução de identidades em que as instituições e as redes sociais mantidas e consolidadas pelos imigrantes, tais como clubes e associações, tornam-se essenciais para superar conflitos e assegurar identidades. Santos (2004) verifica como esses imigrantes se inseriram em São José do Rio Preto (SP), entre o final do século XIX e meados do século XX. O autor compara a trajetória desses imigrantes em um município do interior do estado e na capital, focando as relações familiares, as inserções socioculturais e as atividades econômicas e políticas dos imigrantes e de seus descendentes. Por fim, Name (2009) busca compreender a ascensão social de sírios e libaneses em São Paulo, além de como procede todo o processo migratório desses grupos de indivíduos.

Identificamos também três pesquisas que analisam, com recorte religioso, os imigrantes

provenientes do Oriente Médio. A primeira delas é a de El Kadi (1997), que analisa os imigrantes sírios e os libaneses da religião drusa na cidade de Goiânia. As dimensões de análise do estudo são o padrão migratório, a trajetória histórico-social e os elementos culturais como determinantes de sua inserção na sociedade brasileira. O estudo observa que tais imigrantes possuem trajetória socioeconômica similar aos demais sírios e libaneses, iniciando sua inserção profissional na mascateação e em seguida com o estabelecimento de lojas. Entretanto, a análise observa que as diferenças baseadas na religião tornam-se evidentes ao notar pressão pelo casamento endogâmico como forma de perpetuação do grupo étnico-religioso.

A segunda análise com recorte religioso é a de Borges (2004), que avalia a inserção e a integração dos imigrantes muçulmanos também em Goiás, considerando, além da religião, suposta vocação para o comércio, a fim de compreender o processo social de negociação de identidades no contexto goiano. O estudo verifica que o projeto desenvolvimentista rumo ao oeste contribuiu bastante para a ascensão desses imigrantes. O terceiro estudo é o de Moreira (2004), que apresenta pesquisa sobre os muçulmanos em São Paulo e cujo objetivo central é analisar o islã no Brasil. Para tanto, o autor discute aspectos culturais da vida muçulmana decorrentes da imigração e da conversão, ainda rudimentar, de brasileiros ao islã. Ele demonstra ainda a importância histórica e pouco reconhecida dos africanos na introdução do islã no país.

Outros grupos provenientes do Oriente Médio analisados são os palestinos e os judeus¹⁷. Peters (2006) foca os palestinos e a recriação da tradição através de festas e rituais

17 Vale destacar que os imigrantes judeus não são necessariamente todos vindos de Israel ou outras partes do Oriente Médio. Como se sabe, os judeus estão espalhados por todo o mundo. Entretanto, neste artigo, consideramos judeus o grupo originário do Oriente Médio, já que os estudos analisados não discutem diretamente a origem desses imigrantes.

ais com o intuito de quantificar e conhecer o percurso desses imigrantes no Brasil, em particular e na América Latina como um todo. Decol (1999) chama a atenção para a comunidade formada pela imigração judaica no Brasil. O autor apresenta ampla radiografia demográfica e socioeconômica dos imigrantes, dando especial atenção à questão da fecundidade, e verifica que tal comunidade teria contribuído para o declínio da fecundidade no país antes mesmo da população local. Já Tavares (2003a), que se refere à questão da identidade de imigrantes judeus em Fortaleza, foca aqueles que se dirigiram ao estado entre 1993 e 2003 e os processos de formação da Sociedade Israelita do Ceará. Mostra que a identidade desses imigrantes é fortemente abalizada em práticas religiosas, mas que não se dá de forma unânime e homogênea. Finalmente, há o estudo de Lima (2004), que foca a ressignificação da identidade judaica e os fatores políticos envolvidos na imigração desses indivíduos em Recife, capital do Estado de Pernambuco, nas décadas de 1930 e 1940. É verificado como esses imigrantes, diante da atuação da polícia e do Estado, conseguem manter suas referências étnicas, garantir suas fronteiras identitárias e, através de estratégias, manifestações e negociações com o poder público, constituir identidade específica, a do brasileiro-judeu.

Comentários

Alguém pode inferir uma relação entre número de imigrantes e estudos sobre eles no Brasil. Porém, a correlação não é perfeita, já que, há algumas décadas, temos um fluxo bem maior de latinos, de coreanos e de chineses no país e esses não são os grupos com maior número de estudos, nem mesmo nos últimos anos. Além disso, verificamos um crescimento no número de refugiados no país, principalmente da Colômbia, da

Libéria, da Palestina e do Afeganistão (Martes, 2009), que não é acompanhado com um aumento de estudos sobre esses imigrantes.

Outros pontos a considerar sobre a produção acadêmica dos imigrantes internacionais no Brasil são: italianos são tidos como tema clássico e recorrente, seguidos por portugueses, japoneses, sírios e libaneses, alemães e espanhóis; entre os latinos, os bolivianos são os mais pesquisados; as localidades de destino de maior concentração dos estudos referem-se aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. Há uma relação entre as origens e os destinos e observa-se, por exemplo, que se estudam principalmente portugueses em São Paulo e Rio de Janeiro; italianos em São Paulo e Rio Grande do Sul; sírios e libaneses em São Paulo, Goiás e Minas Gerais; e japoneses em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Paraná. São escassos os estudos de imigrantes no Norte e Nordeste do país, acarretando em pouco conhecimento sobre o assunto nessas localidades e, portanto, em um amplo campo a ser estudado.

Vale a pena destacar maior diversidade de temas trabalhados sobre os imigrantes, quando comparados aos emigrantes e retornados, tais como: identidade, etnicidade, conflitos étnicos, redes sociais, política de migração, nacionalidade, fronteiras, mercado de trabalho, trabalho sazonal, transnacionalismo, mobilidade social, violência, criminalidade, casamento, globalização, gênero e religião. Entretanto, muitos outros são ignorados ou pouco trabalhados, como as questões das remessas, dos refugiados, dos enclaves étnicos, do empreendedorismo e da economia étnica, que são bastante trabalhados pela literatura internacional, principalmente norte-americana (Portes, 1995; Jong e Madamba, 2001; Van Tubergen, 2005; Schrover *et al.*, 2007). Por fim, infe-

rimos que a produção acadêmica brasileira terá grandes avanços se trabalhos envolvendo tanto múltiplas origens em um destino particular quanto uma origem específica em múltiplos destinos forem comparados, como propõe o estudo de Van Tubergen, Maas e Flap (2004).

Considerações finais

Este artigo teve como proposta a apresentação de um panorama geral da produção acadêmica, a partir das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, produzidas no Brasil no período de 1995 a 2009 em subáreas específicas das Ciências Sociais, a saber, Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Demografia, além da categoria Ciências Sociais de modo geral. Essa análise fundamenta-se em um amplo panorama da produção acadêmica nacional sobre os fluxos e processos migratórios internacionais no Brasil, tanto em relação à emigração de brasileiros para outros países e seu retorno para o Brasil como à imigração de estrangeiros no país. O objetivo central foi identificar as principais questões levantadas por essa produção, quais são os debates apresentados sobre os temas e quais são os assuntos ainda não abordados ou pouco explorados nos estudos até então desenvolvidos no país.

O apanhado geral realizado, além de ter apontado as questões de maior interesse dos pesquisadores, também foi capaz de oferecer sucinta visão sobre a época específica em que cada um dos temas foi tratado, podendo inclusive propiciar pesquisas mais aprofundadas que analisem possibilidades de relacionamento entre o contexto vigente nos cenários nacional e internacional durante a época de produção dos respectivos estudos e os temas por eles tratados. Esperamos que o presente trabalho possa propiciar o engajamento de pesquisadores em análises inéditas

e em áreas onde se nota ausência ou déficit de informação.

Para a produção deste artigo, identificamos um total de 123 trabalhos sobre a migração internacional no contexto brasileiro. Apesar de havermos verificado que tem ocorrido aumento gradual do número de estudos sobre a migração internacional no Brasil, principalmente a partir do ano 2000, se intensificando ainda mais em 2002, notamos que tal temática ainda não é colocada como fundamental nas discussões nas áreas de Ciência Política e de Demografia, principalmente.

Adicionalmente, outra inconsistência ou até mesmo desproporcionalidade verificada refere-se à distribuição da produção acadêmica por regiões do país. A Região Sudeste conta com 73,9% de toda a produção para o período analisado, seguida das regiões Centro-Oeste, com 10,57%, e Sul, com 8,13%. O Nordeste responde por apenas 5% e o Norte por ínfimos 1,6%. Tais números diferem da distribuição das IES que têm programas de mestrado e doutorado da área de Ciências Sociais no país, já que, no Sudeste, por exemplo, concentram-se 49% de tais programas. Embora seja o Sudeste a região com maiores fluxos de imigrações e emigrações internacionais, há outras regiões, como a Sul e a Nordeste, que contam também com significativos fluxos migratórios e historicamente se caracterizam como importantes locais de atração de imigrantes, devendo, dessa maneira, serem mais bem exploradas pelos pesquisadores.

Quanto aos temas centrais abordados pelas teses e dissertações brasileiras, pode-se dizer que esses se concentram primordialmente no estudo dos fluxos de imigrantes internacionais para o Brasil, estando as pesquisas que avaliam os fluxos de emigrantes brasileiros em segundo plano e os retornados em terceiro. Esse fato mostra-se curioso por-

que, desde fins do século XX, os fluxos de emigração tornam-se significativos, e, embora estejam decrescendo a partir de 2008, os números de retornados têm se mostrado elevados.

No que se trata dos estudos da emigração de brasileiros, notamos maior relevância dos fluxos rumo à América do Norte, mais especificamente aos Estados Unidos, seguidos daqueles com o Japão como destino. Em relação aos emigrantes retornados, também observamos maior importância relativa daqueles que retornam dos Estados Unidos e do Japão. Vale destacar que, embora o Paraguai seja o segundo país de maior influxo de brasileiros, poucos são os estudos sobre os imigrantes brasileiros residentes naquele país, algo curioso e até mesmo preocupante, visto que a falta de análises sobre o tema pode gerar a falsa impressão de que ele não possui grande relevância. Outro fato observado que chamou a nossa atenção refere-se aos poucos estudos reservados à pesquisa sobre a emigração de brasileiros para a Europa, bem como para outros países da América do Sul. Destacamos que os números referentes a essas emigrações não são pequenos e não deveriam ser ignorados. Por fim, chamamos a atenção sobre a pouca importância dada aos brasileiros retornados de outras localidades que não os Estados Unidos e o Japão. Nesse último caso, também ressaltamos a relevância dos brasileiros retornados do Paraguai, especialmente aqueles que contribuem para o intenso e contínuo tráfego entre as fronteiras dos países, os chamados “brasiguaios”.

Já no que se refere à imigração de estrangeiros no Brasil, identificamos a esmagadora diferença entre a quantidade de estudos existentes sobre a imigração de europeus, em especial italianos, se comparados aos estudos reservados a discutir a imigração de demais nacionalidades. De qualquer forma, ainda que em menor quantidade, análises acerca da

imigração de povos das Américas também se fazem bastante presentes. Em relação à imigração desses povos, destacamos as pesquisas reservadas aos bolivianos, que também estão em maior número se comparadas aos estudos sobre todos os outros grupos das Américas. Em seguida, as origens mais consideradas em estudos acadêmicos durante o período avaliado são as do continente asiático, em relação às quais podemos apontar os japoneses como grupo mais discutido. Também as do Oriente Médio, com especial destaque para a imigração de sírios e libaneses se mostram importantes e, finalmente, as de povos africanos, com destaque para os angolanos.

Quanto aos objetivos específicos propostos pelos estudos, eles são diversos, mas grande parte analisa questões de identidade étnica, etnicidade, conflitos étnicos, redes sociais e adaptação dos migrantes às instituições e às sociedades estrangeiras nas quais estão inseridos. Embora em menor grau, temas de inserção no mercado de trabalho, violência e criminalidade são também analisados, bem como o da religião. Ressaltamos que muitos são os temas ignorados pela produção acadêmica pesquisada. Observamos que algumas questões fundamentais na literatura internacional sobre migração internacional são minimamente exploradas, ou mesmo inexploradas. Dentre tais questões, podemos citar os temas referentes às remessas, aos enclaves étnicos, às políticas migratórias, políticas sociais, discriminação étnica/nacional, adaptação da segunda geração de imigrantes, transnacionalismo e refugiados. Outros pontos a serem destacados referem-se à necessidade de maior preocupação dos estudiosos na integração de métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, à maior exploração de dados secundários disponíveis e à produção de análises comparativas, principalmente no que se refere a múltiplas origens e um destino e a múltiplos destinos e uma origem.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, J. L. C. (2005). *Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguaí*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, UFCE, Fortaleza.
- ALCADES, D. R. (2003). *Eles fizeram a América: a saga dos imigrantes italianos de Pedrinhas Paulista*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.
- ARAÚJO, J. R. de C. (1996). *Imigração e futebol: o caso Palestra Itália*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.
- _____. (2003). *Migna Terra – migrantes italianos e fascismo na cidade de São Paulo (1922-1935)*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- ASSIS, G. de O. (1995). *Estar aqui, estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UFSC, Florianópolis.
- _____. (2004). *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- BAHIA, J. D. do V. (2000). *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- BLANCHETTE, T. G. (2001). *Gringos*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- BONASSI, M. (1999). *Canta América sem fronteiras: imigrantes latino-americanos no Brasil*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- BORGES, L. A. (2004). *Religião e vocação para o comércio: elementos para a constituição da identidade de imigrantes muçulmanos em Goiás*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- BRAGA, M. P. (2009). *Descendentes de imigrantes italianos em Belo Horizonte e o impacto da dupla cidadania na construção da identidade italo-brasileira – 1990 a 2008*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-MG, Belo Horizonte.
- BRESCIANI, D. de O. (2008). *Do elefante branco à pérola capixaba: um estudo da Companhia Siderúrgica de Tubarão quanto às relações de trabalho e à migração sob a ótica do processo de globalização*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7606>.
- BURGUEÑO, D. A. E. (2007). *Identidade não é documento: experiências e narrativas de ruptura nas migrações contemporâneas*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UFRGS, Porto Alegre.
- CAMPOS, G. A. G. de (2009). *Entre devires e pertencimentos: a produção da subjetividade entre imigrantes bolivianos em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (2010). *Banco de teses*. Brasília (DF). Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 17 jul. 2013.
- CARDOSO, C. R. E. (2009). *Diáspora e regresso: os imigrantes luso-angolanos no Brasil*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, USP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14102009-170951/>>.

- CATANIO, P. A. G. (2000). *Dekassegui no Yumê-Ji (O caminho que o dekassegui sonhou). Cultura e subjetividade no movimento dekassegui*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- COLLAÇO, J. H. L. (2009). *Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo*. Tese de doutorado, Departamento de Ciência Social, USP, São Paulo.
- CONCEIÇÃO, S. da (2004). *Imigração e casamentos: o caso de São Carlos (1890-1939)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos.
- CORRALES, J. B. (2007). *Refugiados colombianos no Brasil: uma interpretação das suas travessias internas*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, Unicamp, Campinas.
- CORTEZ, C. S. Q. (2005). *Memórias do Novo Mundo: estudo comparativo sobre memórias de imigrantes do Chile e do Brasil*. Tese de doutorado, Departamento de Estudos Comparados sobre as Américas, UnB, Brasília.
- DADALTO, M. C. (2007). *Imigração e cidade: sonho e cultura associativa na tecedura de polos industriais em Colatina*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DANIEL, Z. (2009). *O refúgio no Brasil: o caso dos refugiados angolanos no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Departamento de Direitos Humanos, Cidadania e Violência, Centro Universitário Euro-Americano, Brasília.
- DECOL, R. D. (1999). *Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. Tese de doutorado, Departamento de Demografia, Unicamp, Campinas.
- DOMINGUES, D. T. (2008). *Dos Estados Unidos da América para Governador Valadares: conexões e desconexões*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, UFMG, Belo Horizonte.
- DOMINGUEZ, J. A. (2004). *A imigração espanhola para São Paulo no pós segunda guerra: registros da hospedaria dos imigrantes*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.
- EL KADI, N. I. (1997). *A migração druzas: passos e traços – um estudo de caso*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, UFMG, Belo Horizonte.
- ESTEVES, L. L. (2000). *Entre duas pátrias, o mito do retorno. Memória e imaginário de mulheres portuguesas em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- FAUSTI, S. A. (2002). *Imigração, conflito cotidiano e criminalidade em São Carlos (1866-1914)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos.
- FERNANDES, J. A. da C. (2000). *Imigrantes portugueses e migrantes negros: um olhar sobre novos bairros em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- FERREIRA JÚNIOR, S. P. (2002). *Brás(il)-Itália: laços culturais unidos através da festa*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- _____. (2009). *Festas italianas em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial: a identidade de grupo no contexto da diversidade*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- FLEISCHER, S. R. (2000). *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília.
- FREITAS, C. C. de M. (2004). *A arquitetura de um projeto migratório: representação, memória e “cosmologia salazarista” entre imigrantes portugueses em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, USP, São Paulo.

- FREITAS, C. G. S. de (2006). *Globalização e a migração internacional no mundo do trabalho: o Mercosul em questão*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- FREITAS, P. T. de (2009). *Imigração e experiência social – o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.
- FUSCO, W. (2000). *Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.
- _____. (2005). *Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*. Tese de doutorado, Departamento de Demografia, Unicamp, Campinas.
- FUSCO, W.; SOUCHAUD, S. (2010). De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. *Confins*, [S.I.], n. 9, p. 1-9.
- GALLO, W. E. D. (2004). *Comunidades chinesas e japonesas no Peru e no Brasil: mercado, família e cultura*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, USP, São Paulo.
- GOTO, P. R. (2009). *Cem anos da imigração japonesa e as representações da cultura nipo-brasileira em Maringá*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- GUERIOS, P. R. (2007). *Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GUSSI, A. F. (1996). *Identidades no contexto transnacional: lembranças e esquecimentos de ser brasileiro, norte-americano e confederado de Santa Bárbara d'Oeste e Americana*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Unicamp, Campinas.
- HIRANO, F. Y. (2005). *Caminho para casa: o retorno do Dekasseguis*. Dissertação de mestrado, Departamento de Demografia, Unicamp, Campinas.
- HIRATA, R. Y. (2005). *Tempo e espaço na dinâmica migratória japonesa: o caso de Mogi das Cruzes*. Dissertação de mestrado, Departamento de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro.
- HOFFS, C. C. (2006). *Yu Kan Vertrouw Mi. Você pode confiar*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília.
- INOUE, M. F. M. (2002). *No outro lado nasce o sol: o trabalho dos japoneses e seus descendentes no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, USP, São Paulo.
- JANUZZI, P. de M. (2000). *Migração e mobilidade social*. Campinas: Ed. Autores Associados/Fapesp.
- JONG, G. F. D.; MADAMBA, A. B. (2001). "A double disadvantage? Minority group, immigrant status, and underemployment in the United States". *Social Science Quarterly*, v. 82, n. 1, p. 117-129.
- JUNQUEIRA, M. P. (1998). *Nas entrelinhas dos jornais: cotidiano do imigrante italiano na imprensa de São Carlos (1880-1900)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- _____. (2004). *São Carlos em tempos de epidemia: imigração, saúde pública e urbanização (1877-1900)*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- JUSTINO, D. M. D. (2002). *Os imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: um perfil sociodemográfico*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- KANAAN, B. R. (2008). *Imigrações contemporâneas italianidade: um estudo sobre jogos identitários na região industrializada de Farroupilha/RS*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UFRGS, Porto Alegre.
- KIMURA, H. (2003). *Os okinawanos em Araraquara: a identidade negociada*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- KITAHARA, S. T. (1999). *Dekasseguis – os novos gaijins: uma análise da identidade e da estratégia de ascensão socioeconômica dos nipo-brasileiros*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, UnB, Brasília.
- KUBOTA, N. F. L. (2008). *Bon Odori e sobá: as obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande – MS*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.
- LACERDA, E. P. (2003). *O Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, UFSC, Florianópolis.
- LEITE, C. M. de R. D. (2002). *Brasil-Argentina: migrações internacionais e integração regional*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- LIMA, I. A. de (2004). *Os fatores políticos e a ressignificação da identidade judaica: o caso da comunidade judaica de Pernambuco*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- LIMA, M. R. C. P. (2006). *Inglese pretos, barbadianos negros, brasileiros morenos? Identidades e memórias (Belém, séculos XX e XXI)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFPA, Belém.
- LING, C. R. (2008). *Diáspora e velhice dos imigrantes hakka: a memória da alma*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- LITVIN, A. (2007). *A adaptação social e econômica dos migrantes brasileiros no Japão*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, USP, São Paulo.
- MAIA, M. M. A. (2008). *Imigração e identidade: um estudo sobre famílias portuguesas no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- MARQUES, D. H. F. (2009). *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”*. Tese de doutorado, Departamento de Demografia, UFMG, Belo Horizonte.
- MARTES, A. C. B. (2009). “Velho tema, novos desafios – gestão pública da imigração”. *Cadernos Adenauer*, v. X, n. 1, p. 9-27.
- MATTOS, C. A. dos S. (2003). *A presença dos patrícios no oeste paulista: portugueses em Marília*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.
- MENEZES, G. H. D. S. (2002). *Filhos da imigração: sobre a segunda geração de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília.
- MEURER, B. (2000). *A ética protestante revisitada – a contribuição germânica no sul do Brasil*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- MIWA, M. J. (2006). *Narciso no império dos crisântemos – interpretando o movimento Shindo Renmei*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, Unicamp, Campinas.
- MOCELLIN, M. C. (2008). *Trajетórias em rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.

- MOREIRA, L. (2004). *O islã no Brasil: os muçulmanos imigrantes e o islamismo em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, USP, São Paulo.
- MUSOLINO, A. A. N. (2006). *Migração, identidade e cidadania Palikur na fronteira do Oiapoque e litoral sudeste da Guiana francesa*. Tese de doutorado, Departamento de Estudos Comparados sobre as Américas, UnB, Brasília.
- NAME, P. C. (2009). *A ascensão social dos imigrantes libaneses e sírios em São Paulo: relatos de memórias*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- NUNAN, C. dos S. (2006). *De volta para casa: a reinserção do migrante internacional retornando no mercado formal de trabalho*. Dissertação de mestrado, Departamento de Demografia, PUC-MG, Belo Horizonte.
- OCADA, F. K. (2002). *Nos subterrâneos do modelo japonês: os 3Ks: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (pesado)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- _____. (2006). *A tecelagem da vida com fios partidos: as motivações invisíveis da emigração de kassegui do Japão em quatro estações*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- OLIVEIRA, A. C. de (1997). *Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão. A trajetória de uma identidade em um contexto migratório*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.
- _____. (2004). *Bienvenido a Miami: a inserção dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos da América*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- OLIVEIRA, C. M. da S. (2003). *Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- OLIVEIRA, M. J. (2008). *Entre amigos: antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, UFSC, Florianópolis.
- OLIVEIRA SANTOS, M. D. (2004). *Benedito é o fruto: Festa da Uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul – RS*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PACÍFICO, A. M. C. P. (2008). *O capital social dos refugiados: bagagem cultural versus políticas públicas*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. (2001). “Brasil: país de imigração?” *Revista internacional em língua portuguesa – Migrações*, v. III, n. 24, p. 65-96.
- PEDRO, V. T. (2000). *Identidades traduzidas num mundo globalizado: os estudantes africanos em Florianópolis*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UFSC, Florianópolis.
- PEREIRA, E. G. P. B. (2001). *Belo Horizonte, uma cidade de acolhimento: a identidade de sobrevivência na imigração portuguesa entre 1975 e 1990*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-MG, Belo Horizonte.
- PERES, R. G. (2006). *Diferenciais por sexo no retorno migratório: o fluxo Criciúma-Estados Unidos-Criciúma*. Dissertação de mestrado, Departamento de Demografia, Unicamp, Campinas.
- _____. (2009). *Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS*. Tese de doutorado, Departamento de Demografia, Unicamp, Campinas.

- PETERS, R. (2006). *Imigrantes palestinos, famílias árabes: um estudo antropológico sobre a recriação da tradição a partir das festas e rituais de casamento*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UFRGS, Porto Alegre.
- PINHEIRO, E. M. S. (2009). *Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- PORTES, A. (1995). *The economic Sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*. New York: Russell Sage Foundation.
- RABELLO, E. H. (2009). *Deuschtum na Bahia: trajetórias dos imigrantes alemães em Salvador*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- RAMOS, J. D. S. (2002a). *O poder de domar do fraco: formação de Estado e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Rio de Janeiro, UFRJ.
- RAMOS, S. P. (2002b). *De perdas e buscas a encontros e desencontros: brasileiros em Toronto*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- RENZI, J. D. M. (2000). *Viagem, projeto e identidade: trajetórias de brasileiros em São Francisco*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, UFRJ.
- REZENDE, D. F. de A. (2000). *Transnacionalismo e etnicidade: a construção simbólica do Romanesthán (nação cigana)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, UFMG, Belo Horizonte.
- _____. (2005). *Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários*. Tese de doutorado, Departamento de Demografia, UFMG, Belo Horizonte.
- RIBEIRO, H. M. (2007). *Política imigratória no Brasil contemporâneo: limites e desafios na relação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. Dissertação de mestrado, Departamento de Estudos Comparados sobras as Américas, UnB, Brasília.
- RISSARDI, F. C. (2005). *A relação da imigração, a urbanização e a industrialização no caso de São Carlos*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- ROGANTE, M. A. (2003). *A imigração coreana em São Paulo: organização e ascensão social do grupo no bairro do Bom Retiro*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.
- RUON, P. (2005). *O italo-trentino no desenvolvimento do Vale do Itajaí (SC): estudo dos municípios de Luís Alves, Rio dos Cedros e Rio do Oeste*. Dissertação de mestrado, Departamento de Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.
- SAKURAI, C. (2000). *Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- SALA, G. A. (2005). *Características demográficas e socio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. Tese de doutorado, Departamento de Demografia, UFMG, Belo Horizonte.
- SANTOS, M. A. A. dos (2004). *Caminhos do interior: sírios e libaneses em Rio Preto*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos.
- SANTOS, M. S. C. dos (2006). *Macaenses em trânsito: o império em fragmentos (São Paulo, Rio de Janeiro, Lisboa, Macau)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Unicamp, Campinas.

- SANTOS, S. C. (2005). *A emigração para os Estados Unidos e a cidade de Tiros (MG)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília.
- SASAKI, E. M. (1998). *O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento Dekassegui*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.
- SASAKI, E. M.; ASSIS, G. D. O. (2001). “Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica”. In: CASTRO, M. G. (org.). *Migrações Internacionais – contribuição para políticas, Brasil 2000*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD).
- SAVOLDI, A. (1998). *O caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UFSC, Florianópolis.
- SCHROVER, M. et al. (2007). “Niches, labour market segregation, ethnicity and gender”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 33, n. 4, p. 529-540, May.
- SILVA, C. F. da (2008). *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, USP, São Paulo.
- SILVA, D. M. da (2000). *A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do Portugal democrático (1956-1975)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Unicamp, Campinas.
- _____. (2007). *Intelectuais portugueses exilados no Brasil formação e transferência cultural, século XX*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA, E. C. da (2003). *Visões da diáspora portuguesa: dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre portugueses e luso-descendentes de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Unicamp, Campinas.
- SILVA NETO, F. R. da (2007). *Os japoneses no Pará: um estudo sobre a construção de identidades*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFPA, Belém.
- SILVA, S. A. da (1995). *Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Integração da América Latina, USP, São Paulo.
- _____. (2002). *Festejando a virgem mãe/terra numa pátria estrangeira: devoções marianas num contexto de permanências e mudanças culturais entre os imigrantes bolivianos em São Paulo*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, USP, São Paulo.
- SIQUEIRA, S. (2006). *Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares – sonhos e frustrações no retorno*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia e Antropologia, UFMG, Belo Horizonte.
- SOARES, C. A. (1997). *Emigração de cirurgiões-dentistas brasileiros para Portugal*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unicamp, Campinas.
- SOARES, G. A. D. (2005). “O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil”. *Sociologia, problemas e práticas*, [S.I.], n. 48, p. 27-52.
- SOUZA, Y. N. (2009). *A comunidade uchinchu na era da globalização: contrastando “okinawanos” e “japoneses”*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília.
- TAVARES, A. C. (2003a). *Existem judeus em Fortaleza? Um estudo sobre identidade*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, UFCE, Fortaleza.
- TAVARES, M. C. (2003b). *Refazendo a América: imigração temporária de executivos espanhóis para Salvador*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.

- TEIXEIRA, R. S. (2006). *Italianos em casos de conflitos e tensões nas fazendas de café da comarca de Araraquara, 1890-1914*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos.
- VALE, A. F. C. (2005). *O vó da beleza: transvestilidade e devir minoritário*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, UFCE, Fortaleza.
- VAN TUBERGEN, F. (2005). "Self-employment of immigrants: a cross-national study of 17 western societies". *Social Forces*, v. 84, n. 2, p. 709-732, Dec.
- VAN TUBERGEN, F.; MASS, I.; FLAP, H. (2004). "The economic incorporation of immigrants in 18 western societies: origin, destination, and community effects". *American Sociological Review*, v. 69, n. 5, p. 704-727.
- VARELA, S. F. (2004). *Trajetórias de enriquecimento da elite imigrante: industrialização, mobilidade e capital social no Brasil*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, UnB, Brasília.
- VERAS, D. B. (2008). *As diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- VIDAL, M. D. O. (2009). *Emigrantes brasileiros na Espanha: fluxos, políticas e implicações sociais*. Dissertação de mestrado, Departamento de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro.
- VIDAL, M. D. S. C. (2000). *Brasileiros no Canadá: a descoberta de novos caminhos*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.
- VILLAS BOAS, S. K. V. (2004). *Sexualidade, honra e etnicidade no interior paulista: crimes de defloramento ocorridos no município de São Carlos, 1882 a 1914*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos.
- VILELA, E. M. (2002). *Sírios e libaneses e o fenômeno étnico: manipulações de identidades*. Dissertação de mestrado em Sociologia e Antropologia, UFMG, Belo Horizonte.
- _____. (2006). "Imigrantes internacionais na região Sul do Brasil: uma análise comparativa da inserção ocupacional". In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Santa Cruz (RS), Unisc.
- _____. (2008). *Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia e Política, UFMG, Belo Horizonte.
- ZAMBRANO, L. (2009). *De brasileiros a brasiguaios: a emigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos de 1970*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo.

Artigo recebido em 20/02/2011

Aprovado em 22/05/2013

Resumo

Balanco da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil

Este trabalho tem como objetivo apresentar um balanço da produção acadêmica brasileira sobre a migração internacional do e para o Brasil. A pesquisa fundamenta-se em teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em instituições de ensino superior do país, no período de 1995 a 2009. Para a coleta das informações sobre a produção acadêmica nessas instituições, utilizamos o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes). O apanhado geral realizado, além de apontar os temas e as questões tratados pela produção acadêmica

nacional, é capaz de mostrar, de maneira sucinta, temas ainda não abordados ou não esgotados, sugerindo então o engajamento dos estudiosos em pesquisas inéditas em áreas onde se nota ausência, ou déficit, de informação e trabalhos.

Palavras-chave: Emigração; Imigração; Migração de retorno; Produção acadêmica; Instituições acadêmicas.

Abstract

Overview of Academic Production on International Migration in Brazil

This work aims at giving an overview of the Brazilian academic production on international migration to and from Brazil. The research is based on PhD theses and dissertations defended in higher education institutions in the country in the period from 1995 to 2009. To collect information about the academic production in these institutions we used the bank of theses of the Agency for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). Besides pointing out the themes and issues addressed by the national academic production, the overview here accomplished indicates succinctly some issues not yet addressed or not yet exhausted, providing the opportunity for ulterior engagement in original research on areas in which absence of information and work is presently observed.

Keywords: Emigration; Immigration; Return migration; Academic production; Academic institutions.

Résumé

Analyse de la Production Académique sur la Migration Internationale au Brésil

L'objectif de ce travail est de présenter une analyse de la production académique brésilienne sur la migration internationale dont le Brésil est aussi bien le pays d'origine que de destination. La recherche s'appuie sur les thèses de doctorat et les mémoires de 3^{ème} cycle soutenus dans les établissements d'enseignement supérieur brésiliens au cours de années 1995 à 2009. Pour recueillir les informations sur la production académique dans ces institutions, nous avons utilisé la banque de thèses de la Coordination de Perfectionnement du Personnel de l'Enseignement Supérieur (Capes). Le résultat des analyses signale non seulement les thèmes et les questions traités par la production académique nationale, mais également, de manière succincte, les questions qui n'ont pas encore été traitées, ni épuisées, en suggérant l'engagement des chercheurs dans des thèmes inédits dans les domaines où l'on a observé une absence ou un déficit d'information.

Mots-clés: Émigration; Immigration; Migration de retour; Production académique; Établissements académiques.

A proliferação de *readers* e introduções à Teoria Social surgirão como um *ersatz* à incapacidade de produzir teoria sólida e inovadora dentro desse domínio do conhecimento? No geral, o que temos são múltiplas teorias no interior de áreas de especialização, mas que não são verdadeiramente autônomas, visto que os seus pressupostos encontram-se sistematicamente ancorados numa qualquer forma de metateoria (escolha racional, estruturacionismo, pós-estruturalismo etc.). A noção segundo a qual a proliferação endêmica de abordagens teóricas e tradições intelectuais pode ser abandonada em proveito de teorias de natureza regional só pode ser acalentada se acharmos que a diversidade de lógicas proposicionais metateóricas convive pacificamente sem criação de tensões e de impasses improdutivos. Sucede pelo contrário que elas não se complementam, nem tão pouco, como alguns julgam, podem ser postas a serviço de uma melhor compreensão do social pelo jogo combinatório dos seus núcleos teóricos. Se a lógica proposicional pode ser combinada entre diferentes princípios axiomáticos, já o núcleo propriamente metateórico não pode. Por exemplo, a escolha racional dificilmente é contabilizável com o pós-estruturalismo, e isto não tanto porque todas as suas proposições sejam incompatíveis e irreconciliáveis, mas porque, no nível metateórico, os princípios assumidos são irreduzíveis: a escolha racional coloca o sujeito perceptivo no cerne da sua perspecti-

va, enquanto o pós-estruturalismo rejeita a centralidade do sujeito e difunde-a por uma miríade de discursos. Atualmente, afigura-se existir uma aceitação tácita desta diversidade. Longe vão os tempos das ambições de uma *grand theory* como Skinner previu na década de 1980 (Skinner, 1985), cujo regresso se fazia anunciar através das tentativas de síntese levadas a cabo pela teoria da estruturação de Giddens, o estruturalismo genético de Bourdieu, o neofuncionalismo de Alexander ou os projetos críticos de Habermas e Honneth. Como nenhuma delas pode reivindicar um estatuto de paradigma unificador, desde logo porque as disputas teóricas em seu torno continuam invictas e porque esse estado de instabilidade conceptual e axiomática faz parte das tentativas de definição do campo da teoria social, com os seus investimentos específicos a certas redes intelectuais e de construção de textualidades apropriadas para aquilo que estas vindicam, podemos dizer, parafraseando Alexander a respeito dos clássicos, que, a despeito desta pluralidade, persiste uma necessidade funcional de integração do campo do discurso teórico (Alexander, 1989, p. 27).

É neste quadro que, apesar dos desencontros inerentes ao estado pluriparadigmático da Teoria Social, com certa periodicidade revela-se a necessidade de recompilar o seu corpo canônico. Não apenas como ritualização periódica que visasse, muito durkheimianamente, reanimar o legado da Teoria

Social, mas porque às fontes deste *corpus* são acrescentadas perspectivas e autores que trazem análises inovadoras, resultado do cruzamento de olhares ou de sugestões de novos ângulos interpretativos. De forma mais comezinha, esta revisão periódica responde igualmente às obrigações ditadas pela tarefa pedagógica de comunicar os avanços e o patrimônio acumulado da Teoria Social aos neófitos que ingressam no campo. Os três livros que aqui pretendo resenhar situam-se neste desiderato.

Estas obras procuram oferecer uma visão de conjunto dos desenvolvimentos na Teoria Social a partir sensivelmente da segunda metade do século XX e das suas propostas mais recentes na entrada do século XXI. São livros de introdução à Teoria Social que foram publicados praticamente em simultâneo e que se debruçam em particular sobre desenvolvimentos teóricos contemporâneos, não integrando nas suas lições os chamados “pais fundadores” da Sociologia, ou da Teoria Social em sentido mais lato, tais como Marx, Weber, Simmel, Durkheim, Tönnies, Pareto, entre outros, i.e., aqueles a quem se convencionou atribuir o estatuto de clássicos. As três obras a que me referirei são *Social Theory: twenty introductory lessons*, de Hans Joas e Wolfgang Knöbl (2009); *Contemporary Social Theory – an introduction*, de Anthony Elliott (2009); e, finalmente, *Social Theory of the twentieth century and beyond*, de Patrick Baert e Carreira da Silva (2010).

Para além das agendas educativas que os três revelam, respondendo em larga medida aos programas curriculares das disciplinas ministradas pelos respectivos autores, a organização, as escolhas, as obliterações, bem como as abordagens a que se confere um papel crucial no vasto campo da Teoria Social são porventura mais significativas do que qualquer intenção antológica de mostrar uma sequência coerente na progressão

desta. Com efeito, a questão da progressão sempre foi uma questão polémica na lógica da Teoria Social. Afastado o fantasma do falsificacionismo poperiano (Popper, 1992 [1934]), rejeitada a insuportável exigência dos programas de investigação lakatianos (Lakatos, 1970) e, finalmente, contornados os mais diretos empecilhos da noção de paradigma segundo Kuhn (1970), a Teoria Social alijou o complexo da impossibilidade do saber cumulativo. Daí que fazer teoria seja basicamente uma questão de confronto entre discursos complexos sobre a natureza do social do qual o mais que se pode extrair são visões interpretativas que melhor se adequem a uma determinada temporalidade do fenómeno social, sem ambicionar o estabelecimento de leis de cobertura como desígnio máximo da descoberta científica, assim como firmado pelo positivismo lógico. Argumentos existem que nos levam a preferir uma abordagem a outra, e isto consiste basicamente naquilo que Kuhn designou por situação pré-paradigmática ou Gouldner batizou de “culturas de discurso crítico”. Depois é uma questão de um ajustamento mais crítico ou mais empirista aos objetivos da produção teórica.

No caso vertente, estas três obras enveredam por um registro que pode apropriadamente ser designado por metateoria do tipo M(u) conforme a tipologia proposta por Ritzer (2001), ou seja, o estudo da teoria para melhor compreensão da mesma. Decorrem daqui duas consequências. Por um lado, não se confortam com uma deambulação pela filosofia das ciências na busca dos pré-requisitos para fazer teoria. Em vez disso, envolvem-se na análise de teorias sociais concretas e procuram aferi-las contra um pano de fundo lógico de uma sequencialidade teórica entre grandes matrizes do pensamento social e não das condições de possibilidade do conhecimento. Por outras

palavras, a Teoria Social ganha proeminência sobre a epistemologia – e essa é, a nosso ver, uma opção bem-vinda.

Por outro lado, nenhum desses livros opta por uma metateoria no sentido de M(p) proposto por Ritzer, ou seja, estudar a teoria para desenvolver nova teoria (ibidem, p. 2). A natureza pedagógica dos mesmos torna aceitável essa configuração, muito embora a escassez de soluções oferecidas para superar o pluriparadigmatismo da Sociologia ou para oferecer uma sua versão mais sintética seja patente. A primeira indicação a retirar daqui é a da eventual ociosidade de um esforço de síntese perante a multideterminação do mundo social e da sua historicidade. Nessa acepção, a riqueza de tal confronto não é de maneira nenhuma enfeitável. Como diz Thomas Kemple (2006, p. 4), “a vida da Teoria Social tem que ser captada [...] como um processo dinâmico de inovação e lutas, institucionalização e renovação”. É por essa razão que os três livros mencionados merecem ser considerados da perspectiva do que é ou não estruturante de determinado campo de saber. Analisaremos cada um isoladamente para depois tecermos algumas considerações comparativas.

Social Theory of the twentieth century and beyond, de Baert e Carreira da Silva, é um prolongamento de um livro homônimo de Baert que, como o próprio explicita no prefácio à segunda edição, carecia de ser atualizado com desenvolvimentos posteriores da Teoria Social (Baert e Carreira da Silva, 2010, p. viii). Porquanto esta versão toma a Teoria Social como principal tema, pode ser visto como um importante complemento às contribuições anteriores de Baert mais situadas na vertente da filosofia das ciências. Baert tinha deixado o seu testemunho mais epistemológico e, por isso, menos metateórico – no sentido que Ritzer (2001) empresta ao termo – em *Philosophy of the Social Scien-*

ces. Towards pragmatism (Baert, 2005) onde expressa uma inclinação declarada por uma epistemologia das Ciências Sociais com bases pragmatistas. *Social Theory of the twentieth century and beyond*, agora com a colaboração de Carreira da Silva, prossegue e complementa esse esforço.

O levantamento das mais significativas abordagens teóricas do período coberto pelo livro é organizado através de uma combinação entre os desenvolvimentos de grandes escolas teóricas, tais como funcionalismo, estruturalismo, interacionismo simbólico, e autores marcantes para esse mesmo campo, tais como Habermas, Foucault ou Giddens. São discutíveis as escolhas e a sua representatividade para determinadas correntes. Caso mais emblemático é a representatividade de Giddens para a Sociologia histórica e não como autor fundador de uma abordagem específica a ser considerada autonomamente. Na medida em que a teoria da modernidade deste autor é considerada representativa – na verdade surge como tendo um papel central – no campo da Sociologia histórica e não surge autonomamente (como nos livros de Joas Knöbl e no de Elliot) enquanto legítimo fundador da teoria da estruturação, mormente enquanto uma das opções analíticas para solucionar o chamado problema da agência e da estrutura. De resto, com a exceção de Habermas, todos os outros autores surgem integrados em escolas do pensamento social, devendo-se essa opção porventura mais à economia da narrativa do que ao vincar de opções teórico-metodológicas pelos próprios autores da obra.

Convém, no entanto, lembrar que, para Baert (2005, p. 2-5), existe uma estreita ligação entre filosofia das Ciências Sociais e a própria Teoria Social. Ele rejeita o fundacionalismo clássico, desde a busca epistêmica pela verdade até o reconhecimento de relações invariáveis e generalizáveis. Essa recu-

sa, aparentemente partilhada por Carreira da Silva, encontra-se expressa no programa proposto pelos dois autores no final do livro, mas não é difícil de identificar ao longo das suas trzentas páginas e na rejeição assumida de qualquer pressuposto ontológico. A conclusão do livro, julgamos, expressa justamente essa rejeição, inclinando-se não para uma proposta teórica ou para um conjunto de propostas, mas antes para uma postura hermenêutica que liga – não sem argumentos sólidos – a Teoria Social à intervenção social. Por conseguinte, nem síntese nem novos e vigorosos discursos a emergirem. Pelo contrário, o neopragmatismo assim como elaborado por esses autores é sobretudo uma modalidade de Sociologia reflexiva, que deverá produzir efeitos sobre a vida social. Nesse sentido, a conclusão passa mais por uma crítica ao naturalismo em Ciências Sociais, opondo-lhe estratégias de investigação alternativa, negligenciando o que, no nível teórico, tem vindo a emergir como forma de perspectivar potenciais desenvolvimentos futuros.

Devemos assinalar alguns “deslizes” pouco aceitáveis em livros dessa envergadura. Por exemplo, no capítulo introdutório de Baert e Carreira da Silva (2010, p. 7), afirma-se que Foucault era um historiador de formação. Não apenas Foucault, como é conhecido, obteve a *agrégation* em filosofia pela École Normale Supérieure, como rejeita por diversas vezes qualquer identificação entre o trabalho que realiza e o ofício tradicional de historiador (ver, por exemplo, a introdução ao terceiro volume da *História da sexualidade*). Dizer isto não significa que Foucault não tivesse um método histórico, o que, para todos os efeitos, tomando a sua genealogia como exemplo, acaba por ser tautológico. Acrescente-se que, na conclusão, o papel que é reservado para a Ciência Social afigura-se desproporcionado, em particular

quando esta não surge definida explicitamente. Dizer que a Teoria Social serve de mediador e catalisador para a discussão intelectual e política atual e depois não incluir expoentes dessa mesma discussão num livro que faz um gigantesco apanhado da Teoria Social é problemático. Desde logo, como afirmá-lo deixando simultaneamente de fora nomes como Negri e Hard, Jameson, Zizek, Badiou ou Agamben, ou então verdadeiras correntes teóricas como o feminismo e o pós-colonialismo, atualmente bem mais presentes enquanto “catalisadores” da discussão intelectual do que Habermas, a quem os autores dedicam um capítulo? Estamos perante uma visão bastante *partisan* ou do que deve ser entendido por Teoria Social ou, pior, donde se situa o debate intelectual que hoje em dia concita atenção.

O livro de Joas e Knöbl possui uma filiação direta na lógica teórica, na acepção de Alexander (1982), i.e., o nível de pressuposições que cada corrente intelectual delimita relativamente ao problema da ação, da ordem e da mudança social, acrescentam os autores. Não por acaso, o título “Twenty introductory lectures” é um arremedo do seu precursor norte-americano, *Twenty lectures – Sociological Theory since World War II*, do mesmo Jeffrey Alexander (1987). E deve, porventura, ser lido como um comentário a essa obra e ao seu excessivo enfoque na Sociologia norte-americana. Nesse sentido, uma das novidades que Joas e Knöbl introduzem nas suas lições de Teoria Social é o espaço dedicado – legitimamente, ao nosso ver – à Teoria Social alemã, com particular ênfase para o debate Habermas-Luhmann. Onde este último nem sequer figurava no livro de Alexander, na obra de Joas e Knöbl é-lhe reservado um capítulo e são os dois autores colocados em destaque pelo debate que entretiveram durante a segunda metade do século XX e que viria a marcar a Teoria

Social alemã. Na interpretação de Münch (1993), a Teoria Social alemã contemporânea – de Beck a Honneth – é filha desse debate. A mesma atenção recai sobre autores como Bourdieu, o pragmatismo francês de Boltansky e Thévenot (que encontramos igualmente em Baert e Carreira da Silva), ou o pós-estruturalismo francês de Foucault e Ricoeur. Isso significa uma assunção muito significativa da produção europeia de Teoria Social menos presente nos *curricula* norte-americanos. Nos referimos aqui não apenas à obra de Alexander (1982), mas também a *The structure of Sociological Theory* de Jonathan H. Turner (2003 [1974]), para destacar duas das mais importantes sùmulas teóricas produzidas nesse contexto. Todavia, esse deslocamento do eixo geográfico da produção teórica encontramos-lo igualmente nas outras duas obras aqui resenhadas.

Por isso, não será a mera abrangência geográfica que singulariza o livro de Joas e Knöbl. Com efeito, deve ser salientada a forma como as teorias são colocadas em diálogo umas com as outras e como os autores explicitam as propostas centrais de cada autor ou corrente de forma clara e problematizadora sem por isso tornar a Teoria Social menos complexa. Dito de outra forma, clarificam a complexidade analítica de um corpo teórico que é por definição exigente, não cedendo a facilitismos de exposição. É, aliás, neste último aspecto que reside a excelência desse livro: a forma como as várias correntes de pensamento social são colocadas em relação umas com as outras, ora respondendo a dificuldades anteriores tentando superá-las, ora recuperando os núcleos teóricos pretéritos. Apenas o imenso conhecimento teórico dos autores permite essa espécie de diálogo permanente que evita a compartimentalização do trabalho teórico. Nesse quadro, o livro afasta-se do comentário ilustrado ou da mera referência acadêmica e sumária de muitas

das introduções à Teoria Social para mostrar como a teoria pode tornar-se uma ferramenta para pensar o social, autônoma da empiria, sem, no entanto, desvirtuar esta última. A explicitação de conceitos complexos faz-se sempre por referência a quadros intelectuais e filosóficos que lhes deram respaldo, numa tentativa de permanente problematização dos seus postulados principais.

No caso de Elliott e do seu *Contemporary Social Theory – an introduction*, há a assinalar que muito maior atenção é devotada a correntes que não são propriamente *mainstream* nos departamentos de Sociologia. Do pós-colonialismo ao feminismo, passando pelo pós-modernismo, com Baudrillard, Jameson e Harvey, e desembocando na teoria psicanalítica de Lacan e seus discípulos, chegando mesmo a Zizek, a Teoria Social ganha uma amplitude que reconhece como central uma linguagem pós-moderna da multitude de discursos numa *bricolage* intencional e sem freios teóricos apriorísticos, cuja função é a de complementar compreensões parcelares da realidade social, mesmo que tais pressupostos vão por vezes diretamente contra as propostas de teóricos como Zizek ou Jameson, para quem o desconstrucionismo pós-moderno não exerce qualquer fascínio.

Elliott resume a análise da Teoria Social a oposições clássicas, tais como indivíduo-sociedade, conflito-consenso, prosseguindo uma estratégia tradicional de análise social que podemos encontrar nos livros de Alexander e Ritzer aqui citados. Contudo, acrescenta a mudança social, o gênero, e a relação entre o social e o emocional, que classifica como a relação entre o mundo público e privado. Essas adições explicitam uma nova intencionalidade da Teoria Social e da construção dos seus objetos em consonância com a multiplicidade de autores convocados, alargando o âmbito do seu discurso para além da teoria da ação com as

suas dicotomias tradicionais entre liberdade e ordem ou, em termos parsonianos, entre voluntarismo e normatividade. Quanto a nós, é neste plano que o livro de Elliot se afasta dos outros dois: a sua abordagem enjota explicitamente os caminhos acionalistas das anteriores. Voltaremos a este ponto mais à frente.

Por outro lado, a vertente crítica em Elliot encontra-se bem mais presente do que nos outros dois exemplos. Não se limitando a expor as teorias, Elliot utiliza os seus instrumentos para em torno delas elaborar uma visão crítica das sociedades contemporâneas, visão essa que muitas vezes infirma as próprias teorias. Por exemplo, a respeito de Habermas e da sua concepção procedimental da legitimidade democrática, enquanto funcionalidade de uma democracia deliberativa, o autor coloca-nos perante a incapacidade do consenso racional proposto por Habermas numa sociedade onde os polos difusores de informação pela mídia abundam e onde reina uma cultura do entretenimento na qual proliferam os lugares avaliativos éticos e morais. Como diz Elliot (2009, p. 175), “a Teoria Social deveria ser capaz de dar conta da sua própria postura política [...] especialmente no que respeita a relação entre a crítica social e a análise da dominação social”. Nesse quadro, o livro de Elliot assume-se como um explícito continuador de uma tradição crítica que enjota a mera postura descritiva ou a *Wertfreiheit* da tradição weberiana.

Comparativamente, como já foi dito, essas três obras revelam investimentos específicos na construção das modalidades, através das quais esse mesmo campo deve valorizar ou desvalorizar os seus objetos próprios. Mas esse desacordo não deve ser visto como incompatibilidade, que mais objetivamente nem sequer existe na maioria das suas visões da Teoria Social. Por exemplo, entre o livro

de Joas e Knöbl e o de Baert e Carreira da Silva, a partilha de uma perspectiva filiada no pragmatismo norte-americano é explicitamente assumida. Ambos – Baert e Joas – são reconhecidos defensores das abordagens pragmatistas e da sua continuação num neopragmatismo. A sua filiação pragmatista tem uma influência direta na forma como essas “introduções” são organizadas. No caso de Joas, a atenção é dada às grandes escolas que evoluem em termos do debate crítico com o estrutural-funcionalismo de Parsons, nesse sentido seguindo uma linha que é iminentemente devedora da lógica da ação social. Ou seja, ao pretender que a ação social se pode autonomizar assumindo a existência de uma racionalidade particular que não se esgota na racionalidade econômica da escolha racional, essa determinação abre, por assim dizer, um campo heurístico próprio para a Sociologia. Essa filiação programática é central para a compreensão do livro: não somente grande parte das teorias sociais se desenvolveram em crítica aberta ao programa parsoniano, como as questões que este levantava em termos de uma analítica da ação social são sistematicamente revisitadas.

O funcionalismo parsoniano detém igualmente um papel de relevo na abordagem apresentada por Baert e Carreira da Silva, sobretudo quando tomado como ponto de partida para a crítica teórica que levou ao desenvolvimento de alternativas tais como o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Todavia, nesta obra, a ação social não constitui o eixo teórico em relação ao qual se posicionaram as alternativas concorrentes. A empresa teórica de Baert e Carreira da Silva surge ainda demasiado apegada à filosofia da ciência. Isto decorre basicamente de se insistir que cada teoria possui os seus pressupostos ontológicos acerca da prevalência da sociedade sobre o indivíduo ou vice-versa. Por esse fato, a conclusão, contrariamente à

obra de Joas e Knöbl, evita deliberadamente uma saída teórica em termos de ação social ou de síntese em termos de agência-estrutura. Ao invés, os autores sugerem a adoção de uma hermenêutica do comprometimento, apresentada como ruptura com os dois paradigmas diacronicamente anteriores – o nomológico-dedutivo e o representacional. Segundo esta, a solução para o impasse teórico a que chegou a Teoria Social é a junção da hermenêutica com a autorreflexividade. Interrogam-se os autores ao dirigirem uma questão mais genérica para os oficiais da Teoria Social cuja natureza da resposta contém uma cautela moral: Serve esta ao interesse público? Existe, por conseguinte, uma filiação com a Sociologia pública de Burawoy, mas criticam esta última por não endereçar suficientemente aquilo que dizem estar no cerne do pragmatismo, a saber, um comprometimento com a sociedade civil e com a democracia. Que tais noções saiam incólumes dessa hermenêutica autorreflexiva diz bem dos seus limites.

Para Elliot, a Teoria Social não possui uma axiomática própria, distribuindo-se esta por uma miríade de discursos com as suas entradas conceituais que podem servir, numa metodologia combinatória, para agregar diversas maneiras de ler os objetos. Com efeito, a Teoria Social é um programa contaminado por diferentes discursividades que não se excluem necessariamente e das quais se pode fazer uso na construção de uma multiplicidade de ângulos de análise que mais não são do que a expressão dessa mesma abertura a linguagens e conceitos exteriores a qualquer noção de Teoria Sociológica em sentido estrito. O cunho crítico a que aludimos anteriormente encontra assim toda a sua coerência e necessidade. Decorre dessa presença crítica que Elliot quer manter no seio da Teoria Social a atenção devotada à teoria crítica de Adorno, Horkheimer e Marcuse, onde nas

outras duas obras aqui escrutinadas esta apenas surge obliquamente como via para expor os desenvolvimentos habermasianos dessa mesma teoria crítica. Essa preferência por discursos marginais ao *mainstream* na Teoria Social percorre todo o livro e pode ser identificada na incorporação do pós-estruturalismo de Lacan e dos lacanianos (a exemplo de Zizek ou Bhabha); na ênfase dada à panóplia de autoras feministas e pós-feministas (de Chodorow a Butler); culminando com os filósofos da contingência, tais como Badiou, Nancy e DeLanda. Por conseguinte, estamos na presença de um círculo que se completa (não se fechando necessariamente, mas continuando ininterruptamente como nas formas circulares de uma fita de Moebius), que tendo início nos esforços pioneiros da teoria crítica da Escola de Frankfurt – onde Elliot identifica os primórdios da Teoria Social contemporânea –, perfaz essa viagem com os pós-estruturalistas como Castoriadis, Agamben ou DeLanda, porque são aqueles que apresentam os “desafios radicais aos significados sociais e políticos adquiridos”. Outro livro que envereda por esses caminhos – embora não resenhado aqui, mas que mencionamos pelas afinidades perspectivistas – é o *Social Theory: the multicultural and classic readings*, de Charles Lemert (2010). O livro de Lemert tem uma cobertura impressionante – de Marx a Zizek – e expande a ideia de Teoria Social por tudo o que é pensamento social, numa linha ainda mais ambiciosa que a adotada por Elliot. A diferença é que o primeiro é uma coleção de excertos (ínfimos, por vezes) de todos os grandes textos do pensamento social compilados pelo autor, segundo o seu critério de seleção, enquanto o segundo fornece reflexões tão profundas quanto sintéticas de uma panóplia de grandes pensadores e cientistas sociais.

A proposta de Elliot sugere uma configuração mais concordante com essa lógica

de abertura a propostas teóricas exteriores às matrizes interpretativas e analíticas da Teoria Sociológica. Nesse sentido, será porventura este a remetermo-nos para um verdadeiro “encontro dialógico” com um feixe plural de interpretações e conceitos sobre o mundo social. Quando mais não seja, menos circunscrito a um cânon que, como a palavra indica, canoniza determinadas figuras, por vezes segundo critérios que nem sempre são explicitados.

Em contrapartida, para Baert e Carreira da Silva quer para Joas e Knöbl sobretudo, a Teoria Social pode e deve prosseguir uma axiomática própria, da qual o eixo heurístico seria justamente uma teoria da ação. É a partir dos pressupostos de uma teoria da ação que se podem construir proposições válidas e testáveis para explicar o comportamento em sociedade. Nesse sentido, existe um núcleo duro da Teoria Social que serve de balizador para uma pretendida objetividade disciplinar: a ação social. A pergunta que se pode colocar é a da possibilidade de enjeitar as contribuições do feminismo, do pós-colonialismo, do *linguistic* e posteriormente do *cultural turn*, como fazem Baert e Carreira da Silva, não sustentando, dessa forma, uma versão fatalmente empobrecida do que quer que se equacione como sendo teoria da ação social. Essa limitação é certamente estranha em autores que defendem encarniadamente a pluralidade de visões dentro das Ciências Sociais e os benefícios da exposição dialogante à crítica construída noutras latitudes teóricas (Baert, 2005). Afigura-se, portanto, que os limites do debate influído pela quantidade necessária de ceticismo que Baert advoga estão muito bem definidos numa linha metateórica que privilegia determinados saberes em detrimento doutros.

Porém, uma pluralidade obsessiva de abordagens não significa um enriquecimento por complementaridade. Apesar do interesse

de muitos dos diagnósticos feitos sobre a sociedade contemporânea e pretérita, julgamos que é de todo interesse da Sociologia balizar os seus quadros teóricos. Não se trata de enjeitar as possibilidades abertas pela pluridisciplinaridade que, de qualquer das formas, se afiguram presentes mesmo em quadros de pensamento que afirmam certa exclusividade à Teoria Sociológica. A Sociologia deve reivindicar um trajeto teórico próprio, mesmo que este não signifique cumulatividade, que evidencie uma sucessão de escolas e de tendências, adequando-a a um confronto proposicional que não insista numa diferenciação impeditora de trocas frutíferas.

Aliás, subjacente à diversidade teórica ou às opções, por vezes desencontradas, que essas três obras espelham, encontra-se a exigência de um patamar mínimo sobre o qual colocar as questões fundamentais da teorização em Sociologia. Alexander propôs que essas fossem consideradas pressuposições gerais sobre a natureza da ação e o problema da ordem. Também para Joas e Knöbl, as questões essenciais que qualquer investigação do domínio das Ciências Sociais coloca, bem para além da diversidade de paradigmas, prendem-se com três vetores: (a) O que é a ação? (b) O que é a ordem social? (c) O que determina a mudança social? Elliot, como vimos atrás, alargava esse conjunto a campos mais diferenciados e, por seu turno, Baert e Carreira da Silva não estabelecem nenhum programa mínimo para a Sociologia para além de uma redefinição do que deve ser entendido por teoria.

Da mesma forma, para esses autores, teoria não tem que corresponder a explicação no sentido mais tradicional do termo. Nesse quadro, o termo é extensível quer a posturas interpretativas, quer críticas ou compreensivas. Define-se assim uma relação com a empiria que é sustentada por qualquer destas introduções, sugerindo que certo consenso

foi alcançado relativamente às potencialidades da teorização em Sociologia. Desse consenso, fazem parte a assunção dos limites das capacidades preditivas em Sociologia, o reconhecimento do imbricar entre teoria e empiria, impedindo qualquer aproximação falsificacionista aos critérios de seleção teórica, e, finalmente, a implicação da Teoria Social na vida quotidiana que, no caso de Elliot, é levada ao extremo de uma competência sociológica quotidiana, e, no de Baert e Carreira da Silva, a uma hermenêutica do comprometimento atrás referida. Em suma, essas introduções assumem uma recusa genérica do empirismo lógico, do programa hipotético-dedutivo e do teste de conceitos assim como os conhecemos das mais diversas e insistentes tentativas de matematização da Sociologia. É tal postura que permite reconsiderar o papel da teoria na empresa sociológica, porque se a teoria fosse entendida como generalizações em forma de leis de cobertura, então a Sociologia teria pouco para mostrar. Porém, essa abertura do conceito de teoria a formas mais flexíveis da sua elaboração e teste (ou assunção da impossibilidade do teste assim como este é produzido pelas visões mais naturalistas) permite considerar a abstração da realidade em modelos minimamente lógicos e analiticamente enunciáveis como parte fundamental da construção teórica, sem que esta tenha que ceder, tal uma fatalidade, à infirmação da empiria. Razão pela qual estas três obras reservam uma especial crítica às teorias da escolha racional.

Sabemos que desde a sua formulação em termos básicos utilitaristas, sempre esta constituiu o corpo estranho na linguagem sociológica. Desde as tentativas de Durkheim para expulsar o mais pessoal dos atos – o suicídio –, qualquer evidência de raciocínio utilitarista até a guerra travada por Parsons contra o utilitarismo economicista que negligenciava os conteúdos valorativos da ação,

a escolha racional é simultaneamente o mais amado e odiado dos programas no cerne do pensamento social. De um lado, porque até ao presente é aquele que mais se aproxima de um desejo aparentemente sempre adiado de objetivação matematizável; de outro, porque redutor da complexidade das práticas e discursos humanos. Desse modo, a escolha racional possui nessas introduções o seu lugar inescapável, mas a ela não é atribuído nenhum potencial futuro. Por conseguinte, os atuais desenvolvimentos no campo da Sociologia analítica (Hedström, 2005; Hedström e Swedberg, 1996; Abell *et al.*, 2010) passam praticamente despercebidos, mesmo que esta seja, considerando um seu entendimento mais amplo, que encontramos nas correntes individualistas metodológicas, a que oferece os exemplos mais perfeitos de formalização e modelização.

Também quanto a esse aspecto, as três obras revelam um consenso tácito assinalável. E é óbvio que este contraria diretamente as ambições totalizadoras dos adeptos da Sociologia analítica (ver, por exemplo, Demeulenaere, 2011). Com efeito, se estes últimos reservam para as suas descobertas e metodologias um lugar de eleição que possibilita a construção de um paradigma único e, portanto, de unificação das Ciências Sociais (e não apenas da Sociologia), nessas introduções, ou assumem um papel residual de mais uma escola entre outras – caso de Joas e Baert – ou nem sequer são contemplados – caso do livro de Elliot. O que é que essa discrepância nos pode ensinar em matéria de futuros desenvolvimentos da Teoria Social? Primeiro que, apesar das declarações em contrário, continua a haver um paradigma com pretensões totalizantes. Nas palavras de Demeulenaere (2011, p. 1), “a Sociologia analítica não deve ser vista como um manifesto para um modo particular de fazer sociologia comparável a outros, mas antes como um

esforço para clarificar (analiticamente) os princípios teóricos e epistemológicos subjacentes a qualquer forma de fazer sociologia que seja satisfatória (e, em verdade, qualquer ciência social)”. Implicado nessa afirmação encontra-se o estabelecimento de relações causais e o potencial explanatório destas. Segundo, e em corolário, que a preocupação com o estabelecimento da causalidade em Sociologia não é refletida nessas introduções. Ora, quanto ao primeiro aspecto, as obras que aqui nos ocupam são peremptórias na aceitação de um pluriparadigmatismo não obrigado a criar soluções unificadoras; quanto ao segundo, o problema da explicação em Ciências Sociais não possui como tal nenhuma prevalência epistemológica relativamente a outras posturas de procura de conhecimento. Questões como causalidade e estabelecimento de relações entre elementos ou entidades, linguagem clara, quer à Sociologia analítica, quer ao realismo social, não possuem reverberações suficientes para encantar a imaginação do teórico social. Ou, pelo menos, não lhes deve ser atribuído nenhum estatuto teórico especial, na opinião dessas súmulas teóricas.

Não desmerecendo nenhuma das três obras aqui recenseadas, parece-nos importante concluirmos pela superioridade de uma delas para que não caiamos num relativismo espúrio, incapaz de avaliar objetos concorrentes. Dados os argumentos expostos, a obra de Joas e Knöbl constitui, quanto a nós, a melhor introdução das três. Concluiremos aduzindo três aspectos que resumem as justificações para essa escolha. Primeiro, quer o excessivo pedagogismo da introdução de Elliot, quer algum esquematismo da parte de Baert, fazem com que *Social Theory: twenty introductory lectures* de Joas e Knöbl seja o mais completo e aprofundado apanhado teórico no nível de uma introdução, e que, pela sua capacidade

de estabelecer sistemáticas articulações entre as diversas escolas e conceitos, de rever as suas bases filosóficas aspirando sempre a uma confrontação crítica com as mesmas, torna-o igualmente o mais exigente. O segundo aspecto prende-se com a estrutura e os temas por ele abordados. Nem uma tão declarada insistência numa sequência relativamente residual no ensino da Teoria Social, como em Elliot, nem a negligência de certos discursos que não são centrais à lógica da filosofia das ciências – como o feminismo –, tal como encontramos em Baert e Carreira da Silva. Insistência, sim, na preservação de um núcleo teórico, ou, melhor dizendo, de questões associadas a esse núcleo teórico, designadamente a natureza da ação social e a sua conjugação com a ordem, mas sem desprezar discursos que não constituem, numa visão mais canônica, a parte central desse património. É nesse quadro que podemos deslocarmo-nos do normativismo parsoniano ao pós-estruturalismo de Castoriadis ou à crítica foucaultiana do poder. Finalmente, o terceiro aspecto, a abrangência teórica não tem rival em qualquer dos outros dois. Se a Sociologia, e a Teoria Social em sentido mais amplo, serve para ler o mundo, dá-se igualmente a ler enquanto mundo, uma constelação de conceitos suficientemente abstraída do mundo empírico – para utilizar o trinómio tão caro ao realismo crítico (real, factual e o empírico) – que surja para além da experiência. Note-se que, tanto para Baert como para Elliot, a Sociologia pode (deve!) ser reconduzida ao nível da experiência. Quer na sugestão de Elliot, na esteira de Lemert, de uma sociologia prática do quotidiano na qual todos somos competentes, quer na autorreflexividade defendida por Baert como medida de sanidade política para a instituição de melhores democracia e sociedade civil, a finalidade é incorporar a teoria na experiência social.

Para Joas, pensamos, a teoria existe autonomamente em relação à experiência, e se bem que pode por esta ser apropriada, não significa nenhum ganho, nem político nem epistemológico, que assim o faça. É polêmica essa postura e explica o alheamento de Joas relativamente a qualquer batalha contra o *status quo*. Mas cremos que defensável. Desde logo, porque é aceitável que os conceitos não tenham que ter uma tradução direta na empiria, ou seja, podem estes ser explicitados logicamente de forma não empirista; nem as teorias tenham que ser vis-

tas forçosamente como meios para mudar o mundo existente – o que é. Note-se que os autores não defendem nenhuma alienação estratégica, o mundo dos reis filósofos intocado na sua pureza analítica, até porque tal atitude seria incompatível com a insistência de Joas na natureza e função dos valores para os comportamentos e relações sociais. Afir-mam sim, a independência da imaginação sociológica que deve ser substanciada por um *aparatus* conceptual e lógico que qualquer um dos seus praticantes ou aprendizes deverá idealmente possuir.

Bibliografia

- ABELL, P., *et al.* (2010). “Causal and constitutive relations, and the squaring of Coleman’s diagram: Reply to Vromen”, *Erkenntnis*, v. 73, n. 3, p. 385-391.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1982). *Theoretical Logic in Sociology – vol. 1. Positivism, presuppositions, and current controversies*. Berkeley, University of California.
- _____. (1987). *Twenty lectures – Sociological Theory since World War II*. New York: Columbia University Press.
- _____. (1989). *Structure and meaning. Relinking classical Sociology*. New York: Columbia University Press.
- BAERT, Patrick (2005). *Philosophy of the Social Sciences. Towards pragmatism*. Cambridge: Polity Press.
- BAERT, Patrick; CARREIRA DA SILVA, Filipe (2010). *Social Theory of the twentieth century and beyond*. Cambridge: Polity Press.
- DEMEULENAERE, Pierre (ed.) (2011). *Analytical Sociology and social mechanisms*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ELLIOTT, Anthony (2009). *Contemporary Social Theory – an introduction*. London: Routledge.
- JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang (2009). *Social Theory: twenty introductory lessons*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEDSTRÖM, Peter (2005). *Dissecting the social: on the principles of analytical Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEDSTRÖM, P.; SWEDBERG, R. (1996). “Social mechanisms”. *Acta Sociologica*, v. 39, n. 3, p. 281–308.
- KEMPLE, Thomas M. (2006). “Founders, classics and cannons in the formation of Social Theory”. In: DELANTY, Gerard (ed.). *Handbook of contemporary Social Theory*. New York: Routledge.
- KUHN, Thomas (1970). *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKATOS, Imre (1970). “Falsification and the methodology of scientific research”. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (eds.). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

- LEMERT, Charles (2010). *Social Theory: the multicultural and classic readings*. 4. ed. Colorado: Westview Press.
- MÜNCH, Richard (1993). "The contribution of German Social Theory to European Sociology". In: NEDELMANN, Birgitta; SZTOMPKA, Piotr (eds.). *Sociology in Europe. In search of identity*. Berlin: De Gruyter. p. 45-66.
- POPPER, Karl (1992 [1934]). *The logic of scientific discovery*. London: Routledge.
- RITZER, George F. (2001) *Explorations in Social Theory. From metatheorizing to rationalization*. London: Sage.
- SKINNER, Quentin (ed.) (1985). *The return of grand theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TURNER, Jonathan H. (2003 [1974]). *The structure of Sociological Theory*, 7. ed. Belmont, CA: Wadsworth Thomson.

Artigo recebido em 09/05/2013

Aprovado em 12/07/2013

Resumo

Três Grandes Símulas de Teoria Social para o Século XXI

A publicação de símulas de Teoria Social tem sido uma das marcas da prática acadêmica e pedagógica em Sociologia. Aqui procuro resenhar três das mais importantes obras publicadas recentemente, indicando semelhanças e diferenças entre elas e nos projetos teóricos dos respectivos autores. Consequentemente, interrogo as suas escolhas enquanto delineadoras de um determinado programa para o campo da Teoria Social e os caminhos futuros que estas apontam.

Palavras-chave: Teoria Social; Lógica teórica; Teoria crítica; Pluriparadigmatismo; Explicação.

Abstract

Three Great Summae of Social Theory for the XXIst Century

The publication of summae of Social Theory has been one of the marks of the academic and pedagogical practice in Sociology. Here, I intend to review three of the most important recently published works of this kind, highlighting similitudes and differences among them and the theoretical projects of their authors. In doing so, I submit to questioning their choices as delineators of a determined program for the field of Social Theory and the ways they suggest for its future development.

Keywords: Social theory; Theoretical logic; critical theory; Pluriparadigmatism; Explanation.

Résumé

Trois Grandes Décisions de la Théorie Sociale pour le XXI^e Siècle

La publication de décisions dans le domaine de la Théorie Sociale a été un des jalons de la pratique académique et pédagogique en Sociologie. Mon but est, ici, de proposer un compte-rendu des trois œuvres les plus importantes publiées récemment, en indiquant les similitudes et les différences entre elles et dans les projets théoriques des auteurs respectifs. En conséquence, j'interroge leurs choix en tant que délinéateurs d'un certain programme pour le domaine de la Théorie Sociale et les chemins futurs que ces choix indiquent.

Mots-clés: Théorie Sociale; Logique théorique; Théorie critique; Pluriparadigmatisme; Explication

Introdução

Para responder por que a Sociologia da Ciência Econômica, mais do que uma sociologia do conhecimento de uma área especializada, é e deve ser um ramo constitutivo da Sociologia Econômica poder-se-ia fazer recurso à tipologia dos fenômenos socioeconômicos que Max Weber apresenta em *A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais*. De acordo com essa classificação, seriam fenômenos socioeconômicos: (1) os eventos ou instituições propriamente econômicos; (2) os fenômenos não econômicos economicamente relevantes,

[...] que não nos interessam, ao menos primordialmente, do ângulo do seu significado econômico e em nome dele, mas que em determinadas circunstâncias podem adquirir um significado econômico sob esse ponto de vista, dado que deles resultam determinados efeitos que nos interessam sob uma perspectiva econômica (Weber, 2006, p. 31);

e (3) os fenômenos não econômicos, cujos efeitos econômicos não oferecem interesse, mas que são, em maior ou menor medida, condicionados por fenômenos econômicos. A Ciência Econômica poderia ser estudada, de acordo com essa classificação, como um fenômeno não econômico com efeitos sobre

a economia, ou seja, economicamente relevantes, e é a demonstrar como esses efeitos da teoria ocorrem e quais as suas consequências que será dedicada parte significativa da produção contemporânea da Sociologia da Ciência Econômica.

Duas foram as formas tradicionais da Sociologia Econômica clássica de lidar com os fenômenos econômicos como fenômenos sociais: ou bem ela procurava complementar as análises feitas pela Ciência Econômica sem desqualificá-las – casos de Vilfredo Pareto e de Max Weber –, ou bem travava embates com a Ciência Econômica, nos quais disputava os métodos de observação e os pressupostos a partir dos quais se estruturavam as leis anunciadas pela Economia. Forma de proceder, por exemplo, de Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e do grupo que, ao entorno de Durkheim, animou, no início do século XX, a revista *Année Sociologique*¹ (Heilbron, 2001; Steiner, 2005, 2006, 2009).

A dita “Nova Sociologia Econômica”² – área de estudos que se constituiu a partir dos anos 1980 com a proposta de reinserir os estudos dos fenômenos socioeconômicos em uma Sociologia que haveria deixado de os enxergar como parte constituinte e constitu-

1 Composto, entre outros, por Marcel Mauss, François Simiand e Maurice Halbwachs.

2 Para um breve panorama dos estudos da Nova Sociologia Econômica, ver as duas edições do *Handbook of Economic Sociology* (Smelser e Swedberg [orgs.], 1994 e 2005) e o *Traité de Sociologie Économique* (Steiner e Vatin [orgs.], 2009).

tiva de seus domínios temáticos – anuncia ser essencial em sua missão transpassar a crítica da Teoria Econômica e oferecer novas formas de abordar os fenômenos econômicos³. Seus autores tomaram os consumos, os dinheiros, as firmas e os mercados como tópicos privilegiados de estudo e procuraram demonstrar que esses objetos não poderiam ser estudados desvinculadamente da vida social, isto é, como fenômenos estritamente econômicos, tal qual consideravam ser a forma de proceder da corrente então majoritária da Teoria Econômica, a neoclássica (Swedberg, 2004; Abramovay, 2004; Granovetter, 2007).

Um grupo menor de autores da Nova Sociologia Econômica dedicou-se à tarefa de fazer uma sociologia da própria Ciência Econômica. Sociologia esta que funciona antes como uma reflexão crítica do fazer científico em Economia do que como uma crítica propriamente metodológica aos pressupostos e/ou ao alcance do instrumental desenvolvido pela Economia. Por diferentes caminhos, esses autores logram mostrar que a Ciência Econômica poderia ser tomada como um fato social no sentido durkheimiano, ou seja, como uma maneira de agir, pensar e sentir, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior (Durkheim, 2007, p. 13). Além de sustentar que esse fato social ou fenômeno, certamente não econômico, seria economicamente relevante e teria largos efeitos sobre a economia.

Com o objetivo de expor as razões oferecidas por esses autores para que a Sociologia da Ciência Econômica ocupe um lugar de destaque na Nova Sociologia Econômica, este artigo procurará apresentar alguns dos autores, das questões, dos conceitos e das

divergências entre as principais vertentes da Sociologia Econômica que se ocupam da temática da produção e da reprodução do conhecimento científico na área de Economia, bem como dos efeitos desta sobre a realidade.

Para tornar os debates existentes nessa área de estudos mais visíveis, será adotada uma divisão em duas principais correntes da produção da Sociologia do Conhecimento Econômico contemporânea: aquela que têm sua inspiração cardeal nos escritos de Michel Callon e aquela cuja influência principal é a obra de Pierre Bourdieu. Essa classificação⁴ certamente arbitrária tem por função ressaltar as diferenças entre esses dois grupos que, em contraposição a outros, talvez pareçam e sejam muito semelhantes, uma vez que são de origem francesa, estabelecem trocas teóricas, citam uns aos outros, participam dos mesmos compêndios e resgatam questões sociológicas e autores semelhantes.

O que neste balanço bibliográfico pretende-se sustentar é que cada uma dessas vertentes tem um foco diferente e uma forma distinta de investigar as relações entre Ciência Econômica e Economia. Diferença que pode ser antecipada em linhas gerais pela suposição de que às questões propostas pelos autores situados ao redor de Callon: **Os economistas fazem os mercados?** (*Do economists make markets?*) (Mackenzie, Muniesa e Siu, 2007) **Como?** Acrescentariam os bourdieusianos a seguinte pergunta: **Mas, afinal, quem são esses economistas e qual a origem de seus poderes?**

Herdeiros dos clássicos

A nova Sociologia do Conhecimento Econômico faz-se herdeira de numerosas re-

3 Isso não quer dizer que seus antecessores não tivessem desenvolvido estudos nos quais a economia fosse estudada completamente imersa no social, como é o caso, por exemplo, do *Ensaio sobre a dívida* (Mauss, 2003).

4 Philippe Steiner (2005) utiliza essa divisão em sua obra *L'École durkheimienne et L'Économie*.

flexões da Sociologia clássica, com destaque para aquelas da escola durkheimiana sobre a constituição de sistemas simbólicos (Steiner, 2005) e para as weberianas acerca do processo de racionalização, das formas de dominação e do controle técnico do mundo.

A Sociologia do Conhecimento, tal qual esboçada por Durkheim, busca distinguir as categorias pelas quais pensam os membros de determinada sociedade. As representações, postula ele, são formas coletivas de pensamento que possuem eficácia sobre as ações individuais porque moldam a maneira como os agentes percebem a realidade e, conseqüentemente, o modo como agem nela. Se a criação de tais categorias em sua forma elementar era vinculada ao domínio religioso – que estabelecia os símbolos, demarcava o que era sagrado e o que era profano e separava a atividade cotidiana material da transcendência festiva –, progressivamente, o que Durkheim observa é um declínio da religião e uma ascensão da ciência como espaço de formação das representações fundamentais⁵ (Durkheim, 1996; Bourdieu, 2007, p. 8; Steiner, 2005, p. 171).

A Sociologia da Ciência Econômica investiga tanto como são formadas as representações econômicas no interior do espaço relativamente autônomo da ciência quanto o efeito sobre as ações sociais da difusão dessas crenças. Bem como Durkheim, os autores

contemporâneos da Sociologia do Conhecimento Econômico estão atentos para o poder criador de realidade das ideias, das representações, dos discursos e das crenças e interessam-se pelo papel destas na fundação da ordem social. Frédéric Lebaron (2000, p. 7 – *tradução minha*), nessa direção, argumenta que “a crença econômica se tornou a forma dominante de crença coletiva no seio das sociedades modernas a ponto de aparecer como um substituto laico da fé religiosa” e afirma que ela deveria ser objeto de reflexão de uma sociologia crítica encarregada de conhecer os fundamentos da ordem social⁶.

Os discípulos de Durkheim também tiveram importante influência sobre os escritos contemporâneos. A vertente calloniana opta por vincular as representações sociais aos dispositivos materiais e redes sociais⁷ que atuam na criação de realidade, ou, como dirão, na performance (Callon e Muniesa, 2009). Nesse ponto aproximam-se de Marcel Mauss e Henri Hubert, cujo estudo da magia vincula as representações mágicas genealogicamente tanto à ciência quanto às técnicas e se ocupa do papel dos instrumentos e procedimentos utilizados para garantir a eficácia da magia⁸ (Hubert e Mauss, 2003, p. 174-177).

Outra parte da produção contemporânea em Sociologia do Conhecimento Econômico, aquela de inspiração bourdieusiana,

5 “As classificações primitivas não constituem, portanto, singularidades excepcionais sem analogia com aquelas que estão em uso entre os povos mais cultivados; ao contrário, parecem ligar-se, sem solução de continuidade, às primeiras classificações científicas” (Durkheim e Mauss, 1981, p. 450).

6 A noção de crença, tal qual utilizada pela escola, não comporta um julgamento a propósito da veracidade daquilo que é objeto de representação. Uma crença é tão somente uma forma de representação partilhada por uma sociedade.

7 Para breve retrospectiva dos desenvolvimentos da teoria do ator-rede, perspectiva na qual Michel Callon e Bruno Latour desenvolvem seus trabalhos, ver Latour (2008).

8 “A magia é uma arte de dispor, de preparar misturas, fermentações e manjares [...] essa cozinha química ou farmácia, não tem somente por objeto tornar utilizáveis as coisas mágicas, ela serve para dar-lhes a forma ritual, que é parte, e não a menor, de sua eficácia” (Hubert e Mauss, 2003, p. 90).

ainda que largamente tributária da obra de Émile Durkheim, dela diverge no que concerne à forma como são fabricadas as representações. As crenças, nessa vertente, não são criadas por um ser social abstrato e difundidas para o todo. Elas são gestadas por agentes e instituições particulares, desigualmente dotados de recursos de poder, que competem em espaços estruturados: os campos de produção simbólica (Bourdieu, 2007, p. 7-16). A Sociologia da Ciência Econômica que se enraíza nessa tradição procura, portanto, conhecer as instituições e os agentes envolvidos na produção das representações econômicas – com destaque para a escola e para os escolados.

Se Bourdieu, bem como Durkheim, toma a escola como espaço privilegiado de reprodução das crenças e da ordem social, diferentemente dele, não enxerga escola como um veículo moral neutro de “conservação de uma cultura herdada do passado” e de transmissão de conhecimentos entre gerações, mas como um espaço de embates entre diferentes visões de mundo. Um meio de criação e reprodução de crenças e um local central nas lutas para a legitimação de hierarquias sociais (Bourdieu, 2005). Nesse ponto, é possível encontrar aproximações entre Bourdieu e Weber.

A legitimidade é, de acordo com Weber, elemento central da dominação e a crença na legitimidade de determinada forma de exercício do poder é a fonte de sua estabilidade. Nas sociedades modernas em vias de racionalização, a dominação racional-legal haveria tomado o lugar das formas tradicionais e carismáticas de dominação⁹, configurando, em sua forma mais pura, a organização bu-

rocrática. Essa forma de dominação, baseada no conhecimento técnico-especializado, constitui-se como a mais racional porque nela “se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude da precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade” (Weber, 2004a, p. 145).

Graças à crença na sua racionalidade e superioridade técnica, a organização burocrática avança por toda parte, especialmente pelas sociedades capitalistas nas quais há uma pressão por eficiência (idem, 2004b, p. 212). O funcionário típico dessa estrutura de dominação, o burocrata, é escolhido com base em sua qualificação profissional (idem, 2008). É precisamente a qualificação específica que confere legitimidade aos burocratas, porque é ela que faz com que a atuação deles seja percebida como racional e tecnicamente adequada. O domínio político por eles exercido, conseqüentemente, aparece à sociedade como natural e legítimo pois racional (idem, 2004a, p. 143-147).

O treinamento em Economia é uma das modalidades de qualificação profissional e de legitimação burocrática mais típicas da moderna forma de dominação. As competências econômicas adquirem progressiva importância na gestão dos Estados a partir do século XIX e se tornam particularmente valorizadas após a crise de 1929, com a aceleração das intervenções públicas na economia (Elias, 2006; Lebaron, 2000, 2003; Hall, 1989; Montecinos e Markoff, 1994, p. 7). Cada vez mais, os postos burocráticos são ocupados por especialistas em Economia: egressos de escolas de economia, que possuem a certificação das competências técnicas e do treinamento necessário para tomar decisões

9 Weber (2008, p. 128) define o poder como “a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social” e a dominação como um caso especial do poder no qual há uma “probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato”.

cientificamente orientadas – e, portanto, tidas como racionais e legítimas – no que concerne à condução da vida material.

No tocante à crença partilhada na qualificação dos economistas para ocupar os postos de decisão, novamente uma aproximação com Mauss e Hubert é possível. Em seu ensaio sobre a magia, os autores desenham os mágicos como uma quase categoria profissional primitiva e afirmam ser o mágico “qualificado com frequência pela sociedade mágica da qual faz parte e, sempre, pela sociedade em geral” (Hubert e Mauss, 2003, p. 124). O mágico, continuam,

[...] era designado pela sociedade, ou iniciado por um grupo restrito, ao qual esta delegou seu poder de criar mágicos. Ele tem naturalmente o espírito de sua função, a gravidade de um magistrado; é sério porque é levado a sério, e é levado a sério porque se tem necessidade dele. Assim, a crença do mágico e a do público não são duas coisas diferentes; a primeira é o reflexo da segunda, já que a simulação do mágico só é possível em razão da credulidade pública. É essa crença, que o mágico partilha com todos os seus, que faz que nem sua própria prestidigitação, nem seus experimentos frustrados o façam duvidar da magia (idem, ibidem, p. 131).

Como os mágicos, os economistas são qualificados tanto pelas sociedades nas quais são treinados – não em magia mas em ciência –, como pela sociedade como um todo, que reconhece *a priori* seus poderes, e segue confiando na Ciência Econômica e nos especialistas nela treinados, mesmo nos momentos em que esses falham em suas previsões ou tomam decisões pouco acertadas. Dos temas da formação dos especialistas e da legitimação de sua dominação ocupam-se frequentemente os estudos de orientação bourdieusiana. Os callonianos, por sua vez, voltam-se principalmente à investigação dos instrumentos e técnicas (estatística, contabilidade, dispositivos financeiros eletrônicos, técnicas de cálculo etc.) utilizados por esses

especialistas em sua busca pela racionalização das atividades econômicas.

Feitas essas breves considerações acerca das origens clássicas de algumas das principais questões que animam as reflexões dos autores da Sociologia contemporânea da Ciência Econômica é possível passar à tarefa de apresentar, de forma mais sistemática, algumas das contribuições recentes de maior impacto nessa subárea da Sociologia Econômica.

Michel Callon: a noção de performatividade e as redes sociotécnicas

As raízes da Nova Sociologia da Ciência Econômica devem ser buscadas nas considerações oriundas da linguística sobre o caráter performativo da linguagem (Callon, 1998; Bourdieu, 1996b). A noção de performatividade foi consagrada nas conferências proferidas por John Austin nos anos 1950. Nelas, o autor procurava sustentar que as afirmações proferidas pelos sujeitos não eram apenas descrições ou anúncios daquilo que fariam, mas que uma frase pronunciada em uma circunstância apropriada poderia ela mesma representar uma ação. Para designar essas frases ativas, o autor cunhou a noção de enunciados performativos (Austin, 1970, p. 41-42). Os filósofos da linguagem reunidos ao redor de Austin afirmavam, ademais, que algo poderia tornar-se objetivamente real pelo simples fato de ser apresentado como real (Hacking, 2001, p. 41-42). Quer dizer, o que é tido como real poderia ter sido socialmente construído como real ao ser anunciado como real.

As correntes construtivistas da Sociologia da Ciência, de modo análogo, defendem que as descobertas científicas não constatarem o que é dado e inevitável, objetivamente real. Aquilo que percebem como existente é fruto de um processo social histórico, portanto contingente. São construções sociais que devem

ser situadas em um tempo/espço preciso no qual se tornam e são percebidas como reais (Hacking, 2001). No caso da Ciência Econômica, não são apenas debatidos os efeitos das frases produzidas pela Teoria Econômica ou a construção social dos fatos econômicos observados pela Economia, mas a própria criação das noções – entendidas inescapáveis no mundo moderno – de economia e de racionalidade econômica sob as quais é construída essa ciência (Douglas e Ney, 1998)¹⁰.

A introdução ao livro *The laws of markets*, “The embeddedness of economic market in economics” é um texto programático, no qual Michel Callon propõe que se faça um estudo desse caráter performativo da Ciência Econômica. Nela, o autor faz notar que existe em língua inglesa uma diferença entre os termos *Economics* (a Ciência Econômica) e *economy* (a economia como atividade prática)¹¹, e sustenta que a Ciência Econômica não se limita a representar a economia, ou seja, a descobrir suas leis; ao contrário, ela também performa, molda e formata a economia com

seus enunciados (Callon, 1998, p. 1-2), o que, por sua vez, influencia na forma como os sujeitos atuam e, consequentemente, no resultado concreto de suas ações¹². Isso responderia à primeira questão formulada na introdução: **Os economistas fazem os mercados?** Sim, eles são os criadores de teorias que verbalizadas agem sobre a realidade.

Mas, dizem Callon e Muniesa, não são apenas os enunciados científicos que agem. Eles sustentam que, no caso da Economia, à noção de performatividade emprestada da linguística, que se concentra nos “dizeres”, deveria ser acrescentada uma dimensão material interessada nas “práticas”. Com isso, procuram responder à segunda questão formulada: **Como eles fazem os mercados?** De acordo com esses autores, “a aparelhagem material constitui frequentemente um veículo de performatividade tão eficaz quanto a convicção retórica” (Callon e Muniesa, 2009, p. 299 – *tradução minha*) e a atividade experimental tão importante quanto a performance¹³ teórica. Motivo pelo qual reivindicam que mais do que uma Sociologia

10 A racionalidade econômica do *homo economicus*, subjacente à ação econômica, é um pressuposto adotado pela maioria dos modelos de análise e interpretação da economia pela Ciência Econômica. Esse modelo de racionalidade economicamente orientada transborda o estudo da economia e é convertido em um microcosmo a partir do qual da descrição passa-se à prescrição de padrões comportamentais, que devem ser coerentes com os representados por essa teoria do funcionamento da mente humana (Douglas e Ney, 1998, p. 33). Nesse caso, os efeitos da performatividade da teoria econômica ultrapassariam o domínio dos fenômenos econômicos, tornando-se perceptíveis em outras esferas da vida social.

11 Por falta de semelhante distinção em língua portuguesa, neste artigo são utilizadas as palavras Ciência Econômica ou Economia com as iniciais em letra maiúscula quando nos referimos à *Economics* e economia em letra minúscula para designar *economy*.

12 Ian Hacking (2001, p. 151), em *Entre science et réalité: la construction social de quoi?*, afirma que sobretudo nas Ciências Sociais é possível constatar um “efeito *looping*” que decorre do fato de que os objetos descritos por essas ciências têm consciência das descrições científicas e reagem à forma como são catalogados pelo conhecimento científico, refazendo a realidade a partir do que é enunciado. Essa reação recoloca para a ciência a tarefa analítica. A repetição desse ciclo coloca as Ciências Sociais em movimento. As reflexões de Hacking sobre os processos científicos aparecem tanto nos escritos de Callon sobre a produção e o efeito das representações científicas como nas considerações de Bourdieu sobre as estruturas dos espaços de produção científica (Callon apud Mackenzie, Muniesa e Siu, 2007, p. 314; Bourdieu, 1996a, p. 154).

13 Esses autores preferem o termo performance à performatividade porque argumentam que performance insiste sobre o fato de que performar é uma atividade, um trabalho concreto (Callon e Muniesa, 2009, p. 296).

da Ciência Econômica, seja feita uma Antropologia das práticas científicas e das técnicas de análise econômica, de modo a elucidar como elas intervêm na constituição da realidade.

Callon procura mostrar que a Teoria Econômica desempenha um importante papel na formação dos cálculos¹⁴ subjacentes às ações econômicas. Esses cálculos, entretanto, não podem ser dissociados dos instrumentos e tecnologias de mensuração¹⁵. Essas ferramentas, argumenta, são mediadoras entre a ciência Economia e a economia (Callon, 1998, p. 28).

Orientados por essa perspectiva e com o intuito de verificar empiricamente se a Teoria Econômica agiria no sentido de performar a atividade econômica, Donald Mackenzie e Yuval Millo desenvolvem uma pesquisa sobre as transformações pelas quais o mercado financeiro passou com o surgimento dos derivativos. Eles escolhem um mercado altamente moderno e pioneiro, o comércio de opções The Chicago Board of Options Exchange (CBOE), e contam como esse mercado de opções haveria sido impulsionado por um conjunto de estudos teóricos desenvolvidos por Fischer Black, Myron Sholes e Robert Merton¹⁶ e pelo surgimento de um conjunto de dispositivos técnicos capazes de produzir e analisar dados sobre as transações financeiras.

Quando surgiram, contam os autores, as transações de opções eram consideradas

pura especulação, moralmente condenadas e legalmente combatidas. Eles procuram argumentar que a Teoria Econômica ortodoxa por trás do modelo Black, Scholes, Merton – festejado por sua elegância formal – teve importante papel na tarefa de reabilitar e legitimar esse tipo de transação contra aqueles que questionavam sua reputação, e colocar as opções no coração da economia de capitais (Mackenzie e Millo, 2003, p. 121). Os resultados obtidos pela aplicação desse modelo a realidades preexistentes, entretanto, não eram compatíveis com os previstos pelo modelo. Com o passar do tempo, o modelo foi sendo aperfeiçoado, mas não só a isso se deve o seu progressivo poder de previsão. Segundo os autores, a adoção e difusão do modelo como guia para as transações teria aumentado a chance de que suas previsões se tornassem autorrealizáveis. Os cálculos e os *softwares* feitos com base nesse modelo geravam os preços que orientavam as ações dos agentes desses mercados, e tanto mais eram orientados por ele, mas os resultados eram adequados às previsões do modelo.

Nesse caso, como anunciado por Callon, a teoria não explicaria uma realidade preexistente, mas, auxiliada por modelos, dispositivos e técnicas ajudaria a modelar a realidade e o funcionamento da economia. Mackenzie e Millo insistem no caráter histórico desse

14 O autor procura desenvolver a noção de calculatividade. O cálculo não é expressão de uma competência individual dos agentes; ele é culturalmente ou socialmente constituído. Os agentes extraem de suas conexões sociais as informações que necessitam para calcular (Callon, 1998).

15 Chiapello e Desrosières (2006) chegam a falar em uma *tool based economy* para ressaltar a importância dos instrumentos de medida e quantificação. Eles argumentam, no entanto, que ainda que os economistas cada vez mais utilizem dados em suas análises, pouco sabem eles sobre o processo efetivo de produção das medidas que empregam e pouco valorizam o trabalho dos estatísticos e contadores. Os economistas agem como se os dados retratassem coisas que preexistissem ao esforço métrico, de sorte que poderiam abster-se de discutir a fabricação dos dados. Esse debate remete à controvérsia entre modelos realistas e construtivistas de ciência tal qual apresentada por Ian Hacking (2001).

16 Os estudos realizados por Black, Scholes e Merton, na década de 1970, permitiram que conquistassem, em 1997, o prêmio Nobel de Economia.

fenômeno, quer dizer, no fato de que as relações, as forças políticas, os desenvolvimentos tecnológicos e as transformações culturais condicionaram os eventos relacionados. A performatividade, concluem, não ocorre no ar, ela deriva de um processo contínuo, conflituoso e socialmente enraizado.

Ainda que atentos para o cenário cultural e para os conflitos políticos no qual estão imersos os processos sociais relacionados, esses autores ainda dedicam pouca atenção aos atores envolvidos, suas características e interesses. Esse não é o caso do artigo “La construction sociale d’un marché parfait: le marché aux cadrans de Fontaines-en-Sologne”, publicado por Marie France Garcia-Parpet em 1986, que, não obstante ser uma referência obrigatória para os estudos bourdieusianos na área de Sociologia Econômica, foi inspiração decisiva para os trabalhos sobre performatividade de Michel Callon (cf. Mackenzie, Muniesa e Siu, 2007, p. 7; Callon, 1998, p. 19-22).

O mercado perfeito de morangos: o ensaio que os dois grupos reivindicam

Em seu artigo sobre a construção social de um mercado perfeito, Marie France Garcia-Parpet (2003, p. 9), conta que surgiu, no começo dos anos 1980, na região de Fontaines-en-Sologne, um mercado de morangos que muito se aproximava do que era considerado pela Teoria Econômica um “mercado de concorrência perfeita”, ou seja, um mercado no qual as condições de atonicidade, homogeneidade, fluidez e transparência eram satisfeitas. Tal mercado contava com um dispositivo eletrônico de ponta, um painel operado por um computador que transmitia os preços do leilão sem que se estabelecesse contato entre compradores e vendedores.

À autora interessava reconstituir o processo social de criação desse mercado apresen-

tado como modelo de um “mercado de concorrência perfeita”. Seu estudo etnográfico revela que a concordância entre a prática ali observada e a descrição dos mercados fornecida pela Teoria Econômica *mainstream* não ocorreu naturalmente, ao contrário, foi fruto de um trabalhoso processo de construção social. Ela procura então explicitar quais vínculos sociais os agentes haviam nutrido, quais capitais mobilizaram e como havia sido o cotidiano do trabalho político que realizaram para viabilizar semelhante empreendimento.

Garcia-Parpet destaca as ações de “um conjunto de indivíduos interessados na existência deste mercado e dotados de competências específicas” (Garcia-Parpet, 2002, p. 200): alguns grandes produtores – modernizadores, escolarizados e que mantinham relações administrativas e de trocas de conhecimentos com o exterior – e um jovem assessor econômico que, na ocasião, foi designado para a Câmara Regional de Agricultura. Esse jovem assessor desperta a atenção de uma sociologia interessada nos efeitos da teoria sobre as práticas, uma vez que possuía um capital escolar elevado e que havia tido contato com a Ciência Econômica (neoclássica) na universidade. Essa o teria inspirado a ensaiar construir na realidade um mercado tal qual o predito pelas teorias que lhe haviam sido ensinadas.

Esse caso foi tomado como paradigmático no estudo do caráter performático da Teoria Econômica porque nele “se as práticas mais imediatas guardam uma correspondência estrita com aquelas que a Teoria Econômica prevê, é que a própria Teoria Econômica serviu de quadro de referências para a instituição de cada detalhe desse mercado computadorizado” (Garcia-Parpet, 2003, p. 31). Ou, como formula Michel Callon, a Teoria Econômica (*Economics*) teria funcionado como um enquadramento para a ação sobre a economia (*economy*).

Enquanto no caso relatado os callonianos enfatizam o caráter performático da Ciência Econômica e a existência de um dispositivo técnico (o painel eletrônico), que possibilitou a organização de mercado descrita, os bourdieusianos tendem a ressaltar que não foi a Ciência Econômica diretamente que performou a realidade. Eles reforçam a ideia de que o processo observado foi conduzido por um grupo de agentes munidos de trunfos específicos que entrou em contato com uma vertente da Teoria Econômica e que dela se apropriou para performar a realidade. Esses agentes, completam, não são abstratos: eles se situam em um ponto determinado do espaço social e em um lugar específico dentro do campo da Ciência Econômica.

Pierre Bourdieu: a Ciência Econômica como campo e o campo dos economistas

Na introdução, foi suposto que os autores de inspiração bourdieusiana tenderiam a concordar com os callonianos a respeito dos efeitos da Teoria Econômica sobre o mundo social, mas não se contentariam em saber como se concretiza a performance. Entender qual realidade será criada, defendem, supõe **conhecer a estrutura da produção simbólica, os produtores e o campo no qual se confrontam**, ou seja, fazer uma “ciência social da produção da ciência” (Bourdieu, 2003, p. 18).

Os autores da Sociologia da Ciência Econômica influenciados por Pierre Bourdieu, bem como aqueles influenciados por Michel Callon procuraram demonstrar que a Ciência Econômica produziria efeitos sobre o mundo social e que a eficácia da performatividade – por ele designada efeito de pré-visão ou efeito de teoria – dependeria de uma série de condições que estão para além

dos dizeres teóricos (Bourdieu, 1996b, p. 60). De acordo com o autor,

[...] a ciência está destinada a exercer um efeito de teoria, embora de uma forma bastante particular: ao manifestar por meio de um discurso coerente e empiricamente validado o que era até então ignorado, isto é, conforme os casos, implícito ou recalcado, a ciência transforma a representação do mundo social e, ao mesmo tempo, o próprio mundo social, ao viabilizar práticas ajustadas a essa representação transformada (idem, ibidem, p. 122-123).

Para o autor, portanto, as teorias podem adquirir um poder de construção social. Constatar isso, entretanto, não bastaria. A questão central é qual a fonte desse poder constitutivo. A eficácia dos enunciados performativos, afirma, não deve ser buscada nem na força imanente da linguagem nem na pessoa carismática de seu autor, mas “na dialética entre a linguagem autorizante e autorizada e as disposições do grupo capazes de autorizarem essa linguagem e de se verem assim autorizadas” (idem, ibidem, p. 119). Duas questões então se fazem prementes: **Qual é o grupo que tem essa autoridade e Qual é a fonte do seu poder?**

Bourdieu discute a autoridade do discurso científico imersa em seu espaço específico de produção simbólica: o campo científico. É no interior desse espaço que se pode investigar como se constituem os grupos autorizados e autorizantes e como a teoria é produzida, reproduzida e transformada pelos agentes e instituições no campo presentes.

O campo científico

Um campo é um espaço relativamente autônomo em relação aos poderes que o cercam. Isso significa dizer que as regras que o organizam são majoritariamente determinadas no interior do próprio campo. Essas regras definem quais são os capitais que atuam

como trunfos válidos no jogo que transcorre naquele campo e como se distribuirão os lucros advindos de tal jogo (Bourdieu, 2003, p. 27; 2007, p. 134). No campo científico, o principal trunfo atuante é o capital científico.

O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no conhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto dos pares-concorrentes no interior do campo científico (idem, 2003, p. 26).

E o prêmio pelo qual concorrem os jogadores é o monopólio da autoridade científica, da capacidade de falar e agir legitimamente em nome da ciência. A autoridade científica, diz o autor, é uma espécie particular de capital social que pode ser acumulada, transmitida e até mesmo reconvertida em outras formas de capital (Bourdieu, 1983, p. 130).

O campo, seja qual for, é também, necessariamente, um espaço de lutas no qual agentes dotados de recursos diferentes se confrontam para conservar ou transformar as relações de força em vigor e a forma do próprio campo (Bourdieu, 2000, p. 244; 2003, p. 22). Nessa luta, as partes engajadas mobilizam os capitais que, desigualmente distribuídos, dividem os agentes e instituições em dominantes e dominados. O campo científico não é uma exceção. Nele, as partes mais bem dotadas em capital científico definem como legítimo aquilo que eles próprios são, têm e fazem (idem, 1983, p. 128). As partes dominadas, em contrapartida, tentam subverter essas definições, mas, para tanto, devem lutar usando os mesmos trunfos reconhecidos como legítimos naquele determinado campo, jogando de acordo com as regras que foram criadas pelos dominantes.

O campo da Ciência Econômica

O surgimento de um campo relativamente autônomo é sempre um processo

histórico. Norbert Elias (2006), em “Sobre a sociogênese da economia e da sociologia”, retrata a origem da Ciência Econômica a partir da reconstituição histórica do conceito de economia. Segundo ele, o conceito de economia e os economistas nos são tão familiares que poderíamos supor existirem desde tempos imemoriais. No entanto, argumenta, a economia, tal qual a conhecemos, é uma ideia muito recente. Ela pertence a um estágio de desenvolvimento determinado e a uma estrutura de sociedade com códigos específicos.

De acordo com Elias, foi somente no início do século XIX que François Quesnay e seus discípulos (hoje conhecidos como “fisiocratas”) associaram os termos economia e ciência. Eles afirmam fazer uma ciência da economia e passam a ser chamados por seus contemporâneos de *économistes* (economistas). Os economistas progressivamente afirmavam serem os fenômenos econômicos dotados de uma autonomia relativa, que justificaria a existência de instrumentos, conceitos e teorias específicos para explicá-los e que, por sua vez, justificaria a própria existência da categoria dos especialistas em economia.

Esse espaço relativamente autônomo cuja origem Norbert Elias ensaia retratar pode ser retratado como um campo de produção simbólica na acepção bourdieusiana, ou seja, como um espaço no qual indivíduos, grupos e instituições estão em disputa para definir as regras da produção e do reconhecimento, para fazer de sua teoria a teoria dominante e, conseqüentemente, para angariar os lucros simbólicos provenientes do reconhecimento de sua produção.

Esse campo, entretanto, tem uma particularidade: ele já surgiu emaranhado na atividade de gestão pública e, não obstante sua reivindicação de autonomia, seu esforço para o estabelecimento de critérios científicos

ou mesmo para a validação matemática de suas afirmações, essa marca não desaparece (Lebaron, 2000). Essa heteronomia em relação ao campo do poder e a correlata normatividade de suas proposições talvez sejam alguns dos mais característicos traços do campo da Ciência Econômica.

Autonomia e heteronomia

De acordo com Bourdieu (1983, p. 127),

[...] num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência” etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame. De fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos.

Esse está longe de ser o caso do campo da Ciência Econômica, pois ainda que os economistas e as instituições econômicas se situem em um espaço social que possui características de um campo científico autônomo – linguagem própria e distante do senso comum, procedimentos de inclusão de novos membros, tradições intelectuais, critérios de avaliação, sistemas de gratificação, disciplinas estruturadas, normas éticas e técnicas, métodos, revistas etc. – eles estão sujeitos a

pressões sobre sua reputação e autoridade, e têm, ademais, o seu reconhecimento atribuído também por forças externas ao campo, notavelmente, a mídia¹⁷ e o Estado (Lebaron, 2000, p. 42-45)¹⁸.

Mais do que ter o reconhecimento atribuído por forças externas, o prestígio e poder dos economistas em muito provêm da função que a Ciência Econômica passou a desempenhar na retórica e na vida pública. Os especialistas em economia¹⁹ são progressivamente convocados para operar na realidade de acordo com os conhecimentos e técnicas que adquiriram nas instituições pelas quais foram titulados, que certificam suas competências para manejar a economia a partir dos postos que ocupam na burocracia de Estado. Ou seja, reconvertem sua autoridade científica em legitimidade para ocupar posições de grande influência e prestígio (Lebaron, 2000, p. 99).

Os economistas e as instituições de socialização dos economistas

Frédéric Lebaron, em seu livro *La croyance économique: les économistes entre science et politique*, dá sequência à tradição de estudos sobre as origens da legitimidade dos quadros no poder e, na linha das investigações de Bourdieu sobre a nobreza de Estado²⁰. O autor empenha-se justamente

17 A relação com a mídia e com os jornalistas especializados em economia é explorada por Christian de Montlibert (2007) e no número 131-132, de 2000, da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, dedicado ao tema “Jornalismo e Economia”.

18 Um exemplo paradigmático que esse autor oferece da heteronomia do campo da Ciência Econômica é o fato de ser o seu o prêmio Nobel oferecido pelo Banco Real da Suécia (Lebaron, 2000, p. 246-257).

19 São considerados especialistas aqueles que possuem o título de ensino superior outorgado por uma autoridade coletivamente reconhecida – para exercer o monopólio legítimo da violência simbólica –, que atesta pública e oficialmente (Bourdieu, 1989).

20 Pierre Bourdieu (1989), em *La noblesse d'État*, estuda uma elite especialista que é, ao mesmo tempo, científica e política, à qual ele chama de “nobreza de escola” ou de “nobreza de Estado”.

em conhecer os poderes que os economistas adquirem e os princípios geradores das decisões que tomam quando em postos de poder. Para tanto, parte da hipótese de que as orientações político-econômicas que esses agentes adotam no campo do poder tendem a apresentar homologias com as posições que ocupam no interior do campo especializado da Ciência Econômica e que as posições nesse campo especializado – quer dizer, a tendência para adotar determinados discursos e teorias –, por sua vez, são influenciadas por suas características e disposições sociais (Lebaron, 2000, p. 71, 90, 110, 243; 2003, p. 130). Razão pela qual defende que conhecer suas tomadas de posição, tanto teóricas como práticas, e os efeitos dessas sobre seu entorno, é uma tarefa²¹ que demanda o conhecimento das mais diversas características sociais desses agentes – como sexo, idade, nacionalidade –, de suas trajetórias educacionais e profissionais, do sistema de disposições conformado e dos capitais acumulados nessas trajetórias.

Para uma detalhada compreensão das tomadas de posição, faz-se necessário também situar as instituições, associações e publicações pelas quais passaram os economistas, de modo a obter uma visão completa do espaço, dos vínculos, afinidades e distâncias das partes que o compõem. No processo de socialização relativamente longo vivido nessas instituições, formam-se redes de indivíduos que partilham crenças, visões de mundo, planos para transformação social, preferências políticas e culturais e hábitos em geral. Diferentes instituições conformariam grupos com visões e projetos distintos de intervenção econômica que se confrontariam para fazer viger suas crenças contra aquelas de seus oponentes, para fazer com que as

suas crenças sejam assumidas como indiscutíveis, de sorte que funcionem como balizas para a ação econômica.

Considerações gerais sobre os estudos bourdieusianos da Ciência Econômica

Ainda que Pierre Bourdieu tenha se dedicado principalmente à crítica da Ciência Econômica e ao desenvolvimento de investigações sociológicas sobre os fenômenos econômicos (Raud, 2007; Garcia-Parpet, 2006; Steiner, 2009; Bourdieu, 2000), sua obra e o sistema conceitual por ele desenvolvido servem de inspiração para o desenvolvimento de uma Sociologia reflexiva da própria Ciência Econômica e do campo dos economistas. Frédéric Lebaron (2000, 2003), Keith Dixon (2008), Christian de Montlibert (2007), Yves Dezalay e Bryant Garth (2002), foram alguns dos autores que, a partir dos trabalhos de Bourdieu, desenvolveram estudos de caso nos quais procuram averiguar como se organizam em diferentes lugares os campos de produção de Ciência Econômica e como esses eram relacionados ao campo do poder. No Brasil, essa vertente também resultou em reflexões sobre a formação e atuação dos economistas como as realizadas por Maria Rita Loureiro (1997), Frederico Neiburg (2004) e Afrânio Garcia (2005).

Conclusão

Ainda que breve, essa apresentação das principais correntes da Sociologia da Ciência Econômica contemporânea permite entrever que elas possuem raízes teóricas comuns e questões semelhantes que são analisadas por rotas divergentes. É um consenso entre os autores engajados nessa área de estudos que

21 Tarefa na qual emprega o método de análise de correspondências múltiplas.

a Ciência Econômica é economicamente relevante, uma vez que exerce efeitos sobre os fenômenos econômicos, orientando as decisões e as ações propriamente econômicas. A forma como essa influência da Ciência Econômica sobre a realidade é estudada por eles, entretanto, difere. Enquanto o grupo de autores predominantemente ligados a Pierre Bourdieu confere lugar central às relações entre a teoria, os teóricos e o poder e atenta para o “efeito de teoria” de uma ciência que

descreve e prescreve como devem ser conduzidas as atividades práticas; os autores mais próximos da orientação de Michel Callon não se interessam diretamente pelas características sociais dos especialistas em economia e pelas oposições e conflitos que esses travam na produção do conhecimento em Ciência Econômica. Em contrapartida, dedicam-se ao estudo das redes sociais e dos dispositivos pelos quais essa produção científica age performativamente.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (2004). “Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas Ciências Sociais”. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 7-34.
- AUSTIN, John Langshaw (1970). *Quand dire, c'est faire: how to do things with words*. Trad. Gilles Lane. Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1983). “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática.
- _____. (1989). *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1996a). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1996b). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sergio Miceli, Mary Amazonas Leite de Barros, Afrânio Catani, Denice Bárbara Catani, Paula Montero e José Carlos Durand. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- _____. (2000). *Les structures sociales de l'Économie*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2003). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2005). *Economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli, Sílvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2007). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CALLON, Michel (1998). “Introduction: the embeddedness of economic markets in Economics”. In: CALLON, Michel (org.). *The Laws of the markets*. Oxford: Blackwell.
- CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian (2009). “La performativité des Sciences Économiques”. In: STEINER, Philippe; VATIN, François (orgs.). *Traité de Sociologie Économique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- CHIAPPELLO, Ève; DESROSIÈRES, Alain (2006). “La quantification de l'Économie et la recherche en Sciences Sociales: paradoxes, contradictions et omissions. Le cas exemplaire de la *positive accounting theory*”. In: EYMARD-DUVERNAY, François (org.). *L'Économie des conventions, méthodes et résultats*. Tome 1: Débats. Paris: La Découverte.

- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant (2002). *La mondialisation des guerres de palais: la restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago boys"*. Paris: Éditions du Seuil.
- DIXON, Keith (2008). *Les évangélistes du marché*. Paris: Éditions Raisons d'Agir.
- DOUGLAS, Mary; NEY, Steven (1998). *Missing persons: a critique of Social Sciences*. Berkeley: University of California Press.
- DURKHEIM, Émile (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2007). *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel (1981). "Algumas formas primitivas de classificação". In: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. Trad. Luis João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.
- ELIAS, Norbert (2006). *Escritos e ensaios, 1: Estado, processo, opinião pública*. Trad. Sérgio Benevides, Antonio Carlos dos Santos e João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- GARCIA, Afrânio (2005). "Circulation internationale et formation d'une 'école de pensée' latino-américaine (1945-2000)". *Social Science Information*, v. 44, n. 2-3, p. 521-555.
- GARCIA-PARPET, Marie France (2002). "Representações científicas e práticas mercantis camponesas". *Raízes*, v. 21, n. 2, p. 196-211.
- _____. (2003). "A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-Sologne". *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, p. 5-44.
- _____. (2006). "A gênese social do homo economicus: a Argélia e a Sociologia da Economia em Pierre Bourdieu". *Mana*, v. 12, n. 2, p. 333-357.
- GRANOVETTER, Mark (2007). "Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão". *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1.
- HACKING, Ian (2001). *Entre science et réalité: la construction sociale de quoi?* Paris: Éditions de la Découverte.
- HALL, Peter A. (1989). *The political power of economic ideas*. New Jersey: Princeton University Press.
- HEILBRON, Johan (2001). "Economic Sociology in France". *European Societies*, v. 3, n. 1, p. 41-67.
- HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel (2003). "Esboço de uma teoria geral da magia". In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify.
- LATOUR, Bruno (2008). *Reassembling the social: an introduction to actor network-theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LEBARON, Frédéric (2000). *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2003). *Le savant, le politique et la mondialisation*. Broussieux: Éditions du Croquant.
- LOUREIRO, Maria Rita (1997). *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- MACKENZIE, Donald; MILLO, Yuval (2003). "Constructing a market, performing a theory: the Historical Sociology of a financial derivatives exchange". *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 1, p. 107-145.
- MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; SIU, Lucia (orgs.) (2007). *Do economists make markets: on the performativity of Economics*. Princeton: Princeton University Press.

- MAUSS, Marcel (2003). “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify.
- MONTECINOS, Ventrónica; MARKOFF, John (1994). “El irresistible ascenso de los economistas”. *Desarrollo Económico*, v. 34, n. 133, p. 3-29.
- MONTLIBERT, Christian de (2007). *Les agents de l'Économie: patrons, banquiers, journalistes, consultants, élus. Rivaux et complices*. Paris: Éditions Raisons d'Agir.
- NEIBURG, Frederico (2004). “Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação das heterodoxias”. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 177-202.
- RAUD, Cécile (2007). “Bourdieu e a Nova Sociologia Econômica”. *Tempo Social*, v. 19, n. 2, p. 203-229.
- SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (orgs.). (2005). *The Handbook of Economic Sociology* – Vol.1. 2. ed. Princeton: Princeton University Press.
- STEINER, Philippe (2005). *L'École durkheimienne et l'Économie: Sociologie, religion et connaissance*. Genève: Librairie Droz.
- _____. (2006). *A Sociologia Econômica*. Trad. Maria Helena C. V. Tyllinski. São Paulo: Atlas.
- _____. (2009). “A tradição francesa de crítica sociológica à Economia Política”. *Política e Sociedade*, v. 8, n.15, p. 13-45.
- STEINER, Philippe; VATIN, François (orgs.). (2009). *Traité de Sociologie Économique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SWEDBERG, Richard (2004). “Sociologia Econômica: hoje e amanhã”. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 7-34.
- WEBER, Max (2004a). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* – Vol. 1. Trad. Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa e Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Ed. UnB.
- _____. (2004b). *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva* – Vol. 2. 4. ed. Brasília: Ed. UnB.
- _____. (2006). *A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais*. Trad. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática.
- _____. (2008). “Os três tipos puros de dominação legítima”. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber: Sociologia*. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 7. ed. São Paulo: Ática.

Artigo recebido em 21/03/2012

Aprovado em 07/03/2013

Resumo

As Sociologias da Ciência Econômica

A Sociologia da Ciência Econômica é a área da Sociologia Econômica que se ocupa das relações entre o conhecimento científico em Economia e a Economia propriamente dita. É um ponto comum à produção dos principais autores dessa área de estudos que a Ciência Econômica exerce influência sobre os fenômenos econômicos. Eles divergem, entretanto, no que concerne à forma como essa influência ocorre. Este artigo tem por objetivo comparar suas contribuições e mostrar como, por caminhos diferentes, eles conseguem sustentar esse ponto comum. Para tanto, a produção teórica da Sociologia da Ciência Econômica será dividida em duas correntes. A primeira orientada principalmente pelos escritos de

Michel Callon sobre as práticas e instrumentos pelos quais a performatividade é materializada; a segunda majoritariamente inspirada na obra de Pierre Bourdieu e em seus questionamentos acerca da relação entre teoria, teóricos e poder.

Palavras-chave: Sociologia da Ciência Econômica; Performatividade; Michel Callon; Efeito de teoria; Pierre Bourdieu.

Abstract

The Sociologies of Economics

The Sociology of Economics is the field of studies in Economic Sociology that deals with the relations between scientific knowledge in Economics and the economy itself. The authors in this field commonly sustain that Economics has effects on economic phenomena. Nevertheless, they disagree on how this influence happens. This article intends to compare their main contributions and explain that by different ways they are able to prove their common point. In order to do so, in this article, the Sociology of Economics is divided into two theoretical fronts: the first focusing Michel Callon's assertion about the performativity of Economics; and the second mostly inspired by the work of Pierre Bourdieu and the questions he has developed on the subject of the relations between theory, theorists and power.

Keywords: Sociology of Economics; Performativity; Michel Callon; Effect of theory; Pierre Bourdieu.

Résumé

Les Sociologies de la Science Économique

La Sociologie de la Science Économique est un domaine de la Sociologie Économique responsable par les relations entre la connaissance scientifique en Économie et par l'Économie elle-même. Les principaux auteurs engagés dans cette discipline soutiennent que la Science Économique exerce une influence sur les phénomènes économiques. Ils divergent, néanmoins, quant à la forme par laquelle cette influence a lieu. Cet article a pour objectif de comparer leurs contributions et de démontrer de quelle façon, par des différents chemins, ils arrivent à soutenir cet argument commun. Pour cela, la production théorique de la Sociologie de la Science Économique sera divisée selon deux courants. Le premier fondé, principalement, sur les écrits de Michel Callon à propos des pratiques et des instruments par lesquels la performativité est matérialisée ; et le second inspiré principalement par l'œuvre de Pierre Bourdieu et ses questionnements sur les rapports entre théorie, théoriciens et pouvoir.

Mots-Clés: Sociologie de la Science Économique; Performativité; Michel Callon; Effets de théorie; Pierre Bourdieu.

Introdução

O tema da violência, como se sabe, adquiriu preeminência na compreensão da formação da sociedade moderna e do Estado-nação enquanto sua forma correspondente de institucionalização política, sobretudo a partir do destaque a ele conferido pela tradição da Sociologia política histórico-comparada (Max Weber, Norbert Elias, Reinhard Bendix, Charles Tilly, entre outros). A formulação paradigmática a respeito é a de Max Weber, que concebe o processo de construção do Estado-nação como envolvendo, fundamentalmente, a articulação entre uma autoridade pública e uma forma de solidariedade correspondente, a nação. O Estado é identificado como a instituição que detém o monopólio da soberania jurídico-política e do exercício legítimo da violência dentro de um território dado. O termo “legítimo” é central, na medida em que indica que o Estado precisa persuadir os seus cidadãos de sua qualidade de detentor do monopólio da violência. E a criação desta adesão é em si mesma um processo violento, pois implica a expropriação do direito dos particulares de recorrer à violência como forma de resolução dos conflitos nas relações interpessoais ou intersubjetivas (ou ainda nas relações entre cidadãos e Estado), e a transferência desse direito para uma entidade totalmente abstrata, o Estado – comunidade política, assim, típica da modernidade. No entanto, a con-

centração da violência pelo Estado não seria suficiente para assegurar a pacificação dos costumes e hábitos enraizados cronicamente na estrutura social. Para tanto, foi necessário a formalização de um direito positivo, fruto da vontade racional dos indivíduos, capaz, de um lado, de restringir e regular o uso dessa força, e, de outro, mediar os contenciosos dos indivíduos entre si. Na mesma direção, embora ressaltando a socialização dos agentes, Norbert Elias (1993) propõe que a pacificação do espaço social, a partir da contenção dos impulsos, se realiza acompanhada da criação de formas de autocontrole do indivíduo sobre as emoções, as pulsões e os instintos, que resultam, segundo o autor, do próprio estreitamento das relações de interdependência entre eles.

Refletindo, com base em paradigmas distintos, seja sobre a formação e a individualidade nacional, seja sobre as desigualdades sociais e as possibilidades e limites da mudança social, a partir da instauração no Brasil de uma ordem moderna (Villas Bôas, 2006), respectivamente, tanto autores do ensaísmo dos anos 1920 e 1930 como a literatura sociológica dos anos 1950 e 1960 apontam para os limites da monopolização da violência pelo Estado, a partir de móveis explicativos que se articulam em níveis analíticos diferenciados, mas que podem ser reunidos, no plano *cognitivo*, por estabelecerem nexos significativos entre a violência e uma ordem social pessoalizada, conformada pelo

processo histórico de formação da sociedade brasileira. Como chamam a atenção, esta articulação não se faz sem consequências, no plano histórico, na medida em que expressa a dificuldade que o próprio Estado brasileiro apresentou – e ainda hoje apresenta – para “pacificar” internamente a sociedade. Isto é, conquistar o poder dos grupos privados e estender territorialmente a “autoridade pública” que representa por meio da reivindicação bem-sucedida do monopólio do uso legítimo da violência como construção normativa e racional-legal, ao lado de outras formas cruciais de coerção econômica, administrativa e simbólica. Nesse sentido, como adverte Sérgio Adorno, um dos principais especialistas na área, é fundamental pensar como se coloca a questão da violência “em sociedades que, embora sob a égide do Ocidente moderno, não teriam concluído – se é que deveriam fazê-lo ou vão ainda fazê-lo – suas tarefas de modernização econômica e política, inclusive a consolidação da democracia social, como é o caso da sociedade brasileira” (Adorno, 2002, p. 278). Dito de outro modo, é preciso investigar como se coloca o monopólio estatal da violência em sociedades que jamais lograram, em sua história social e política, alcançá-lo efetivamente, considerando-se “as claras ausências de fronteiras entre o público e o privado, entre as atribuições estatais de controle público da violência e o largo espectro de recurso à violência privada como forma de resolução de conflitos nas relações sociais e interpessoais” (ibidem, p. 279).

Procurei argumentar (Hoelz, 2010)¹ que é Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata* (1997

[1969]) que desenvolve, recorrendo ao repertório ensaísta anterior e dialogando com contêndores contemporâneos, a formulação mais elaborada sobre a relação entre uma ordem social pessoalizada e a violência, entendida aqui como as modalidades de emprego, não consensual ou legitimado, de uso da força desmedida, que não respeita limites ou regras convencionadas, para impor a vontade de uns contra outros, mediante recurso de meios determinados, inclusive e sobretudo força física. Na Sociologia histórica de Franco (Botelho, 2012), que apresenta forte convergência teórica com aquela tradição da Sociologia política histórico-comparada mencionada anteriormente, o processo de formação de uma sociedade particular, no caso a brasileira, bem como sua sequência histórica contingente, ganha inteligibilidade sociológica a partir de um arranjo analítico composto de três princípios básicos de ordenação societária – solidariedade social, autoridade pública e interesses materiais. Nessa direção, sugiro que Franco investiga a problemática substantiva dos nexos de sentido entre violência e ordem social pessoalizada no Brasil, levando em conta, no plano teórico-metodológico, a articulação desses três princípios, embora atribuindo primazia explicativa ao *homo sociologicus*, isto é, inscrevendo prioritariamente a violência na dimensão da **solidariedade social**. Porque não se fazem em um vazio social, mas em interação tensa com **relações sociais pessoalizadas**, as dimensões de Estado e mercado não se encontram plenamente autonomizadas na formulação da socióloga.

Neste artigo, analisarei a perspectiva de Franco para, em seguida, buscar identificar

1 Em minha dissertação de mestrado, da qual este artigo deriva, procuro reconstituir analiticamente uma sequência sociológica da questão da violência articulada à caracterização de uma ordem social pessoalizada na tradição intelectual brasileira.

sua capacidade de interpelação cognitiva, tanto no nível substantivo como teórico – não obstante as diferenças de ênfases e intenções – a trabalhos de autores fundamentais das Ciências Sociais contemporâneas, sobretudo da Sociologia, especializados na temática da violência: Luiz Antonio Machado da Silva, Gilberto Velho, Roberto Da Matta e Sérgio Adorno.

O código do sertão e a dominação pessoal

O estudo realizado por Maria Sylvia de Carvalho Franco foi apresentado originalmente como tese de doutoramento na Universidade de São Paulo em 1964, sob o título de *Homens livres na velha civilização do café*. Em 1969, o mesmo foi publicado, com modificações, pela editora do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) daquela mesma universidade, com o título alterado para *Homens livres na ordem escravocrata*. A pesquisa toma como objeto de análise, conforme indica seu título original, a “velha civilização do café” que, no século XIX, medrou nas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo pertencentes à região do Vale do Paraíba. A escolha desse objeto não está dissociada dos objetivos da pesquisa, ao contrário, prende-se à intenção de captar o momento paroxístico da criatividade encerrada na organização agrária “colonial”, no qual tiveram também livre curso os seus efeitos destrutivos, “transcorrendo, em curto espaço de tempo, todo um processo de desenvolvimento e regressão” (Franco, 1997, p. 17). De modo congruente, circunstanciar empiricamente a pesquisa em uma área mais pobre da região paulista seria importante, segundo a socióloga, pois, nela, as transformações carreadas pelo café foram mais brandas, conservando-se as características anteriores e permitindo, assim, a observação dos nexos de recorrência entre estabilidade e mudança

(Franco, 1997, p. 17). Guaratinguetá recebe privilégio por ser comarca e oferecer, por isso, o que Franco considera a “única fonte para a reconstrução das relações comunitárias: os processos-crime” (idem, *ibidem*). O exame dessa documentação reflete, à revelia das intenções iniciais, a violência “por toda parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que se visavam conhecer”, de modo que – previne-se Franco quase como antecipando-se a críticas futuras – seria impropriedade a objeção de que a violência resplandece em virtude de uma documentação enviesada. Antes, “o contrário é verdadeiro: foi a violência entranhada na realidade social que fez a documentação, nela especializada, expressiva e válida” (id., *ibid.*).

Faz-se necessário apresentar algumas ideias gerais que fundamentam o argumento de Franco sobre os nexos de sentido entre a violência e uma ordem social pessoalizada. Nessa direção, assume grande relevância o tratamento dispensado à instituição (e não ao modo de produção) da escravidão enquanto “presença ausente”, ainda que constante e pesada, no mundo dos homens livres que a autora busca reconstituir (id., *ibid.*, p. 9). A escravidão respondia, segundo a autora, às exigências crescentes de mão de obra ditadas pela expansão do mercado internacional, definindo-se no interior dos latifúndios uma situação contraditória: “formou-se um agregado de homens engajados precipuamente numa produção mercantil e especializada, que estavam, ao mesmo tempo, isolados e obrigados a suprirem-se por seus próprios recursos” (id., *ibid.*, p. 10). Assim, em decorrência de suas próprias condições de desenvolvimento, a grande propriedade fundiária no Brasil sintetizou, em seu interior, dois princípios reguladores da atividade econômica essencialmente opostos: produção direta dos meios de vida e produção de mercadorias. Aponta, ainda, a identidade

entre essas duas modalidades de produzir, no latifúndio, e a necessidade de apreendê-las não como “dualidade integrada”, mas como “unidade contraditória” (id., *ibid.*, p. 11). Tal “unidade contraditória” que pode ser encontrada na gênese da sociedade brasileira no nível da economia desdobra-se, no nível da organização social, na síntese difícil das associações morais e das constelações de interesses, e, no nível da organização política, na fusão das esferas pública e privada.

Uma vez que a escravidão – uma fonte externa de suprimento de mão de obra – suporta a produção de mercadorias vinculada à expansão do sistema capitalista, engendra-se uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados, relegados à marginalidade. Essa inscrição no movimento de acumulação e reprodução do capitalismo é de suma importância, pois lhe permite, entre outras coisas, estabelecer a “modernidade” da colonização portuguesa e acentuar a peculiaridade da ordem social pessoalizada e das relações de dominação e produção definidas no Brasil. No primeiro capítulo de *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), intitulado “O código do sertão”, Franco trata precisamente desse homem livre pobre. Importa ressaltar que a autora identifica a violência como **constitutiva** das relações comunitárias, a contrapelo da caracterização sociológica propagada pelos chamados estudos de comunidade à época, que tendia a usar conceitos que acentuavam seu caráter estável e suas funções integrativas, eliminado qualquer sentido de ruptura e tensão (id., *ibid.*, p. 24). Franco observa nas relações daquele grupo que os ajustes violentos não são esporádicos, muito menos constituem excepcionalidades, mas

aparecem associados a circunstâncias banais, imersas no fluxo da vida cotidiana. Assim, Franco se propõe a apreender o sentido dessa regularidade sociológica da violência a partir dos setores fundamentais da relação comunitária: vizinhança, cooperação no trabalho, relações lúdicas, parentesco e moralidade. O exemplo do mutirão revela-se emblemático. Nele, a própria técnica de incentivo ao trabalho cooperativo e de controle da produtividade – o **desafio** – não expressaria a vigência de normas que orientassem as relações entre as pessoas no sentido da concórdia e da harmonia, assegurando a regeneração dos laços de solidariedade e a preservação do sistema social, mas tornaria o conflito intrínseco à própria dinâmica da situação de trabalho, como também estaria fundado na qualidade pessoal das relações entre os participantes (id., *ibid.*, p. 37).

A análise dessas relações comunitárias² permite a Franco concluir que a violência “atravessa toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura” (id., *ibid.*, p. 37). Indica ainda de que modo esse padrão de conduta violento cristaliza-se em “código” – isto é, encontra correspondência “em todo um sistema de valores centrado na coragem pessoal” (id., *ibid.*, p. 51) que lhe concede legitimidade. Tanto assim que, “postos em dúvida atributos pessoais, não há outro recurso socialmente aceito, senão o revide hábil para restabelecer a integridade do agravado” (id., *ibid.*). Objetivo que, na inexistência de canais institucionalizados para o estabelecimento de compensações formais, cumpre-se regular-

2 Como não se trata aqui de recuperar com mais vagar a argumentação de Franco sobre os setores das relações comunitárias, remeto o leitor, no que se refere ao tema da violência, ao meu próprio trabalho (Hoelz, 2010, cap. 1) e, quanto ao vezo polêmico com os estudos de comunidade, ao de Malaguti (2013).

mente mediante a tentativa de destruição do opositor. Mais do que legítima, a violência é imperativa: “de nenhum modo o preceito de oferecer a outra face encontra possibilidade de vigência no código que norteia a conduta do caipira” (id., *ibid.*). Segundo a autora, é justamente a pessoalização das relações sociais que desempenha papel fundamental na canalização das tensões para ajustes violentos, já que a pessoa fornece o sistema de referência para a autopercepção do sujeito.

Através dessa pura e direta apreensão de si como pessoa, vinda da irrealização de seus atributos humanos na criação de um mundo exterior, define-se o caráter irreduzível das tensões geradas. A visão de si mesmo e do adversário como homens integrais impede que as desavenças sejam conduzidas para lutas parciais, mas faz com que tendam a transformar-se em lutas de extermínio. Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violação aparece como a única maneira de ser [...] (id., *ibid.*, p. 63).

A autora articula a emergência desse código às próprias condições de formação e desenvolvimento da ordem social pessoalizada no Brasil, analisando a inserção dos homens livres pobres à estrutura global da sociedade. Ao fazê-lo, pretende apontar a vigência de um princípio mais geral de regulação das relações sociais no Brasil – a **dominação pessoal** – e sua incorporação de modo constitutivo às instituições públicas e às transformações econômicas necessárias à integração da produção brasileira ao mercado internacional (ponto que vai além do escopo deste texto explorar)³. Para tanto, elege atores sociais específicos – tropeiro, vendeiro, sitiante, agregado e camarada –, cuja relação de dependência para com os proprietários de terra permite descortinar os fundamentos e a dinâmica de funcionamento da dominação pessoal.

Por exemplo, examinando a posição do vendeiro, Franco divisa a abertura do sistema social e a forma da dominação pessoal: a ligação por **favores recíprocos**, que faz da pessoa do homem pobre instrumento de objetivos que lhe são alheios (id., *ibid.*, p. 37). Sujeitos do favor, enleados numa rede de reciprocidades **assimétricas**, esses homens livres, porém pobres, têm negado o reconhecimento de sua condição de portadores de direitos. Analisando as figuras do tropeiro e do vendeiro, a autora procura mostrar como a violência se insere na estrutura social. Ao assinalar que sob uma aparência de indiferenciação social, produzida pela pessoalização, se instaura um forte princípio de dominação pessoal, hierarquizando a sociedade, Franco não deixa de atentar para o papel da violência na oposição de resistências ao exercício da dominação, nem de realçar que ambos os processos – dominação e luta violenta – transcorrem num nível eminentemente **pessoal** (id., *ibid.*, p. 84). Nas palavras da autora, a violência, “cristalizada como moralidade, aparece gerada pela ordem social e como força negadora dessa mesma ordem” (id., *ibid.*).

Por trás dos panos, o estatuto de liberdade confessa-se o signo da sujeição. Assim, “plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa ‘criatura domesticada’”, definindo-lhe um destino imóvel, expresso na ideia de “fechamento do mundo” (id., *ibid.*, p. 95). Somente condições muito particulares, como no caso da disputa por terras, poderiam proporcionar a emergência e a expressão violenta das tensões subjacentes àquele pujante sistema de controle, rompendo-lhe o equilíbrio. Ainda assim, na concepção da autora, essas expressões violentas não logram atingir “expressão social”, operando transformações es-

3 Para análise elaborada deste último ponto, ver Cazes (2013).

truturais na sociedade. Apesar das fissuras no sistema de poder, os homens que romperam violentamente a sujeição fizeram-no como revolta pessoal, impossibilitados de conceberem sua oposição em termos organizados.

Tomando as figuras dos agregados e camaradas, Franco mostra que nos ajustamentos entre grupos dominantes e dominados se entrelaçam as “duas” faces constitutivas da sociedade: a área que tendia a uma ordenação baseada em ligações de interesses e os setores articulados por via das associações morais (id., *ibid.*, p. 106). Justamente a presença simultânea desses dois princípios de organização das relações sociais torna possível conduzir ao limite a assimetria de poder, mas ao mesmo tempo permite que as próprias condições de existência do homem pobre, no limite, abram a possibilidade de sua afirmação como pessoa. Em outras palavras, na medida em que as relações baseadas em interesse prevaleceram nos grupos dominantes, porque delas dependia a preservação da ordem estabelecida,

[...] fatalmente as promessas implícitas nas relações pessoais entre fazendeiros e seus agregados ou camaradas seriam quebradas pelos primeiros, que se achavam presos, de modo irrevogável, a um mundo que excluía os segundos e onde as regras do jogo – perseguir e defender racionalmente interesses – eram incompatíveis com a observância de preceitos “tradicionais” (id., *ibid.*, p. 106).

Pautada por essa orientação, a ação dos grupos dominantes frustrava as expectativas de seus dependentes, interrompendo a cadeia de compromissos na qual se ancorava, em larga medida, seu próprio poder.

Dito de outro modo, a ação dos grupos dominantes que operava a síntese de dois princípios opostos de ordenação das relações sociais evidenciava suas consequências contraditórias ao explicitar que a orientação racional, necessária para a preservação de seus privilégios, minava as formas institucionali-

zadas para a dominação, baseada em associações morais, colocando em risco os meios que viabilizavam seu exercício. Franco argumenta ainda que essa mesma contradição que expõe a fragilidade dos compromissos pessoais, ao articular-se com a dimensão da “consciência de indiferenciação” social abre a possibilidade de emancipação real. Nessa direção, lembra que a possibilidade de enfrentamento da ordem estabelecida e de conquista da autonomia só se concretiza porque subsistiu entre fazendeiros e seus dependentes o padrão de relações apoiado no reconhecimento do outro como pessoa. Tal desvencilhamento, numa sociedade economicamente diferenciada e autocrática, que postula e ao mesmo tempo nega o reconhecimento de humanidade àqueles homens pobres, não poderia deixar de assumir formas radicais e violentas (id., *ibid.*, p. 108). No entanto, a socióloga ressalva que apenas episodicamente, como nos movimentos messiânicos, abriu-se para o homem pobre a possibilidade de decifrar o mundo do ponto de vista das mudanças que nele tencionava realizar. Sustenta que nesse mundo feito de pessoas – e não de indivíduos, que desempenham papéis parciais, segundo expectativas relativamente tipificadas nas diferentes esferas da vida social –, a negação da ordem social e sua resistência apareciam personificadas nas próprias e em seus opositores circunstanciais. Nele, a mudança pretendida não logra senão confinar-se à imediatez do momento vivido, realizando-se por meio dos predicados pessoais e da capacidade de organizá-los através da violência. Nessa ordem social pessoalizada, a mudança intentada pelo homem pobre perde-se na “impossibilidade de querer socialmente alguma coisa”, implicando não a transformação do mundo circundante, mas a destruição da pessoa que o encarna.

Franco desdobra ainda seu raciocínio ao apontar a extensão do controle pessoal ao

Estado, convertido em instrumento de violência, fundamentada no baralhamento entre público e privado. Negado pelos grupos dominantes enquanto entidade autônoma, desmaterializada e dotada de competência para agir segundo fins próprios, o Estado apenas tem sua atuação legitimada na qualidade de “parte do sistema de poder desse grupo, imediatamente submetido à sua influência, um elemento para o qual ele se volta e utiliza sempre que as circunstâncias o indiquem como o meio adequado” (id., *ibid.*, p. 142). Esboroa-se, assim, a imagem do “Estado-tutelar”, e emerge “a figura mais real do ‘Estado-instrumento’” (id., *ibid.*, p. 143). Analisando o setor da organização social em que mais custou a penetrar a regulamentação do poder de uma entidade impessoal e de suas disposições abstratas – a administração da justiça –, Franco assinala como “as providências ofensivas e defensivas para a salvaguarda dos interesses materiais, da vida ou da honra continuaram definidas como prerrogativas e obrigações pessoais” (id., *ibid.*, p. 143). Afirmação válida especialmente para os membros do grupo dominante que, “além da franquia comum para agredir ou revidar e das imunidades que a sua situação privilegiada lhes assegurava”, dispuseram, em virtude de sua posição na naquela ordem pessoalizada, de “um conjunto de homens cujas vidas não tinham muito valor, nem encontravam muita razão de ser naquela sociedade” (id., *ibid.*). Assim, de modo combinado, porém desigual, confluíam os interesses do fazendeiro, que buscava garantir a posse de seu chão e seus interesses privados, e os propósitos do agregado, que almejava um teto para si e para os seus e a permissão para usar o espaço. É claro, como destaca a autora, que se nesse arranjo as intenções do fazendeiro terminavam por ser satisfeitas, o mesmo não se dava com as do agregado (id., *ibid.*, p. 154). Não se pode ignorar, ainda, que aos primei-

ros coube a prerrogativa de delegar a outros a parte sangrenta de seus próprios conflitos, ao passo que os últimos viram nos desígnios alheios um estímulo para fazer jus à sua valentia (id., *ibid.*, p. 157). Assim, embora empregando um executor, que o exímia, em certa medida, de presenciar as situações de violência e morte, o fazendeiro compartilhou com o caipira dos mesmos padrões de moralidade: “viveram ambos num mundo eminentemente feito de pessoas e não de abstrações, concebendo as situações tensas em que se envolviam como lutas mortais e radicalizando os conflitos até a supressão do adversário” (id., *ibid.*). Entretanto, filtrando o mundo material e o mundo humano pelo seu prisma de solidão, o poder pessoal, a um só tempo, impediu os grupos dominantes de identificarem seus interesses comuns e agirem com unidade e aprisionou o homem pobre na violência sem expressão social (id., *ibid.* p. 237).

Ao final de *Homens livres*, Franco indaga: “Em que medida esse passado, facilmente negado, encontra vigência em condições presentes de nossa própria sociedade?” (id., *ibid.*, p. 240). Admitindo ter ido buscar na gênese da sociedade as ambiguidades e tensões recorrentes na maior parte da história brasileira, a autora sugere que, apesar das mudanças, os velhos padrões de dominação pessoal ainda encontrariam vigência entre nós (id., *ibid.*, p. 240-243).

“Cidade acaba com o sertão. Acaba?”

A hesitação do jagunço letrado Riobaldo, narrador personagem do romance *Grande sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa, traduz uma preocupação mais ampla da tradição intelectual brasileira com a questão da permanência na mudança e aponta para a “relação do Brasil do sertão com o Brasil urbano, compreendidos num só: o mandonis-

mo puro do conteúdo, índice de um mundo onde falta a lei, que não há, combinado com o legalismo formal de aparência, índice de um mundo onde a lei, que há, falta” (Wisnik, 2002, p. 188). Se, do ponto de vista substantivo, essa relação encontra inteligibilidade sociológica na modernização conservadora em que, feitas as contas dos últimos anos, se prossegue, e a partir da qual a mudança social tem se efetivado a despeito de deixar praticamente intactos ou redefinidos noutros patamares problemas seculares, também do ponto de vista teórico-metodológico, embora sejam inegáveis os ganhos epistemológicos da especialização acadêmica, não existem razões suficientes para superestimá-los, como se tivessem permitido resolver de modo permanente os problemas que os ensaístas ou os cientistas sociais das gerações anteriores levantaram (Botelho, 2005).

Entendendo que são as relações sociais e políticas em curso na sociedade brasileira que nos instigam constantemente a voltar às interpretações da qual fora objeto no passado, e não o contrário, procurei a seguir assinalar ressonâncias cognitivas da formulação de Franco nas Ciências Sociais contemporâneas especializadas na questão da violência, sobretudo urbana. Esse procedimento pretende que o valor heurístico dessa formulação não se esgote em sua identidade histórica, embora evidentemente não implique desconsiderar o próprio sentido histórico assumido pelas proposições de Franco em seu contexto sincrônico, marcado pelo debate sociológico e político sobre a estrutura agrária e os obstáculos ao desenvolvimento, as relações de poder no latifúndio, as tensões sociais e reivindicações dos trabalhadores rurais e sua integração ao mercado e à sociedade política (vale lembrar que aproximadamente 70% da população vivia no campo em 1950, contra apenas 30% em 1980). Inscrito num debate sobre a possibilidade de uma mobilização social a partir

do mundo agrário e dos setores subalternos, *Homens livres na ordem escravocrata* oferecia resposta ao que a própria socióloga reputa como “representações românticas”, que tendiam a ver o mundo rústico brasileiro como solo fértil à liberdade, bem como ao que considera a utopia central de nossa época: a transformação da sociedade do ponto de vista dos de baixo, das camadas inferiores da escala social (Franco, 1970, p. 144).

Cabe observar que a contribuição especificamente sociológica sobre os temas da violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil começa apenas nos anos 1970. A complexidade e fragmentação do objeto acarretada pela especialização colocaram justamente a necessidade de elaboração de “abordagens analiticamente mais abrangentes” que tivessem em conta as transformações em curso do capitalismo e da globalização articuladas às “dimensões especificamente nacionais de uma modernização incompleta sob um capitalismo agudamente contraditório e socialmente predatório” (Lima, Misse e Miranda, 2000, p. 50). Os estudos pertinentes à compreensão sociológica dos problemas de legitimação do monopólio da força pelo Estado no Brasil demonstram que as chamadas distorções ou desvios nas práticas da polícia e justiça criminal no país, por exemplo, não representam mau funcionamento do sistema ou desvios de conduta individuais de seus operadores, mas “a adesão maciça, ainda que implícita, a um outro sistema de administração de conflitos e produção de verdade, de caráter inquisitorial, próprio de sociedades segmentadas, holistas e hierárquicas” (idem, ibidem, p. 52), em que a desigualdade é simbolicamente naturalizada e a justiça é feita aplicando-se particularmente a lei geral, desigualmente aos desiguais.

Gilberto Velho, Roberto Da Matta e Sérgio Adorno, cada qual a seu modo, res-

saltam que os nexos entre violência e pessoalização continuam a ter implicações na sociedade brasileira contemporânea. Além disso, e aqui se une a eles Luiz Antonio Machado da Silva, aproximam-se da perspectiva teórica de Franco, na contracorrente da visão dominante sobre a questão da violência contemporaneamente – que a imputa à falta ou insuficiência da ação estatal (Machado da Silva, 2008) –, ao atribuírem precedência explicativa à dimensão da solidariedade social, frente ao mercado e ao Estado.

Gilberto Velho procura discutir o problema da violência no Brasil a partir de um esquema dual, que incide sobre códigos ambíguos – notadamente a convivência dos modelos individualista (impessoal) e hierárquico (pessoalizado). O problema diz respeito a “uma situação em que a cidadania não se impôs como valor nem implementou mecanismos democráticos que possibilitassem o desenvolvimento de um sistema sociopolítico minimamente satisfatório para a maior parte da população” (Velho, 1996, p. 14), isso devido à combinação histórica que aqui se processou entre valores hierarquizantes, fundados nas relações pessoais, e individualistas/igualitaristas. A violência, para o autor, seria justamente a expressão da tensão e inconsistência da convivência desses dois modelos.

A dificuldade consiste na inexistência de uma ordem moral realmente compartilhada pela sociedade de nos seus diferentes segmentos. Neste sentido a violência não pode ser reificada e vista como uma praga pairando sobre a sociedade. *A violência existe ao nível das relações sociais e é parte constituinte da própria natureza desta sociedade cujo universo de representações não só expressa como produz a desigualdade e a diferença* (Velho, 1980, p. 364 – *grifo meu*).

O autor pondera que, no Brasil, o individualismo introduzido pela modernização se acomoda a uma visão de mundo e a

uma estrutura social tradicional, hierárquica e pessoalizada. Argumenta que, contraditoriamente, à medida que o individualismo foi assumindo formas mais agonísticas e a impessoalidade ocupando gradativamente espaços antes caracterizados por contatos face a face, a violência física foi se rotinizando, deixando de ser excepcional para tornar-se parte do cotidiano. Tal processo não ocorreu apenas entre as classes, mas assumiu formas assustadoras dentro das camadas populares, devido, em grande medida, ao desenvolvimento de novas formas de criminalidade, como o tráfico de drogas.

Roberto Da Matta situa sua análise a partir da existência de duas representações sociais, ou discursos, dominantes sobre a violência no Brasil. Segundo o autor, a representação erudita, nos seus próprios termos, pertence ao mundo da **rua**, ao passo que o discurso do senso comum está presente nos espaços pessoais da **casa** e da **família**. Assim, de um lado, observa-se um discurso “envolvente, lógico e quase sempre implicado nas leis e determinações que excluem o insólito e o pessoal” (Da Matta, 1982, p. 185); de outro, uma representação que remete ao universo das relações pessoais, “mundo das intimidades que engendram agressões e ódios insuspeitados, mas em compensação exigem explanações mais densas e moralmente satisfatórias” (idem, *ibidem*). E é precisamente porque vivemos numa sociedade caracterizada por essa lógica dupla que nossa violência se relaciona com instituições como a vingança, o quebra-quebra, ou depredações, e o “você sabe com quem está falando?”. De acordo com Da Matta, essas modalidades de violência tão comuns e banalizadas nos jornais diários comportam tentativas de reunir através da intervenção direta o plano das leis universais (e impessoais) do mundo da rua e a moralidade particularista (e pessoalizada) que rege o mundo da casa. Por serem separa-

dos por ideologias e práticas sociais diversas, a conjugação desses dois âmbitos da vida social é sempre um ato difícil, frequentemente marcado pelo arbítrio e pela violência. Sua tese central é a de que a vingança, o “você sabe com quem está falando?” e o quebra-quebra são formas institucionalizadas de violência, através das quais se busca transcender essa divisão.

Como Da Matta mostrou em outros trabalhos (1994), o que denomina “dilema brasileiro” é feito dessa oscilação entre um código e outro. Como se a justiça pela lei, feita através do aparato jurídico do Estado-nação, fosse falha ou insuficiente e, por isso, não confiável. O que abriria a possibilidade de outra justiça fundada na moral pessoal e numa concepção da sociedade como comunidade de pessoas morais, que gozam de uma “real *igualdade substantiva*” (Da Matta, 1982, p. 187 – *grifo meu*). A possibilidade de trânsito entre um ou outro código definiria um sistema desconfiado da possibilidade de justiça, porque ciente de que, esgotados os recursos de um sistema, poder-se-ia lançar mão do outro. Os níveis não seriam apenas diferentes, mas complementares e contextuais, o que dificultaria a noção moderna de compartimentalização e do estabelecimento de limites para a justiça e para a ação policial. Conforme postula o autor, o apelo a ambos os sistemas explicita que, mesmo quando as pessoas são flagrantemente desiguais em termos políticos e econômicos, têm sempre direito à reparação moral. Nesse contexto, aquelas e outras modalidades de violência aludidas podem ser interpretadas, de acordo com o autor, como recursos a essa justiça que se faz com as próprias mãos numa ordem social pessoalizada:

[...] dispensando intermediários, abandonando a regra da complementaridade que engendra a ordem, rompendo com as mediações da lei, a violência conduz à invasão dos espaços e ao encontro

cara a cara, no qual a força substitui outros eixos organizatórios (idem, *ibidem*, p. 184).

Estudando o “você sabe com quem está falando?”, Da Matta (1990) afirma que essa fórmula ritualística exprime uma reação violenta e autoritária à impessoalidade e à universalidade da cidadania. Isso porque, despontando em situações em que uma pessoa que se considera especial se acha “diminuída” ou tratada “sem consideração” por algum representante da ordem legal, o “você sabe com quem está falando?” demarca e separa posições, transformando violentamente um **cidadão** desconhecido em **pessoa** detentora de cargo importante ou nome de família, que se arroga o direito de tratamento especial. O “você sabe com quem está falando?”, além disso, desnuda o “elo não resolvido” entre a igualdade postulada pela ordem impessoal e as hierarquias que dão sentido às práticas cotidianas na ordem pessoalizada (Da Matta, 1990, p. 189). Afinal, se a lei nos reconhece enquanto indivíduos, pois perante a legislação moderna somos sujeitos integrais e indivisos, portadores de direitos supostamente universais, as normas não escritas da moralidade pessoal nos reconhecem como pessoas singulares que ocupam somente uma posição numa rede hierárquica de relações privadas, fundada em favores e privilégios.

Da Matta indica ainda, na esteira de Franco, a propensão à irrupção da violência quando as associações morais são rompidas por considerações de interesse, uma vez que, se “o critério econômico é determinante do padrão de vida, ele não é de modo algum determinante das relações pessoais (e morais)” (idem, *ibidem*, p. 158). O “você sabe com quem está falando?” permite e legitima a existência de um nível de relações sociais com foco na pessoa e nos eixos e dimensões deixados necessariamente de lado pela universalidade classificatória da economia e do

Estado (id., *ibid.*, p. 159). Ele representa um instrumento de uma sociedade onde as relações pessoais formam o núcleo daquilo que se chama de “moralidade”. Assim, “tem um enorme peso no jogo vivo do sistema, sempre ocupando os espaços que as leis do Estado e da economia não penetram. A fórmula ‘você sabe com quem está falando?’ é, assim, uma função da dimensão hierarquizadora e da patronagem que permeia nossas relações diferenciais e permite, em consequência, o estabelecimento de elos personalizados em atividades basicamente impessoais” (id., *ibid.*).

Entabulando diálogo explícito com Franco, o próprio autor reconhece que a discussão acerca desse “rito autoritário” conduz diretamente ao problema da violência conjugada à igualdade dos “homens livres”, embora, conforme pondera, trate-se de homens livres numa “ordem hierarquizada” e não, como no caso de Franco, numa “ordem escravocrata” (id., *ibid.*, p. 174). Da Matta sustenta que sua diferença fundamental em relação à “importante formulação” de Franco reside em que, se não se pode negar a existência de uma equação entre a violência e a igualdade plasmada pela pessoalização das relações sociais, deve-se, contudo, acrescentar que “a violência ocorre porque ela denuncia a necessidade de hierarquização” (id., *ibid.*). Continua:

[...] se é verdade que os “homens livres” estão desgarrados, eles não deixam de fazer parte de uma formação social cujos centros difusores e dominantes eram hierarquizados. Assim, os valores desses “homens livres” teriam que ser no mínimo duplos: de um lado voltados para uma igualdade vista como um ideal e que, em sua situação social concreta, pode ser até mesmo atualizado em algumas esferas da vida. Mas de outro lado, havia o peso dos valores hierarquizados e da hierarquia, estrutura que se sustentava por meio da escravidão generalizada [...] (id., *ibid.*).

Portanto, para o autor, a violência surgiria como recurso “apenas quando fosse impossível fazer as gradações por outros meios, ou quando a moralidade estivesse rompida ou ofendida” (id., *ibid.*, p. 174). Ela seria **mais um** instrumento utilizado quando os outros meios de hierarquizar dada situação falhassem irremediavelmente. Nesse passo, pode-se, segundo o autor, articular o “você sabe com quem está falando?” com a violência, na medida em que, em ambos os casos, “o objetivo é a separação radical de papéis sociais, rompendo assim – no momento mesmo do ato violento – com o individualismo que caracterizava a situação inicial” (id., *ibid.*, p. 174).

Embora não proponha vínculos de sentido entre a violência e o que Franco denominaria uma ordem social pessoalizada, não obstante perceba a convivência de duas ordens sociais, Luiz Antonio Machado da Silva (2008) pode ser aproximado de Franco, no plano teórico, por operar a circunscrição analítica da violência à dimensão da solidariedade social. Machado da Silva empreende esforço no sentido de tratar analítica e empiricamente a “violência urbana”, tendo como referente a cidade do Rio de Janeiro. Para o autor, essa categoria designa o que em termos sociológicos se denomina “ordem social”, da qual a força é o princípio de ordenação, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo. Enquanto problema social, a violência urbana seria “uma construção das vítimas atuais ou potenciais da violência, que se reconhecem como participantes subalternas de duas ordens sociais coexistentes” (Machado da Silva, 2008, p. 38): a ordem da violência urbana, cujo princípio de organização é o recurso universal à violência e a ordem que designa como institucional-legal, cujo elemento fundamental é a pacificação das relações sociais através do monopólio formal da violência pelo Estado. Essa coexistência

expressa, segundo o autor, “o paradoxo de fragmentação da vida cotidiana”. Assim, a representação coletiva da violência urbana

[...] capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado (Machado da Silva, 2004a, p. 296).

Resulta disso que roubos, sequestros, linchamentos etc. deixam de ser percebidos como desviantes e ocasionais – por agentes, vítimas e observadores –, embora não se trate apenas de um processo de incorporação dessas relações sociais à ordem institucional-legal, aos costumes dominantes ou às rotinas vividas como não problemáticas. Isso permite afirmar, segundo o sociólogo, que a violência urbana “representa um complexo de práticas hierarquicamente articuladas – ou seja, uma ordem social – e não apenas um conjunto inorgânico de comportamentos individuais, cujo sentido está fora deles, nos padrões de conduta que constituem a ordem social da qual tais comportamentos se desviam” (idem, *ibidem*, p. 299). Entretanto, a violência urbana não destrói ou substitui os padrões convencionais de sociabilidade; sua inovação histórica e o núcleo do problema teórico-metodológico que nos coloca “é justamente a convivência, por contiguidade e não como ‘luta de valores’, entre os dois padrões” (id., *ibid.*, p. 299).

Silva sugere que a representação da “violência urbana” reconhece um padrão específico de sociabilidade, para o qual cunha a noção típico-ideal de **sociabilidade violenta**, que tem como característica mais essencial “a transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações” (Machado da Silva, 2008, p. 41). Nas palavras do autor:

[...] na medida em que o princípio que estrutura é a força, não há espaço para a distinção entre as esferas institucionais da política, da economia e da moral etc. Quanto à dimensão subjetiva de formação das condutas, os agentes responsáveis pela gênese e consolidação deste ordenamento não se pautam por referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais de curtíssimo prazo, deixando o caminho aberto para a manifestação mais imediata das emoções, para uma interação que instrumentaliza e objetifica o outro e reduz ao mínimo a produção de sentido. O mundo constitui-se em uma coleção de objetos (aí incluídos todos os demais seres humanos) que podem ou não ser apropriados de modo a servir aos desejos pessoais (idem, *ibidem*, p. 41-42).

A “sociabilidade violenta” conforma assim uma “cadeia de submissão pela força” e tem seu núcleo empírico localizado, segundo o sociólogo, nas favelas. Na sociabilidade violenta, argumenta Machado da Silva, quem tem mais força usa os outros, assim como artefatos (armas etc.), para impor sua vontade, sem considerar princípios éticos, deveres morais etc.

Essa ênfase no princípio da solidariedade social permitiria justamente problematizar a interpretação dominante, de viés institucionalista, sobre a violência urbana. Nela, o crime violento organizado aparece como resultado da ineficácia dos controles estatais em suas várias instâncias, estimulando comportamentos desviantes.

Segue-se como consequência lógica o suposto de que tais condutas poderiam ser canceladas, inviabilizadas ou ao menos reduzidas a proporções toleráveis pela manipulação de variáveis institucionais. O funcionamento interno dos aparelhos estatais de controle social, portanto, fica reforçado como objeto privilegiado da atenção, o que contribui para manter em uma posição de mero epifenômeno as próprias práticas que deram origem a toda a reflexão” (Machado da Silva, 2004a, p. 302).

O problema converte-se em mera questão de *institution building* e as práticas so-

ciais acabam reduzidas a condição de desvios intersticiais e indicação de anomia (referida à ineficácia regulatória do Estado). Essa constatação não significa que o autor não reconheça uma crise de legitimidade nas instituições estatais, manifesta pela incapacidade de garantir padrões de sociabilidade inclusivos e socialmente aceitáveis; o problema consiste antes na imputação causal da explicação da desconcentração da violência física por processos estritamente internos à ordem estatal, considerada como padrão universal de sociabilidade. Para Machado da Silva, outra consequência fundamental do predomínio dessa perspectiva é certo etnocentrismo, ancorado na suposição de que os conteúdos de sentido que organizam as ações de criminosos e não criminosos são os mesmos, em ambos os casos expressões subjetivas dos contextos normativos regulados pelo Estado, o que provoca a ausência de análise específica da formação das condutas dos “portadores” da violência urbana.

No caso de Sérgio Adorno, o recurso ao repertório intelectual de Franco é estruturante da economia interna de seus argumentos. A começar pela volta ao passado remoto ou recente da sociedade brasileira como procedimento metodológico decisivo. Examinando a violência de uma perspectiva histórica, o autor salienta, recuperando a análise de Franco, que a violência, na sociedade agrária tradicional brasileira, esteve rotinizada no cotidiano dos homens livres, libertos e escravizados, apresentando-se, via de regra, como solução para os conflitos sociais e para o desfecho de tensões nas relações intersubjetivas. Argumenta que esse cenário “*parece* [o termo não é fortuito] referir-se exclusivamente ao Brasil tradicional”, onde predominava uma forma de solidariedade social assentada na pessoalização das relações, isto é, “na intensidade dos vínculos emocionais, no elevado grau de intimidade e

de proximidade pessoais e na perspectiva de sua continuidade no tempo e no espaço, sem precedentes” (Adorno, 1995, p. 300 – *grifo meu*). Em outras palavras, um mundo privado, vincado por rígidas hierarquias, cuja transgressão das normas consuetudinárias e das fronteiras sociais constituía incentivo tenaz ao recurso à violência como forma de repor laços e elos rompidos na rede de relações sociais (idem, ibidem). Ora,

A emergência da sociedade capitalista no Brasil [...] e o advento da forma republicana de governo (1889) *pareciam* anunciar uma nova era, marcada pelo crescimento econômico, pelo desenvolvimento social, pelo progresso técnico e sobretudo pela consolidação de governos estáveis, regidos por leis pactadas e justas, pela existência de instituições políticas modernas e capazes de conduzir o país ao compasso das “nações civilizadas” e, por conseguinte, instituições qualificadas para coibir a violência nas suas mais variadas formas de manifestação. As pendências pessoais, bem como os conflitos sociais, seriam carreadas para os tribunais e seriam julgados segundo critérios fundados em leis universais, válidas para todos os cidadãos independentemente de clivagens econômicas, sociais ou culturais. A institucionalização de um poder único, reconhecido e legitimado, enfeixando todos os sistemas possíveis e paralelos de poder, haveria de tornar a violência um fenômeno anacrônico na vida social brasileira, uma patologia própria de alguns indivíduos incapazes de se adequarem à marcha civilizatória. Daí que os casos de repercussão pública somente poderiam ser objeto de escândalo e como tais considerados abjetos. Contra eles, a espada da lei, a interdição das sanções penais (id., ibid., p. 301 – *grifo meu*).

Entretanto, após esse longo exercício não de todo contrafactual, afirma peremptoriamente Adorno que

[...] ao longo de mais de cem anos de vida republicana, a violência em suas múltiplas formas de manifestação permaneceu enraizada como modo costumeiro, institucionalizado e positivamente valorizado – isto é, moralmente imperativo – de solução de conflitos [...] atravessando todo o tecido social, penetrando em seus espaços mais recônditos e se instalando resolutamente nas instituições

sociais e políticas em princípio destinadas a ofertar segurança e proteção aos cidadãos” (id., *ibid.*).

Característica essa que sugere não se restringir a violência no país ao domínio do Estado, pois “se há uma tradição de Estado autoritário no Brasil é porque há uma sorte de ‘autoritarismo socialmente implantado’” (id., *ibid.*, p. 304). Perspectiva esta que, para o autor, “implica enraizar a problemática da violência na sociedade e na cultura” e rever o modo “‘convencional’ de tratamento da questão que identifica o essencial da violência nos planos político e do Estado” (id., *ibid.*, p. 325). Inscrever a violência prioritariamente no princípio de coordenação social da solidariedade social “requer problematizar a complexidade do social, quer dizer, dos diferentes eixos de poder que o atravessam, que realizam a dominação, que convergem para o Estado e que suscitam a formação de ideologias autoritárias e discriminatórias”, considerando a problemática da continuidade autoritária no interior do processo de transição democrática (id., *ibid.*).

Debruçando-se sobre o passado recente, Adorno assinala que não obstante os avanços democráticos, após 21 anos de regime autoritário, não se logrou a instauração do Estado de Direito, posto que o Estado não conquistou o monopólio do uso legítimo da força física dentro dos limites da legalidade. Ao contrário, persistiram graves violações de direitos humanos, “produto de uma violência endêmica, radicada nas estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer no dos agentes incumbidos de preservar a ordem pública” (id., *ibid.*, p. 302). Segundo Adorno, tudo indica que, na verdade, no curso do processo de transição democrática, aumentaram as oportunidades de solução violenta dos conflitos sociais e de tensões nas relações intersubjetivas, tendo a

violência adquirido “estatuto de questão pública” (id., *ibid.*).

A esse respeito, vale abrir um parêntese para lembrar o diagnóstico de Wanderley Guilherme dos Santos:

Existe no Brasil um Estado da Natureza em sentido hobbesiano, ou seja, aquele no qual o conflito é generalizado e a regra constitucional vigente é cada qual administrar seus próprios problemas, sem apelo a instâncias superiores, aceitas pelas partes beligerantes. Ei-lo: 43% das pessoas que, entre 1985 e 1988, admitiram envolvimento em algum tipo de conflito e não recorreram à justiça, resolveram-no por conta própria” (Santos, 1993, p. 109).

O que Santos denomina “hobbesianismo social” se caracterizaria pela “concentração nos indivíduos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, levando-os a preferir resolver de forma privada e por conta própria seus conflitos, resultando, finalmente, na imagem de uma sociedade difusa e aleatoriamente violenta” (id., *ibid.*, p. 112). No entanto, adverte:

Violenta, sim, mas suspeito que a aleatoriedade que se atribui à violência, particularmente urbana, equivalha a outro mito do tesouro das lendas nacionais. Não pode ser considerado errático o exercício da violência quando 59% das agressões físicas cometidas no ano de 1988 tiveram por autores pessoas conhecidas (40%) ou parentes (19%), enquanto agressões na rua, por desconhecidos, alcançavam 35,5% (Participação, v. I, p. 9, tabela 2.7). No capítulo de agressão a mulheres, 32% delas foram vítimas de seus próprios parentes e outras 34% atingidas por pessoas conhecidas. Ou seja, 66% de agressores a mulheres, no Brasil, encontram-se em círculos familiares ou de amizades. Essa violência nada tem de errática sendo, ao contrário, bem localizada (id., *ibid.*, p. 112-113).

Desse ponto de vista, para Sergio Adorno, “a história da sociedade brasileira pode ser contada como uma história social e política da violência”, para o que, em outro contexto, lembra a importância dos “clássicos da sociologia política brasileira”: Oliveira Vian-

na, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Vitor Nunes Leal, Caio Prado Jr., Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros (Adorno, s/d, p. 3). História na qual se pode ler que

Apesar do processo de modernização implantado pelo regime autoritário ter se estendido – se bem que irregularmente – a diferentes níveis da sociedade, os padrões de vida associativa permaneceram presos às cadeias do passado e da tradição. A diferenciação entre o público e o privado não se consolidou. Os padrões de sociabilidade demonstraram-se resistentes às mudanças verificadas por força da rápida urbanização, do processo acelerado de industrialização e da secularização da cultura. A despeito da existência de canais institucionais de mediação, as situações de tensão social e de conflito nas relações interpessoais continuaram a ser percebidas como prerrogativas particulares, como fatos que denotam “um mundo eminentemente feito de pessoas e não de abstrações” (Franco, 1976), cuja superação aponta no sentido do emprego de meios violentos à margem das leis (Adorno, 1995, p. 326).

A aparente mistura de **peças** de classes, etnias, gêneros diferentes, a se cruzar profusamente pelas ruas e pelos espaços privados oculta rígidas fronteiras “que separam os superiores dos inferiores, mediatizadas por um fluido sistema de reciprocidade que se apoia em uma troca desigual de favores” (Adorno, 1995, p. 327). Nesse passo, conclui Adorno que “o espectro da violência permaneceu muito apegado àquele cenário que Maria Sylvia de Carvalho Franco descreveu como o ‘código do sertão’ para se referir aos padrões de sociabilidade vigentes na sociedade agrária tradicional brasileira”, de modo que “guardadas as diferenças históricas, tudo leva a crer que estejamos, na atualidade, diante de um verdadeiro ‘sertão urbano’” (idem, *ibidem*, p. 331, nota 2).

Considerações finais

Se o colonialismo moderno instaurou a violência nas sociedades do Novo Mundo

como “uma espécie de linguagem da vida cotidiana” (Adorno, 2012, p. 557), a irradiação simultânea do processo civilizatório ocidental da Europa para o resto do mundo, em especial para as Américas, fez com que o emprego cotidiano e recorrente da violência começasse a ser socialmente reprovado. Nesse sentido, deve-se notar que a experiência colonial está na base da noção de “unidade contraditória” para Franco: o mesmo processo de desenvolvimento capitalista e expansão da modernidade que criou as condições para a classe burguesa impor-se não só social e economicamente, mas também politicamente, ao conjunto da sociedade feudal, reeditou as formas modernas de escravidão e gerou essa unidade contraditória entre relações de interesse, ligadas à competição e ao conflito num mercado concorrencial, e associações morais, fundadas em um jogo pessoalizado de privilégios, favores e violência. É o moderno que não apenas se realiza historicamente de modo diferenciado, mas engendra contraditoriamente suas diferenças. Para além do alcance heurístico mais amplo desse raciocínio, no contexto intelectual sincrônico, no qual se inseria a autora, assumia o sentido de negar as “interpretações tendenciosas, tal como atribuir a violência às mazelas do ‘atraso’ brasileiro, ao ‘sistema escravista’, absolvendo o capitalismo então considerado etapa necessária ao ‘progresso’ histórico” (Franco, 2003, p. 18).

À contrapelo do sentido hegemônico assumido pelas Ciências Sociais no Brasil, cuja especialização tendeu a separar as dimensões de Estado, sociedade e mercado em disciplinas autônomas e com pouco contato entre si, recuperar a formulação de Franco apresenta valor teórico heurístico, também por permitir reintroduzir uma perspectiva de totalidade do processo social na análise da violência, que possibilite dar conta da complexidade do tema em suas diferenciações

internas. Perspectiva essa, em grande medida, ausente na Sociologia especializada contemporânea, cujas principais posições em debate tendem a reduzir sua explicação ora a variáveis institucionais (ausência ou falta de legitimidade do Estado e falência dos aparelhos de justiça), ora a variáveis estritamente sociais (pobreza e desigualdades sociais), ora a variáveis econômicas (cadeia de interesses internacionais do comércio e tráfico de drogas e armas). Por pensar a articulação desses princípios pelo ângulo das **relações sociais**, Franco não os toma abstratamente, mas sim a partir da análise dos atores sociais que os sustentam de maneira mais ou menos conflitante, isto é, de seus portadores sociais. Afinal, conforme sublinha, as dimensões da realidade social “não são concebidas como independentes dos homens que as vivem. São estes que, em suas existências, em cada uma de suas ações e relações, mobilizam, unificam e dão sentido aos componentes do cosmo social” (Franco, 1964, p. 47).

Como assinala Michel Wieviorka (2005), sociólogo autor do alentado *La violence*, duas concepções principais da violência se apresentam com a modernidade: uma centrada no seu papel potencialmente revolucionário e outra que considera que ela regressa à medida que se impõe a razão por meio de uma nova economia moral, baseada na contenção dos impulsos agressivos e da destituição dos particulares do direito de recorrer às armas e à força para resolução de conflitos nas relações sociais e interpessoais⁴. A formulação de Franco, que encontra reverberação contemporânea, ainda que em outras bases, nos faz pensar como se realizam essas duas concepções no caso brasileiro, en-

fatizando o sentido sociológico específico do tipo de violência pessoalizada. Para tanto, é preciso antes assinalar que violência e conflito não são conceitos intercambiáveis. Ao contrário, o próprio Wieviorka, por exemplo, sustenta, em termos típico-ideais, a tese do conflito como contrafação da violência. O autor fala de conflito em um sentido limitado, isto é, referindo-se a uma relação, desigual, entre duas pessoas, dois grupos, dois conjuntos que se opõem no seio de um mesmo espaço com cada um tendo por objetivo ou por horizonte, não liquidar a parte adversária, e com ela a própria relação, mas modificar essa relação e pelo menos reforçar sua posição relativa. Nesse passo, “o conflito é [...] o contrário da ruptura” (idem, *ibidem*, p. 24). Na perspectiva por ele proposta, o conflito não opõe **inimigos**, mas **adversários** suscetíveis de estabilizarem sua relação ao institucionalizá-la, ao instaurar regras de negociação, modalidades que permitam conjugar a manutenção dos vínculos entre os atores, e sua oposição (id., *ibid.*, p. 25). A violência, por outro lado, “torna difícil o debate, a troca, mesmo desigual (que o conflito faculta), em proveito da ruptura ou da relação de força apenas” (id., *ibid.*). Isso posto, a violência encontra mais lugar para se exprimir à medida que o espaço social não se estrutura por um conflito que fornece modalidades de tratamento das demandas dos atores. A violência substitui um conflito, ela é o contrário do conflito institucionalizável, já que traduz a existência de problemas sociais que não são transformados em debates e em conflitos societais. A possibilidade de institucionalização do conflito restringe a violência a certos limites

4 No entanto, o próprio Wieviorka faz notar que essa imagem que a modernidade forjou de si mesma parece não resistir ao questionamento que a própria história do século XX (com as duas grandes guerras, os genocídios e outros massacres de massa, e os regimes autoritários) lhe suscita.

ao concentrá-los em uma direção mais ou menos unívoca. Em sentido semelhante, se bem que não idêntico, Sérgio Adorno (s/d, p. 1-2) observa que “não necessariamente, a existência de conflitos implica em violência. É o modo de resolução de conflitos que pode comportar emprego de violência”. Portanto, afirmar que a violência torna-se componente constitutivo das relações sociais na ordem pessoalizada brasileira, como propõe a tese central de Franco, assume sentido específico, distinto da ideia de que o conflito, enquanto conceito sociológico, de modo geral, é constitutivo das relações sociais.

Além disso, cabe mencionar que a produção social da diferença envolve sempre relações de força que as transformam em hierarquias, o que gera conflitos que, no entanto, são “pacificados” pelo Estado. Este se responsabiliza por estabelecer regras de negociação dos conflitos – ou seja, das diferenças hierarquizadas – no espaço público e garantir o seu cumprimento (Machado da Silva, 2004b, p. 21). Desse modo, a regulação das lutas sociais pelo Estado abre espaço para a aceitação de reivindicações socialmente organizadas dos inferiores, permitindo a eliminação de certos aspectos da hierarquia, reduzindo as desigualdades a eles relacionadas. Portanto, embora regimes democráticos não assegurem de antemão a igualdade, geram a possibilidade de seu aprofundamento gradativo por meio do conflito social, preservando as diferenças entre indivíduos e grupos. A cidadania se faz, assim, no conflito social que, dependendo de seu encaminhamento, pode produzir a democratização das relações sociais.

Essas considerações deixam ver as implicações do tipo de violência pessoalizada que Franco ressalta. É possível dizer, em primeiro lugar, que a pessoalização das relações entre homens livres, que permeia inclusive as práticas do Estado, dificulta ou, no limi-

te, impede a emergência do conflito social, já que termina por eclipsar o caráter fortemente desigual dessas relações, cuja ausência de marcas, à diferença dos escravos, tornaria ainda mais perversas. Se, no entender da autora, devido aos nexos íntimos que guardava com a pessoalização, a violência poderia se converter em elemento negador das condições de heteronomia a que estavam submetidos os homens livres pobres, por força desses mesmos nexos ela não conseguia assumir expressão política e social e se transformar em “parteira da história”, para usar a célebre expressão de Marx. Ao contrário, ficava confinada às dimensões pessoais daquele mundo privado, impedida de operar a transformação da estrutura que os oprimia em prol do maior benefício de todos, fazendo a roda da história girar. Assim, as mesmas condições que virtualmente abriam para os homens pobres o horizonte da emancipação através da violência, impunham-lhes seu limite. Em segundo lugar, a pessoalização dispensa as mediações formais de regulação dos conflitos e as formas de autocontrole dos impulsos impostas pelo ritualismo da civilidade, fazendo imperar justamente as relações concretas de pessoa a pessoa, e não entre indivíduos, portadores de direitos iguais e universais. Por transcorrerem num nível pessoal, a forma normal e legítima de resolução dos conflitos é a violência, que, assim, leva à ruptura da relação, pela eliminação do outro visto como sujeito integral. Essa proposição traz como desdobramento decisivo e inevitável a questão das possibilidades e limites da mudança social e da constituição de sujeitos políticos nessa ordem social pessoalizada, já que a pessoalização constitui limite para um relacionamento social fundado em direitos. Dessa ordem, derivaria a não definição de uma esfera pública diferenciada da privada, configurando o exercício do poder fundado no arbítrio e nas relações de favor e de força.

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. (s/d), Entrevista. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistaaurora/ed7_v_janeiro_2010/entrevistas/download/ed7/7_entrevista.pdf>.
- _____. (1995), “A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada”. *Revista Sociedade e Estado*, v. X, n. 2, jul./dez.
- _____. (2002). “O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea”. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes.
- _____. (2012). “Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira”. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOTELHO, André (2005). *O Brasil e os dias. Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru, SP: Edusc.
- _____. (2012). Teoria e história na Sociologia política brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco”. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT Pensamento Social no Brasil, Águas de Lindoia, SP.
- CAZES, Pedro (2013). *A Sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco: pessoalização, capitalismo e processo social*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- DA MATTA, Roberto (1982). “As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social”. In: PAOLI, Maria Célia et al. (orgs.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1990). “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil”. In: *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- _____. (1994). “Os discursos da violência no Brasil”. In: *Conta de mentiroso*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ELIAS, Norbert (1993). *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização – Vol. 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1964). *Homens livres na velha civilização do café*. Tese de doutorado, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- _____. (1970). *O moderno e suas diferenças*. Tese de livre-docência, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- _____. (1997 [1969]). *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2003), “Entrevista”. *Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História – Assis*, v. 11, p. 9-19.
- HOELZ, Maurício (2010). *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes (2000). Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB*, n. 50, p. 45-123.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (2004a). “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 53-84.
- _____. (2004b). “Justiça social”. *Democracia viva*, n. 22, p. 21-24.

- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (2008). "Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública". In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio *et al.* (orgs.). *Vida sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MALAGUTI, Paloma (2013). *Maria Sylvia de Carvalho Franco e os estudos de comunidade*. Projeto de pesquisa, Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1993). "Mitologias institucionais: do Leviatã parafítico ao Estado de Natureza". *Estudos avançados*, v. 7, n. 17, p. 101-116.
- VELHO, Gilberto (1996). "Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica". In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV.
- _____. (1980). "Violência e cidadania". *Dados*, v. 23, n. 3, p. 361-364.
- VILLAS BÔAS, Glaucia (2006). *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- WIEVIORKA, Michel (2005). *La violence*. Paris: Hachette Littératures.
- WISNIK, José Miguel (2002). "O famigerado". *SCRIPTA*, v. 5, n. 10, p. 177-198.

Artigo recebido em 06/05/2013

Aprovado em 12/07/2013

Resumo

O Sertão & a cidade: Maria Sylvia de Carvalho Franco e a Sociologia da Violência Contemporânea

Este artigo busca analisar a perspectiva de Maria Sylvia de Carvalho Franco, desenvolvida em *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), sobre a relação significativa entre a violência e a ordem social pessoalizada que se constituiu historicamente no Brasil. Argumenta-se que a perspectiva da autora mostra capacidade de interpeleção cognitiva, tanto no nível substantivo como teórico, a trabalhos de autores fundamentais das Ciências Sociais contemporâneas, sobretudo da Sociologia, especializados na temática da violência, quais sejam: Luiz Antonio Machado da Silva, Gilberto Velho, Roberto Da Matta e Sérgio Adorno.

Palavras-chave: Maria Sylvia de Carvalho Franco; Violência; Ordem social pessoalizada; Pensamento social brasileiro; Sociologia da violência.

Abstract

The Backlands and the City: Maria Sylvia de Carvalho Franco and the Contemporary Sociology of Violence

This article aims at analyzing the perspective adopted by Maria Sylvia de Carvalho Franco in *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), focusing the meaningful relationship between violence and the personal social order historically developed in Brazil. It argues that this perspective is capable of cognitively impacting, both on the substantive and theoretical level, a series of works of prominent authors in Brazilian contemporary social science, mainly sociologists, specialized in violence, such as Luiz Antonio Machado da Silva, Gilberto Velho, Roberto Da Matta and Sérgio Adorno.

Keywords: Maria Sylvia de Carvalho Franco; Violence; Personal social order; Brazilian social thought; Sociology of violence.

Résumé

Le Sertão et la Ville: Maria Sylvia de Carvalho Franco et la Sociologie de la Violence Contemporaine

Cet article propose d'analyser la perspective de Maria Sylvia de Carvalho Franco, développée dans *Homens livres na ordem escravocrata* [Hommes libres dans l'ordre esclavagiste] (1969), à propos du rapport significatif entre la violence et l'ordre social personnalisé qui s'est historiquement constitué au Brésil. L'article défend que la perspective de l'auteur démontre une capacité d'interpellation cognitive, tant au niveau substantif que théorique, par rapport à des travaux d'auteurs fondamentaux des Sciences Sociales contemporaines, surtout dans le domaine de la Sociologie, spécialisés dans le thème de la violence, c'est-à-dire: Luiz Antonio Machado da Silva, Gilberto Velho, Roberto da Matta et Sérgio Adorno.

Mots-Clés: Maria Sylvia de Carvalho Franco; Violence; Ordre social personnalisé; Pensée sociale brésilienne; Sociologie de la violence.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa – COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento – CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos – CEA – USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea – CEDEC
www.cedec.org.br

Centro de Estudos da Religião – CER – USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea – CPDOC –
FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos – CRH – UFBA
www.crh.ufba.br

FGV – Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais – FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião – ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepec/depto/iri

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emilio Goeldi – UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA – UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Demo-
cracia e Desenvolvimento – NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação Cultural – UFC
www.ch.ufc.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica – NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU – UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – UNICAMP
www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População – NEPO – UNICAMP
www.unicamp.br/nepo

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS – UFC
www.ch.ufc.br

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg

PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos

UEL – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UENF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.uenf.br/uenf.pages

UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis

UFAL – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br

UFC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao

UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.uff.br/pgcp

UFF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
www.uff.br/ppgsd

UFG – Programa de Mestrado em Sociologia
[www.mestsociologia@fchf.ufg.br](mailto:mestsociologia@fchf.ufg.br)

UFJF – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.mestradosociais,ufjf.br

UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pgsc.ufma.br

UFMG – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa

UFMG – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fafich.ufmg.br/antro-pos

UFPA – Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch

UFPB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prgp.ufpb.br

UFPE – Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia

UFPE – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol

UFPR – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio

UFRGS – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br

UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museu hp/pesq.htm

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp

UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa

UFRN – Programa de Mestrado em Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br

UFRN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br

UFRRJ – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
www.alternex.com.br/~cpda

UFS – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.posgrap.ufs.br

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ppgpol.ufscar.br

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcs

UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ppgs.ufscar.br

UNB – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol

UNB – Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ;
www.unicamp.br/santiagodantassp;
www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP – Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives

dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie

www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France

www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa

www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp

www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST

www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da Unicamp

www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo

www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth

[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias

www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española

www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional

www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial

www.museuimperial.gov.br/

arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

www.prodam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern

e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp

www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/ Unicamp

www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional

www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio de
Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/
cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraíba
– MG (Arquivo Público Municipal Geraldo
de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento (Cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural
Alexandre Eulalio – Unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (Cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória –
Unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/
bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória
Sindical – CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea (Cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais (CIS/
NADD)
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records
Administration (Nara)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (Nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (Abecin)
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(Abarq)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do
Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciência da Informação e
Biblioteconomia (Ancib)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèqure Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB – Bibliographic records of
Unesco documents, publications an Library
collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especialização em Organização de
Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (Graduação em Ciência da Informa-
ção)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (Mestrado e Doutorado em Comuni-
cação e Semiótica – área: Tecnologias da
Informação)
www.pucsp.br/~cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto.
de Ciências da Informação/Depto. de
História (Graduação em Arquivologia;
Especialização em Gerência de Unidades e
Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/
Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documentação (Graduação em Arqui-
vologia, Especialização em Planejamento,
Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
mentação – área: Planejamento de Proces-
sos Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/postgrad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnt/home.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade – Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (Scielo
Brazil)
www.scielo.br/

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”.

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes”; *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha”; *Berta G. Ribeiro*, “Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço”; *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil Hoje”; *Lais Abramo*, “Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, “Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guia Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgar Leuenroth”.

BIB 36

Maria Lígia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Gloria Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estadais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Gláucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Morais*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloísio Ruschinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Vello*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuzza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “*Path dependency* e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação *versus* Competência: um Comentário Bibliográfico sobre um Debate Francês Recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e Doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas Revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A Medida das Leis: do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”; *Delma Pesanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jaquet e Lúvia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohm*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luis Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios”; *Fabiola Rohden*, “A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise”; *Piero de Camargo Leirner*, “Perspectivas Antropológicas da Guerra”; *Artur Zimmerman*, “Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil”; *Paulo Sérgio Peres*, “O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico”.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “‘A cigarra e a formiga’: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Sônia M. K. Guimarães, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

BIB 65

André Marengo, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabrizio Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira”.

BIB 66

Ana Cristina Augusto de Sousa e Nilson do Rosário Costa, “A Crise do Setor de Saneamento Básico no Brasil: uma Revisão Bibliográfica”; *Daniel Guerrini e Ronaldo Baltar*, “Tecnologia, Informação e Sociedade: uma Sistematização de Conceitos e Debates”; *Leonor Lima Torres*, “Cultura das Organizações: Enfoques Dominantes, Tendências Internacionais e Novas Propostas Analíticas”; *Manoel Leonardo Santos*, “Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005”; *Ricardo Borges Gama Neto*, “Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica”.

BIB 67

Céli Regina Jardim Pinto, “Por onde Andou a Teoria Crítica no Brasil? (o GT de Teoria Social na Anpocs – 1999-2007)”; *Edison Ricardo Emiliano Bertencelo*, “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”; *Patrice Schuch*, “Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos”; *José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha*, “Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos”; *Carolina Pulici*, “Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico”; *Glenda Mezarobba*, De que se Fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”

BIB 68

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Conceito e Origens do Crime Organizado: Uma Revisão Bibliográfica”; *Paulo Sérgio Peres*, “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos de Maurice Duverger”; *João Areosa*, “O Risco no Âmbito da Teoria Social: Quatro Perspectivas em Debate”; *Angela Nunes e Rosário de Carvalho*, “Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância”; *Cleber da Silva Lopes*, “O Controle da Segurança Privada: Um Balanço da Literatura Internacional e a Situação das Pesquisas no Brasil”.

BIB 69

Gabriel Cepaluni, “Coalizões Internacionais: Revisão da Literatura e Propostas para uma Agenda de Pesquisa”; *Odaci Luiz Coradini*, “Estruturas de Dominação, Integração Social e muito mais: os Confrontos entre as Noções de Capital Social de Bourdieu e de Coleman”; *Aline G. Hellmann*, “Análise de Redes e Desigualdade Social: a Abordagem Relacional de Charles Tilly à Luz da Lei de Potência de Barabási”; *Ricardo Fabrino Mendonça*, “Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano”; *Juliana Mezzomo Allain e Julia S. Guivant*, “O Estudo da Confiança na Alimentação: Análise do Campo de Pesquisa”.

BIB 70

Marcelo de Almeida Medeiros, Augusto Wagner M. Teixeira Jr. e Elton Gomes dos Reis, “O Mercosul na Agenda de Pesquisa contemporânea da Política Internacional”; *Renato Perissinotto e Adriano Codato*, “Marx e seu Legado para a Teoria Contemporânea do Estado Capitalista”; *Gilmar Rocha*, “O Circo no Brasil – Estado da Arte”; *Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro*, “Determinantes do Tempo da Justiça Criminal: Perspectiva Comparada entre Brasil, Portugal e Estados Unidos”; *Cleber da Silva Lopes e Andrei Koerner*, “As Tensões entre Segurança Doméstica e Direitos Cíveis nos EUA pós-11 de Setembro”; *Wagner de Melo Romão*, “O Eclipse da Sociedade Política nos Estudos sobre o Orçamento Participativo”.

BIB71

Patrice Schuch, “A vida social ativa da ética na Antropologia”; *André Filipe Pereira Reid dos Santos*, “Principais abordagens sociológicas para análises das profissões”; *Raquel Andrade Weiss*, “Perspectivas sobre a política na teoria de Émile Durkheim”; *Aureo de Toledo Gomes*, “Questionando o fracasso estatal: um balanço da literatura crítica”; *Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo*, “Revisitando os estudos do desenvolvimento”; *Lucas Coelho Brandão*, “A literatura sobre movimentos

sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional”.

BIB72

Claudia Fonseca, “Tecnologias de Governo, Família e Humanitarismo em um Mundo Globalizado”; *Amâncio Jorge de Oliveira, Janina Onuki e Wagner Pralon Mancuso*, “Política Comercial, Instituições e Grupos de Interesse”; *Elaine Meire Vilela e Livia Beatriz Ferreira Lopes*, “Balanço da Produção Acadêmica sobre Migração Internacional no Brasil”; *Nuno Oliveira*, “Três Grandes Súmulas de Teoria Social para o Século XXI”; *Elisa Klüger*, “As Sociologias da Ciência Econômica”; *Maurício Hoelz*, “O Sertão & a Cidade: Maria Sylvania de Carvalho Franco e a Sociologia da Violência Contemporânea”

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

As resenhas e balanços bibliográficos devem ser encaminhados para análise pelo e-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Os textos aprovados para publicação deverão ser entregues para edição organizados da seguinte maneira:

- em programa Word for Windows, em fonte Times New Roman, corpo 12, em espaço 1,5, com margens superior e inferior, 2,5; direita e esquerda, 3,0; parágrafo com recuo de 1ª. linha padrão; páginas numeradas;
- o título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços, em corpo 14, fonte Times New Roman, negrito, alinhado à direita; nome do autor logo abaixo, em itálico, corpo 12, letra clara;
- se uma versão do artigo já houver sido publicada, esses dados (publicação, data, título) deverão entrar no rodapé, com asterisco vinculado ao título atual;
- se houver agradecimento, este entrará no rodapé, com um ou mais asteriscos vinculados ao(s) nome(s) do(s) autor(es);
- o artigo integral não deve ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas por página) ou cerca de 6 mil palavras;
- o texto deve ser acompanhado de um resumo em português (se possível, também em inglês, *abstract*, e francês, *resume* – com seus respectivos títulos) e de 5 palavras-chave (*keywords*, *mots-clés*), bem como de uma minibiografia do(s) autor(es) (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e 2 últimos livros ou artigos publicados, se for o caso);
- é preferível que quadros, mapas, tabelas etc. já estejam inseridos no corpo do texto. Mas, se em arquivo separado, devem ter

indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos;

- as menções a autores, no decorrer do texto, seguem a forma (Autor, data) – se apenas referência – ou (Autor, data, página) – em caso de citação. Exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, diferenciar com letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc. Fazer esta marcação também na bibliografia;
- checar se constam corretamente TODAS as referências a autores na bibliografia;
- nas notas de rodapé entram apenas informações sintéticas, complementares e de natureza substantiva, procurando não ultrapassar 6 linhas. O texto das notas de rodapé é em corpo 10;
- as citações devem sempre ser acompanhadas de sua fonte (Autor, data, página). As citações que ultrapassem 5 linhas no corpo do texto do artigo devem ser destacadas (separadas) em corpo 10, com recuo à esquerda de 1,25 e texto justificado à direita. Se em língua estrangeira, devem ser traduzidas. Se tradução livre, o texto original deve entrar no rodapé;
- a bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, conforme os exemplos abaixo.

1) Livros

SEITENFUS, Ricardo (1991). *Mercosul: impasses e alternativas*. São Paulo: IEA/ USP. (coleção Documentos – série Internacional, 14).

2) Parte de livros

Mesma autoria

BENJAMIN, Walter (1983). “O narrador”. In: *Textos escolhidos*:

Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno. 2. ed. Trad. José Lino Grünnewald et al. São Paulo: Abril Cultural. p. 57-74.

Autoria diferente

ALTVATER, Elmar (1976). “Notas sobre algunos problemas del intervencionismo de Estado”. In: SONNTAG, Heinz R.; VALLECILLOS, Hector (eds.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo XXI. p. 88-133.

3) Artigos em periódicos

OLIVEIRA, Amâncio Jorge; ONUKI, Janina; PEREIRA NETO, Manoel Galdino (2006). “Modelos espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: perspectivas e críticas”. *BIB*, v. 61, p. 71-90.

MILNER, Helen V. (1992). “International theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses”. *World Politics*, v. 44, n. 3, Apr., p. 466-496.

4) Dissertações e teses

DIAS, João M. (2006). *O orçamento participativo na cidade de São Paulo: confrontos e enfrentamentos no circuito do poder*. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

RIBEIRO, L. M. L. (2009). *Administração da justiça criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise dos casos de homicídio*. Tese de doutorado em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

5) Outros

Congressos, seminários,

publicação eletrônica:

FOLMER, Raquel; YOUNG, Maycke (2008). “Análise de redes sociais: elementos para uma discussão teórico-metodológica”. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE: INOVAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS. Disponível em: <http://www.redeapasul.com.br/publicacoes/analise_de_redes_sociais_elementos_para_uma_discussao_teoricom Metodologica_2008.pdf>. Acesso em: 6 out. 2011.

BATTIUCCHI, E. C.; CRUZ, M. V.; SILVA, B. I. (2006). Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais. In: 30º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (Anpocs), Caxambu, MG.

Mais de 3 autores

CRISHTI, M. A. *et al.* (2003). *America's security, civil liberties*

and national unity after September 11. Washington: Migration Policy Institute (MPI).

Várias obras de mesmo autor, data em ordem crescente

ROCHA, Gilmar (2007). “‘O maior espetáculo da terra’ – circos, monstros, fronteiras e ‘self’ na sociedade moderna”. *Transit Circle*, UFF, n. 6, p. 10-31.

_____. (2008). “A cidade em festa” – evocações do circo de infância na arte moderna brasileira”. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, UFMG.

_____. (2009a). “Cultura popular: do folclore ao patrimônio”. *Mediações*, v. 14, n. 1, p. 218-236.

_____. (2009b). “‘Fazer a praça’ – a montagem do circo como processo ritual”. In: CAVALCANTI, Maria Laura; GONÇALVES, José Reginaldo. *As festas e os dias – ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contracapa. p. 142-168.

Sem autoria declarada, entidade ou documento como um todo

BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs, 1996-

MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO (1987). *Circo – tradição e arte*. Rio de Janeiro: Funarte/ Instituto Nacional do Folclore.

BID/INTAL – Instituto para Integração da América Latina e do Caribe. *Informe Mercosul*, n. 13 (2007-2008) [*on-line*]. Disponível em: <www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/p_Informe_MERCOSUL_13.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Anpocs.

Endereço: EDITORIA BIB

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar – Cidade Universitária – CEP 05508-900 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3091-4664
Email: bib@anpocs.org.br

Publicações ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
1º andar - Cidade Universitária
CEP 05508-010 São Paulo SP
www.anpocs.org.br

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)**, criada em 1986, se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a **RBCS** é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros.

É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

e-mail: rbcsc@anpocs.org.br

Assinatura Anual da RBCS:

R\$ 75,00 (03 edições)

Números Avulsos:

R\$ 30,00 cada

Depósitos em conta corrente:

Banco do Brasil
Agência 3559-9
Conta Corrente 15801-1

Enviar comprovante para:

publicacoes@anpocs.org.br
Telefax (11) 3091-4664
(11) 3091-5043